

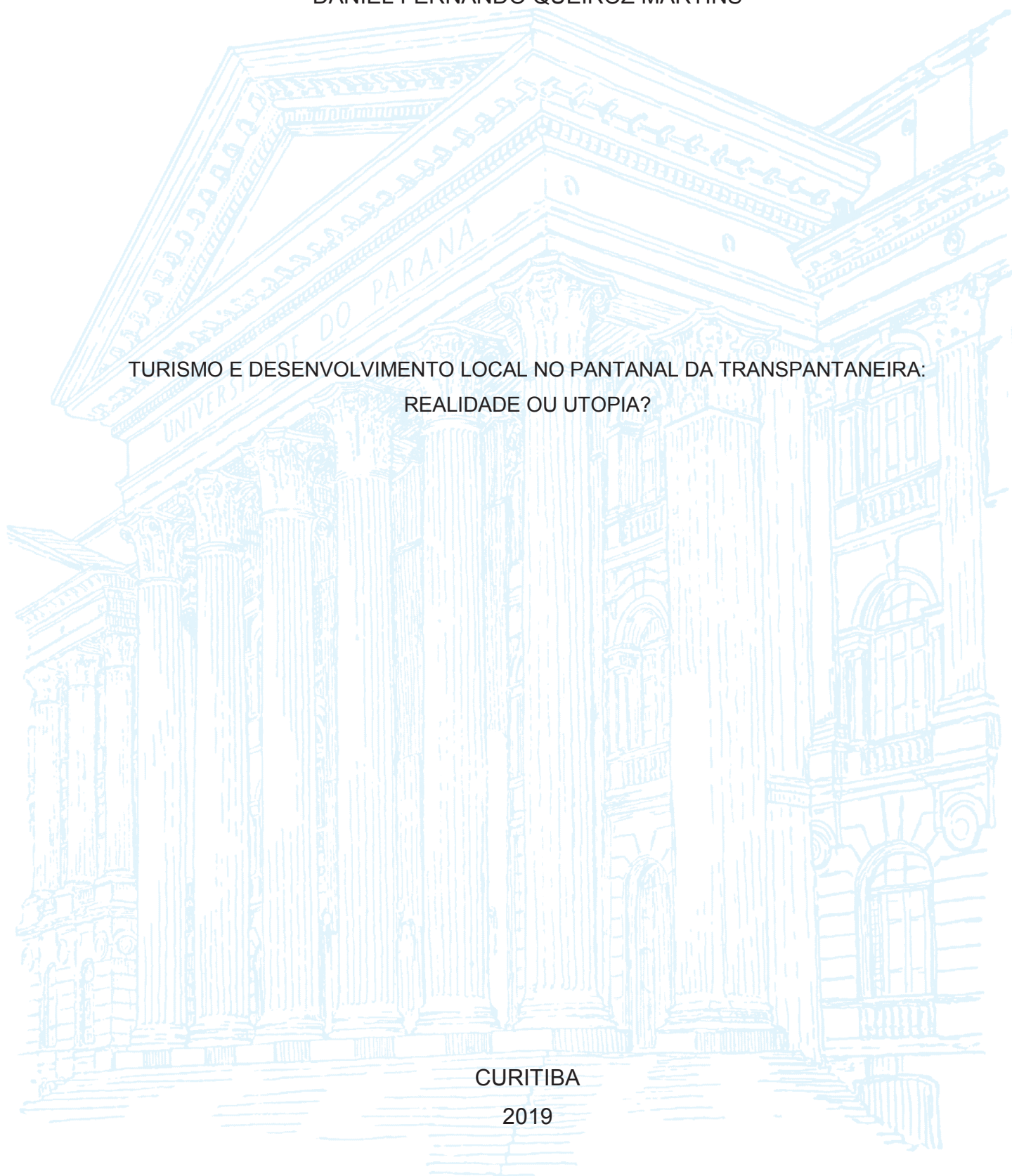
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL FERNANDO QUEIROZ MARTINS

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA:  
REALIDADE OU UTOPIA?

CURITIBA

2019



DANIEL FERNANDO QUEIROZ MARTINS

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PANTANAL DA  
TRANSPANTANEIRA: REALIDADE OU UTOPIA?

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira.

Coorientadora: Dra. Maribel Osorio Garcia.

CURITIBA

2019

## FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR  
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

M386t

Martins, Daniel Fernando Queiroz

Turismo e desenvolvimento local no Pantanal da Transpantaneira: realidade ou utopia? [recurso eletrônico] / Daniel Fernando Queiroz Martins. – Curitiba, 2019.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Orientador: Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira – Coorientador: Maribel Osorio Garcia.

1. Pantanal Mato-grossense (MS e MT). 2. Turismo. 3. Desenvolvimento rural. 4. Trabalho. 5. Espaço e tempo. 6. Transpantaneira. I. Universidade Federal do Paraná. II. Silveira, Marcos Aurélio Tarlombani da. III. Garcia, Maribel Osorio. IV Título.

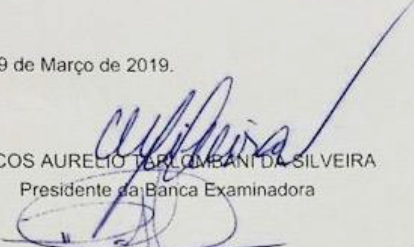
CDD: 918.172

Bibliotecário: Elias Barbosa da Silva CRB-9/1894


**TERMO DE APROVAÇÃO**

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **DANIEL FERNANDO QUEIROZ MARTINS**, intitulada: **TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA: REALIDADE OU UTOPIA?**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

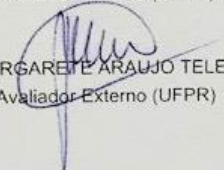
Curitiba, 29 de Março de 2019.



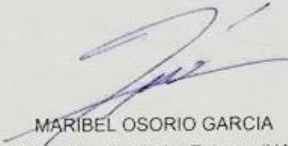
MARCOS AURELIO BARBOZA DA SILVEIRA  
Presidente da Banca Examinadora



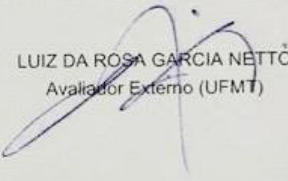
DANIEL HAUER QUEIROZ TELLES  
Avaliador Externo (UFPR)



MARGARETE ARAUJO TELES  
Avaliador Externo (UFPR)



MARIBEL OSORIO GARCIA  
Coordenador - Avaliador Externo (UAEM)



LUIZ DA ROSA GARCIA NETTO  
Avaliador Externo (UFMT)

## DEDICATÓRIA

Os primeiros a que dedico este trabalho são meus pais. À minha mãe, *Sandra Regina de Queiroz*, que faz de sua vida um modelo a ser seguido de trabalho, de luta contra as injustiças, de amor à natureza e de dedicação ao aprender, e, graças a quem, hoje, sou um professor. Ao meu pai, *Valdivino José Martins*, que me ensinou o caráter, a responsabilidade e me fez ver no turismo uma possibilidade de formação e atuação profissional.

Merecem também uma honrosa dedicatória minhas tias que me acolheram em suas casas em meus primeiros anos de estudo, enquanto meus pais ainda tinham que permanecer distantes, minha eterna dindinha, tia e madrinha *Seila Regina de Queiroz Lemes*, e também a tia *Eva Tavares Martins*, minha segunda mãe. Através dessas duas pessoas especiais, dedico este trabalho a todos os demais membros da minha família, tios, tias, avó, primas e primos que me apoiaram durante esse momento e outros especiais.

Dedico também este trabalho aos meus mestres que me ensinaram a compreender o mundo de forma crítica e a me inquietar frente às desigualdades. Meu especial agradecimento às minhas primeiras professoras *Maria Conceição de Queiroz (a Tia Mariquita)* que me ensinou a ler e a escrever, *Ana Maria* – o maior exemplo de dedicação entusiasmada ao ensino, a *Tia Sílvia*, tia duas vezes, na vida real e escolar, que apoiou financeiramente os meus primeiros anos de estudo em sua escola, o meu eterno Educandário Luís de Queiroz. Aos demais professores do Ensino Médio e Superior, que contribuíram para o meu despertar para a docência e para o amor à Geografia e ao Turismo, sobretudo a professora *Romilda Scarmanhani Pimentel*, a mais entusiasta de todas as professoras do Curso de Turismo.

Dedico também este trabalho aos amigos que conquistei ao longo do curso de Doutorado, seja em Curitiba como *Adriana Igreja*, ou mesmo no México como os alunos e professores da *Universidad Autónoma del Estado de México* pela acolhida durante os seis meses que aí vivi. Aos velhos amigos de Cuiabá, que me apoiaram e apoiam com sua amizade, conselho e leituras críticas, como *Rejane Pasquali*,

*Ângela Carrión Carracedo Ozelame, Ana Paula Bistaffa, Igor Costa Oliveira, Lui Patatas e André Ribeiro.*

*Aos amigos e companheiros de infância, de quem a distância, às vezes, insiste em me separar, mas o carinho nos une e, graças ao doutorado, pude estar um pouco mais próximo e perceber que o amor fraterno continua, sintam-se homenageados: Dennes Pereira Renovato, Diogo José, Marco Aurélio Martins da Silva, Patrícia Alves Tomaz, Gizele Alves Tomaz e Wanessa de Oliveira Chaves.*

*Dedico também este trabalho...*

*Aos pantaneiros, que transformam a luta diária pela sobrevivência em um sacrifício de amor e cuidado ao Pantanal, que por meio de suas experiências com a natureza, erram e acertam, mas nunca desistem.*

*Aos geógrafos, que recorrendo aos estudos acadêmicos conseguem consolidar e aplicar suas sabedorias para o entendimento e melhoria do espaço humano, com mais honra, justiça e sabedoria.*

*Aos turismólogos, que através da aplicação dos conhecimentos científicos, viabilizam o turismo como uma alternativa de promoção do verdadeiro desenvolvimento, empenhando-se pelo engrandecimento do fenômeno turístico, preservando-o como instrumento de paz, bem-estar e entendimento entre os povos e que zelam pelos valores éticos da profissão.*

*Por fim, dedico este trabalho aos estudantes, sobretudo àqueles que estão começando a trilhar na investigação científica, para que saibam que, apesar de todas as dificuldades, ainda vale a pena investir no conhecimento e que também, possam ao longo do tempo não se acomodar com o aprendido para que cada novo aprendizado se transforme em muitas outras indagações, movendo o mundo para um futuro menos desigual.*

## AGRADECIMENTOS

Sou agradecido ao Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, na figura dos meus chefes e amigos professor *Vicente Pedroso* e *Elisandra Muxfeldt*, que me possibilitaram o afastamento para dedicação exclusiva ao doutorado, confiando em meu retorno com melhor qualificação e dedicação a nossa escola.

Agradeço também à Universidade Federal do Paraná, através do meu orientador professor *Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira* pela amizade, orientações e trocas de experiências. Também agradeço a outros professores da mesma UFPR, do curso de Turismo, que também me acolheram e contribuíram para o meu amadurecimento crítico, como a professora *Dr<sup>a</sup>. Margarete Araújo Teles*, *Dr<sup>a</sup>. Letícia Bartoszeck Nitsche* e *Dr. Daniel Hauer Queiroz Telles*.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que através de edital específico, possibilitou a minha experiência por 6 meses na *Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM)* na cidade de Toluca. Assim, como agradeço a esta universidade, através da professora *Dra. Maribel Osório García*, minha orientadora, que me acolheu em seu país e sua instituição, compartilhando seu vasto conhecimento na pesquisa em Turismo, me auxiliando e me redirecionando sempre que necessário na investigação e que além de uma inspiração tornou-se uma grande amiga para toda minha vida.

Por fim, quero agradecer a todos que me auxiliaram com a construção desse trabalho, participando no fornecimento de histórias, dados e informações, como o(a)s proprietário(a)s e gestores das pousadas da Transpantaneira e o(a)s trabalhadore(a)s com quem tive o prazer de conviver e entender um pouco mais sobre a sua luta diária e desafios na lida com o Turismo no Pantanal. Um especial agradecimento ao meu ex-aluno, bacharel em Turismo, Breno Ricardo Marques pelo brilhante trabalho gráfico, captando a essência do Pantanal com toda a sua magnitude expressadas nas ilustrações que abrem cada capítulo.



## **ORAÇÃO DE UMA MÃE, EM AGRADECIMENTO**

Senhor, muito obrigada!

Hoje percebi que meu menino cresceu – já até defende uma tese!

Ainda ontem, era tão pequenino, o primeiro neto e o orgulho da vovó. Gostava da fazenda e de beber leite – da vaquinha Buzina, no curral.

Sabe, Pai meu menino à medida que crescia se revelava uma pessoinha preocupada com o próximo e com a natureza. Tenho viva a lembrança de um dia que ele acordou bem cedinho e, encantado com a cerração que cobria nossa casa na roça, ele, com um pequeno pote de vidro na mão disse: – Mamãe, pega uma neblina pra mim?

E, quando, já na escolinha – na cidade –, ao ir comprar o pão de manhã, quase perdia a hora, baldeando as formiguinhas que não conseguiam atravessar a enxurrada após a chuva da noite. Também acontecia de as compras não serem suficientes para passar o mês, pois, ele dividia com os pedintes de rua ...

Agradeço imensamente, ó Pai do Céu!

Assim, como grata também sou, ao estado de Mato Grosso, por acolher o meu menino, que já era um adolescente. A cidade de Cuiabá o recebeu tão bem... Ali, tudo era novo: a cidade grande, a cultura, a faculdade, os amigos e o seu primeiro emprego.

Sabe, Senhor Deus, orgulho grande eu tive quando vi que meu menino não era mais um adolescente e sim um homem que tinha asas e precisava voar e, também, havia amadurecido em sabedoria. Então, eu comecei a aprender com ele, mais do que ensinar.

Ele, encantado com o Pantanal, foi me repassando tudo que descobria daquele lugar encantador. Por isso, te peço, Pai: não deixe faltar a fé, a saúde, a alegria, a oportunidade e a justiça ao pantaneiro.

Que a devoção ao São Benedito nunca se acabe. Que o gesto simples de pedir a bênção e também de abençoar com as mãos em posição de oração, nunca caia no esquecimento dos mais jovens.

Que nunca falte o peixe e a mandioca na mesa do pantaneiro.

Tão bela, ó Senhor, é a natureza! Cuide e dê discernimento aos homens e mulheres, para que tenham uma convivência harmoniosa com esse santuário.



Que o sol ardente e incandescente nunca deixe de brilhar, proporcionando sempre uma boa germinação das sementes.

Que a beleza da florada da Piúva continue alegrando o lugar e encantando os seus visitantes.

Que os belos Camalotes floridos, continuem embelezando as águas e protegendo os pequenos peixes das pavorosas piranhas.

Deus Santo! Abençoe a água que invade as pastagens e transborda pela mata adentro, modificando a paisagem e fartando de alimento, muitas vidas.

Que o Tuiuiú – ave símbolo do Pantanal –, possa voar tranquilo, levando o alimento para sua prole.

Que o maior felino das Américas, a onça pintada, continue encantando os turistas e visitantes.

Que em terras pantaneiras, convivam de forma harmoniosa, o homem, a fauna e a flora. Que o ser humano tenha zelo, respeito e compromisso com a natureza.

Pois, tenho certeza que meu menino – quase um doutor –, pode fazer mais por este bioma: Paraíso criado por Deus!

Amém!

Sandra Regina de Queiroz  
– minha mãe –



## RESUMO

Esta tese reafirma o Turismo como uma atividade (trans)formadora do Espaço, podendo instituir-se como incremento ao Desenvolvimento Local ou como fator de reprodução de desigualdades historicamente constituídas em cada subespaço. Ela é composta por reflexões teóricas e aportes metodológicos baseados na Geografia a fim de estabelecer uma análise crítica acerca do Turismo entremeada com o conceito de Espaço Geográfico considerado a partir da dinamicidade do Tempo, que incide de forma diferenciada em cada localidade. Assim, o Tempo é concebido como relativo e relacional, pois a sua passagem cronológica é percebida de modo diferente por cada grupo social, o que faz com que, a partir do materialismo histórico e dialético, se discuta a questão do Desenvolvimento Local sob perspectiva atualizada, considerando-o como sinônimo de autonomia das pessoas e dos lugares. Desta feita, compreende-se o Turismo como a força possível para o rompimento de relações de injustiça e de desigualdade – reforçada pela ideologia desenvolvimentista imputada à atividade turística. À luz da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, é reconhecida a existência de diferentes tipos de Desenvolvimentos, pois, cada subespaço apresenta sua própria dinamicidade que é explicada a partir da estruturação de um determinado processo produtivo, que engloba um meio, uma ou mais atividades que dão origem à dinâmica produtiva. O Pantanal da região da rodovia da Transpantaneira – no município de Poconé em Mato Grosso – foi eleito como recorte espacial de análise, pelo fato de que nenhum outro estudo, até então, foi estruturado com o objetivo de analisar as transformações do espaço econômico e social do Pantanal da Transpantaneira considerando o Turismo no processo de acumulação do Capital, reconhecendo o seu papel ideológico e os efeitos de suas políticas públicas para a estruturação da realidade de Dependência ou de Autonomia da localidade. É através do Turismo que se dinamizaram as relações sociais na Transpantaneira, sobretudo, com efeitos no ordenamento (ou não) daquele território turístico em (trans)formação; visto que as forças que operam na localidade, especialmente a do(a)s proprietário(a)s e a do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas que se estruturam ao longo da rodovia, ainda apresentam disparidades – reveladas pelas relações de trabalho e no trabalho. Isso porque o Turismo, como expressão do Capital, ordena o Espaço e o Tempo de modo diferenciado para os dois grupos, resultando em algumas contradições aparentes e outras ocultadas pela própria *démarche* da atividade. Demonstra-se algumas contradições próprias do espaço pantaneiro, considerando sua incidência nas políticas públicas, na organização dos proprietários e proprietárias de pousadas que podem estruturar melhor o ordenamento do Pantanal para o Turismo, na organização dos trabalhadores e trabalhadoras que podem constituir-se como classe consciente de suas demandas e de suas forças; para que haja um novo reordenamento social e territorial e, ainda, que o Desenvolvimento passe de utopia para realidade.

Palavras-chave: Turismo. Espaço-Tempo. Relações de trabalho. Desenvolvimento Local. Pantanal da Transpantaneira.

## ABSTRACT

This thesis reaffirms Tourism as a (trans)formative activity of Space and can be established as an increase Local Development or as a factor of reproduction of historically constituted inequalities in each subspace. It is composed of theoretical reflections and methodological contributions based on Geography in order to establish a critical analysis about Tourism overlapped with the concept of Geographic Space considered from the dynamicity of Time, which focuses in a differentiated way in each locality. Therefore, Time is grant as relative and relational, thus, each social group, which causes that, from historical, perceives its chronological passage differently and dialectical materialism, the issue of Local Development could discussed in updated perspective, considering it as synonymous with the autonomy of people and places. Thus, tourism is been understood as the possible force for the breakdown of relations of injustice and inequality - reinforced by a development list ideology imputed to the tourist activity. Under the spotlight of the Unequal and Combined Development Theory, the existence of different types of Development is recognized, since each subspace shows its own dynamicity that is explained by the structuring of a particular productive process, which encompasses a medium, one or more activities which give rise to a productive dynamic. The Pantanal, region of the Transpantaneira highway - in the municipality of Poconé in Mato Grosso - was chosen as a spatial analysis, since no other study until then was structured with the objective of analyzing the transformations of the economic and social space of the Pantanal of Transpantaneira considering the Tourism in the process of accumulation of Capital, recognizing its ideological role and the effects of its public policies for the structuring from a reality of Dependency or Autonomy of the locality. It is through Tourism that the social relations in Transpantaneira have been stimulated, above all, with effects on the (or not) planning of that tourist territory in (trans)formation; since the forces that operate in the locality, especially the one of the owner (s) of the workers of the hotel for lodging that are structured along to the highway, still present disparities - revealed by the labor relations and at work. It is because Tourism, as an expression of Capital, orders Space and Time differently for the two groups, resulting in some apparent contradictions and others hidden by the very *démarche* of activity. Some contradictions of the bogtrotter space are shown, considering their incidence in the public policies, the organization of the male owners and females owners of the hotel for lodging that can structure better Pantanal planning for the Tourism, in the organization of the workers that can constitute as a class conscious of their demands and their strengths; so that there is a new social and territorial reordering, and also that Development goes from utopia to reality.

Keywords: Tourism. Space time. Work relationships. Local Development. Pantanal of Transpantaneira.

## RESUMEN

Esta tesis reafirma el Turismo como una actividad (trans) formadora del Espacio, pudiendo instituirse como incremento al Desarrollo Local o como factor de reproducción de desigualdades históricamente constituidas en cada subespacio. Se compone de reflexiones teóricas y aportes metodológicos basados en la Geografía a fin de establecer un análisis crítico acerca del Turismo entremezclado con el concepto de Espacio Geográfico considerado a partir de la dinámica del Tiempo, que incide de forma diferenciada en cada localidad. Así, el Tiempo es concebido como relativo y relacional, pues su paso cronológico es percibido de modo diferente por cada grupo social, lo que hace que, a partir del materialismo histórico y dialéctico, se discuta la cuestión del Desarrollo Local desde una perspectiva actualizada, considerándolo como sinónimo de autonomía de las personas y de los lugares. De esta vez, se comprende el Turismo como una fuerza posible para el rompimiento de relaciones de injusticia y de desigualdad – reforzada por una ideología desarrollista imputada a la actividad turística. A la luz de la Teoría del Desarrollo Desigual y Combinado, se reconoce la existencia de diferentes tipos de Desarrollos, pues cada subespacio presenta su propia dinamicidad que se explica a partir de la estructuración de un determinado proceso productivo, que engloba un medio, una o más actividades que dan lugar a una dinámica productiva. El Pantanal de la región de la carretera de la Transpantaneira – en el municipio de Poconé en Mato Grosso – fue elegido como recorte espacial de análisis, por el hecho de que ningún otro estudio, hasta entonces, fue estructurado con el objetivo de analizar las transformaciones del espacio económico y social del Pantanal de la Transpantaneira considerando el Turismo en el proceso de acumulación del Capital, reconociendo su papel ideológico y los efectos de sus políticas públicas para la estructuración de una realidad de Dependencia o de Autonomía de la localidad. Es a través del Turismo que se dinamizaron las relaciones sociales en la Transpantaneira, sobre todo, con efectos en el ordenamiento (o no) de aquel territorio turístico en (trans) formación; ya que las fuerzas que operan en la localidad, especialmente la de lo(a)s propietario(a)s y de lo(a)s trabajador(a)s de las posadas que se estructuran al logo de la carretera, todavía presentan disparidades – reveladas por las relaciones de trabajo y en el trabajo. Esto porque el Turismo, como expresión del Capital, ordena el Espacio y el Tiempo de modo diferenciado para los dos grupos, resultando en algunas contradicciones aparentes y otras ocultas por la propia *démarche* de la actividad. Se demuestra algunas contradicciones propias del espacio pantanero, considerando su incidencia en las políticas públicas, en la organización de los propietarios y propietarias de posadas que pueden estructurar un mejor ordenamiento del Pantanal para el Turismo, en la organización de los trabajadores y trabajadoras que pueden constituirse como una clase consciente de sus demandas y de sus fuerzas; para que haya un nuevo reordenamiento social y territorial y, además, que el Desarrollo pase de utopía a la realidad.

Palabras clave: Turismo. El Espacio-Tiempo. Relaciones de trabajo. Desarrollo Local. Pantanal de la Transpantaneira.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESQUEMA SOBRE A DINÂMICA PRODUTIVA DE ANÁLISE (DPA) PARA O TERRITÓRIO DA TRANSPANTANEIRA.....	39
FIGURA 2 - TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO E SOCIAL DO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA A PARTIR DA INSERÇÃO DO TURISMO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITA.....	41
FIGURA 3 - PERÍODO SOCIAL DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	46
FIGURA 4 - O EIXO DAS SUCESSÕES E O EIXO DAS COEXISTÊNCIAS.....	58
FIGURA 5 - ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL – IDTL.....	60
FIGURA 6 - CICLO DE VIDA DO PRODUTO TURÍSTICO.....	61
FIGURA 7 - O TRABALHO REVELADOR DE MATERIALIDADES E IMATERIALIDADES NO ESPAÇO.....	87
FIGURA 8 - CONJUNTO DA VIDA GEOGRÁFICA NA ANÁLISE ESPACIAL ....	90
FIGURA 9 - ÍNDICE GINI DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO.....	114
FIGURA 10 - ÁREA DOS IMÓVEIS DE MATO GROSSO.....	115
FIGURA 11 - TAXA DE DEPENDÊNCIA DO TURISMO BASEADA EM NÚMEROS DE EMPREGOS POR MUNICÍPIO (2010), COM DESTAQUE PARA POCONÉ (MT), EM %.....	118
FIGURA 12 - REMUNERAÇÃO MÉDIA NAS ACT'S POR MUNICÍPIO (2010), COM DESTAQUE PARA POCONÉ (MT), EM REAIS (R\$) .....	119
FIGURA 13 - CICLO VICIOSO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS NA TRANSPANTANEIRA.....	121
FIGURA 14 - CENÁRIO A: O TURISMO ALIMENTA O CICLO VICIOSO, PROVOCANDO SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA E MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	129
FIGURA 15 - CENÁRIO B: O TURISMO INTERROMPE O CICLO VICIOSO, PROPORCIONANDO AUTONOMIA LOCAL.....	130
FIGURA 16 - LOCALIZAÇÃO DA TRANSPANTANEIRA.....	136

FIGURA 17 - PANTANEIROS CONDUZINDO O GADO NA RODOVIA.....	142
FIGURA 18 - NINHO DE TUIUIÚ, AVE SÍMBOLO DO PANTANAL.....	142
FIGURA 19 - CAPIVARAS TOMANDO SOL NA RODOVIA.....	143
FIGURA 20 - ESTRUTURA DE POUSADA NA MARGEM DO RIO PIXAIM NA TRANSPANTANEIRA.....	143
FIGURA 21 - SÃO FRANCISCO PADROEIRO DA ECOLOGIA.....	147
FIGURA 22 - TUIUIÚ, AVE SÍMBOLO DO PANTANAL.....	147
FIGURA 23 - PANTANEIRO NA LIDA DO GADO.....	147
FIGURA 24 - PONTE E AS ÁGUAS DO PANTANAL.....	147
FIGURA 25 - PONTES ORIGINAIS DE MADEIRA SENDO SUBSTITUÍDAS POR PONTES DE CONCRETO .....	149
FIGURA 26 - PONTES ORIGINAIS DE MADEIRA SENDO SUBSTITUÍDAS POR PONTES DE CONCRETO .....	149
FIGURA 27 - DISTRIBUIÇÃO DAS POUSADAS NA TRANSPANTANEIRA....	153
FIGURA 28 - PÓRTICO DE ENTRADA E POSTO FISCAL DA TRANSPANTANEIRA.....	175
FIGURA 29 - SEXO.....	185
FIGURA 30 - IDADE.....	186
FIGURA 31 - ESCOLARIDADE.....	187
FIGURA 32 - ESTADO CIVIL.....	188
FIGURA 33 - FILHOS.....	189
FIGURA 34 - LOCAL DE RESIDÊNCIA.....	189
FIGURA 35 - DINÂMICA DE TRABALHO (DIAS/MÊS).....	189
FIGURA 36 - RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS.....	195
FIGURA 37 - FONTE DE RENDA.....	195
FIGURA 38 - TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO.....	197
FIGURA 39 - TEMPO DE TRABALHO COM TURISMO (EM ANOS).....	197
FIGURA 40 - MATRIZ DE PERIODIZAÇÃO DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA.....	207
FIGURA 41 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL (IDTL) DA TRANSPANTANEIRA.....	213
FIGURA 42 - CICLO DE VIDA DE UMA DESTINAÇÃO TURÍSTICA BASEADO NO IDTL.....	215

FIGURA 43 - POSICIONAMENTO DA TRANSPANTANEIRA SEGUNDO O CICLO DE VIDA DE UMA DESTINAÇÃO TURÍSTICA, SEGUNDO O IDTL.....	216
FIGURA 44 - MATRIZ DE POSICIONAMENTO TURÍSTICO DA TRANSPANTANEIRA.....	218



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RESUMO SOBRE A DECOMPOSIÇÃO DA REALIDADE SOCIAL DO PANTANAL, DE ACORDO COM O OBJETIVO DA PESQUISA.....	47
QUADRO 2 - PRINCIPAIS ASSUNTOS E AUTORES UTILIZADOS.....	61
QUADRO 3 - CATEGORIAS TEÓRICAS, VARIÁVEIS, UNIDADES DE ANÁLISE, TÉCNICAS E SUJEITOS DE ESTUDO DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	63
QUADRO 4 - ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS QUE CONTÉM AS POUSADAS PESQUISADAS.....	115
QUADRO 5 - PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS CONTIDOS NO DISCURSO OFICIAL DO TURISMO BRASILEIRO.....	124
QUADRO 6 - CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS DO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA.....	137
QUADRO 7 - RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES MUNICIPAIS, DE POCONÉ, EM PROL DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA.....	169
QUADRO 8 - EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA, NA OPINIÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS.....	202
QUADRO 9 - EVENTOS QUE MARCARAM OS PRINCIPAIS PERÍODOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA.....	208
QUADRO 10 - ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL DA TRANSPANTANEIRA, POR INDICADOR.....	212

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL – IDTL.....	59
TABELA 2 - ARRECADAÇÃO (POR DIÁRIAS APENAS) DAS POUSADAS CONSIDERANDO A TAXA DE OCUPAÇÃO.....	157
TABELA 3 - CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL – IDTL.....	213

## LISTA DE SIGLAS

ABAV	–	Associação Brasileira das Agências de Viagens
ACT's	–	Atividades Características do Turismo
ADEPAN	–	Associação de Defesa do Pantanal
ATs	–	Atividades Produtivas
DPA	–	Dinâmica Produtiva de Análise
F1	–	Força 1
F2	–	Força 2
F3	–	Força 3
FIES	–	Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA	–	Fédération Internationale de Football Association
FIPE	–	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FIT	–	Feira Internacional de Turismo do Pantanal
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	–	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
MP	–	Meio de Produção
MS	–	Mato Grosso do Sul
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT	–	Mato Grosso
Mte	–	Ministério do Trabalho
MTur	–	Ministério do Turismo
OMT	–	Organização Mundial do Turismo
PNT	–	Plano Nacional de Turismo
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSH	–	Pesquisa de Serviços de Hospedagem
RAIS	–	Relação Anual de Informações Sociais
RPPN	–	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	–	Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEC MT	–	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso
SEMA MT	–	Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso

- SESC – Serviço Social do Comércio
- SEUC MT – Sistema de Unidades de Conservação de Mato Grosso
- UNESCO – United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization
- UNESP – Universidade Estadual Paulista
- VTI – Valor Total do Imóvel

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
2.1	TÉCNICAS ADICIONAIS DE PESQUISA.....	57
<b>3</b>	<b>EPAÇO, TEMPO, TÉCNICA E TRABALHO.....</b>	<b>66</b>
3.1	ESPAÇO COMO OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA E A QUESTÃO DO MÉTODO.....	70
3.2	O ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	74
3.3	A TÉCNICA, O TRABALHO E OS SISTEMAS PRODUTIVOS COMO SUPORTE PARA A ANÁLISE ESPACIAL.....	77
3.3.1	O trabalho como categoria reveladora das espacialidades.....	82
<b>4</b>	<b>ESPAÇOS DESIGUAIS, DESENVOLVIMENTOS DESIGUAIS.....</b>	<b>89</b>
4.1	O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO EXPLICANDO A FORMAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	95
4.1.1	A formação do espaço social do Pantanal da Transpantaneira a partir do desenvolvimento desigual e combinado.....	99
4.2	TURISMO, DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA.....	105
4.3	O TURISMO COMO AGRAVANTE DAS RELAÇÕES DESIGUAIS NO PANTANAL.....	112
4.3.1	As forças produtivas do Turismo operando na Transpantaneira.....	120
4.3.2	Turismotopia: a força ideológica do Turismo como possibilitador do desenvolvimento – em qual futuro?.....	123
4.3.3	O Turismo entre Círculo Vicioso de Desigualdades e o Círculo Virtuoso da Autonomia na região da Transpantaneira.....	128
<b>5</b>	<b>O TURISMO NA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA.....</b>	<b>132</b>
5.1	ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL.....	132
5.2	DADOS SOCIAIS RECENTES.....	134
5.3	ÁREA DE ESTUDO: O PANTANAL DA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA.....	135

5.4	O TURISMO NA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA ASPECTOS GERAIS.....	138
5.5	A RELAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSPANTANEIRA COM O TURISMO.....	144
<b>6</b>	<b>TURISMO, DESENVOLVIMENTO E OUTRAS DISCUSSÕES SOBRE O PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA: AS CONTRADIÇÕES NO ÉDEN.....</b>	<b>151</b>
6.1	AS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA E A DINÂMICA TURÍSTICA.....	152
6.2	A FORÇA DOS EMPRESÁRIOS E EMPRESÁRIAS DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA PARA O TURISMO LOCAL.....	161
6.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA: AÇÕES E IMPRESSÕES.....	167
6.3.1	A F3 operando (ou não) no ordenamento do espaço turístico da Transpantaneira.....	168
6.4	A FORÇA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA (F1), PARA O TURISMO LOCAL.....	184
6.5	TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO PANTANAL: A VISÃO DO(A)S PROPRIETÁRIO(A)S E TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA.....	199
6.6	A MATRIZ DE POSICIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA TRANSPANTANEIRA.....	206
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>220</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>238</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE PRODUÇÃO NAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA.....</b>	<b>247</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES DAS POUSADAS.....</b>	<b>248</b>

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA PROPRIETÁRIAS E PROPRIETÁRIOS DAS POUSADAS.....	250
APÊNDICE D – FICHA DE CONDENSAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES.....	252
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE POCONÉ.....	253
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO, RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO EM MATO GROSSO.....	254







*La desigualdad social no sólo es un resultado puramente técnico para el relato del capital. Constituye además - para ese relato - un gran motor en el desarrollo de la sociedad.  
(Osorio, 2016, p. 156)*

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação primeira que motivou a estruturação desta pesquisa foi compreender como é a vida das pessoas que vivem no Pantanal. Para aqueles que não nasceram no ambiente pantaneiro, como é o caso deste pesquisador e da grande maioria dos visitantes que passam pelo Pantanal, a paisagem salta aos olhos revelando uma natureza quase intocada, romantizada pela ideia de paz e tranquilidade em que vive o homem pantaneiro. É recorrente ouvir das pessoas que vão ao Pantanal pela primeira vez a célebre expressão: “que sorte tem essa gente de viver em um ambiente tão esplendoroso, longe dos problemas”. Ledo engano, pois ao se estabelecer um contato um pouco mais contínuo com a região, conversar com os moradores e até refletir sobre algumas realidades contraditórias que o Pantanal revela, o ambiente pode não parecer tão inerte assim.

A mudança do meu olhar de turista para o olhar de pesquisador ocorreu a partir dos contatos estabelecidos com a região, no início dos anos 2000, ainda como estudante de Turismo, pois foram realizadas diversas visitas técnicas orientadas para conhecer as estruturas e a dinâmica do Turismo no Pantanal. Porém, estas incursões ainda camuflavam muitas questões que não estavam tão manifestas nos momentos das visitas. Alguns questionamentos já começavam a ser estruturados alicerçando a minha vontade de compreender um pouco mais aquela região: quem são essas pessoas que moram no Pantanal? Como é a vida delas? Como elas se relacionam? Elas estão felizes? Passam por alguma dificuldade? Quais os desafios que o(a)s empresário(a)s de pousadas enfrentam no dia a dia do Turismo pantaneiro?

Após o término dos estudos como aluno de Turismo, pude aumentar ainda mais o contato com a realidade turística pantaneira, pois passando a professor universitário pude reestruturar as visitas técnicas dos meus alunos ao Pantanal, uma vez que eu era responsável pelo Laboratório de Agenciamento de Viagens, e, ficava sob minha coordenação e do meu grupo de pesquisadores do laboratório, a elaboração dos roteiros, e atividades dos estudantes, o que incluía ao menos duas idas anuais ao ambiente pantaneiro.

Esses novos contatos ampliaram ainda mais os meus questionamentos sobre o Pantanal, especificamente a respeito da operação turística e me fizeram pensar no porquê de o Pantanal, assim como todo o estado de Mato Grosso, não aproveitar seu potencial rural para estruturar outras atividades, como as de Turismo Rural. O ambiente Pantaneiro, assim como as outras regiões do estado, é marcado pela vida no campo, pois é do campo que se move a economia estadual, dinamizando cidades e tecendo a vida das pessoas. Logo seria conveniente um melhor aproveitamento turístico dessa 'ruralidade' nata de Mato Grosso. Assim, durante o mestrado no Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, pude desenvolver uma pesquisa sobre as potencialidades de todas as regiões do estado, associando o não desenvolvimento do Turismo Rural com a falta de políticas públicas de incentivo a este segmento.

Dessa feita, o Pantanal me chamou muito a atenção por ser a região turística melhor estruturada de Mato Grosso, com um bom fluxo de visitantes cujas atividades se desenvolvem basicamente no meio rural. Então, ao orientar trabalhos

de conclusão de curso sobre a região, foi possível começar a produzir informações melhor estruturadas sobre o Pantanal, inclusive abordando alguns efeitos do Turismo sobre a localidade. Além de trabalhos de conclusão de curso, pude também acompanhar atividades de extensão, trabalhos de consultoria aplicados ao Pantanal, bem como o convívio com alunos que puderam realizar seus estágios profissionais nas pousadas da Transpantaneira.

Uma aluna, em especial, me chamou a atenção, pois sempre relatava como era difícil a vida do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas no Pantanal e, por conseguinte, também do(a)s empresário(a)s, que muitas vezes, nós enquanto espectadores não percebemos. Essa referida estudante, além de aluna, era minha mãe, que trabalhou no Pantanal por mais de um ano como estagiária e depois foi contratada como auxiliar de serviços de Alimentos e Bebidas. Foi então que muitas coisas me foram confessadas, o que alimentou ainda mais a vontade de pesquisar o Pantanal. Mas, não o bioma simplesmente enquanto cenário turístico, e sim como espaço de vida das pessoas.

A partir disso, foi possível estruturar um projeto de pesquisa para o doutorado que inicialmente objetivava investigar as transformações do espaço pantaneiro, perpetradas pelo Turismo. Com o meu amadurecimento intelectual, orientações e reflexões, a pesquisa direcionou-se para uma análise mais crítica a respeito do Turismo no Pantanal, porque enquanto estudante da graduação, sempre ouvi o discurso de que o Turismo é vetor de desenvolvimento, sendo o planejamento a estratégia garantidora desse processo. Mais tarde como professor fui naturalmente reprodutor dessa ideia para meus alunos, sem, no entanto, fazer reflexões mais aprofundadas sobre a questão. Então, ao ter contato com trabalhos um pouco mais críticos sobre o Turismo, pude redirecionar a pesquisa lançando os seguintes questionamentos: **O Turismo traz realmente desenvolvimento ao Pantanal? De que ordem?**

Foram estes os questionamentos que possibilitaram o amadurecimento do meu aparato intelectual para estruturar este estudo, que ao ser concluído, pretende responder a essas interrogações. Desse modo, a partir do próximo parágrafo, afasto-me da escrita em primeira pessoa (que objetivou explicar um pouco sobre o porquê ter resolvido pesquisar o Turismo no espaço pantaneiro) para assumir uma forma mais estruturada de escrita que seguirá até o final desta tese. Assim,

iniciamos contextualizando a região, apresentando a problemática e algumas hipóteses, além de estruturar os objetivos e reforçando a justificativa desta investigação.

A morada do homem pantaneiro – o Pantanal – é uma simbiose de intrigantes elementos naturais e socioculturais que vem se formando e se transformando ao longo do tempo. Para alguns trata-se de uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta, porém, o Pantanal – devido às suas características próprias de fauna, flora, relevo, clima e hidrografia – é reconhecido pelos organismos oficiais brasileiros como um bioma. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), é o menor do Brasil, ocupando uma área de 1,72% do território nacional, com cerca de 150 mil quilômetros quadrados. No estado de Mato Grosso, está presente em sua porção sul, em uma proporção de 7% da composição estadual.

Devido às suas características ecológico-paisagísticas, ao longo das últimas quatro décadas, o Pantanal mato-grossense vem se estruturando como a principal destinação turística do estado, atraindo a atenção de visitantes brasileiros e estrangeiros, empreendedores e profissionais da área de Turismo além de figurar-se como cenário de algumas políticas públicas direcionadas ao setor de Turismo.

A visibilidade do Pantanal vem crescendo significativamente, sobretudo após a década de 1990, quanto se ampliaram as discussões acerca do meio ambiente, da preservação e de atividades econômicas mais condizentes com o desenvolvimento sustentável, como é o caso do Turismo. Todos esses fatos, associados a uma mudança de comportamento de consumo dos turistas – que cada vez mais almejam um maior contato com o meio natural e a realização de atividades de maior interação com fauna, flora e culturas diferenciadas – vem fazendo do Pantanal um destino turístico a ser considerado nos planos dos viajantes. Resultado disso, é uma dinamização sócio espacial da região do Pantanal de Mato Grosso.

São três as principais regiões turísticas pantaneiras no estado, que apesar de pertencerem ao mesmo bioma, figuram-se estruturas e dinâmicas de desenvolvimento diferenciadas. São elas: a região de influência do Rio Paraguai, tendo como porta de entrada a cidade de Cáceres, distante 200 km da capital Cuiabá; a região de influência do Rio Cuiabá com as grandiosas baías de

Chacororé e Sinhá Mariana, que tem como porta de entrada a cidade de Barão de Melgaço, distante 112 km da capital; e a terceira região, que é caracterizada pelas atividades turísticas realizadas ao longo da Rodovia Transpantaneira, tendo como porta de entrada a cidade de Poconé, distante 100 km da capital Cuiabá.

Esta terceira região, até a década de 1970, era considerada pouco produtiva, devido às características naturais, para o modelo brasileiro, que concebia Mato Grosso como um celeiro natural. A grande produção agropastoril que se desenvolveu no estado deu-se mais nas áreas de cerrado e de floresta amazônica, na região centro-norte do estado.

A ocupação humana no Pantanal não é recente, visto que antigos grupos caçadores-coletores deram origem a sociedades indígenas organizadas e altamente complexas – como é o caso dos Guaranis, Xarayés, Guanás, Guatós, Payaguás e Guaikurús – que permaneceram na região até a chegada de colonizadores brancos no século XVIII. A partir do contato destas sociedades indígenas com os colonizadores portugueses e também com os negros escravizados da África, originou-se um organismo social único, diverso, rico e contraditório. O pantaneiro, é então, quem por muito tempo deu e dá sentido ao Pantanal, que aprendeu a viver com os ciclos da natureza, sobretudo com o movimento de cheias e vazantes que tão bem caracterizam o bioma.

A água talvez seja o elemento principal no imaginário coletivo quando se refere ao Pantanal, pois é a partir dela que os demais elementos vão se moldando, já que a fauna e a flora se mesclam ao longo de um suave relevo, cortado por pequenos rios e corixos (riachos perenes), dando ritmo à vida do pantaneiro.

Em meio a essa evolução da ocupação do Pantanal, descobriu-se o ouro, no século XVIII, e a atividade ainda que com suas vicissitudes, continua se mantendo como um importante gerador de renda para o município de Poconé – mesmo com algumas inconsistências no que se refere à sustentabilidade natural. Outra atividade importante que também se desenvolveu ao longo da história pantaneira, que inclusive hoje ajuda a identificar o morador do Pantanal é a pecuária. Esta, também iniciada a partir da chegada dos colonizadores encontrou um ambiente propício para se desenvolver, pois as vastas planícies que o bioma revela nos períodos de vazante da água transformam-se em pastagens naturais para o gado e, por isso, a atividade pecuária também ainda se faz presente na

região, sendo importante tanto para questão econômica como também sociocultural.

Portanto, são os movimentos globais, regionais e locais, do tempo sobre o espaço pantaneiro – muitas vezes combinados e ordenados por uma lógica de produção e de comercialização de múltiplas escalas – que ajudam a formar e transformar o Pantanal, visto que, concordando com Costa e Gomes (1988) é no espaço que são travados embates, estão cicatrizes de lutas, erguem-se monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se conhece como vida moderna, no espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos.

Assim, o processo de desenvolvimento desigual e combinado, resultado de um *continuum* histórico, possibilitou que a Região do Pantanal fosse tardiamente inserida na lógica produtiva do interesse capitalista – a partir das décadas de 1980/1990. Isso, não pelas vias da produção agrícola, como ocorreu nas demais regiões do estado de Mato Grosso, e sim através do Turismo. Pelo fato do Capital, considerar a região improdutivo para a agricultura<sup>1</sup> – devido à combinação de fatores biofísicos e de custos, para aquele momento – seu ecossistema permaneceu quase que inalterado, tendo como intervenção principal a abertura da Rodovia Transpantaneira na década de 1970.

A construção da rodovia aliada à preservação ambiental, combinadas com as discussões mundiais sobre meio ambiente x economia, possibilitou que o Turismo fosse considerado como um elemento possível para gerar o desenvolvimento regional no Pantanal, tornando aquele espaço de alguma forma economicamente rentável.

Assim, o turismo em áreas naturais no Pantanal, passou a ser amplamente usado como discurso e objeto de políticas públicas, investimentos privados e propagandas de nível nacional e internacional, sobretudo com a denominação de ecoturismo. Esta foi a alternativa econômica encontrada para o Pantanal, visto que, não se admite mais espaços sem função econômica. Até mesmo as áreas de

---

<sup>1</sup> A pecuária tradicional historicamente presente no Pantanal utiliza-se das pastagens naturais, não intervindo de forma expressiva na alteração do bioma.



preservação passam a ser estratégicas para algumas atividades lucrativas, como é o caso do ecoturismo, por exemplo.

Além dessas questões mais evidentes sobre o Turismo na região da Transpantaneira, existem outras não tão explícitas, mas com implicações igualmente importantes a serem analisadas, como é o caso do discurso ideológico desenvolvimentista, atrelado ao Turismo. Com o passar do tempo, a atividade foi sendo absorvida, aceita e utopicamente desejada como ferramenta de um desenvolvimento sustentável integral: abarcando aspectos econômicos, ecológicos e culturais. Porém, tal questão é passível de críticas, carecendo de análises mais aprofundadas sobre os verdadeiros efeitos do Turismo no ordenamento espacial do Pantanal, para além do discurso.

Reconhece-se que a atividade turística trouxe transformações para o espaço econômico e social do Pantanal, visto que se integrou como alternativa produtiva local, fazendo com que algumas antigas fazendas de criação de gado diversificassem sua economia, adaptando parte ou toda sua composição para a atividade turística, estruturando-se como meios de hospedagem e alimentação, além de servirem de cenário para a realização de diversas atividades ligadas ao turismo em área natural. Da mesma maneira, regulamentou-se algumas áreas de preservação ambiental, como a criação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense em 1981<sup>2</sup>, com 135.000 ha., e outras áreas de interesse ecológico como a Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal em 1997<sup>3</sup>, com 87.874,44 ha., e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro em 2001, no estado do Mato Grosso do Sul, com 7.000 ha. – que também contribuíram para a perpetuação de ações de preservação e, conseqüentemente, incentivaram o desenvolvimento do Turismo com certa identidade ambiental.

Além disso, segundo a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA MT (2017), o Pantanal passou a ser considerado como Patrimônio Nacional, pela Constituição Federal brasileira e Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade, pela UNESCO em 2000, o que intensificou ainda mais a divulgação

---

<sup>2</sup> Decreto nº. 86.392 de 24 de setembro de 1981.

<sup>3</sup> Portaria nº 7197N do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA de 04 de julho de 1997.

desse bioma em nível nacional e internacional, atraindo a atenção de turistas, excursionistas, pesquisadores e também de investidores do setor.

Com o fluxo de visitantes e estruturação das pousadas, novas oportunidades de trabalho foram se organizando, combinadas direta e indiretamente com o Turismo, e este, a partir da década de 1990 passou a integrar o sistema produtivo local, de forma mais efetiva. Por conseguinte, o Pantanal – que até então era considerado uma região pouco estratégica para a lógica produtiva capitalista – por meio do Turismo, insere-se fortemente neste contexto. Como resultado disso, houve uma maior valorização das terras, certo direcionamento da força de trabalho para atividades turísticas (pois ainda é difícil afirmar que há uma especialização), alterações de determinadas infraestruturas e algumas mudanças na paisagem, resultando na dinamização do espaço econômico e social do Pantanal.

A leitura do espaço geográfico da Transpantaneira através do viés de uma atividade produtiva, no caso o Turismo, pode revelar aspectos da dinamicidade daquele espaço, desencadeando três possíveis cenários: A) mudanças sócio espaciais profundas e significativas com vistas a maior justiça social, B) manutenção e reprodução das desigualdades historicamente constituídas e, C) Agravamento das desigualdades sócio espaciais, provocando maior dependência econômica e problemas socioambientais.

Diante desses aspectos, questiona-se que o Turismo pode não ter gerado o desenvolvimento esperado, como sempre foi e é reforçado nos discursos. Pelo contrário, há a hipótese de que o Turismo é usado como estratégia (consciente ou não) de reprodução e reforço das desigualdades socioeconômicas regionais, historicamente construídas no Pantanal. É certo que a atividade passou a ser uma alternativa econômica para os produtores locais e também para o(a)s trabalhadore(a)s, mas as transformações perpetradas pelo Turismo no Pantanal, podem não ter sido suficientes para marcar uma mudança na qualidade de vida dos homens e mulheres da região. Outrossim, o Turismo é sim uma alternativa produtiva para além do garimpo e da pecuária na região, mas quais são os reais efeitos da atividade para aquele espaço? Dessa maneira, acredita-se que é possível estabelecer uma leitura espacial da região da Transpantaneira a fim de se compreender as transformações impulsionadas pelo Turismo.

Enquanto atividade econômica organizada, o Turismo, nasce no berço da estruturação do sistema capitalista, mais precisamente na primeira metade do século XIX e, muitas vezes se vale dos mesmos mecanismos convencionais de desequilíbrio de forças entre os envolvidos no processo de produção, porém, sobretudo, a partir da década de 1990, o Turismo convencional massivo, vem sendo estudado e criticado por diversos estudiosos<sup>4</sup>, dando lugar a teorias, discursos e projetos que propõem uma forma alternativa de estruturar a atividade. Esta seria menos excludente, com maior participação e autonomia das comunidades envolvidas, portanto mais sustentável e com melhores garantias de promoção de desenvolvimento local.

Na realidade pantaneira, isso pode não ter acontecido de forma efetiva, porque o Turismo por seu discurso sustentável e desenvolvimentista possivelmente tem contribuído para imprimir na sociedade uma esperança de melhoria de condições de vida, mas que ainda se trata de uma utopia, pois segundo os dados oficiais, a região do Pantanal continua mantendo baixos índices de desenvolvimento. Se tratando de modo mais específico da região da Transpantaneira, mesmo com a inserção do Turismo na dinâmica produtiva regional, aquele espaço ainda pode estar subjugado a velhos processos e estruturas sociais, de dominação e de aceitação, sem questionamentos, resistências ou verdadeiras mudanças estruturais da sociedade.

A estratégia para compreensão das transformações da realidade social da Transpantaneira demanda, de certo modo, conhecer as regras gerais que regem os movimentos em que o Turismo se insere cada vez com mais força no processo produtivo mundial, mas, para isso, é necessário desvendar as especificidades de momentos e processos particulares. Dessa maneira, este estudo tem como objetivo geral, analisar a influência do Turismo na transformação sócio espacial do Pantanal da Transpantaneira e de seus efeitos no desenvolvimento local. De forma específica almeja-se:

- Pontuar as principais variáveis locais e globais que tiveram implicações na organização sócio espacial da região da Transpantaneira.

---

<sup>4</sup> Cater (1993), Clarke (1997), Goodwin (2012), Font e Harris (2004), Johston e Tyrrel (2005), Krippendorf (1987), Lindeberg e Hawkins (1995), Sharpley (2000), Swarbrooke (2000), Tribe (1999).

- Reconhecer os efeitos das políticas públicas turísticas aplicadas na região do Pantanal.
- Estabelecer uma correlação entre os principais índices socioeconômicos locais e a evolução do Turismo na Transpantaneira.
- Caracterizar a atuação das forças produtivas locais, representadas pelo(a)s trabalhadore(a)s e empresário(a)s das pousadas localizadas ao longo da Transpantaneira.
- Definir se o Turismo é fator de desenvolvimento local ou reproduzidor das contradições historicamente constituídas na região.

Trata-se de uma investigação de caráter crítico sobre a atuação do Turismo como fator de dinamização da região da Transpantaneira inserindo-a no processo produtivo mundial. Dinamização esta, em primeira vista de caráter apenas econômico, mas que igualmente pode possuir algumas particularidades não tão explícitas, com efeitos para o ambiente natural, para as relações sociais e também para o próprio desenvolvimento local.

A tradição brasileira segue uma dinâmica mundial de defesa do Turismo como alternativa econômica e inquestionável promotor do desenvolvimento. Contudo, através de uma aproximação mais criteriosa de localidades em que a atividade se estrutura, a realidade pode ser outra, em que apenas a geração de emprego e incremento de renda assumem o significado de desenvolvimento, camuflando contradições e desigualdades sócio espaciais que vão se reproduzindo ao longo do tempo.

Por isso, é importante - em análises como a que aqui se propõe - discutir o que se considera desenvolvimento, pois o Turismo, por ser uma atividade econômica, pode também produzir e reproduzir incoerências e relações díspares tais como: diferenciações de desenvolvimento entre localidades emissoras e receptoras de visitantes; relações desiguais entre os donos dos meios de produção (no caso do Turismo, as empresas turísticas), e o(a)s trabalhadore(a)s que vendem sua força de trabalho por um salário, muitas vezes, baixo.

Sobre essa última questão, há uma contradição que merece ser discutida, em torno da atividade turística: apregoa-se que o Turismo é a terceira<sup>5</sup> maior atividade exportadora do mundo, gerando milhões de postos de trabalho, mas esses dados escondem pouca especialização do(a)s trabalhadore(a)s e, por conseguinte, baixos salários. Portanto, é preciso ir um pouco mais a fundo, aliando os aspectos quantitativos aos qualitativos da relação entre Turismo, Desenvolvimento e Dependência, perfazendo análises sobre os efeitos sócio espaciais que a atividade tem sobre as localidades.

O Turismo como fator de dependência ou de contradições sócio espaciais é mais evidente em localidades com alta concentração de capital estrangeiro. Já em outras localidades, como é o caso do Pantanal, esse processo pode ser camuflado por um discurso ideológico reproduzido constantemente por uma crença em um futuro melhor, que pode ludibriar inclusive quem pouco ou nada se beneficia da atividade. Essa questão de ideologia ou crença no Turismo como promotor de um futuro melhor, também alude a agentes públicos formuladores de políticas de Turismo e mesmo aos(as) empresário(a)s que se beneficiam desse utopia, agindo, – muitas vezes em conjunto para – via discurso ideológico - reproduzir uma ordem social (que não necessariamente é justa) que lhes seja conveniente.

Este trabalho, tem um viés ainda pouco explorado nos estudos sobre o Turismo, visto que ele é considerado como um agente ideológico, e de expressão das relações de poder no Pantanal de Mato Grosso, mais especificamente na região sob influência da rodovia Transpantaneira.

Não se pretende estruturar uma crítica simplista ao Turismo, mas, sim, de reconhecê-lo como um agente de (trans) formação do espaço geográfico, evidenciando a dualidade entre desenvolvimento e dependência que a atividade pode exercer em um determinado espaço, com efeitos para além da economia, mas também de domínio social e ecológico. Trata-se de uma primeira investigação de caráter mais crítico e denso sobre as transformações operadas pelo Turismo na realidade do Pantanal, e, a partir desta aproximação, outros estudos poderão ser aprofundados, estruturando um acompanhamento do comportamento da realidade turística sobre o território pantaneiro. Além disso, esta investigação poderá auxiliar

---

<sup>5</sup> Dados da Organização mundial do Turismo – OMT (2018), disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/08/1635612>

teórica e metodologicamente outras investigações em diversos espaços turísticos, não só da realidade mato-grossense, mas de outras em que o Turismo possa ser considerado como agente de (trans) formação.

Esta tese está estruturada em uma organização lógica de assuntos, em que na **primeira parte**, a Introdução, apresenta a temática discutida, ressaltando a problemática em estudo e os assuntos que vão estruturar o trabalho tais como Turismo, (trans) formação do espaço geográfico do Pantanal da Transpantaneira, processo produtivo, papel ideológico do Turismo e a questão do desenvolvimento. Ao mesmo tempo são apresentados os objetivos geral e específicos, justificando-se também a importância da investigação crítica para a melhor compreensão da realidade do Turismo agindo no espaço pantaneiro, que poderá servir de base para o desdobramento de novos estudos, inclusive em outras realidades.

Na **segunda parte**, a Metodologia é detalhada para caracterizar como a pesquisa se organiza, bem como os procedimentos técnicos para a coleta e a análise de dados, sendo ressaltada a importância da pesquisa bibliográfica para a estruturação do trabalho, além das técnicas que foram utilizadas, tais como a combinação de uma matriz de periodização, com o índice de desenvolvimento turístico local e o posicionamento da distinção segundo o ciclo de vida do produto turístico proposto por Buttler (1980), a fim de obter-se um diagnóstico um pouco mais acurado sobre a realidade turística da Transpantaneira.

A **terceira parte** do documento é composta pelos capítulos de estruturação e discussão teórica da investigação. O terceiro capítulo traz uma reflexões sobre “Espaço, Tempo, Técnica e Trabalho”, tendo como subitens os temas que tratam do “Espaço como objeto de estudo da Geografia e a questão do método”, o “Espaço geográfico” e a “Técnica, o trabalho e os sistemas produtivos como suporte para a análise espacial”, finalizando com o tema do “Trabalho como categoria reveladora das espacialidades”. O quarto capítulo, trata das questões do desenvolvimento tendo como suporte o diálogo entre a Geografia e o Turismo, com foco especial na teoria do desenvolvimento desigual e combinado ou a teoria da negação que ajuda a explicar as desigualdades geradas historicamente no Pantanal e que podem ser revertidas ou consolidadas com o Turismo, além de tratar de assuntos relativos ao desenvolvimento e a sua relação com o Turismo.

A **quarta parte** é dedicada a apresentar os resultados da pesquisa, decorrência de investigação documental, bibliográfica, observação e aplicação de entrevistas aos atores selecionados. Compõem os resultados a caracterização da região de estudo (Capítulo 5), contextualizando o processo histórico de formação do Pantanal, com ênfase em alguns marcos como a construção da rodovia Transpantaneira e seus efeitos sobre o espaço analisado e implicações para o Turismo.

Ainda, neste capítulo é feita uma breve descrição da atualidade econômico-social do Pantanal da Transpantaneira, relacionada com a atividade turística. O Capítulo 6 estrutura-se pela a apresentação de dados mais específicos sobre a relação entre os atores produtivos locais, sobretudo o(s) proprietário(a)s e trabalhadores(a)s das pousadas da Transpantaneira.

São apresentadas as características de cada grupo, em torno do trabalho com o Turismo e suas impressões acerca da atividade, enquanto promotora de desenvolvimento local. O tema geral do capítulo é “Turismo, Desenvolvimento e outras discussões sobre o Pantanal da Transpantaneira: contradições no Éden”; e os sub temas são: “As pousadas da Transpantaneira e a dinâmica turística”, “A força dos empresários e empresárias das pousadas da Transpantaneira para o Turismo local”, “Políticas Públicas de Desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira: ações e impressões”, “A F3 operando (ou não) no ordenamento do espaço turístico da Transpantaneira”, “A força dos trabalhadores e trabalhadoras das pousadas da Transpantaneira para o Turismo local”, “Turismo e Desenvolvimento no Pantanal: a visão do(a)s proprietário(a)s e do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas da Transpantaneira” e “A Matriz de posicionamento do desenvolvimento turístico da Transpantaneira”.

Na **quinta parte**, são apresentadas as Considerações Finais, reforçando a tese desenvolvida, sobretudo, retomando o questionamento inicial sobre o tipo de desenvolvimento que o Turismo tem operado na região e, as considerações sobre a necessidade de um novo modelo de organização produtiva – via Turismo, garantidor de uma verdadeira autonomia dos grupos e da região da Transpantaneira, abrindo-se possibilidades para a continuidade da investigação.

Para encerrar, apresenta-se a bibliografia consultada e outras fontes de pesquisa, bem como os Apêndices que compõem a tese.





*Considerando que os mesmos pensamentos que temos acordados, também podem nos vir quando dormimos, sem que nenhum, e em qualquer dessas ocasiões, seja verdadeiro, resolvi fingir que todas as coisas que se haviam implantado no meu espírito, não eram mais verdadeiras que as ilusões dos meus sonhos.*  
(DESCARTES, 1979, p. 46)

## 2 METODOLOGIA

Objetivando compreender as dinâmicas que explicam a vida social na região da Transpantaneira, antes de tudo é necessário considerar que algumas leis gerais que estruturam certas regularidades e irregularidades são resultado de uma construção social, criada pelos homens e mulheres no decurso da história e, por isso, são mutáveis com o tempo, possíveis de serem transformadas pela ação humana, porque *“la búsqueda de regularidades que expliquen la vida social no supone el desprecio por las particularidades de los hechos singulares”* (OSORIO, 2016, p.80).

Partindo da leitura das particularidades, não é possível analisar o Pantanal tão somente como um simples agregado de indivíduos, mas como uma entidade complexa superior às particularidades dos seus sujeitos. Para entender essa sociedade, parte-se dos aspectos relacionais, mais especificamente os inseridos no Capital, entendido por Marx (1993) “não como uma coisa em si, mas relação social de produção histórico-social”. Segundo Osório (2016, p.72):

---

<sup>6</sup> A busca de regularidades que expliquem a vida social não supõe o desprezo pelas particularidades dos fatos singulares. (Tradução nossa).



*El capital expresa de manera concentrada una forma de sociedad organizada sobre la base de propietarios de medios de producción que entran en relaciones sociales a partir de esa situación concreta propiciando la gestación de trabajo excedente en la forma de plusvalía, una de las formas o encarnaciones del capital<sup>7</sup>.*

Isso porque nenhum indivíduo constitui um ser isolado, pois a própria noção de indivíduo se faz a partir de aspectos relacionais. Não significa negar a individualidade, que se faz também por meio do respeito, em sociedade, pelas características próprias de cada ser.

São as diferentes individualidades, respeitadas (ou não) no conjunto dos seres que estruturam a sociedade, isso porque, ainda, segundo Osório (2016), primeiro o indivíduo se constitui em sociedade, o que implica que não é possível a individualização alheia ao entremeado de relações sociais que denominamos de sociedade. Assim, para entender o comportamento social dos indivíduos é preciso conhecer primeiro as relações sociais nas quais os indivíduos se encontram inscritos e, a partir daí explicar as suas decisões e as opções sociais que tomam.

Dessa maneira, o sujeito é uma entidade transindividual, com vontades, que se expressam através dos grupos que compõe, havendo então operações e atividades hierarquicamente mais relevantes que outras na articulação e na organização da unidade societal.

Na análise da realidade da Transpantaneira, considera-se o aspecto relacional entre dois grupos ou classes principais que apresentam uma ligação dialética. Primeiramente estas duas classes se complementam, pois, a existência de uma depende da outra, porém são antagônicas no que se refere às condições de organização e produção.

A primeira é a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2016), ou trabalhadore(a)s, que não possuem propriedade da terra e, por conseguinte, não são os donos do meio de produção, sendo compelidos a vender sua força de trabalho para sobreviver. A segunda classe é a do(a)s proprietário(a)s de terras, que dinamizam o capital por meio da pecuária e do Turismo.

---

<sup>7</sup> O capital expresa de maneira densa una forma de sociedade organizada sobre a base de propietarios de meios de producción que entran en relaciones sociales a partir dessa situación concreta propiciando a geração de trabalho excedente na forma de mais-valia, uma das formas ou encarnações do capital. (Tradução nossa).

Considerando as duas classes como antagônicas e complementares (na lógica produtiva capitalista) atuando como forças que agem na formação e transformação do território, é possível também acrescentar uma terceira força importante nesse processo: o poder público, que atua através de políticas básicas e específicas para a estruturação do Turismo e de outras atividades produtivas, além do ordenamento social, que impacta diretamente nas conformações do território, passando a figurar-se como uma terceira força agindo sobre o espaço. Assim,

[...] podemos dizer que os espaços turísticos sugerem e evoluem em função de uma dinâmica alimentada pela ação de determinados atores. Nesse sentido, o turismo, do mesmo modo que qualquer outra atividade – como a indústria, por exemplo -, é um elemento atuante na transformação de lugares já existentes quanto na criação de novos (SILVEIRA, 2014, p.26).

Para a compreensão da organização da sociedade pantaneira a partir das forças produtivas, é possível considerar que o(a)s trabalhadore(a)s e empresário(a)s locais do Turismo compõem o conjunto da Infraestrutura e o poder público comporia o conjunto da Superestrutura – elementos de análise propostos por Marx para entendimento da estrutura social, pois segundo Bodart (2016, *on line*),

Para Marx, a infraestrutura trata-se das forças de produção, compostas pelo conjunto formado pela matéria-prima, pelos meios de produção e pelos próprios trabalhadores (onde se dá as relações de produção: empregados-empregados, patrões-empregados). [...] A superestrutura é fruto de estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio. Trata-se da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica (Estado, Religião, Artes, meios de comunicação, etc.).

Contempla-se então, para a realidade de estudo, os seguintes elementos envolvidos na análise da relação entre a classe do(a)s trabalhadore(a)s e empresário(a)s locais, transpassada por uma terceira força – a dos agentes públicos:

**F1** – Força 1, representada por trabalhadore(a)s das pousadas cujo perfil, modo de organização, bem como as características de trabalho serão apresentadas como parte dos resultados da pesquisa de campo.

**F2** – Força 2, representada pelo(a)s proprietário(a)s das terras - que compram a força de trabalho do(a)s trabalhadore(a)s - com perfil também representado nos resultados deste trabalho.

**F3** – Força 3, representada pelos agentes públicos, em esfera federal, estadual e municipal que atuam no ordenamento social, territorial e econômico através de políticas públicas, específicas ou não da atividade turística. Estes é que outorgam as condições e possibilidades para a reprodução do Capital.

**MP** – Meio de Produção, que consiste na terra (onde se estruturam as pousadas e se efetivam os passeios turísticos). A partir das forças **F1** e **F2** organiza-se um processo produtivo que para o Espaço-Tempo analisado também tenha suas características próprias a serem reveladas.

**ATs** – Atividades Produtivas. A partir da terra estruturam-se duas atividades produtivas principais: a pecuária tradicional e o Turismo. O Espaço-Tempo de análise é marcado pela organização dessas duas atividades produtivas, contudo, o foco de análise nesta investigação está em torno do Turismo.

**DPA** – Dinâmica Produtiva de Análise. A dinâmica produtiva é o detalhamento organizacional, espacial e relacional resultantes das **ATs**, no **MP** do Pantanal a partir das **F1**, **F2** e **F3**.

Desta maneira, considera-se para a realidade da Transpantaneira o seguinte esquema de decomposição para análise:

FIGURA 1 – ESQUEMA SOBRE A DINÂMICA PRODUTIVA DE ANÁLISE (DPA) PARA O TERRITÓRIO DA TRANSPANTANEIRA



FONTE: O autor (2017).

A Dinâmica Produtiva de Análise (DPA) representa o detalhamento das relações sociais a partir de uma apreciação geral em que o Espaço é considerado como resultado do movimento do tempo e a sua totalidade vai além da soma das partes, assim como essa mesma DPA ao revelar as características sociais em questão, vai além da soma de seus indivíduos. Essa totalidade é uma unidade complexa, articulada e hierarquizada nos elementos que a compõem, cuja compreensão não se alcança pelo simples somatório de partes pois “*reunir todos los hechos no significa aún conocer la realidad y todos los hechos (juntos) no constituyen aun la totalidad*”<sup>8</sup> (KOSIK, 1967, p. 55).

A classe de trabalhadore(a)s se relaciona de maneira própria com a classe de empresário(a)s, ordenados pelas atividades econômicas, como é o caso do Turismo, dando origem a uma Dinâmica Social específica, que suplanta as

<sup>8</sup> Reunir todos os fatos não significa também conhecer a realidade e todos os fatos (juntos) não constituem também a totalidade. (Tradução nossa).

características dos indivíduos que a constituem. Assim, busca-se estabelecer quais relações e de que maneira elas têm maior incidência na explicação da dinâmica social e econômica e de como elas se produzem e reproduzem no Pantanal da Transpantaneira. Essa totalidade analisada no Pantanal, é contraditória, formada por dois polos ou classes muito bem marcadas, que se atraem e se repelem em um movimento que dá certa organicidade à Dinâmica Social.

Para o entendimento das forças de atração e repulsão do(a)s trabalhadore(a)s (F1) e dos proprietário(a)s (F2), parte-se da análise da organização produtiva dinamizada pelo Turismo, pois no “atual cenário globalizado da economia, no qual o Turismo também se insere enquanto atividade econômica, novos elementos surgem como fundamentais na busca pelo seu desenvolvimento, notadamente nas escalas regional e local” (SILVEIRA, 2005, p. 138). Desse processo, originam-se relações e materialidades que podem ser descritas e compreendidas.

O entendimento da relação dessas duas classes é a expressão mais importante para a explicação da realidade social gerada pela ação do Turismo na Transpantaneira. Por consequência, a totalidade de análise é formada pela contraposição dessas duas classes, que no processo de interação formam e transformam o território pantaneiro, mas também sob a influência de políticas públicas operadas pela força do Estado, ou do Poder Público (F3), pois,

A reprodução das relações de produção não é garantida tão somente pelo sistema capitalista, mas diariamente reafirmado pelo Estado enquanto legislador e repressor, um lócus de pensamentos estratégicos que utilizam as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores depõem (SILVA, 1988, p. 72).

Logo, a partir da análise de uma atividade produtiva, que nesse caso é o Turismo em uma área determinada – a Transpantaneira –, é justificável a consideração do Poder Público nesse processo, pois como afirma Harvey (2018) o Estado é um elemento ativo na garantia da continuidade e da ampliação da circulação do capital, garantindo a base legal e jurídica da governança capitalista e de suas instituições de mercado, assumindo também funções regulatórias relacionadas a políticas trabalhistas (duração da jornada de trabalho e outras regulamentações trabalhistas), dinheiro (cunhagem e moedas fiduciárias) e arcabouço institucional do sistema financeiro.

Logo, a partir da atuação das forças produtivas locais (F1 e F2), reguladas por políticas públicas que obedecem a uma lógica que se estrutura para um certo *modus operandi* em torno de um sistema mundial interconectado, o modo capitalista. Diz-se interconectado, pois mesmo as políticas públicas nacionais, regionais e locais – que se estruturam a partir de suas características próprias – obedecem a um certo ritmo mundial, os espaços estão interconectados sobretudo via comércio, e a sobrevivência das localidades depende dessa interconexão mundialmente estabelecida.

A partir da consciência dessas conexões do local com as escalas regionais nacionais e globais é possível estabelecer uma leitura geográfica das transformações do espaço social e econômico de espaços como a da Transpantaneira.

As interconexões dessas três forças (trabalhador, proprietário/empresário e poder público), via Turismo, naquele espaço revela algumas estruturas, formas, funções e um aparato ideológico bastante singular, que carece de explicação, pois, desse modo, outros espaços também podem ser compreendidos, como se apresenta na Figura 2.

FIGURA 2 – TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO E SOCIAL DO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA A PARTIR DA INSERÇÃO DO TURISMO NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL



FONTE: O autor (2017).

Tratando-se de uma totalidade complexa, esta é analisada segundo alguns critérios a fim de descrever e compreender determinados elementos da sua



dinâmica, pois segundo Popper (1994), se quisermos estudar uma coisa, nos vemos obrigados a selecionar alguns aspectos dessa realidade, já que não nos é possível observar ou descrever uma parte inteira do mundo e qualquer totalidade assim concebida não pode ser nunca objeto de nenhuma atividade científica.

A *démarche* geral que orienta a investigação é a da abstração que implica em privilegiar a relação social capital-trabalho, a partir do Turismo como atividade produtiva na realidade da Transpantaneira. Isso não significa abandonar as outras relações sociais, pois é preciso considerar a totalidade que envolve o objeto, observando a práxis, a contradição e a mediação na busca da essência dos fatos.

Sobre isso, García (2007, p. 466) aponta que:

*La teoría es capaz de dar cuenta de la vasta gama de fenómenos sociales que se dan en el seno de la sociedad, por lo que su generalidad y su multidimensionalidad se caracterizan por un alto nivel de abstracción. La pretensión de dar cuenta de todo lo social implica la ambición de la aplicabilidad universal de la teoría a todos los fenómenos sociales, desde los aspectos de mayor generalidad (la sociedad, el sentido, la confianza, el riesgo, etc.) pasando por los subsistemas societarios (la política, la economía, la ciencia, la religión, etc.) hasta alcanzar los aspectos particulares de la interacción (el amor, el dinero, el poder)<sup>9</sup>.*

Assim, parte-se da análise social, a partir das relações de mercado, tendo como produto principal o Turismo, que aparece como sinônimo de mercadoria, mesmo tendo características específicas que o diferem de outros produtos tradicionais tangíveis, pois trata-se de um conjunto de serviços que faz parte da anatomia da realidade econômico-produtiva do Pantanal e que, por isso, será priorizado.

Dessa forma, o turismo é mercadoria, pois segundo Hunt (1981), a mercadoria possui algumas características: 1) é algo que por seus atributos satisfaz as necessidades humanas (nesse caso, o Turismo contempla as necessidades de lazer, descanso, status etc.); 2) é depositário de valor de troca (no Turismo o agregado de serviços tem valor de troca, definido por seu composto, normalmente deslocamento, hospedagem, alimentação e passeios).

---

<sup>9</sup> A teoria é capaz de dar conta da vasta gama de fenômenos sociais que se dão no seio da sociedade e que, devido a sua generalidade e a sua multidimensionalidade, se caracterizam por um alto nível de abstração. A pretensão de dar conta do todo o social implica a ambição de aplicabilidade universal da teoria a todos os fenômenos sociais, desde os aspectos de maior generalidade (a sociedade, o sentido, a confiança, o risco etc.), passando pelos subsistemas societários (a política, a economia, a ciência a religião, etc.) até alcançar os aspectos particulares da interação (o amor, o dinheiro e o poder). (Tradução nossa).

Dessa forma, parte-se do método de decomposição da realidade social a partir de três dimensões, como é proposto por Osório (2016): Espaço, Tempo e Níveis de Análise.

Sobre os Níveis de Análise, estes remetem aos processos de abstração e concretude presentes na reflexão sobre a realidade estudada. Cada realidade é formada por concretudes, que normalmente são visíveis aos olhos, pois remetem a nossa percepção imediata da realidade. Além das concretudes existe um conjunto mais profundo e complexo, pois não se apresentam visíveis os processos e tendências que organizam e dão sentido à realidade, até porque, muitas vezes, a realidade pode não fazer sentido imediato, mas em uma análise mais profunda é possível compreender aspectos do processo, mesmo que não seja sempre justo.

Assim, no exame sobre as transformações do território da Transpantaneira, torna-se importante separar os elementos simples, mas fundamentais, no emaranhado que dá significação à realidade social, com a finalidade de analisá-los e a partir deles começar a articular uma explicação desse emaranhado e apreender o sentido da realidade social investigada, tendo como resultado um certo concreto explicativo um tanto síntese de múltiplas determinações, ou no dizer de Marx (1971), o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso.

Partindo-se das dimensões mais abstratas para as mais concretas os Níveis de Análise evidenciados na pesquisa são: modo de produção capitalista, formação econômica e social do Pantanal, conjuntura produtiva tendo o Turismo como força operante, modo e relação das forças (trans)formadoras do espaço geográfico local: trabalhadore(a)s, empresário(a)s e poder público.

Somente passando por esses níveis mais generalistas de abstrações é que será possível compreender as concretudes reveladas pela realidade da Transpantaneira, sobretudo ao considerar que nessa dinâmica de produção e reprodução da vida, pelo trabalho, o Turismo tem um papel a ser analisado. As concretudes se revelam em nível local, as quais serão descritas e explicadas, sob o corte do tempo nesse espaço previamente determinado de decomposição. Ciavatta (2014, p. 204) relata que “o pesquisador deve ser capaz de situar-se em um contexto concreto para pensar o desconhecido ou para recolher, sistematizar, analisar, extrair das informações um conhecimento que não estava dado”.



O conhecimento busca dar conta do processo que analisa, sendo que o processo se constitui de um desenrolar não linear histórico-temporal sobre o espaço, ou seja, os fenômenos são originados de um movimento de avanços e retrocessos, continuidades e interrupções, desenvolvimento e estagnação, idas e vindas<sup>10</sup>. O movimento no decurso histórico é marcado então, por contradições. Sem as contradições, não se produz história, não se produz fatos sociais e, por conseguinte, não há vida.

O movimento do tempo sobre o espaço, formando as dinâmicas sociais, é marcado pelo processo de trabalho, ou pela técnica, constituindo-se como um conjunto de características organizativas das sociedades humanas agindo sobre a natureza transformando-a e também sendo transformadas por esse mesmo processo.

Dessa maneira, é possível considerar que um sistema produtivo não é e nunca será eterno na história da humanidade. O que é eterno e inegável é o movimento e, é dele que se originam as marcas do tempo sobre o espaço, que podem ser entendidas a partir de uma organização ou forma produtiva. Em complemento a essa ideia de não linearidade do Tempo Social evidencia-se que a análise de uma organização produtiva, como o capitalismo, revela suas contradições, pois é resultado da organização humana e por tal, está contido no movimento histórico. Segundo Colletti (1978, p.26), para Marx, só os burgueses de horizontes limitados concebem as formas capitalistas como formas absolutas de produção, como formas naturais e eternas. Mas ao contrário, as formas econômicas que os homens e mulheres produzem, consomem e trocam são transitórias, históricas e,

*Al adquirir nuevas fuerzas productivas, los hombres cambian su modo de producción, y con el modo de producción cambian todas las relaciones económicas que no eran, más que las relaciones necesarias de aquel modo concreto de producción<sup>11</sup>. (MARX, 1981, p. 533)*

---

<sup>10</sup> O tempo social de análise é representado na Figura 1 de forma não linear, prevendo seu movimento, diferente do tempo cronológico (linear) convencional.

<sup>11</sup> Ao adquirir novas forças produtivas, os homens trocam seu modo de produção, e com o modo de produção trocam todas as relações econômicas que não eram, mais que as relações necessárias daquele modo concreto de produção. (Tradução nossa).

O tempo de análise refere-se ao Tempo Social, que é diferencial, heterogêneo e descontínuo, ao contrário do tempo cronológico. O tempo social é que imprime significados a porções de tempo tornando-o *qualitativo* (SOROKIN & MERTON 1937, p. 623 *in* MACHADO, 2012, p. 13).

Mas através de um exercício prático e explicativo tenta-se representar os dilatamentos e condensações do Tempo Social em uma linha temporal, correndo-se o risco de engessar o Tempo Social analisado nos padrões do tempo cronológico.

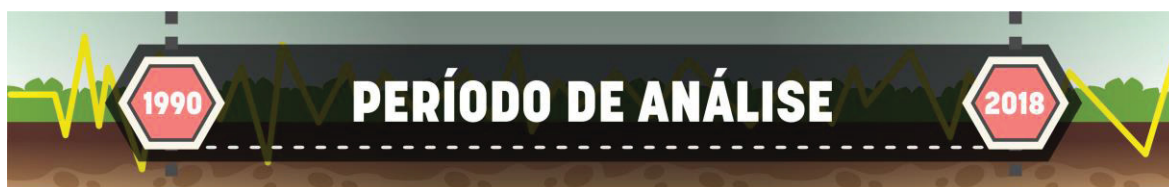
Braudel (1992) propõe uma periodização para as análises sociais em: a) Tempo Curto, que se refere a um acontecimento específico, privilegiando fatos e acontecimentos pontuais; b) Tempo Médio, que cronologicamente vai de uma dezena de anos a um quarto de século, proporcionando assim uma análise de conjuntura; c) Tempo Longo, que privilegia as concretudes dos marcos geográficos, destacando-se aspectos mais generalistas da organização social, política e econômica das civilizações.

Assim, é possível também falar em ritmo, ou seja, o ritmo do Tempo Curto é mais breve e concentrado, e por isso detém-se nos fatos, ou nos eventos (como será explicado na estruturação de uma matriz de periodização para o objeto de estudo), já que se torna mais difícil uma reflexão profunda de suas decorrências. Por sua vez, o ritmo do Tempo de Longa duração tem um ciclo mais longo e dilatado, em que apenas os fatos mais marcantes prevalecem, ou seja, aqueles que verdadeiramente marcam as sociedades em que ocorrem e podem ser relacionados a um movimento mais abrangente em outras localidades.

Osorio (2016) aponta que se deve buscar o significado e a incidência do Tempo Curto na Longa Duração, assim como a incidência e significação da Longa Duração no Tempo Curto e, justamente por esse motivo, para este estudo a delimitação do Tempo social será a de Média Duração, ou seja embarcar-se-á em um período cronológico a partir da estruturação do Turismo como parte do sistema produtivo no Pantanal, mais especificamente a partir da década de 1990 até os dias atuais. Isso porque se acredita que esse Tempo Médio de análise reflete um período, em que já se produziu uma certa conjuntura com uma condensação particular do Tempo Social dando características específicas ao processo social, político e ambiental no Pantanal.

Ressalta-se que fatos e marcos ocorridos antes desse período também serão tratados, bem como algumas possíveis reflexões acerca do tempo futuro, porém em menor profundidade, apenas com o intuito de auxílio histórico explicativo para se centrar no período principal, conforme demonstra a Figura 3.

FIGURA 3 – PERÍODO SOCIAL DE ANÁLISE DA PESQUISA



FONTE: O autor (2017).

Assim como o tempo, o espaço de análise precisa ser delimitado, considerando suas interconexões com outros espaços que fazem as regiões sofrerem influências e também influenciar as transformações de outros espaços. É inegável que o capitalismo, como sistema, precisa de espaços macrorregionais, mas esta organização econômico-social, também projeta ocupações de espaços menores, como a região e a localidade, sendo que a localidade aqui investigada apresenta certas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais que adquirem sentido, por meio também do Turismo e reclama por explicação, porque:

*Las oportunidades de proyección económica que el turismo representa han dejado marcas en diversos destinos turísticos, principalmente en aquellos que cuentan con recursos paisajísticos en el propio lugar y en sus alrededores. Partiendo de esta realidad en la planificación y la gestión, prácticas superpuestas en el proceso turístico, se torna esencial que exista legitimidad de los grupos sociales de interés, y no se puede dejar de lado el contexto territorial<sup>12</sup> (TELLES e GANDARA, 2014, p. 46).*

Assim, de forma objetiva apresenta-se o Quadro 1 contendo o resumo das categorias metodológicas eleitas para conduzir esta investigação: Objeto, Níveis, Espaço e Tempo de Análise.

<sup>12</sup> As oportunidades de projeção econômica que o Turismo representa tem deixado marcas em diversos destinos turísticos, principalmente naqueles que contam com recursos paisagísticos no próprio lugar e em seus arredores. Partindo desta realidade no planejamento e gestão, práticas sobrepostas no processo turístico, se torna essencial que exista legitimidade dos grupos sociais de interesse, e não se pode deixar de lado o contexto territorial. (Tradução nossa).

QUADRO 1 – RESUMO SOBRE A DECOMPOSIÇÃO DA REALIDADE SOCIAL DO PANTANAL, DE ACORDO COM O OBJETIVO DA PESQUISA

<b>Objeto de Análises</b>	A influência do turismo na transformação sócio espacial do Pantanal da Transpantaneira e seus efeitos no desenvolvimento local.
<b>Níveis de Análise</b>	<p><b>Abstrações:</b> O processo histórico de formação do território pantaneiro dentro de um movimento global no sistema produtivo. O papel do Brasil e do estado de Mato Grosso nesse movimento tendo como resultado a formação de um território ao qual, a princípio, foi negado de participar da lógica capitalista produtiva, mas que por esse mesmo movimento possibilitou que em um momento posterior pudesse voltar a integrar-se no processo produtivo, por vias do turismo.</p> <p><b>Concretudes:</b> A partir do turismo como agente de transformação da realidade local, as relações de produção precisam ser descritas e explicadas, revelando as estruturas os câmbios sociais e econômicos e consequências da participação dessa atividade na dinâmica de (trans) formação da realidade social e econômica do Pantanal. Revelam-se então as formas que as relações se dão no espaço, e os resultados dessa relação na estruturação da dinâmica do turismo – produzindo contradições que movem a história da Transpantaneira.</p>
<b>Tempo</b>	<p><b>Tempo social:</b> inserção do turismo no processo produtivo local.</p> <p><b>Tempo cronológico:</b> 1990 a 2018.</p>
<b>Espaço</b>	<b>REGIÃO:</b> A Região da Transpantaneira no Pantanal de Mato Grosso.

FONTE: O autor (2017).

Parte-se do pressuposto de que é a dinâmica do capital que organiza a vida em nosso tempo, mas além disso é necessário conhecer o comportamento do capital na realidade particular do Pantanal, dinamizada pela atividade turística, tendo reflexos no campo político, social e econômico.

A seguir, detalha-se os procedimentos técnicos utilizados para alcançar os objetivos específicos e, ao final, apresenta-se um complemento das técnicas empregadas que estruturaram o trabalho, sobretudo para a organização e análise dos dados.

### **Objetivo 1 – Pontuar as principais variáveis locais e globais que tiveram implicações na organização sócio espacial da região da Transpantaneira.**

Recorre-se a subsídios bibliográficos para estruturar uma breve evolução da formação da região da Transpantaneira, apresentando o processo de ocupação e desenvolvimento de algumas atividades produtivas e suas implicações para a conformação sócio espacial. Têm maior destaque as atividades do garimpo, da pecuária e mais recentemente do Turismo. A partir da apresentação da formação

histórica da região, é necessário também caracterizar outros aspectos locais tais como particularidades populacionais apresentando índices gerais sobre a população, economia e características culturais locais, visto que o Pantanal, ao longo do tempo, tem contribuído para dar identidade para as pessoas que lá habitam, ou seja, os pantaneiros.

A combinação do meio natural, com um ritmo próprio de cheias e vazantes associado aos movimentos globais e regionais de produção vão moldando a realidade local que, hoje, tem o Turismo como uma das atividades propulsoras. Dessa maneira, é necessário apresentar também as características biofísicas da região, que se diferem de outras regiões também pantaneiras, que atraem visitantes e, por conseguinte ajudam a estruturar a economia local. Para isso, apresenta-se também alguns dados sobre o turismo local, combinando informações coletadas nas visitas de campo com outras já levantadas na região. Detalha-se como é a dinâmica turística local, as principais atividades realizadas e algumas informações sobre os visitantes.

Foi dada ênfase a questões de como a política desenvolvimentista no Brasil e em Mato Grosso priorizou a região centro norte do estado, para a estruturação do agronegócio, e como a região do Pantanal foi considerada de pouco interesse para a ocupação e estruturação de atividades produtivas. Foi destacado que esse processo acarretou algumas consequências sócio territoriais como a relativa preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas pouco tecnificadas baseadas em alguns ciclos econômicos (como o garimpo e a criação tradicional de gado) e o baixo desenvolvimento econômico e social da região, que em conjunto, dão origem ao atual cenário do Pantanal.

Nesse íterim, é enfatizado o processo de abertura da Rodovia Transpantaneira (enquanto política pública), destacando seus objetivos iniciais, discutindo os efeitos da sua abertura para a realidade local, os principais beneficiados e quais as implicações da mesma sobre a paisagem e conformação territorial. Para isso, foram usadas fontes primárias e secundárias, tendo como base outros trabalhos de investigação, documentos e bibliografias sobre a rodovia. A pesquisa foi completada com informações coletadas por meio de entrevistas com pessoas que presenciaram e participaram do processo de abertura da Transpantaneira e por isso conseguem apontar alguns eventos marcantes a fim se

se traçar ou construir uma linha histórica dos fatos ocorridos na época. O foco da análise foi direcionado para os efeitos da Rodovia na conjuntura socioeconômica local, sobretudo para o Turismo – a partir da percepção de trabalhador(a)s e empresário(a)s locais.

Um terceiro ponto enfatizado foi o processo de inserção do Turismo como alternativa econômica na realidade. Foi pesquisado como se deu a estruturação do Turismo na região, destacando se foi decorrência de uma demanda planejada, resultante de políticas públicas ou estratégias privadas, ou se foi um processo desvinculado de estratégias de planejamento, oriundo de um conjunto de características mercadológicas e de pressão da atividade turística sobre o destino.

Para isso, estruturou-se uma relação com o movimento histórico destacando as principais circunstâncias em que o Turismo na Transpantaneira começou a se estruturar. As questões que foram respondidas nesse item foram: Como se deu o processo de desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira? Quais os principais marcos históricos sociais e culturais em nível mundial, nacional e regional que propiciaram o desenvolvimento do Turismo como alternativa econômica local? Quais as consequências desse modo de implantação do Turismo como alternativa econômica para a atual realidade da Transpantaneira?

## **Objetivo 2 – Reconhecer os efeitos das políticas públicas turísticas aplicadas na região do Pantanal.**

Este objetivo desenvolveu-se em duas partes principais, sendo a primeira, um breve relato histórico das principais políticas públicas nacionais, estaduais e locais relacionadas com o Turismo e com o ordenamento territorial que de forma direta e indireta estão ligadas com a Transpantaneira. Como marco histórico, foram priorizadas as principais ações públicas efetivadas a partir da década de 1970, com a abertura da Transpantaneira e a estruturação do Turismo na região, mas dando ênfase às políticas públicas dos anos de 1990 a 2018.

Planos, programas e projetos foram levantados com base no banco de dados do Ministério do Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, responsável pela pasta de Turismo, e, Secretaria Municipal de Turismo de Poconé. Além disso, foi investigado se alguma outra entidade participou de alguma forma com algum tipo de ação relacionada ao turismo local, como por

exemplo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), associações e entidades relacionadas ao ordenamento do Turismo.

Na segunda parte dessa análise, foi feito um detalhamento sobre o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, pois é o programa mais abrangente e estruturado em nível nacional para o desenvolvimento das destinações turísticas no Brasil. Foi apresentado um resumo das principais características do programa, com sua estrutura e formas de efetivação em Mato Grosso. Em seguida, uma análise foi estruturada sobre os efeitos do programa de Regionalização do Turismo na realidade da Transpantaneira, como ele contempla (ou não) a região, bem como os avanços dessa política pública para a área de estudo em termos de agendas de governança, investimentos em infraestrutura, capacitação, marketing, equipamentos e serviços.

Para alcançar os objetivos, foi feita uma pesquisa documental nos relatórios de atividades sobre a aplicação do Programa na Transpantaneira, tendo como base informações do Ministério do Turismo e outros organismos oficiais de turismo que atuaram como parceiros da execução do programa, sobretudo as secretarias do estado (MT) e do município (Poconé). A partir dos relatórios das atividades, foram selecionadas as principais ações contempladas na realidade da Transpantaneira, para uma análise de sua aplicabilidade real ou não e para a observação de seus efeitos.

### **Objetivo 3 – Estabelecer uma correlação entre os principais índices socioeconômicos locais e a evolução do Turismo na Transpantaneira.**

Baseando-se na hipótese de que o Turismo pode ou não ser fator de desenvolvimento local para a Transpantaneira foi necessário compilar alguns dados socioeconômicos sobretudo relacionados a educação, saúde e economia perfazendo-se uma análise sobre a evolução desses índices nas últimas décadas a fim de que se possa estabelecer uma relação deles com a estruturação da atividade turística. De forma mais específica buscou-se analisar se, a partir da organização do Turismo como alternativa econômica local, houve alguma melhoria dos índices locais e se seria possível relacionar isso com o Turismo.

Objetivamente tomou-se como base os dados do Índice do Desenvolvimento Humano – IDH do Programa das Nações Unidas para o



Desenvolvimento - PNUD, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, complementados pelos Cadernos de Indicadores de Mato Grosso produzidos pela Secretaria de Planejamento do Estado, além de informações disponibilizadas pela prefeitura municipal de Poconé.

Os dados apresentados para análise englobam, sobretudo, o período de 1990 até 2017, visto que os dados mais recentes de 2018 ainda não foram disponibilizados pelos governos do Estado e do Município, pois ainda estão sendo compilados. Uma dificuldade encontrada durante o levantamento foi a falta de dados específicos sobre a influência socioeconômica do Turismo na região da Transpantaneira. Portanto, foi somente a partir de algumas informações levantadas durante a pesquisa em nove das quatorze pousadas da Transpantaneira, que foi possível construir algumas informações preliminares sobre o Turismo local, tais como média de empregos e salários, relação com o comércio local, tipo de atividades, e características gerais de empreendedore(a)s e trabalhadore(a)s do Turismo local, além de se esboçar algumas considerações sobre a forma que o Turismo se estrutura na região e suas interconexões com outros espaços globais.

A partir dos dados levantados, é possível verificar uma relativa melhoria em quase todos os índices sócio econômicos locais, mas a grande questão que orientou a análise foi a possibilidade de se fazer uma relação entre os avanços desses índices e a ampliação da atividade turística local. Não é possível estabelecer uma análise superficial relacionando os progressos dos índices, inclusive do IDH, com a estruturação do Turismo na Transpantaneira, então, considerou-se também, na análise, os diferentes momentos políticos e econômicos do Brasil e do mundo ao longo do tempo analisado, pois estes movimentos também possuem relação direta com os índices, com o Turismo e, por conseguinte, com o próprio ordenamento sócio espacial a partir dessa atividade.

As questões que se buscou responder neste item foram: Teria, a atividade turística, alguma relação com a melhoria dos índices socioeconômicos da região da Transpantaneira? Se não fosse o Turismo, os mesmos índices se manteriam? Quais os verdadeiros reflexos positivos e negativos do Turismo na vida das pessoas do Pantanal?



#### **Objetivo 4 – Caracterizar a atuação das forças produtivas locais, representadas pelo(a)s trabalhadore(a)s e empresário(a)s das pousadas localizadas ao longo da Transpantaneira**

A caracterização das forças produtivas locais baseou-se na apresentação de dados sobre empresário(a)s, e trabalhadore(a)s do setor de hospedagem ao longo da Transpantaneira. Elegeu-se o setor de hospedagem, pois na dinâmica turística local, as pousadas resumem quase que totalmente as estruturas turísticas da localidade, visto que além de oferecerem serviços de hospedagem, agregam também, na maioria das vezes, alimentação, transporte, agenciamento receptivo e operação de passeios turísticos.

Os dados sobre a dinâmica turística local foram apresentados a fim de se compreender como é a operacionalização da atividade na Transpantaneira, esboçando-se de forma preliminar como se estrutura a cadeia produtiva deste setor para, também, estabelecer-se uma análise um pouco mais crítica sobre a mesma, baseando nas premissas de desenvolvimento que orientam este estudo. Para isso, inclusive, estruturou-se um capítulo específico para tratar das questões de desenvolvimento e sua relação com a atividade turística, para que fosse possível seguir um certo padrão de entendimento sobre o que aqui se considera desenvolvimento: autonomia local para além do crescimento econômico.

As unidades de análise eleitas para a pesquisa de campo foram as Pousadas da Transpantaneira que, no momento de estruturação da pesquisa, totalizavam quatorze, ao longo dos 144 km de extensão da rodovia. Foi possível efetivar visitas in loco e aplicar as entrevistas em nove pousadas. Para isso, estruturou-se um roteiro de entrevista (Apêndices B e C), com questões chave a serem levantadas. Salienta-se que as entrevistas ocorreram em forma de conversas com os atores selecionados, respeitando a oralidade e o ritmo de cada entrevistado, ou seja, o roteiro de questões serviu de base para o andamento das conversas. Esse método foi escolhido devido às características dos entrevistados, – proprietário(a)s ou gerentes das pousadas e também trabalhadore(a)s desses empreendimentos –, pois estes poderiam sentir-se inibidos por métodos mais formais.

A entrevista não foi aplicada de forma rigidamente estruturada em pergunta e resposta, tendo o roteiro apenas servido de base para dar fluidez à conversa.

Justifica-se então a extensão dos questionários, pois um mesmo tema era perguntando de diferentes formas, por isso o roteiro de entrevista aproxima-se mais a um roteiro de conversa.

Além disso, conhecendo-se o perfil dos entrevistados – em sua maioria pessoas simples – utilizou-se de um linguajar mais popular e próximo deles, distanciando um pouco dos formalismos acadêmicos pois, o objetivo era estreitar uma aproximação com o entrevistado a fim de que o mesmo ficasse mais à vontade para falar de sua vida, suas experiências e seus conhecimentos a cerca da região da Transpantaneira. Por isso, se fez necessário estruturar os dados coletados das entrevistas em blocos mais condensados, inclusive, as conversas com o(a)s trabalhadore(a)s pôde ser esquematizadas em uma ficha para facilitar a estruturação das informações (Apêndice D) e organização de gráficos para facilitar a leitura e interpretação dos dados.

As entrevistas foram agendadas previamente e ocorreram no decurso do ano de 2018 em diferentes momentos da sazonalidade turística do Pantanal (alta e baixa temporada) e todas foram gravadas e foi autorizado o uso das informações pelos participantes, que em nenhum momento foram identificados ou relacionados com as pousadas.

O(a)s trabalhadore(a)s não foram selecionados por nenhum critério específico, apenas travou-se uma tentativa de que os mesmos não fossem indicados pelos gerentes e proprietário(a)s, sendo escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador, que se hospedou nas pousadas, para aplicação das entrevistas. Assim, de acordo com o movimento de trabalho observado, buscou-se oportunidades de conversas com os mesmos, sobretudo em momentos de pausa do trabalho a fim de não interferir na dinâmica de funcionamento dos empreendimentos. Salienta-se que apenas uma das pousadas não autorizou a aplicação da entrevista com seus funcionários, justificando que todos eram recém contratados e não poderiam fazer nenhuma análise sobre o trabalho no empreendimento. Foram entrevistados 32 funcionários e/ou funcionárias no total, perfazendo uma média de 4 funcionários e/ou funcionárias por pousada.

Ressalta-se que além d(a)s trabalhadore(a)s diretamente relacionados com o trabalho nas pousadas, existe um outro grupo de profissionais que não foi entrevistado, pois não era o objetivo de análise. Trata-se dos profissionais liberais

Guias de Turismo, que prestam serviços para operadoras, agências e pousadas. Estes possuem um modo de trabalho diferenciado e, por conseguinte, têm uma relação com a Transpantaneira e com os empreendimentos turísticos bastante específica. Abre-se então uma oportunidade para a complementação da investigação perfazendo-se uma análise específica sobre a atuação dos guias de turismo na Transpantaneira e, como estes fazem suas próprias leituras da realidade local.

Outros atores intencionalmente não englobados na pesquisa foram os turistas, pois também não eram o alvo da investigação, mesmo sabendo que são importantes para a compreensão da dinâmica turística local e de seus efeitos na espacialidade da Transpantaneira. Apesar de não se estruturar uma interrogação direta com os visitantes, alguns dados sobre eles foram apresentados, estruturados a partir das informações fornecidas pelo(a)s proprietário(a)s, gerentes e funcionários das pousadas da Transpantaneira, que foram entrevistados.

Buscou-se neste item responder às seguintes questões: Como é a relação entre os agentes produtivos locais, representados pelo(a)s proprietário(a)s e trabalhadore(a)s dos meios de hospedagem da Transpantaneira e como essa relação implica na construção de (i)regularidades locais?

#### **Objetivo 5 – Definir se o Turismo é fator de desenvolvimento local ou reprodutor das contradições historicamente constituídas na região.**

Após caracterizar a atividade turística, foi realizada uma análise de como o Turismo tem contribuído, ou não para o desenvolvimento local. Assim, apresentaram-se os principais marcos positivos e negativos do desenvolvimento da atividade, como alternativa produtiva local. As questões que foram respondidas são: O que mudou e o que não mudou na realidade local com o desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira? Como está a condição de vida do(a)s trabalhadore(a)s locais, hoje com o Turismo? As relações entre trabalhadore(a)s e proprietário(a)s das pousadas alteraram de que maneira a estruturação do Turismo? Como o turismo é analisado, sob a ótica de trabalhadore(a)s e proprietário(a)s dos meios de produção, frente ao processo de desenvolvimento regional?

Assim, foram apresentadas discussões teóricas sobre o Turismo como vetor de desenvolvimento – ou não. Para relacionar as discussões teóricas com a

realidade do Pantanal, foram relacionados os dados com as informações prestadas por trabalhadore(a)s e empresário(s)/proprietário(a)s, por meio das entrevistas.

Para compreender o papel ideológico exercido pelo turismo no processo de reprodução das desigualdades locais na região da Transpantaneira, primeiramente foi estruturada uma discussão teórica sobre a temática, tratando de questões como Território e Poder, Turismo e Desenvolvimento Local: realidade ou utopia? A força ideológica do turismo na aceitação e reprodução das desigualdades sociais no Pantanal.

Ademais de um conceitual teórico sobre o Turismo como força ideológica, estruturou-se uma leitura da realidade da Transpantaneira sobre o tema, tentando captar como trabalhadore(a)s e proprietário(a)s do meio de produção (no caso as pousadas/terra), analisam o Turismo para suas respectivas realidades sociais.

Além das entrevistas, sob a forma de conversas semiestruturadas a partir de um roteiro de indagações, foi possível também observar o ambiente das pousadas, conhecendo suas organizações de hospedagem, alimentação, realização de passeios, bem como as estruturas específicas que abrigam o(a)s trabalhadore(a)s durante suas jornadas mensais de trabalho, pois na dinâmica das pousadas da Transpantaneira, o(a)s trabalhadore(a)s permanecem em média 24 dias trabalhando e ao mesmo tempo morando nas pousadas. Essa forma de jornada de trabalho é, inclusive, explicada no capítulo de análise dos dados, perfazendo-se algumas reflexões sobre essa questão, com base na visão do(a)s trabalhadore(a)s e do(a)s empresário(a)s locais.

A observação foi importante para complementar as informações levantadas nas entrevistas, pois foi possível através dela identificar estruturas, atividades e formas de relação dos atores locais em seus ambientes de produção e reprodução da vida do trabalho: as pousadas.

A observação é uma etapa importante no processo de investigação, mesmo que *“todas las observaciones están necesariamente cargadas de teoria y que incluso los actos ordinarios de percepción, tales como el acto de ver, de tocar, de*

*oír, están profundamente condicionados por nuestras conceptualizaciones previas*<sup>13</sup> (BLAUG, 1985, p.61).

Estruturou-se um plano de observação (Apêndice A), que foi aplicado a todas as pousadas participantes, destacando-se como as relações se desenrolam no dia a dia do(a)s trabalhadore(a)s, as principais estruturas, relacionadas ao turismo, bem como o processo de interação com os proprietário(a)s das fazendas/pousadas. A observação foi complementar aos dados levantados nas entrevistas, pois um maior detalhamento das relações produtivas através do Turismo no Pantanal e suas implicações na formação e transformação do território puderam ser observadas e sentidas devido à presença no local.

As observações foram estruturadas em um plano único aplicado a todas as pousadas pesquisadas, sendo necessária a permanência por algum período em suas instalações, ou seja, efetivou-se uma observação participante, em que o tempo médio de permanência nas pousadas foi de seis horas, sendo consumidos alguns de seus serviços como hospedagem, alimentação ou mesmo passeios.

Foi necessário esse consumo, em que se conciliou o papel de pesquisador com o de consumidor do turismo local. Essa intenção foi para que se pudesse ter maior contato (participação) com o cotidiano das estruturas e atividades das pousadas. Salienta-se que tanto gestores como funcionários estavam cientes de que uma pesquisa de campo estava sendo estruturada. Como já salientado, a fim de manter o sigilo da identidade dos pesquisados, os nomes das pousadas foram substituídos por outro sistema de identificação, assim como a identificação dos entrevistados foi feita através de pseudônimos, não sendo possível relacionar um entrevistado com uma pousada específica, visto que não era de interesse para este estudo, dados pontuais e sim uma análise mais ampliada da dinâmica sócio espacial local.

As entrevistas e observações serviram para caracterizar como o turismo é analisado pelos envolvidos, se avaliado de maneira positiva, neutra ou negativa, bem como os principais aspectos relacionais de trabalho e de vida, que caracterizam a realidade social do turismo na Transpantaneira, dando base a uma

---

<sup>13</sup> Todas as observações estão necessariamente carregadas de teoria e que inclusive os atos ordinários de percepção, tais como o ato de ver, de tocar, de ouvir, estão profundamente condicionados por nossos conceitos prévios. (Tradução nossa).

análise crítica sobre o turismo como ferramenta ideológica na utopia do desenvolvimento da Transpantaneira. Assim, relacionando-se estas informações com os dados estatísticos da região foi possível considerar se o turismo é fator de desenvolvimento ou reproduzidor das desigualdades historicamente produzidas naquele espaço.

Em 2017 foram identificadas 14 pousadas ativas ao longo da Transpantaneira. Os testes das entrevistas foram realizados em uma, no mês de março de 2018. Após a adequação do roteiro das entrevistas a aplicação da pesquisa efetivou-se no decorrer do ano de 2018, sendo finalizada em novembro do mesmo ano. Das 14 pousadas existentes aplicou-se as entrevistas e observação em nove delas, ou seja, 64,2% das pousadas participaram da pesquisa. A partir das 9 pousadas pesquisadas realizou-se a entrevista/conversa com 12 representantes sendo 9 proprietário(a)s e 3 gestores (gerentes). A pesquisa foi aplicada também a 32 funcionários das pousadas de diferentes cargos e funções. Todos os detalhamentos da entrevista são apresentados em capítulo específico, mais adiante.

## 2.1 TÉCNICAS ADICIONAIS DE PESQUISA

De acordo com os objetivos propostos e a caracterização metodológica que orienta a pesquisa apresenta-se as técnicas adicionais que foram utilizadas no levantamento dos dados pretendidos e para transformá-los em informações, através de uma análise crítica:

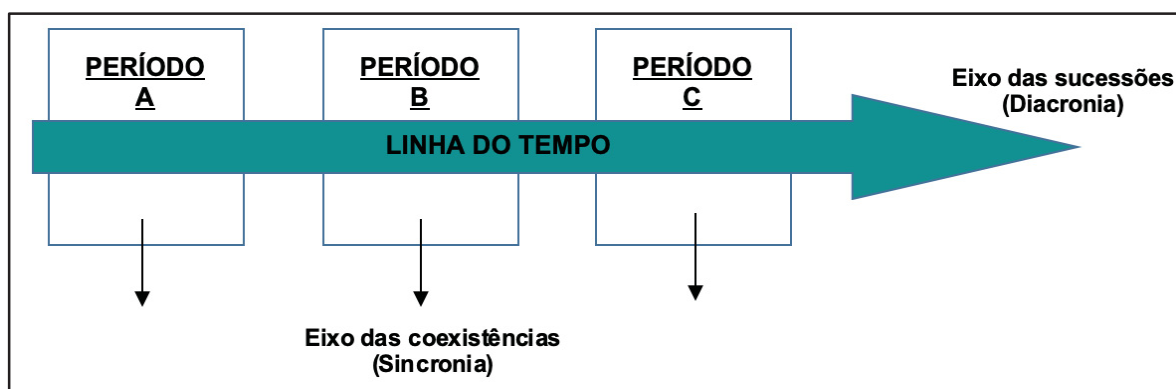
**a) Matriz de Periodização:** Baseia-se na técnica de empirização do tempo proposta por Milton Santos (2008) em que se estrutura uma matriz formada por dois eixos temporais principais marcados por sincronias e diacronias. Essa matriz de periodização é uma das maneiras de analisar o tempo na geografia e nas ciências sociais, pois através dela procura-se identificar segmentos homogêneos do tempo histórico, em que as variáveis se mantêm em relativo equilíbrio no interior de uma mesma combinação de elementos de ordem econômica, social, política e moral, constituindo um sistema (SANTOS, 2008). É no espaço da Transpantaneira que esses dois eixos se unem formando uma unidade espaço-tempo de análise.

De forma prática a Matriz de periodização foi construída tendo como base a região da Transpantaneira a partir dos seguintes elementos:

- **Eventos** - que são ações de origem natural ou histórico-social que possuem um tempo de duração determinada;
- **Períodos** - é conjunto de eventos que dão certa identidade a um segmento homogêneo do tempo histórico;
- **Eixo das sucessões** – que é o tempo histórico, ou o conjunto de períodos e eventos sucessivos que marcaram a dinâmica da Transpantaneira.
- **Eixo das coexistências** – que nada mais é que um tempo abstrato pois é a simultaneidade dos diversos tempos de cada indivíduo/classe no mesmo tempo histórico, ou seja, as marcas temporais significativas tanto para o(a) trabalhador(a)s quanto para os empresário(a)s da Transpantaneira – é um tempo mais relativo e relacional, pois a sua passagem incide de forma distinta a cada indivíduo, sendo chamado por Santos (2008) como tempo da vida de todos.

A Matriz de periodização da Região da Transpantaneira é apresentada, com base na estrutura proposta por Silva (2012), conforme Figura 4, adaptada para a região da Transpantaneira:

FIGURA 4 – O EIXO DAS SUCESSÕES E O EIXO DAS COEXISTÊNCIAS



FONTE: SILVA (2012).

Dessa maneira, destacam-se alguns fatos marcantes que podem influenciar na análise: ocupação da região do Pantanal, organização do sistema produtivo baseado na pecuária, estruturação da propriedade privada das terras do Pantanal, políticas de ocupação do Pantanal, abertura da Rodovia

Transpantaneira, regularização das unidades de conservação; inserção da atividade turística no sistema produtivo; estruturação das fazendas em pousadas; planos / programas / projetos relacionados ao ordenamento territorial e desenvolvimento do turismo, dentre outros destacados.

Esta matriz de periodização é estruturada a partir de fatos específicos da realidade da Transpantaneira, porém tratados de maneira não isolada de outros acontecimentos, conjunturas e momentos importantes ocorridos em Mato Grosso, no Brasil e mesmo em âmbito mundial. A Matriz de periodização da Transpantaneira é apresentada no Capítulo 6, que trata dos resultados e análise da pesquisa.

**b) Estruturação de um Índice de Desenvolvimento Turístico Local (IDTL):** O índice foi concebido a partir de quatro indicadores gerais, que são: o Ecológico, o Econômico, o Social e o Cultural. A partir desses indicadores, com base na observação de campo, reflexão sobre as teorias de desenvolvimento local atreladas ao turismo, entrevistas com os atores produtivos locais relacionados ao Turismo e ponderações sobre os reflexos das políticas públicas e forma de organização da produção do setor, foram levantados os principais efeitos positivos e negativos da atividade turística para a região. Metodologicamente optou-se por selecionar e apresentar o máximo de cinco efeitos positivos e/ou negativos para cada um dos quatro indicadores gerais. Cada indicador recebeu um peso específico (cujo somatório é 10), considerando a dinâmica regional conforme se apresenta a Tabela 1:

TABELA 1 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL – IDTL

INDICADORES	QUANTIDADE DE EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS	PESO <sup>14</sup>	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
<b>Ecológico</b>	0 a 5	3	- 15	+ 15
<b>Econômico</b>	0 a 5	2,5	- 12,5	+ 12,5
<b>Social</b>	0 a 5	2,5	- 12,5	+ 12,5
<b>Cultural</b>	0 a 5	2	- 10	+ 10
<b>TOTAL</b>	0 a 20	10	- 50	+ 50

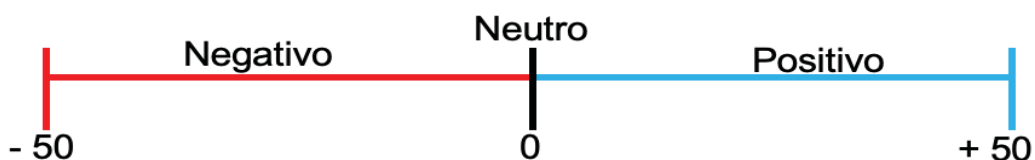
FONTE: O autor (2018).

<sup>14</sup> Considerando-se a dinâmica turística local, tipos de estruturas, atividades e perfil de visitantes da Transpantaneira, atribuiu-se um peso maior (3) para o indicador ecológico, um peso intermediário (2,5) para os indicadores sociais e econômicos e um peso menos (2) para o indicador cultural. Maiores detalhamentos sobre essa questão são apresentados no capítulo de resultados da pesquisa.



A partir da técnica acima descrita foi possível calcular o índice de desenvolvimento turístico local, em que: - 50 a 0 (zero) significa desenvolvimento negativo, pois os efeitos negativos suplantam os positivos, 0 (zero) significa desenvolvimento neutro em que se igualam os efeitos positivos com os negativos e, 0 (zero) a +50 significa desenvolvimento positivo. Trata-se de uma técnica simplista que pode ser aplicada na análise de outras regiões turísticas, alterando-se apenas o peso de cada indicador, segundo o grau de importância dos mesmos para cada localidade, ou mesmo estruturando outros indicadores, conforme a necessidade de análise e realidade de aplicação.

FIGURA 5 – ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL - IDTL

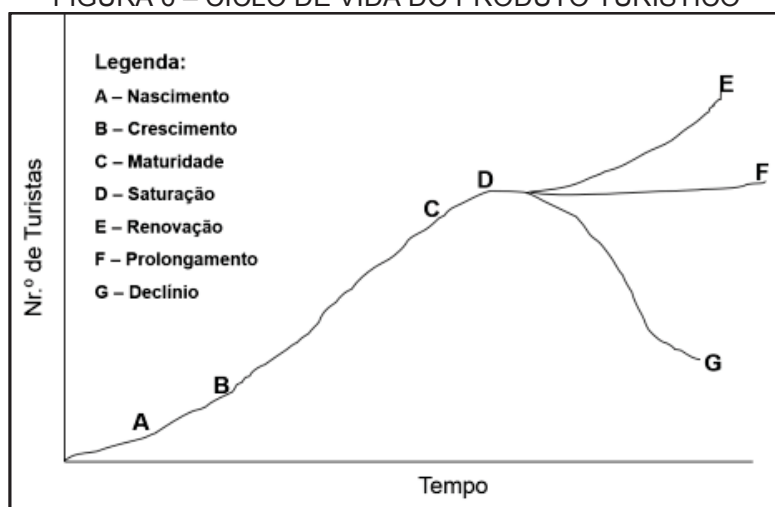


FONTE: O autor (2018)

Um detalhamento maior a respeito do cálculo do IDTL será feito no Capítulo 6 que apresenta o resultado do índice de desenvolvimento turístico local e combinando-o com outros dados da Transpantaneira.

**c) Esboço do Ciclo de Vida Turística da Transpantaneira:** A terceira técnica utilizada foi a de esquematização do ciclo de vida do produto turístico proposto por Buttler (1980), aplicado para a região da Transpantaneira. Para a apresentação do ciclo de vida turística da Transpantaneira baseou-se no esquema original de Buttler (1980), conforme apresentado na Figura 6. Este esquema original foi adaptado trocando a variável “número de turistas” proposta pelo autor pela variável ‘Desenvolvimento do Turismo’. A justificativa da troca da variável e explanação sobre a estruturação de uma nova variável considerando o Desenvolvimento Turístico Local estão descritos no Capítulo 6.

FIGURA 6 – CICLO DE VIDA DO PRODUTO TURÍSTICO



FONTE: ARAÚJO (2016), adaptado de BUTLER (1980).

**d) Matriz de Posicionamento do Turismo Local:** Esta matriz é arquitetada a partir do cruzamento de dados de: 1) Ciclo de Vida Turística da Transpantaneira, 2) Índice de Desenvolvimento Turístico Local, e, 3) Matriz de periodização do Turismo da Transpantaneira. A combinação dos dados produzidos anteriormente é compilada em um único só gráfico explicativo, podendo servir de modelo a ser aplicado para a análise e interpretação de realidades turísticas de outras destinações.

**e) Pesquisa bibliográfica:** A pesquisa bibliográfica é o que estrutura teoricamente a investigação, sendo condizente com a teoria geral do Desenvolvimento Desigual e Combinado, escolhida para nortear as análises. São três os blocos principais de assuntos tratados ao longo do trabalho, com alguns de seus respectivos autores escolhidos para travar a conversa teórica:

QUADRO 2 – PRINCIPAIS ASSUNTOS E AUTORES UTILIZADOS

BLOCO DE ASSUNTOS	TEÓRICOS PRINCIPAIS UTILIZADOS
Espaço e tempo produzido, técnica, trabalho e ideologia numa perspectiva geográfica.	Santos, Harvey, Souza, Osorio, Lencioni, Sauter, Mészáros, Harnecker e Silva.
Desenvolvimento e Desenvolvimento local, para além do crescimento econômico e a questão da autonomia.	Dallabrid, Harvey, Valentim, Esquivel, Santos, Souza, Castoriadis, Amim.
Turismo como reproduzidor de desigualdades historicamente constituídos nos espaços.	Santos Filho, Ouriques, Luchiari, Thompson e outros.

FONTE: O autor (2018).

**f) Pesquisa documental:** Foram consultados alguns documentos relativos à abertura da rodovia Transpantaneira e relatórios de ações do governo federal, estadual e municipal para o ordenamento territorial da região, especialmente os que tratam de turismo. Outros documentos a respeito dos índices socioeconômicos locais foram consultados, como os relatórios do PNUD para a estruturação do IDH da região, além dos Cadernos Indicadores de Mato Grosso que apresentam algumas estatísticas regionais.

QUADRO 3 - CATEGORIAS TEÓRICAS, VARIÁVEIS, UNIDADES DE ANÁLISE, TÉCNICAS E SUJEITOS DE ESTUDO DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivos específicos	Categorias teóricas	Variáveis ou Unidades de Análises/ Indicadores	Técnicas	Sujeitos de estudo
<p>1. Pontuar as principais variáveis locais e globais que tiveram implicações na organização sócio espacial da região da Transpantaneira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço e tempo.</li> <li>• Territorialização.</li> <li>• Região e Turismo.</li> <li>• Tempo social.</li> <li>• Vida geográfica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de uma linha histórica crítica dos principais marcos no Pantanal com ênfase na participação do turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigação documental.</li> <li>• Entrevistas semiestruturada a pessoas chave.</li> <li>• Observação estruturada.</li> <li>• Estruturação de matriz de periodização do turismo na Transpantaneira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietário(a)s das pousadas da Transpantaneira.</li> <li>• Trabalhador(a)s das pousadas da Transpantaneira.</li> <li>• Guias de turismo e outras personalidades que possuem conhecimento sobre o processo de desenvolvimento turístico da Região.</li> </ul>
<p>2. Reconhecer os efeitos das políticas turísticas aplicadas na região da Transpantaneira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordenamento territorial e políticas públicas.</li> <li>• Estrutura, processo, função e forma.</li> <li>• Território e poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As principais políticas públicas de turismo no Brasil – no período investigado.</li> <li>• Os reflexos das políticas públicas de turismo para a região da Transpantaneira.</li> <li>• Os efeitos do programa de regionalização no Pantanal: infraestrutura, rede de governança, associação de empregados e empregadores, processo de comercialização unificado do destino, tipo de vínculo entre empresários, poder público e trabalhadoras &amp; trabalhadores. Quantificação de cursos e efeitos de qualificação dos trabalhadores &amp; trabalhadoras.</li> <li>• O nível de conhecimento e envolvimento dos atores nas ações do turismo local.</li> <li>• Avaliação sobre a determinação da Transpantaneira como Estrada Parque, sob a ótica dos atores local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento das políticas públicas específicas de turismo e outras ações relacionadas com a questão turística local.</li> <li>• Entrevistas com os atores envolvidos no processo turístico local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietárias &amp; proprietários das pousadas.</li> <li>• Trabalhadoras &amp; trabalhadores das pousadas.</li> <li>• Guias de turismo.</li> <li>• Agentes públicos do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal.</li> </ul>

(Continua)

QUADRO 4 - CATEGORIAS TEÓRICAS, VARIÁVEIS, UNIDADES DE ANÁLISE, TÉCNICAS E SUJEITOS DE ESTUDO DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(Continua)

<p>3. Estabelecer uma correlação entre os principais índices socioeconômicos locais e a evolução do Turismo na Transpantaneira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado, Turismo e Políticas públicas.</li> <li>• Planejamento territorial do turismo.</li> <li>• Intervenção do estado no ordenamento territorial através do Turismo.</li> </ul> <p>Política de desenvolvimento do turismo no Brasil, Mato Grosso e Pantanal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento imobiliário – número e tamanho das propriedades.</li> <li>• Número e características das unidades de conservação.</li> <li>• Concentração de capital – meios de produção / terra e o uso turístico, além do montante de investimento e o montante de capital fixo a fim de identificar o que tem passado com os movimentos financeiros na região – sobretudo aqueles tocantes ao turismo.</li> <li>• Segregação x atividades produtivas.</li> </ul> <p>Índice de desenvolvimento humano do município e outros indicadores sociais ao longo do tempo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigação documental.</li> <li>• Entrevistas semiestruturada a pessoas chave.</li> <li>• Observação estruturada.</li> <li>• Estruturação de matriz de periodização.</li> </ul> <p>Análise do discurso político em relação ao turismo a partir de documentos oficiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietárias &amp; proprietários pousadas.</li> <li>• Trabalhadoras e trabalhadores das pousadas.</li> <li>• Guias de turismo.</li> <li>• Agentes públicos do turismo municipal e estadual.</li> </ul>
<p>4. Caracterizar a atuação das forças produtivas locais, representadas pelo(a)s trabalhador(a)s e empresário(a)s das pousadas localizadas ao longo da Transpantaneira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnica e trabalho.</li> <li>• Sistemas, processos produtivos e o turismo.</li> <li>• Trabalho revelador de espacialidades.</li> <li>• Território e Poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número de postos de trabalho gerados pelo turismo em comparação a pecuária.</li> <li>• Empregos e características de trabalho relacionadas ao turismo – Salários, tipos de funções principais, rotatividade dos trabalhadores &amp; trabalhadoras.</li> <li>• Comparar as relações e condições de trabalho, salários entre o turismo e a pecuária.</li> <li>• Caracterização das estruturas turísticas, processo de funcionamento, funções principais e forma que a atividade se organiza ao longo da Transpantaneira.</li> <li>• Auto avaliação dos trabalhadores &amp; empresários do turismo em relação as condições de vida proporcionadas pelo turismo.</li> <li>• Extrair a essência dos atores sobre o que pensam do turismo no passado, hoje e suas perspectivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista com atores envolvidos com o processo turístico local.</li> <li>• Pesquisa documental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietárias &amp; proprietários pousadas.</li> <li>• Trabalhadoras e trabalhadores das pousadas.</li> </ul>

QUADRO 5 - CATEGORIAS TEÓRICAS, VARIÁVEIS, UNIDADES DE ANÁLISE, TÉCNICAS E SUJEITOS DE ESTUDO DE ACORDO COM OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

<p><b>5.</b> Definir se o Turismo é fator de desenvolvimento local ou reprodutor das contradições historicamente constituídas na região.</p>	<p>Teoria do Desenvolvimento Desigual Combinado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento como sinônimo de autonomia local.</li> <li>• Turismo como fator de desenvolvimento.</li> <li>• Ideologia e turismo.</li> </ul> <p>Desenvolvimento local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar o ideário coletivo sobre a relação entre desenvolvimento local e turismo no Pantanal – por grupo de investigadores (proprietárias &amp; proprietários e trabalhadoras &amp; trabalhadores).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionar os principais aspectos para o desenvolvimento turístico (ou não) da Transpantaneira, segundo os indicadores ecológico, econômico, social e cultural.</li> <li>• Dimensionar uma pontuação para cada aspecto dos indicadores para o desenvolvimento local.</li> <li>• Estruturar um índice de Desenvolvimento turístico local – IDTL.</li> </ul> <p>Posicionar a Transpantaneira no ciclo de vida de uma destinação turística, de acordo com o IDTL.</p>	<p>(Conclusão)</p> <p>Trabalhadores e empregados relacionados com o processo de desenvolvimento turístico da Transpantaneira.</p>
--	--	---	---	---

FONTE: O autor (2017).



*Destemporalizando o Espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo “uma viúva do espaço”.*  
(SANTOS, 2008, p. 119)

## 6. ESPAÇO, TEMPO, TÉCNICA E TRABALHO

Tempo e Espaço<sup>15</sup> são alguns conceitos base da ciência geográfica e por esse motivo embasam as discussões aqui apresentadas. Desta maneira, considerar-se-á sempre Espaço/Tempo como categorias que não podem ser dissociadas: mutuamente incluídas.

Mesmo com um recorte espaço-temporal definido é preciso esclarecer que esse recorte é dinâmico, possui um passado e um futuro, pois o passado é um conjunto de características combinadas que vão dar origem ao objeto de estudo<sup>16</sup>. O futuro, é o conjunto de características também combinadas, resultado do acúmulo

<sup>15</sup> Espaço com “E” maiúsculo será tratado a partir de uma visão integradora da Geografia, sinônimo de Espaço Geográfico, Espaço Social – objeto desta investigação. Já espaço com “e” minúsculo, será tratado a partir da concepção de senso e uso comum, ou seja, sinônimo de extensão que contém matéria existente, área, lugar, chão, localidade etc. Da mesma maneira o Tempo com “T” maiúsculo designará o Tempo Geográfico, ou seja, aquele associado ao Espaço. O Tempo com “t” minúsculo designa o tempo como simples cronologia, não necessariamente associado a uma análise espacial. Esta diferenciação não se aplica a citações diretas, em que serão mantidas tal como propostas pelos autores.

<sup>16</sup> O objeto de estudo é o Objeto Geográfico, não apenas a limitação espacial, mas este, temporalizado e caracterizado segundo uma dinâmica própria de investigação. É um objeto ativo, contraditório, solidário e diverso, que vai se caracterizando ao longo do trabalho.



do passado, no presente, que podem ser possibilitadas. O futuro é uma incerteza, é uma esperança, é uma utopia, mas a ciência vem sempre provando que com análises cada vez mais integradoras é possível, ao menos, se ter alguma noção do que está por vir.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora, cristalizados como objetos geográficos atuais, essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total (SANTOS, 2012, p.14).

Não obstante, é possível ainda ponderar que o presente pode não existir, pois o que é, já não é: se foi. É preciso pensar então sobre o Tempo como uma extensão, como afirma Borges (2011, p.):

*El presente es tan inasible como el punto. Porque si lo imaginamos sin extensión no existe; tenemos que imaginar que el presente aparente vendría a ser un poco el pasado y un poco el porvenir. Es decir, sentimos el pasaje del tiempo. Cuando yo hablo del pasaje del tiempo, estoy hablando de algo que todos ustedes sienten. Si yo hablo del presente no es un dato inmediato de nuestra conciencia. [...] El presente tiene siempre una partícula de pasado, una partícula de futuro. Y parece que eso es necesario al tiempo<sup>17</sup>.*

A partir desse modo de pensar, é possível estabelecer que o resultado de determinada etapa ou de determinado recorte temporal, é, de modo igual, agente motriz fundamental para determinar novas etapas, ou seja, um futuro. Por isso, não é tarefa simples eleger um recorte espaço-temporal para se estabelecer uma análise e compreender suas relações, suas características e prever possíveis desdobramentos. É como se o cientista quisesse agarrar um feixe de luz, colocá-lo numa lupa e tentar entender suas características, sem considerar que ele tem uma fonte geradora (passado) e um caminho a percorrer (futuro). A fluidez do tempo sobre o espaço é algo que incomoda o pesquisador, mas é possível tentar

---

<sup>17</sup> O presente é tão invisível como o ponto. Porque se o imaginamos sem extensão não existe. Temos que imaginar que o presente aparente viria a ser um pouco o passado e um pouco o futuro. Quer dizer, sentimos a passagem do tempo. Quando eu falo de passagem do tempo, estou falando de algo que todos vocês sentem. Se eu falo do presente não é um dado imediato de nossa consciência. [...] O presente tem sempre uma partícula de passado, uma partícula de futuro. E parece que isso é necessário ao tempo. (Tradução nossa).



compreender algumas partes das totalidades que constituem as coisas, que dão forma, sentido e dinamismo ao Espaço.

Tempo e Espaço são voláteis, no que tange a uma pesquisa, e, considerar essa volatilidade exige atenção ao método e aos instrumentos empregados. Exige, ainda, que se tenha consciência de que a Ciência Geográfica pode revelar hoje não é a verdade pura, pois a verdade pura não existe, a verdade também é momentânea, é relativa e como aponta Weber (1993), ela é condicionada a uma série de fatores que influenciam o pesquisador em sua análise. Então, o que se considera, neste estudo, são aspectos de um momento, parte de uma verdade recortada, que foi escolhida para ser analisada, pois *“son los valores del investigador los que permiten privilegiar un determinado aspecto de la realidad, definir una parcela de conocimiento”*<sup>18</sup> (OSORIO, 2016, p.22).

Entra então, em questão, a necessidade de tentativa de recorte temporal, ou seja, o foco em determinadas etapas do percurso do tempo. Esse recorte, muitas vezes apresenta-se falho ao se considerar simplesmente o tempo absoluto, ou cronológico como os dias, décadas ou séculos. Sobre o tempo cronológico incidem-se os fatos ocorridos, frutos das relações diversas entre os homens nos lugares que habitam.

Então, passa-se a considerar os feitos como um suporte para a periodização, feitos esses que dificilmente podem ser engessados nas amarras do tempo cronológico, pois assim como o feixe de luz anteriormente mencionado, possui uma fonte geradora – que muitas vezes não é única e sim uma combinação de muitas<sup>19</sup> – e também, um desdobramento. Apesar do tempo cronológico incidir de forma igual para todos, a noção ou a vivência desse tempo não se faz em mesmo ritmo, pessoas diferentes possuem tempos de vivências diferentes.

Os fatos eleitos como de importância histórica para determinada sociedade estão também relacionados a externalidades da sociedade, tanto no que se refere a suas origens como a seus desdobramentos. Essas três concepções sobre o

---

<sup>18</sup> São os valores do investigador que permitem privilegiar um determinado aspecto da realidade, definir uma parcela de conhecimento. (Tradução nossa).

<sup>19</sup> A história vai se fazendo continuamente, mas alguns fatos históricos são escolhidos e destacados por apresentarem certo grau de importância a determinada sociedade. Cada sociedade possui seus fatos de destaque. Por exemplo, a questão da escravidão no Brasil é um fato destacado, que possui não uma, mas uma série de combinações geradoras e com desdobramentos não só no período que ocorreu (teoricamente até 1888), mas também até os dias atuais e pelo futuro também.

tempo podem ser também acrescentadas ao espaço como faz Harvey (2018) ao apresentar as características do espaço-tempo absoluto, relativo e relacional.

Dessa maneira, assim como a verdade é algo quase que impossível de se alcançar, pois também pode ser relativa, o conhecimento também o é e especialmente o conhecimento acerca do espaço e do tempo passam a ser considerados cada vez mais voláteis. Mas isso não deve implicar no abandono das investigações, mas sim na consideração da volatilidade na ontologia da relação Espaço-Tempo.

A respeito da necessidade de periodização para auxílio da melhor compreensão dos fenômenos espaciais e a volatilidade da totalidade, Telles (2012, p. 41) comenta que:

A totalidade em movimento de fenômenos espaciais, abre campo de análise sobre o processo [...] sendo então possível identificar os diferentes períodos em curso na conformação do atual estágio de um objeto sem, no entanto, desconsiderar que este é, ao mesmo tempo uma totalidade ultrapassada.

Sobre essa questão, Lencioni (2003, p.28) chama a atenção para considerar a totalidade de forma aberta, visto que:

A compreensão de que a totalidade se constitui de forma aberta permite superar a equivocada ideia de que o todo é formado pela soma das partes, ou que o todo existe antes das partes. Essa formulação separa uma unidade, fazendo crer que, ora existem as partes e, depois, o todo; ou, inversamente, que existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, a concepção de totalidade fechada é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o todo e as partes, concepção que não leva em conta o movimento proveniente da ação recíproca entre o todo e as partes, que permitiria esclarecê-los.

Mas, o relativismo sobre o objeto de análise não exime o pesquisador de seguir o rigor científico, a fim de outorgar a validade do conhecimento produzido, mesmo consciente da realidade infinita, esta tem uma ordem ou várias ordens. Algumas são perceptíveis à primeira vista, mas podem enganar o investigador, outras são mais profundas, sendo que é necessário montar um quebra cabeça, reconstruindo essa (des)ordem a fim de esmiuçá-la e, em geral, a história é o amálgama para se aprofundar o conhecimento sobre dada realidade no espaço.

Lencioni (2003) comenta ainda que Kant argumenta para o fato de que a descrição geográfica deveria levar em conta o Tempo e o Espaço, não simplesmente o conceito, mas também sua relação, além de que uma grande imperfeição da História foi não se preocupar em saber onde os fatos haviam ocorrido. E para contribuir com essa questão a Geografia tem tentado então considerar os fenômenos, com suas características, ocorridos em um dado espaço, impulsionados pela dinâmica temporal.

Trata-se de uma visão um pouco mais abrangente da análise geográfica, ou da análise espacial, que pode não responder todas as dúvidas e questões sobre as trajetórias dos lugares, mas que tenta compreender e explicar como, por que os fenômenos acontecem e de que maneira podem afetar o ‘tempo presente’ ou o *Zeitgeschichte*<sup>20</sup>, como diz a tradição alemã. Desta maneira, “*El estudio de la Historia del Presente comporta situarse en un trayecto cuyo destino final no se conoce*” (GAMBOA, 2004, p. 105)<sup>21</sup>.

O Espaço é definido e estudado por várias ciências, como a Física, a Astronomia, a Biologia, a Sociologia, entre outras e, por muito tempo, a Geografia esteve em busca de um objeto próprio de análise, almejando o tão sonhado *status* de ciência independente. Mas o que a busca por um objeto próprio tem revelado é que o objeto em si não tem se tornado suficiente para responder às inquietações científicas. Quando se concentra em buscar um objeto, esquece-se, muitas vezes, de pensar no método. Mas afinal, o que define uma ciência independente? É seu objeto ou é seu método? Objeto e método são igualmente importantes para uma ciência, especialmente para a Geografia.

### 3.1 ESPAÇO COMO OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA E A QUESTÃO DO MÉTODO

O espaço, tem se constituído, cada vez mais, como ‘O’ objeto de análise da Geografia, este então, é categorizado, empregando-se diversas perspectivas de análise, como: Região, Território, Lugar, Paisagem etc.

---

<sup>20</sup> Na Alemanha, fixou-se o termo *Zeitgeschichte*, literalmente “história do tempo” como abreviação de “história do próprio tempo” – *historia temporis sui* – incorporado à tradição francesa [...] como História do Tempo Presente no final dos anos de 1970. (MALERBA, 2016).

<sup>21</sup> O estudo da História do Presente implica colocar-se em um trajeto (viagem), cujo destino final não se conhece. (Tradução nossa).

Estas categorias consideram então a interação entre homem e meio natural, numa simbiose totalizadora que direciona as questões práticas de investigação. Algumas delas como Paisagem e Lugar, tendem a considerar características mais subjetivas, psicológicas, modo de pensar e de análise de sociedades sobre si mesmas e sobre o meio. Já outras categorias, como é o caso de Região e Território, também podem considerar as subjetividades, porém indicam um caminho a percorrer em que aspectos físicos e relacionais são levantados, selecionados, compreendidos, e, se possível, explicados a partir de uma concepção mais crítica sobre os dados, fatos e estruturas analisadas.

Além disso, insere-se a questão de Escala para se estabelecer a análise espacial, ora a abrangência global é defendida para o entendimento das particularidades locais, outras vezes, o método é inverso, se parte do local para a compreensão do global. Alguns autores defendem uma escala intermediária de análise (região), que pode se definir também de outras formas, pelo território político, pela hegemonia de um sistema produtivo, ou por outras categorias eleitas pelo pesquisador.

A questão da Escala, ou seja, da delimitação da porção do espaço a ser estudado, dependerá de uma série de fatores que podem intervir na pesquisa. Áreas que são mais densamente povoadas e com maior tecnificação e interações sociais, políticas e econômica tendem a ser mais complexas para análise.

Por outro lado, as áreas com menor concentração populacional tendem a ser menos complexas, no que se refere à análise espacial considerando as materialidades e os fluxos que ali se desenvolvem. Mas isso não é uma regra, há exceções, visto que algumas localidades apesar de possuírem uma baixa concentração demográfica, podem apresentar múltiplas combinações de realidade. A exemplo disso, tem-se algumas regiões em vários estados brasileiros que são palco de conflitos ambientais, culturais, territoriais e produtivos, devido à ocupação de terras indígenas para o agronegócio e também pela atuação do movimento do(a)s Trabalhador(a)s Rurais sem Terra (MST), na luta contra a concentração de terras ainda improdutivas e pelos direitos do(a)s trabalhador(a)s rurais, sobretudo no combate à escravidão e à exploração. Assim, algumas áreas de baixa ocupação demográfica, revelam-se também com tensões e contradições de alta complexidade.

Concebe-se então que a complexidade do Espaço Geográfico não está, necessariamente, associada apenas à Escala, mas também ao conjunto de elementos internos e também externos que se relacionam a ele. Cabe então ao pesquisador eleger, critérios de análise, segundo graus de complexidade e interesse para a investigação pois *“l'échelle désigne une intention délibérée de viser un objet ; elle indique le champ de référence à partir duquel est visé l'objet”* (BOUDON, 1991, p. 123)<sup>22</sup>.

A questão dos temas, da escala e dos métodos de análise espacial nunca teve um consenso entre os geógrafos, e não se pode esperar que um dia tenha, já que efetivamente a ciência geográfica também pode ser concebida como alvitre de um processo histórico, que se deu e se dá de diferentes maneiras nos diferentes países. Atualmente, a Geografia embarca diversos métodos que podem ajudar os pesquisadores a entenderem melhor seus respectivos objetos de estudo e enquanto isso, a própria estruturação da ciência vai acontecendo, revelando novas nuances do conhecimento geográfico.

Mas afinal, qual o espaço que a geografia estuda? São os limites do Planeta Terra, considerando as profundezas do oceano até a atmosfera? Este Espaço não é apenas um invólucro com alguns conteúdos eleitos para análise, tais como continentes, mares, cidades, florestas, relevos. O Espaço tem em si um conteúdo, mas também está contido na fluidez do Tempo. Ele não é estático, é dinâmico. E o que dá o dinamismo ao Espaço é a vida e os objetos nele contidos, através de suas infinitas relações - no Tempo.

Inserir-se então, neste estudo, a categoria Espaço Social, conexo à noção de Espaço Geográfico. O Espaço Social, que também é geográfico, na concepção de Souza (2013, p. 22) é “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade”. Tratar-se-á, então, nesta análise, Espaço Geográfico como sinônimo de Espaço Social, visto que a geografia não precisa ser abordada de forma dicotômica ou dualística (referindo-se a Espaço Geográfico como a superfície da terra, e Espaço Social a porção dessa superfície apropriada e transformada pela ação humana), “como se fosse realmente razoável ‘descolar’ sociedade e natureza

---

<sup>22</sup> A escala designa uma intenção deliberada para apontar um objeto; ela indica o campo de referência a partir do qual é visto o objeto. (Tradução nossa)

uma da outra, ou como se não se achassem dinâmica, processual e historicamente entrelaçadas de modo complexo (SOUZA, 2013, p. 24).

O Espaço Geográfico, tem um passado e um futuro, e por esta razão a análise espacial nada mais é que uma tentativa de congelar a dinamicidade própria do Espaço Geográfico, através de diferentes formas de periodização, para que se possa estabelecer um mínimo de compreensão sobre o objeto escolhido. O objeto então passa a ser não apenas o lugar onde os fatos ocorrem, mas a interação entre lugares e fatos – por isso a análise espacial ou geográfica ou social se vale muitas vezes do materialismo histórico para tentar compreender parte das verdades explícitas e implícitas dos lugares, a fim de que se possa projetar conjecturas da formação e transformação dos espaços.

O termo ‘congelar’, significa periodizar e dar ênfase investigativa no intervalo de tempo selecionado, mas sem ignorar que existe um passado e um futuro neste processo. Da mesma forma em que se estabelece um recorte espacial para análise, o recorte temporal é igualmente necessário. Este, deve ser definido em uma proporção que possibilite a compreensão do fenômeno investigado visto que, intervalos muito longos ou muito curtos tendem a dificultar a compreensão dos fenômenos, correndo-se o risco de a investigação se tornar muito superficial, ou, de, na tentativa de aprofundamento dos processos, o pesquisador se perder na *démarche*.

Assim, o tempo é dividido em dias, estações, eras, ou mesmo épocas históricas, que vão moldando o espaço terrestre, sendo que o que distingue as épocas históricas é justamente a mudança de papel, ou seja, de valor relativo, dos elementos de um sistema, à medida em que a história vai se fazendo (SANTOS, 2012, p.15), ou seja,

O espaço geográfico está em permanente construção, mudando seu significado ao longo da história. Os objetos naturais ao longo do tempo vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados, cibernéticos. Todos numa sucessão de períodos na história (TELES, 2011, p. 27).

O *Zeitgeschichte*, pode apresentar-se cada vez mais contraditório sobre uma perspectiva geográfica, porque fala-se muito de globalização, velocidade e redução das fronteiras, resultado de uma falsa ideia de simplificação das relações

e dos lugares, ao passo que isso, na verdade significa complexização dos lugares. À medida em que as diversas regiões se inserem num processo cada vez mais globalizado, as complexidades do espaço geográfico aumentam, ou seja, cada vez mais se torna difícil entender e explicar as contradições globais, por outro lado, originam-se novas questões que vão nutrindo a própria Geografia e assim se fazendo ciência. Lencioni (2003, p.80), aponta que “para se elaborar uma descrição geográfica é necessário levar em consideração o espaço, demonstra que uma análise da perspectiva do espaço revela outras dimensões da realidade”.

### 3.2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO

O homem, talvez seja o ser vivo que mais dinamismo tem dado ao Espaço, a partir de suas diversas relações com o meio<sup>23</sup> – como parte da natureza – empregando o trabalho como força modificadora do espaço e formadora de relações sociais. Tem-se então o Espaço Humano que, segundo Santos (2012) compreende as áreas efetivas e potenciais, que permanecem como espaço biológico, mas que são também incluídas nas redes de relações, que não são somente econômicas, mas também políticas e afetivas, pois, mesmo ainda existindo espaços vazios (no sentido da permanência humana), estes já não são mais neutros, porque de alguma forma estão relacionados aos espaços humanos.

Sobre a não neutralidade dos espaços, Sauter (1975, p.239) afirma que:

As relações entre um grupo de pessoas e o pedaço de chão que elas ocupam em um dado meio são, de modo inevitável, afetadas por outros espaços situados mais ou menos longe, ou a uma escala geográfica mais ampla que as da vizinhança imediata do grupo.

O Espaço pode ser ponderado a partir de uma totalidade, considerando-o como uma unidade entre homem e meio (natureza para alguns autores) e o amálgama dessa unidade é o Trabalho, pois segundo Marx (1985), a natureza e o homem formam uma unidade, porque o homem é parte da natureza que ele próprio modifica.

---

<sup>23</sup> Meio, neste estudo tem a concepção de lugar, muitas vezes citado também com o sinônimo o de natureza. Porém, nossa base ideológica compreende o homem como parte da natureza e à medida que forma e transforma o meio em que vive se faz homem, através do trabalho.



Dessa maneira, é possível incorrer em uma tentativa de dar mais clareza ao objeto de análise geográfica, considerando então o Espaço Geográfico, com toda a sua performance, sendo que este se caracteriza pela natureza modificada pelo homem, através da técnica e do trabalho e nesse processo se fazendo homem. Mas isso não resolve o problema metodológico para se estabelecer uma análise, visto que as categorias Espaço e Tempo continuam sendo grandezas quase que infinitas, dificultando qualquer método racional de operar em uma análise consistente.

Destarte, parte-se para a tentativa de estabelecer projeções da sociedade, mesmo considerando que uma projeção implica em valores, recortes, ideologias e métodos escolhidos segundo os interesses de análise. A questão começa a tomar forma quando consideramos a possibilidade de investigar o Espaço (associado ao Tempo), como uma projeção da sociedade:

*Aquí tenemos que lo ideográfico se encuentra subordinado a lo nomotético, pero no en el sentido de que el conocimiento de lo general resuelve el conocimiento de lo particular, sino que las especificidades de este último alcanzan inteligibilidad dentro de un campo de interpretación global<sup>24</sup> (OSORIO, 2016, p.20).*

O Espaço só poderá ser estudado decompondo em primeiro lugar a estrutura e funcionamento da sociedade ou formação social que o produziu e, por isso, o conceito de modo de produção aparece como conceito central, pois “geneticamente os processos de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis” (MENDONZA 1982, p.182).

Ainda retomando a questão do método, para decompor o Espaço a fim de se estabelecer uma análise, existem muitos caminhos que podem ser seguidos, utilizando-se de teorias que são estruturadas por técnicas diversas. Mas, a questão do dinamismo do Espaço e o do Tempo não pode ser esquecida e por isso, é preciso olhar para a História, pois ela, ajuda a entender a materialidade do espaço e a sua fluidez, já que na visão de Santos (2008), a cada vez que há uma profunda mudança tecnológica, organizacional ou social, os modelos de percepção da realidade mudam substancialmente.

---

<sup>24</sup> Aqui temos que o ideográfico se encontra subordinado ao nomotético, mas não no sentido de que o conhecimento do geral resolve o conhecimento do particular, mas sim que as especificidades deste último alcançam inteligibilidade dentro do campo de interpretação global.



Essas mudanças de percepção da realidade, ao se estruturarem em novas formas de análise, constituem modelos e teorias, baseando-se em métodos estruturados - paradigmas, que são realizações científicas reconhecidas universalmente, em dado período e que neste, passam a fornecer problemas e soluções para uma comunidade científica (KUHN, 1998).

Assim, ciência é uma concepção social. Talvez a matemática seja a única que escapa um pouco do juízo de valor, mas os valores devem ser percebidos de acordo com os momentos de cada sociedade, e também se sujeitando ao que o pesquisador viveu, vive, e é, ou seja, modelado pelos olhos de quem vê. Igualmente, novas formas de se analisar a sociedade em transformação vão sendo incorporadas à ciência, ao mesmo tempo que também as concepções sobre a técnica, sobre os modelos produtivos e sobre o trabalho podem e devem se sujeitar a novos paradigmas. A exemplo disso, temas como o Turismo, a Ecologia, a Indústria e o Agronegócio estão cada vez mais sendo incorporados como aspectos importantes ao entendimento das (trans) formações do Espaço.

Aliado a isso, há também a concepção das ideologias imbricadas em cada momento em cada sociedade, mas, o que é sujeição hoje, pode ser a hegemonia amanhã. Só o tempo responde, mas o tempo não é apenas uma sucessão de momentos, o tempo é relativo e não se restringe a uma sequência de minutos, segundos, horas e dias. É preciso aprofundar-se nas especificações das localidades a fim de também reconhecer as leis gerais, muitas vezes invisíveis que dão certo sentido ou (des)ordem aos processos sociais ao longo da história.

Retomando a questão chave do Espaço, considerando-o como a natureza transformada pelos homens e mulheres através do trabalho, cabe-nos refletir que talvez exista uma certa relatividade na questão temporal, como também na questão espacial. Piètre (1997), analisa que, para Einstein a relação entre tempo e espaço é consolidada, pois o espaço não é nenhum vazio real (Newton) ou formal (Kant), mas uma realidade material de um campo gravitacional, que devido a isso provê certa forma e uma função ao Espaço. Forma e Função são apenas parte das categorias de análise, outras vão sendo incorporadas ao longo do amadurecimento teórico, aqui discutido. Dessa maneira,

Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos mediante a identificação de

suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois (SANTOS, 2012, p. 15).

Centramo-nos então em entender como certas parcelas do espaço se organizam ao longo da história, a partir de como as sociedades se estruturam segundo a técnica e o trabalho, constituindo os sistemas produtivos e, mais ainda tentando aprofundar em algumas forças que moldam o espaço, reproduzindo uma certa (des)ordem, que como já mencionado quase nunca significa justiça e sim *modus operandi* da organização social em determinado tempo e em determinado lugar, “pois a relação dialética entre espaço e lugar é central para se compreenderem os aspectos construtivos e destrutivos do movimento do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2018, p. 133).

### 3.3 A TÉCNICA, O TRABALHO E OS SISTEMAS PRODUTIVOS COMO SUPORTE PARA A ANÁLISE ESPACIAL

No primeiro capítulo do livro *Natureza e Espaço* (2014), Milton Santos adverte para o fato de que a geografia e, por conseguinte, os geógrafos, tem considerado pouco a técnica como parte formadora e transformadora do território (ou do Espaço). Inicialmente, para o autor, a técnica é entendida quase como sinônimo de trabalho, pois exprime a “forma de relação entre o homem e a natureza [...] entre o homem e o meio” (op cit, p.17). Dessa maneira, em um conceito mais ampliado do que o de trabalho analisado pela corrente marxista, a técnica é definida como um “conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo cria espaço”. A partir desta concepção, é possível refletir sobre três questões importantes:

**Primeiramente**, a técnica não é apenas sinônimo de trabalho embutido dentro de um processo produtivo estruturado (atendimento de necessidades), também engloba todas estas questões, contudo, ademais, a técnica envolve outras formas de relação com o meio e com as pessoas.

A definição é simples e abstrusa ao mesmo tempo, visto que o trabalho na concepção de Marx pode ser interpretado como técnica, mas corre-se o risco de reduzir o conceito apenas para uma análise a partir de sistemas e estruturas

produtivas complexas. Por isso, sempre perpetua a clara separação entre trabalho e tempo livre. Porém, talvez, considerando a técnica como um conceito mais ampliado do que o de trabalho, ela também pode se fazer presente nos momentos de tempo livre, ou de um tipo de trabalho não tão relacionado a um processo produtivo mercadológico específico. Dessa maneira, a técnica também perpassa pelas outras formas de construir e perpetuar as identidades individuais e coletivas. Exemplo disso é a cultura, que requer instrumentos e formas de relação que são próprios de determinados grupos, resultando em formas de expressão individual e coletiva e não objetivando simplesmente a criação de um objeto a ser trocado ou vendido.

A **segunda** questão importante a ser considerada é sobre o evidente dinamismo do Espaço, isto é, o Espaço é resultado de uma construção social. Ele não é um mero recorte analítico do globo terrestre, passando então a compor-se de movimentos e relações que lhe dão vida. Tem-se o 'espaço vivido', ou mais ainda o 'espaço vivendo'. É preciso humanizar o Espaço, e ao humanizá-lo considera-se que nem todos os espaços são iguais, nem o Tempo age da mesma forma nos diferentes espaços. O homem é o elemento central nesta análise espacial, visto que a natureza entendida como conjunto de meios físicos e bióticos de outras espécies apresenta também seus dinamismos específicos.

A dinamicidade é outra, ao se considerar o homem como parte desse processo. Esse é o cerne da análise da Geografia dita Humana, visto que "a palavra natural deve ser tomada como um sinônimo de social, da mesma forma que podem ser assimilados os vocábulos natureza e espaço" (SANTOS, 2008, p. 163).

Para maiores esclarecimentos, é necessário evidenciar, que o homem é natureza e vice-versa, e, ao se introduzir o conceito de Espaço como resultado do acúmulo desigual do Tempo, parte-se de uma visão sistêmica, que natureza e homem são conteúdos e continentes do mesmo processo histórico. Essa visão mais integradora já era percebida mesmo quando a Geografia iniciava sua estruturação enquanto disciplina independente, tanto que Lencioni (2003) argumenta para o fato de que mesmo na concepção determinista de Ratzel e possibilista de Vidal de la Blache, ambos compartilhavam da mesma visão de homem e de natureza como constituintes de uma unidade, não como opostos.

Ademais, a técnica também faz parte do processo evolutivo, sendo que o conjunto de técnicas é um conjunto de aprendizados e transmissão de conhecimentos coletivos entre as gerações. Ao se criar um novo objeto ou ferramenta, hoje, não se inicia do zero, pois há um conjunto de experiências e conhecimentos que foram acumulando ao longo do tempo. Assim, alguns espaços podem ser mais dinâmicos que outros, por conta do conjunto de técnicas empregadas. Um exemplo disso são as cidades, considerando-se as redes de comunicação, transporte, transações comerciais e financeiras e múltiplas expressões culturais que interagem e vão dando origem a novas técnicas e, por conseguinte, novas espacialidades.

Uma **terceira** e não menos importante reflexão a ser feita é que a técnica é reveladora, pois ela é um conteúdo do Espaço que ao mesmo tempo forma-o e transforma-o. A técnica é um *continuum* (trans)formador do Espaço. Por esta razão, através dela é possível que algumas características do espaço em análise possam ser reveladas, afinal, a partir da técnica é oportuno identificar traços da materialidade e da imaterialidade do espaço. A técnica passa, então, a ser um instrumento de análise social que – ao ser vinculada a outros instrumentos e relacionada ao trabalho, ao sistema produtivo e à historicidade do espaço – torna possível a melhor compreensão do próprio Espaço.

Deste modo, a técnica, além de um instrumento de análise, passa a compor um sistema de análise, a fim de que o Espaço Geográfico possa ser entendido e explicado. Diz-se sistema de análise pois as espacialidades não podem ser entendidas apenas pelo viés da técnica, ela constitui parte do processo de entendimento.

Ainda sobre a complexidade e abrangência da técnica, esta não pode ser restrita ao sinônimo de tecnologia, ou de ferramenta. A concepção de técnica envolve o ato de pensar, de projetar, de refletir sobre necessidades, facilidades e formas de expressão, que podem culminar em novos objetos, novas tecnologias, mas também podem resultar em novas formas de interação e relação com o meio natural e social e, por conseguinte, novas formas de inclusive pensar sobre tudo isso.

Um exemplo disso é o sistema jurídico, que não é um objeto em si, apesar que existem as materialidades do sistema jurídico tais como o fórum, a prisão, a

universidade, os livros, e até trajes típicos de algumas profissões relacionadas ao sistema. Mas o sistema jurídico não é apenas isso, é um conjunto de idealizações de normas estabelecidas historicamente com o propósito de regular o funcionamento social. Antes das materialidades vieram as concepções de comportamento, de crime, de regras, resultado do exercício do pensamento humano sobre a questão da regulação comportamental. Ora, isso não é também técnica?

Outro exemplo, é o sistema de lazer, mais especificamente o de viagens. Existem as suas tecnologias materializadas pelo avião, navio, hotel, restaurante, passaporte, e dezenas de outros exemplos. Mas o fundamento básico de uma viagem é o deslocamento humano, este, nem sempre foi pautado na necessidade de lazer e/ou descanso. Primeiramente por sobrevivência, passando pelas relações comerciais e até mesmo exploração de outros espaços.

A noção de lazer é uma concepção da modernidade que impôs uma divisão do tempo humano entre trabalho (produção) e tempo livre. Mas o tempo livre é improdutivo? Certamente não, pois os benefícios resultantes de uma viagem são cada vez mais discutidos nos campos da saúde, da própria produtividade, do amadurecimento social e cultural do ser humano, incidindo então na própria produção. Esse conjunto de materialidades, tecnologias e relações a partir das viagens, por motivos de lazer, está dando origem a novas formas de interação com o espaço físico, com a natureza e, participando cada vez mais da dinâmica econômica de algumas localidades. Então, o turismo também está inserido dentro de um sistema de técnicas.

Além de Milton Santos, autores como B. Jorges (1988), Olivier Buchsenschutz (1987), François Sigaud (1981), J. D. Nysten & Kolars (1974), entre outros, fazem crítica sobre a pouca consideração da técnica nas análises geográficas, contudo, mesmo entre estes autores a concepção de técnica parece também estar limitada a exemplificações que a reduzem como expressões tecnológicas e seus derivados, com ênfase às materialidades no espaço. Porém, a técnica revela também processos, ideologias e fluxos diversos, elementos importantes a serem considerados, para além das materialidades evidentes, a técnica, parafraseando Sorre (1947, p. 5) é *“tout ce qui est de l’industrie et de l’art*

*humains dans tous les domaines de l'activité de l'espèce*<sup>25</sup>. Em suma, “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2014, p. 37).

Cada objeto revela um modo de produção e os modos de produção se realizam por técnicas, que são o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores (SANTOS, 1988).

Mas, o simples fato de descrever as técnicas como (trans) formadoras das sociedades não é suficiente. É necessário um exercício maior de reflexão que ultrapasse a descrição e atinja o entendimento e, por conseguinte, a explicação do Espaço. Por isso, para a concepção de um sistema aberto é imperativo compreender o conjunto de técnicas presentes e passadas na conformação do território, através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Esse processo é resultado de uma sucessão de particularidades técnicas ao longo da existência humana. Assim, como é característico da História, e também da Geografia, a periodização do tempo e a delimitação de um espaço de análise, são maneiras de compreender as questões específicas de um lugar. Nesse sentido, Santos (2014) sugere uma periodização considerando a técnicas como critério: 1 – Meio natural ou pré-técnico; 2 – Meio técnico ou maquínico; 3 – Meio técnico-científico-informacional; 4 – Meio técnico-científico-informacional e comunicacional.

Qualquer tentativa de periodização recai na questão sobre a não sincronia do tempo nos espaços, pois o próprio Milton Santos (2014) defende a ideia de espaço sendo formado pelo acúmulo desigual do tempo, já que nem todos os lugares participaram e participam das mesmas dinâmicas, nem ao mesmo tempo, nem em forma sucessiva. Assim, cada meio contém características de outros. Objetivamente, os espaços são híbridos no tocante a técnica, pois as características dos dois primeiros momentos apontados por Santos, ajudam a formar o terceiro momento e assim sucessivamente: “num mesmo pedaço de território convivem subsistemas técnicos diferentemente datados, isto é, elementos técnicos provenientes de épocas diversas” (Ibidem).

---

<sup>25</sup> É tudo que está na indústria e nas artes humanas, em todos os domínios da atividade da espécie. (Tradução nossa).

Considerar tal aspecto só engrandece o processo de análise do Espaço Geográfico e, no caso de uma análise do Território da Transpantaneira, torna-se importante a compreensão sobre como os diversos sistemas técnicos (inclusive do turismo) de diferentes épocas, se combinam dando consequências específicas sobre este Espaço analisado.

Assim, o espaço é resultado da produção, sendo sua evolução uma consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais. Como a sociedade é dinâmica, cada movimento da sociedade corresponde uma mudança de conteúdo, das formas geográficas e uma mudança na distribuição no valor do espaço (SANTOS, 1988).

O passar do tempo deixa marcas sobre o espaço, sendo que algumas porções desse espaço podem ser mais dinâmicas por uma combinação de uma série de fatores, como é o caso das cidades e outros subespaços que podem se apresentar menos dinâmicos, mas o certo é que:

No espaço são travados embates, estão cicatrizes de lutas, erguem-se monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se conhece como vida moderna. No espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos (COSTA e GOMES, 1988, p.50).

O Espaço não se apresenta uniforme pois tem suas contradições, suas diferenças, seus avanços e estagnações dentro de um mesmo recorte, denominado de *'reverse salient'* por Jorges (1988), ou Rugosidades por Santos (2008). Mas o que seria um espaço social/geográfico, sem as suas rugosidades? Não são estes os elementos que dotam os espaços de identidade? Estas são questões importantes a serem consideradas, que serão discutidas em uma seção oportuna ao serem abordadas reflexões específicas sobre as características do Espaço investigado – a região da Transpantaneira em Mato Grosso.

### **3.3.1 O trabalho como categoria reveladora das espacialidades**

Como parte da técnica, o trabalho passa a ser então uma outra categoria importante de análise, visto que ele também modela as relações, implicando



externalidades e internalidades que são próprias de cada estrutura social a ser investigada. É a partir da noção de trabalho, como força modificadora da natureza construindo o Espaço Geográfico, as sociedades se distinguem.

De forma simplificada, consideraremos então a técnica como o conjunto de conhecimento acumulado ao longo das vivências históricas das sociedades, que podem resultar então em uma ação modificadora e formadora dos espaços transformando a natureza primeira em natureza segunda de acordo com as necessidades individuais e coletivas de cada grupo – essa ação é o trabalho.

Como cada sociedade tem um processo diferenciado de relação com a natureza, desenvolvendo tecnologias, relações culturais, e materialidades próprias, é necessário o entendimento de que a ação do tempo nos espaços é relativa e distinta. Não se pode entender a evolução da sociedade egípcia da mesma forma que as diferentes sociedades pré-hispânicas. Mesmo nestas últimas não há uma unidade, a citar, por exemplo, as diferentes tribos indígenas da América do Sul.

A partir do processo produtivo e do trabalho, é possível também fazer uma leitura sobre o espaço, pois estas categorias podem ajudar a entender como cada região vai construindo e reproduzindo suas unidades e contradições. A História, por exemplo, durante muito tempo sustentou a divisão clássica das sociedades pelo globo a partir de uma tecnologia específica: a escrita. Sabe-se que muitos autores dividem o ensino da História em dois grandes momentos, baseando-se na invenção da escrita: a) Pré-História e b) História (Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Contemporaneidade).

Trata-se de uma questão sob bastante discussão nas últimas décadas visto que a escrita não se estruturou de forma imediata, é fruto de um processo temporal de algumas sociedades, e por ser um processo, segue em constantes transformações. Além disso, há também sociedades que mesmo na dita 'pós-modernidade', não utilizam a linguagem escrita como meio de comunicação, sendo a oralidade a forma mais comum de comunicação e transmissão de conhecimento. Ao considerar este último aspecto é possível apontar que muitas sociedades ainda vivem na pré-história, segundo o discutível modo de periodização do tempo a partir da escrita. Portanto,

[...] podemos rejeitar a tese do progresso linear da humanidade. No entanto, resta-nos algo positivo, a ideia de que a história da humanidade



é a história de um progresso acumulativo, onde uma civilização lega algo a outra. Em outros termos, a geometria euclideana, o cálculo integral e diferencial, a máquina a vapor, constituem um patrimônio da civilização, constituem elementos do processo acumulativo (TRAGTEMBERG, 1968, p. 461).

A acumulação do conhecimento se faz de forma distinta em cada grupo social, e “a mediação entre os homens e o meio efetua-se através das técnicas que estes dominam” (CLAVAL, 2014, p. 140). A técnica quase sempre é resultado de um processo de racionalização e reflexão, em que o pensar é regido segundo características específicas de cada sociedade e, por isso, as materialidades também são múltiplas. Então, surge a categoria trabalho como uma outra forma reveladora da técnica, em que o ser humano forma e transforma o mundo em que vive para atender suas diversas necessidades.

Dentro da unidade Espaço/Tempo, o Trabalho é então uma outra categoria de análise a ser ponderada nos recortes de investigação e, uma das possibilidades de se compreender o trabalho como força (trans)formadora do espaço ao longo do tempo é buscando abarcar como a organização em torno dele se efetiva, e quais os resultados dessa organização na (des)ordem das sociedades. Então, as sociedades podem ser entendidas e explicadas a partir das relações que estabelecem com a natureza, através do Trabalho, pois não há como discutir modo de produção sem antes considerar o Trabalho. Desta forma se considera que:

Os seres humanos são uma parte da natureza que deve satisfazer suas necessidades elementares por meio de um constante intercâmbio com a natureza [...] e eles são constituídos de tal maneira que não podem sobreviver como indivíduos da espécie a que pertencem (a única espécie “intervencionista” do mundo natural) num intercâmbio não mediado com a natureza – como fazem os animais – regulado pelo comportamento instintivo diretamente determinado pela natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 212).

O modo de produção se apresenta de forma distinta nas sociedades visto que cada aglomerado humano expressa suas necessidades próprias conforme sua história e o espaço que habitam. Mesmo com a modernização dos meios de comunicação, de interação, de transportes, de comércios há aspectos culturais que precisam ser considerados e respeitados, e isso dentro de uma análise de organização produtiva, por meio do Turismo, como é o caso do estudo que se estabelece sobre a região da Transpantaneira, há inconsistências de interesses, de

comportamentos que são refletidas, inclusive, na forma com que o próprio Turismo se reproduz.

Em capítulo mais específico sobre a realidade do turismo da Transpantaneira ficará mais evidente como alguns conflitos e diferenciações relacionais são externadas e outras, mesmo que de certo modo, ocultas revelam um espaço único, dinâmico, contraditório e cenário de uma dinâmica produtiva – via turismo - modelado pela ação de três forças principais: o trabalhador, o empresário e o poder público.

Não é o trabalho em si que humaniza o homem diferenciando-o dos demais seres, é um pouco mais do que isso: é a consciência prévia sobre o trabalho, ou uma reflexão acerca do processo que está inserida dentro do próprio ato de trabalhar, ou de atuar sobre os recursos da natureza. A consciência ou a reflexão não é algo que está separado do trabalho, ‘consciência e trabalho’ ou ‘reflexão e trabalho’ acontecem de formas isocrônicas.

Assim, o homem passa a ser concebido, a partir do trabalho, de um ser natural, para um ser social pois, “ao pensar e refletir, ao externar sua consciência, o ser social se humaniza e se diferencia das outras formas anteriores do ser social” (ANTUNES, 2005, p. 68). Dessa maneira, tem-se no trabalho uma condição para o desenvolvimento da sociabilidade humana. Mas essa sociabilidade, pelo trabalho, torna-se discutível a partir da estruturação do capitalismo, como sistema produtivo, inserindo-se aí uma dialética digna de ser considerada, ao se refletir sobre o Espaço Social ou Geográfico dado.

A partir das concepções de Marx (1985), é possível destacar um duplo caráter atribuído ao trabalho em análise de sociedades capitalistas: o trabalho concreto (definido pelo seu valor de uso) e do trabalho abstrato (definido pelo seu valor de troca). Entretanto, o mesmo trabalho que ‘humaniza’ e socializa o homem, também é capaz de subvertê-lo à condição de mercadoria, ou seja, “o seu trabalho, não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório” (MARX, 2004, p.83).

O trabalho, que antes era considerado como parte de um dinamismo relacional, expressão do ato social em que “os homens produzem uns para os outros” (COTRIM, 2014), passa a ser alienado e o homem “*renuncia a esta actividad*”

*mediadora essencial, los actos que se realizan son los de un hombre que se há perdido a sí mismo, de um hombre deshumanizado” (MARX, 1974, p. 126)<sup>26</sup>.*

Essa dialética do trabalho é mais um dos fatos a serem percebidos e explicados levando-se em consideração o Espaço Geográfico em (trans)formação. As interações sociais mediadas a partir das relações de trabalho mudam conforme o recorte Espaço/Temporal escolhido para análise e tais relações podem ser acobertadas por aspectos ideológicos diversos que camuflam a realidade.

Conforme a Figura 7, o Espaço Geográfico, possui materialidades e imaterialidades que podem ser entendidas e explicadas, por meio do trabalho. As materialidades é tudo que é concreto, como por exemplo os objetos geográficos tais como prédios, pontes, rodovias, e todo tipo de construção.

Essas materialidades são dotadas de significados de acordo com o a sua função, ou seja, o que dá sentido ao objeto construído é a função dele para a sociedade. Um prédio, por exemplo, pode ter a função de hospital, escola, delegacia e inúmeras outras possibilidades – é a sociedade que ele está contido que vai dar esse sentido a essa materialidade, pois antes da sua construção existe a intencionalidade que molda a materialidade, esse intenção que vem antes da materialidade que está no campo da consciência também faz parte do trabalho.

A materialidade, então, adquire sentido através de concepções que variam de sociedade para sociedade, de momento para momento – a saber: os monumentos religiosos, que em um passado tiveram um significado restrito ao religioso, hoje revelam outras possibilidades – inclusive do próprio entendimento do passar do tempo e dos valores estabelecidos por cada sociedade em cada tempo, o entendimento arquitetônico e econômico, por exemplo.

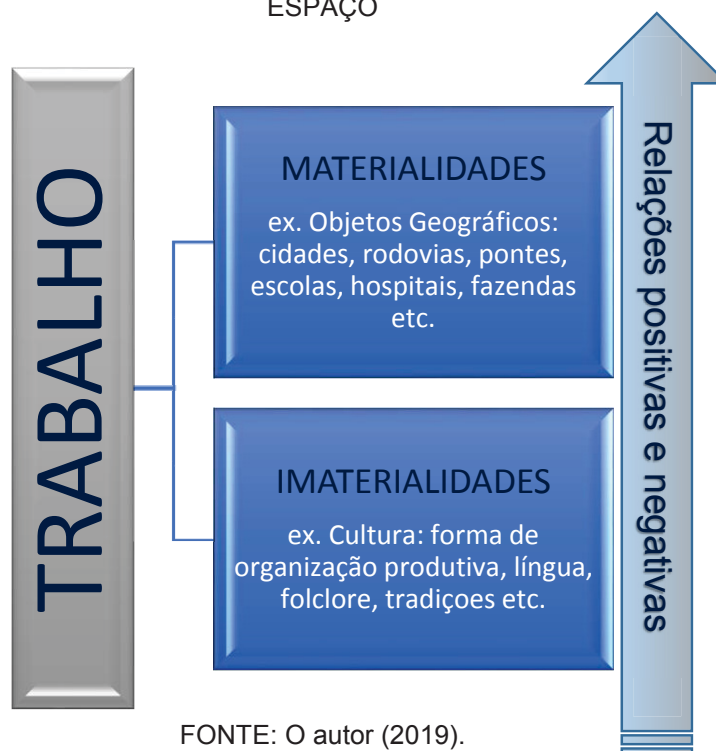
As imaterialidades ou as relações estabelecidas, também são resultado do trabalho, visto que são ações de interação oriundas de uma reflexão, com um objetivo determinado. A cultura, possui, por exemplo traços de imaterialidades que são frutos do trabalho, por traz por exemplo, de um modo de falar específico de uma região há um processo histórico a ser entendido, há relações entre pessoas e meio, há dinamismo, há necessidades que ao longo do tempo vão sendo construídas e estruturadas de acordo com o que se quer expressar. Novos

---

<sup>26</sup> Renuncia a esta atividade mediadora essência, os atos que realiza são os de um homem que perdeu a si mesmo, de um homem desumanizado. (Tradução nossa).

vocábulos e formas de comunicação vão moldando a fala dos grupos sociais. E até isso, hoje, por vias do turismo, entra no jogo mercantil – como parte da atração ou da identidade dos lugares que são vendidos para a visita.

FIGURA 7 – O TRABALHO REVELADOR DE MATERIALIDADES E IMATERIALIDADES NO ESPAÇO



FONTE: O autor (2019).

Por tudo isso, a materialidade e a imaterialidade têm um certo aspecto relativo, pois estão condicionadas à *démarche* de cada grupo social. E, é ainda mais enriquecedor pensar que esse dinamismo relacional é a cada segundo potencializado, por meio da modernidade, das comunicações, das formas de interação clássicas e novas que vamos descobrindo. É nessa interação que também vamos nos entendendo enquanto seres sociais, produzindo e reproduzindo novas materialidades e imaterialidades.

Nesse entendimento, é preciso conjecturar também que nem tudo se dá de forma harmônica ou resulta em aspectos de engrandecimento conjunto da humanidade. Há questões que, como a Figura 7 aponta, podem resultar em relações positivas e negativas. Chamamos de relações positivas aquelas resultadas de um processo de crescimento individual e coletivo, includentes, não exploratórias e que não denigam a dignidade humana e que respeitem as

individualidades. Já as relações negativas são aquelas que subjagam pessoas e comprometem a vida imediata e futura da humanidade e dos demais seres.

Acrescenta-se então, a reflexão sobre como a humanidade está conduzindo tudo isso, ou mais especificamente a que tipo de interesses estamos servindo, aos interesses coletivamente includentes ou excludentes? Sobre esse tema, vamos travar algumas ponderações em um capítulo que tratará especificamente sobre a questão do desenvolvimento.

Por fim, existe uma direta relação entre modo de produção e o trabalho, mas convém considerar que não existe uma sucessão de modos de produção que evoluem linearmente, em que um modo de produção supera o outro até a forma final.

*La dominación de un tipo determinado de relaciones de producción no hace desaparecer en forma automática todas las otras relaciones de producción: éstas pueden seguir existiendo, aunque modificadas y subordinadas a las relaciones de producción dominantes<sup>27</sup> (HARNECKER, 1973, p.131).*

Mas também convém perceber que apesar da coexistência de diversos modos de produção, um ou mais podem dar maior celeridade às relações sociais, merecendo assim destacar-se através de um recorte temporal definido. Nesse sentido, interessam-nos as particularidades dinâmicas da Transpantaneira, concebida como uma Região, “resultado de uma fragmentação articulada (globalização)” (CORRÊA, 1997, p. 193).

Esta região específica, que se insere no modelo produtivo global vigente, com suas respostas, articulações e contradições, é o foco deste estudo, considerando-a como uma região que também é o resultado do acúmulo desigual do tempo, porém combinada, de alguma forma, com outras regiões. Suas respostas, ou a ausência de respostas a esta articulação poderão revelar um ‘espaço único’ em (trans)formação, que também contribui para o entendimento de um processo mundial de desenvolvimento desigual, combinado e quase sempre perverso para alguns.

---

<sup>27</sup> A dominação de um tipo determinado de relações de produção não faz desaparecer, de forma automática, todas as outras relações de produção; estas podem continuar existindo, embora modificadas e subordinadas às relações de produção dominantes. (Tradução nossa).



*São como veias, serpentes os rios que trançam o coração do Brasil  
 Levando a água da vida, do fundo da terra, ao coração do Brasil  
 Gente que entende e fala a língua das plantas dos bichos  
 Gente que sabe o caminho das águas, das terras do céu  
 Velho mistério guardado no seio das matas sem fim  
 Tesouro perdido de nós, distante do bem e do mal  
 Filhos do Pantanal!  
 (Marcus Viana & Sagrado Coração da Terra - Pantanal)*

#### **4 ESPAÇOS DESIGUAIS, DESENVOLVIMENTOS DESIGUAIS**

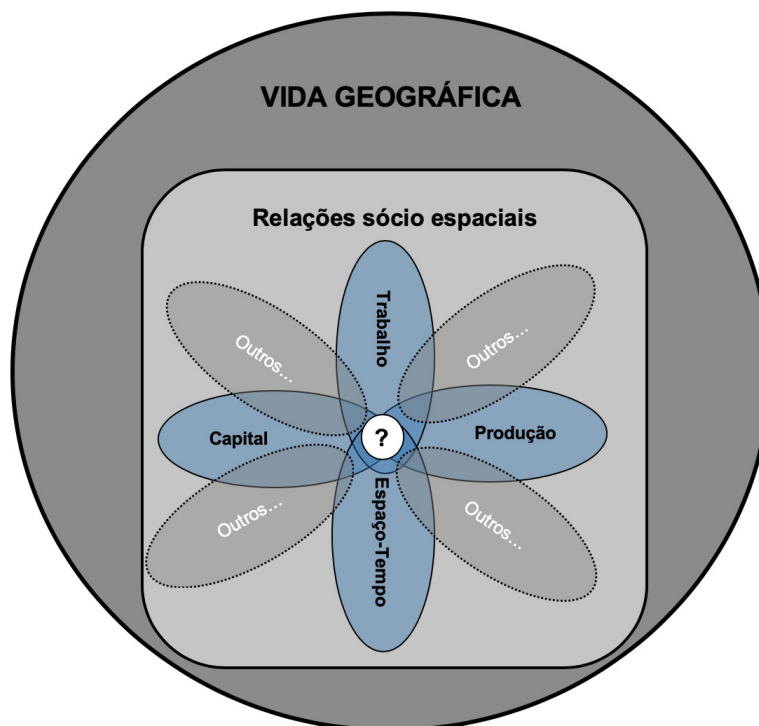
A partir das reflexões estabelecidas no capítulo anterior evidenciou-se que a passagem do tempo sobre os espaços é disforme. Mesmo as regiões sendo caracterizadas por algumas simetrias gerais, sejam elas culturais, econômico-sociais e ambientais, ao se estabelecer análises focadas nas especificidades locais é possível detectar as relações e processos antagônicos presentes dentro das simetrias. A questão passa a ser então de Escala.

Como cada espaço é dotado de múltiplos e complexos significados que se moldam com o passar da história, o primeiro passo nas análises sócio espaciais é reconhecer que os espaços geográficos se diferenciam uns dos outros por uma infinidade de combinações de processos em constante movimento, visto que a todo momento ele se faz, desfaz, modifica, reconstrói, se adapta – é a Vida Geográfica.

A Vida Geográfica nada mais é que o processo constante de formação e transformação dos espaços, a partir das relações das pessoas com o meio. A Vida Geográfica não se restringe apenas aos seres humanos, aos elementos biofísicos do planeta, ou às forças econômicas que incidem sobre os lugares e pessoas. É tudo isso e mais uma infinidade de processos, é o movimento, é a transformação, é a combinação de tudo e de todos em constante fluxo multiescalar e multidirecional.

Parte da composição da Vida Geográfica são as relações sócio espaciais e esse subconjunto é composto por uma variedade de elementos que podem ser selecionados e combinados para análise, como apresentado na Figura 8:

FIGURA 8 – CONJUNTO DA VIDA GEOGRÁFICA NA ANÁLISE ESPACIAL



FONTE: O autor (2019).

No bojo das relações sócio espaciais está a dimensão espaço/tempo que, segundo Harvey (2018), pode ser concebida e experimentada de diversas maneiras, sendo que todo processo internaliza seu próprio espaço-tempo e as pessoas que dinamizam esse processo enfrentam com paciência conflitos, contradições e confusões que surgem como fenômenos dos diferentes mundos



espaço-temporais que se chocam em situações particulares, portanto, cada lugar tem seu tempo e nem todos os lugares estão no mesmo tempo.

Se nem todos os lugares estão no mesmo tempo, é possível concluir que apesar de todos os lugares estarem de alguma forma conectados, as suas respostas aos estímulos externos são diferenciadas, pois as características internas de cada lugar vão se moldando no ritmo próprio de suas histórias. A história de cada lugar é única, pois cada lugar também é único com suas características geomorfológicas e socioculturais.

As interconexões da modernidade se intensificam a cada segundo, em uma tendência que, às vezes, se apresenta homogeneizante e outras vezes heterogeneizante, visto que há aspectos em que as diversas sociedades estão muito aproximadas, como no consumo de algumas mercadorias, na forma de organização social e política, nas relações de comércio etc., mas o simples fato de haver diversas sociedades já justifica a existência de aspectos que caracterizam os múltiplos espaços sociais.

Entra em questão, então, a reflexão sobre as diferenças que marcam os países, as regiões e as localidades, sejam elas econômicas, sociais, culturais, produtivas, político-organizativas e outras, unidas por algum tipo de amálgama muitas vezes invisível, mas cuja sua força é sentida de forma bastante intensa pelas pessoas que dão vida aos lugares.

A força maior que ordena e desordena os lugares no globo se baseia na forma com que as sociedades foram se constituindo como tal, através do trabalho modificando a natureza em prol do atendimento das suas necessidades. Ao longo da história, estreitou-se as relações entre as localidades, pois nem todos os lugares conseguem produzir tudo que necessitam e para isso estruturaram-se as trocas baseadas em mercadorias ou ordenadas por um sistema monetário. Para Santos (1988), o espaço é resultado da produção e sua evolução é consequência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais e [...] como a sociedade é dinâmica, cada movimento da sociedade corresponde uma mudança de conteúdo, das formas geográficas e uma mudança na distribuição no valor do espaço.

Como resultado disso, é estruturada mundialmente uma certa ordem composta de muitas desordens, ou seja, um sistema chamado de Capitalismo -



mesmo com alguns países tentando escapar desse modelo, como Cuba, China, Coreia do Norte e Vietnã tentando estruturar o utópico socialismo que mais se aproxima a um Capitalismo de Estado, como apontam Lazzarini e Mizacchio (2015).

Esse sistema mundial é tão engenhoso que ele próprio se faz e refaz baseando-se em suas próprias contradições, pois são as diversidades, as incongruências, as diferenciações entre sociedades (espaços), e os ritmos díspares do tempo sobre os lugares que sustentam o Capitalismo, que não é rígido e não tem forma definida, está em constante adaptação para se manter.

Dessa maneira, é a constituição e a estruturação desse sistema com suas múltiplas e constantes mudanças que faz com que cada porção do espaço se apresente de forma desigual, resultado de uma combinação de disparidades, pois na concepção de Harvey (2018), o capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos de um modo de produção capitalista, exigindo uma busca perpétua por um ‘ajuste espacial’ e suas contradições internas. Cada lugar é, então, definido por uma combinação particular de modos de produção concretos, isto é, por uma forma particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. “O “valor” do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar” (SANTOS, 2011, p. 155).

Retomando a questão de que lugares diferentes respondem de forma diferente aos estímulos externos – pois suas características internas são formadas de maneira distinta ao longo do tempo – entende-se, então, que na concepção de desenvolvimento não cabe rigidez ou linearidade e, “também não se reconhece um ideal civilizatório, uma vez que cada sociedade tem sua trajetória e especificidades próprias e não precisamos almejar semelhança com nenhuma outra sociedade” (GONÇALVES, 2012, p.19).

Portanto, o ato de tratar o desenvolvimento no singular significa engessar o processo de evolução dos espaços em algum tipo de matriz com etapas a serem alcançadas. Mesmo que alguns estudiosos possam admitir que algumas localidades possam pular certas etapas, ainda a ideia de rigidez permanece pois espera-se um objetivo a ser atingido. Qual seria o ponto final do desenvolvimento dos lugares? Imediatamente seria possível arriscar uma resposta afirmando que o ponto final do desenvolvimento seria o alcance da justiça/igualdade social. Porém,

ao se imaginar que as localidades atingissem esse ápice de evolução, como manter esse processo? Ainda mais considerando que o sistema mundial capitalista se mantém e se estrutura das contradições e diferenciações dos lugares.

Existem então duas possibilidades a serem consideradas:

- a) Seria possível pensar em uma mudança na ordem mundial, visto que o Capitalismo não combina com igualdade entre as regiões, ou justiça social pois o que o sustenta são as suas contradições? Como se estruturaria ou se manteria uma nova ordem mundial? Essa primeira concepção é ingênua e distante da realidade objetiva, visto que ao longo da história algumas sociedades tentaram (sem sucesso) encontrar uma outra maneira de organização econômica, social e política – como o socialismo, por exemplo. Resta então ponderar sobre uma segunda possibilidade reflexiva um pouco mais realista;
- b) A segunda reflexão proposta é reconhecer as diferenciações das regiões, respeitando o desenrolar da história sobre os espaços, conscientes de que a ordem atual se move das contradições e que dificilmente (devido a suas próprias características adaptativas) um outro modelo é impossível de ser alcançado de forma imediata. Isso não significa aceitar o desenrolar contraditório dos espaços que se moldam alicerçados, na maioria das vezes, na injustiça, mas sim rever o próprio desenrolar da história buscando possibilidades mais equitativo, recaindo necessariamente na busca pela autonomia.

Trata-se então de olhar o sistema capitalista, dentro do próprio sistema, reconhecendo-se que as estruturas e ideologias que o sustentam podem ser examinadas e revistas e, a partir daí, extrair possibilidades analíticas de diferentes *démarches* por diferentes espaços.

Com essas reflexões postas, torna-se mais íntegro tratar de desenvolvimentos ao invés de desenvolvimento, concordando com Gonçalves (2012, p.19) que aponta que “melhor que pensar em evolução, é mais útil pensar em mudanças, permanências e transformações de cada sociedade”. O processo de desenvolvimento total global contém vários tipos de desenvolvimentos tão diversos quanto a variedade das localidades, visto que este não ocorre da mesma forma nem com a mesma intensidade em todos os lugares: um desenvolvimento

global desigual. Logo o desenvolvimento total global ou simplesmente desenvolvimento ( $D$ ) contém infinitos desenvolvimentos locais ( $d$ ), expressos na fórmula:

$$D \supset d^n$$

É a combinação dos diversos desenvolvimentos locais ( $d$ ), que são desiguais em si, que caracterizam a dinâmica total de desenvolvimento global ( $D$ ). A partir dessa perspectiva, tem-se a estruturação da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que contribui para o entendimento da formação e transformação dos espaços, inclusive o da região da Transpantaneira, pois considera a dinamicidade do tempo sobre os lugares.

Boscariol, Cocco e Amorim (2016) apontam que Tucídides na época clássica grega, já reconhecia um 'desenvolvimento desigual' entre as sociedades e que essa mesma expressão passou a ser recorrente na era moderna, sendo utilizada por Hegel e posteriormente apropriada por Marx e Engels ao enfatizarem que ocorre desenvolvimento desigual entre os segmentos sociais, havendo inclusive desigualdade de relações entre grupos sociais (classes). Porém, segundo os mesmos autores, foi Trotsky quem conferiu maior profundidade à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, base inclusive para a estruturação dos conceitos de Harvey sobre o Desenvolvimento Geográfico Desigual.

A partir das bases da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado é possível considerar que a existência de diversos e desiguais desenvolvimentos significa que as localidades participaram de modo distinto dos processos globais e que, através de uma possível ordem mundial em torno de sistemas produtivos e de comercialização que culmina no Capitalismo atual, existe uma seletividade espacial ou uma determinação intencional sobre o papel que cada localidade passa a ter no processo global.

Alguns lugares participam com mais investimentos, crescimento econômico, desenvolvimento de estruturas específicas de produção, especialização de tecnologias e de força de trabalho, ao mesmo tempo em que a outras localidades é negada a participação nesse processo. A força do capital é responsável, então, pela combinação das desigualdades locais a fim de manter o

próprio sistema, aceitando ou negando que as localidades participem do desenvolvimento igualitário.

Com isso, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado também pode ser reconhecida como uma Teoria da Negação. Essa negação da participação no processo de desenvolvimento pode ser entendida também como uma determinação do papel de cada localidade, sendo que, às vezes, este papel é institucionalizado e documentado, enquanto que, outras vezes, o desempenho das localidades nada mais é que o resultado das tentativas de adaptação e de automanutenção no processo, de acordo com as regras do jogo. Segundo Harvey (2018), investimentos em infraestruturas sociais e físicas criam contradições geográficas de vantagem relativa que atraem o capital, e de acordo com Myrdal (1965) a não ser que uma crise interrompa o processo causal circular e cumulativo por traz do desenvolvimento desigual dos regimes de valor geográficos diferentes a tendência é que as regiões pobres empobrecam cada vez mais e as regiões ricas fiquem cada vez mais ricas.

#### 4.10 DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO EXPLICANDO A FORMAÇÃO DAS REGIÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO

A partir da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado – também chamada de Teoria da Negação – é possível explicar o processo de formação do Pantanal de Mato Grosso e, mais ainda compreender algumas relações estabelecidas e reproduzidas na região. A negação, aqui se refere à priorização de algumas áreas a determinados modelos produtivos, dentro da lógica capitalista global, e a negação de participação (intencional ou não) de outras áreas nesse mesmo movimento.

No transcorrer da formação territorial do Brasil, o estado de Mato Grosso possui alguns marcos importantes que ajudam a compreender suas atuais conformações sociais, econômicas e territoriais. A constituição do Centro-Oeste brasileiro, se deu por um movimento objetivando a ocupação territorial no século XVIII, em que ainda prevalecia o domínio colonial da América por parte de Portugal e da Espanha. A presença de colonizadores no território que hoje é o estado de Mato Grosso foi resultado da busca por metais e pedras preciosas, sobretudo o

ouro, atrelada à necessidade de marcar presença em uma região até então habitado apenas pelas sociedades indígenas originais.

Dessa maneira, efetivou-se um primeiro movimento das regiões costeiras para o interior da então colônia portuguesa, atingindo o duplo objetivo de encontrar ouro e garantir a posse da terra, por meio da presença estruturada no território. Dessa forma um processo de ocupação e colonização, culminando na formação da capitania de Mato Grosso em 1748, que mais tarde tornou-se província em 1821<sup>28</sup> e posteriormente estado, com a Proclamação da República em 1889, segundo Siqueira (2017). Assim, dentro do sistema mercantilista global do século XVIII, Mato Grosso cumpriu o seu primeiro papel enquanto garantidor da posse de maiores extensões de terras aos portugueses do que o previsto no Tratado de Tordesilhas, até a instituição de um novo tratado, o de Madrid (1750), que preconizava o princípio de *uti possidetis* garantindo posse da terra das colônias sul americanas para Portugal ou Espanha, mediante a ocupação estruturada.

A partir desse processo, alguns períodos econômicos marcaram o passar das décadas em Mato Grosso, tais como o ouro, a cana de açúcar, a pecuária, a extração da erva mate (*Ilex paraguariensis*) e também da poaia (*Carapichea ipecacuanha*), mas, o desenvolvimento gerado por essas atividades econômicas não foi significativo, pois eram todas de cunho extrativista ou de base de produção primária. Além disso, priorizava-se políticas de investimentos para o desenvolvimento de outras atividades de maior refino comercial e até de um certo grau de industrialização para as regiões mais próximas da sede administrativa da colônia e posteriormente, do país independente, no caso o Rio de Janeiro.

É possível então apontar um primeiro processo de negação que marca a formação territorial de Mato Grosso, ou seja, o estado estrutura-se a partir do interesse nacional/mundial como área fornecedora de matéria prima, com poucos investimentos da administração pública (condição periférica ou marginal), gerando um processo de ocupação e desenvolvimento diferente do ocorrido em outras áreas do país, especialmente se comparado às regiões Sul e Sudeste.

---

<sup>28</sup> O Brasil torna-se politicamente independente de Portugal, constituindo um governo próprio em 1822, mas permanecendo com o mesmo regime monárquico até 1889 com a proclamação da República.

No decurso da história, um segundo momento de negação que também tem seus reflexos na organização territorial e produtiva do estado é o que ocorre a partir de 1930 com o incentivo à modernização e à industrialização brasileira, centrada também em localidades específicas, sobretudo no estado de São Paulo.

Devido à significativa extensão territorial brasileira, as suas diferentes regiões foram se adaptando e dando as respostas que lhes eram possíveis a esse processo, resultando então em um país bastante diverso no que diz respeito a processos produtivos, organização social, distribuição de renda e políticas de investimento público. O resultado disso é a formação de um território nacional altamente desigual no que tange ao desenvolvimento social, o que Silveira e Santos (2001) chamam de 'Brasil arquipélago' ou 'mecanização incompleta', formando regiões concentradas e regiões difusas. A esse respeito, Goldenstein e Seabra (1982, p.28) apontam que:

A dimensão territorial do país e as condições históricas de sua valorização no período colonial e de capitalismo concorrencial produziram no Brasil regiões que, nas primeiras décadas do século XX, apresentavam diferenças marcantes no que diz respeito às formas de reprodução do capital e, conseqüentemente, também nas relações de produção.

Nesse movimento de negação de participar das políticas de investimentos do governo central, vários estados brasileiros, inclusive Mato Grosso, permaneceram com um papel muito bem definido para a política econômica nacional, assim como o próprio Brasil também tinha seu papel definido na política econômica mundial.

Tanto o Brasil quanto o Mato Grosso historicamente foram se constituindo como grandes e estratégicas reservas para o fornecimento de matérias primas para outras regiões mais desenvolvidas, primeiramente para a Europa e mais tarde também para os Estados Unidos da América. Para Leme (1999), o processo de integração econômica de Mato Grosso no mercado nacional ocorreu de forma subordinada à economia paulista e que o estado de São Paulo sempre foi fundamental para a existência econômica do Centro-Oeste, sendo que:

A subordinação à economia paulista intensifica-se a partir da década de 30 do século XX, com a industrialização processada em São Paulo, sendo necessária uma articulação com as regiões fornecedoras de matérias-primas e produtos agropecuários (MORETTI, 2006, p.10).

Com a indústria marcando o cenário hegemônico da economia mundial, sobretudo a partir do século XIX, toda a *démarche* histórica caminhou para que ao Brasil fosse negada a participação no processo de industrialização, enquanto foi conveniente. Além disso, as iniciativas de organizar o sistema industrial nacional que ocorreram, sobretudo, a partir de 1930, também foram regidas por interesses e regras ditados pelos países mais ricos, dos quais o Brasil sempre foi subordinado política e economicamente, mesmo após a sua independência. Sobre isso, Fiori e Monteiro (2011, p. 102) apontam que:

A industrialização posterior à crise<sup>29</sup> foi induzida principalmente pelas mudanças estruturais causadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador. De fato, o papel do setor exportador mudou: sua importância relativa como principal determinante do crescimento da renda interna diminuiu, mas tornou-se estratégico para criar a capacidade de importar os bens de capital essenciais para o investimento na indústria de transformação.

Assim cidades e regiões foram se estruturando com diferentes graus de tecnificação e de serviços de governo, se instalando para organizar e fiscalizar a produção. Pode-se dizer que as regiões mais desenvolvidas são o resultado de uma combinação de localização do poder político-administrativo e centralização dos agentes de atividades econômicas.

Dessa maneira, o papel do Estado brasileiro sempre foi o de preservar e ampliar a fronteira, mantendo o regime e a ordem, primeiramente como uma península da Europa e mais tarde independente, também com um papel internacional mantido, em que a ideologia da racionalidade e da modernização suplanta o domínio industrial.

O caso de Mato Grosso, nessa conjuntura nacional e internacional, seguiu a mesma dinâmica, pois devido à extensão territorial do estado, que até 1977 agregava o atual território de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia foi cumprindo o seu papel como reserva de matéria prima, território produtor de alimentos, desenvolvendo sobretudo a soja e o algodão, e concomitantemente estratégico para resolver tensões por posse de terra das regiões Nordeste e Sul. Mato Grosso nas décadas de 1960/70 desenvolveu vários programas de

---

<sup>29</sup> Crise de 1929 com a quebra da bolsa de Nova Iorque resultando no imediato declínio da exportação de café brasileiro (principal produto de exportação) para os EUA.



colonização, promovidos por alianças regionais de cunho nacional para a ocupação do território, sobretudo acolhendo os novos colonizadores oriundos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Reflexo disso foi uma ocupação diferenciada das porções centro-norte do estado, com a abertura de áreas de cerrado e da Amazônia para o cultivo de soja e a criação de gado, o que efetivou a formação de um outro território diferenciado, marcado pela presença do modo de trabalho e da cultura sulista. Há inclusive diversas cidades que foram fundadas e constituídas por colonizadores sulistas como Primavera do Leste, Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde entre outras.

Em síntese, o movimento de negação, ou de uma política de desenvolvimento desigual, mas estrategicamente combinado é o que dá origem ao atual cenário produtivo, econômico e social de Mato Grosso, revelando contradições aparentes e ocultas em suas diversas regiões, como é o caso do Pantanal da Transpantaneira.

#### **4.1.1 A formação do espaço social do Pantanal da Transpantaneira a partir do desenvolvimento desigual e combinado**

O Pantanal brasileiro ao contrário do que muitos ainda pensam não é só uma região marcada por suas afeições biofísicas e pela exuberância paisagística que nutre o desenvolvimento do turismo. A atividade turística pode ser definida como uma das diversas funções atribuídas ao Pantanal, no seu movimento dos tempos. Antes do turismo, o Pantanal participou de outros modos na dinâmica sócio produtiva global e regional. O mesmo movimento de desenvolvimento desigual e combinado ou de negação que ajuda a explicar a conformação atual do estado de Mato Grosso também pode ser utilizado para compreender a dinâmica evolutiva da região pantaneira. Com isso, antes de se apresentar a atividade turística torna-se relevante considerar as outras funções anteriores atribuídas ao Pantanal.

A primeira função imputada à região pantaneira foi a de facilitadora de acesso às localidades conhecidas apenas por seus habitantes indígenas originais, e, por conseguinte, desconhecida dos colonizadores europeus dos séculos XVII e XVIII. Inicialmente o objetivo dos colonizadores era de encontrar novas minas de metais e pedras preciosas devido à redução da produção de Minas Gerais. Assim, ao adentrar o interior do território brasileiro a via de acesso menos impeditiva seria



por água, o que, por conseguinte, resultou na passagem pelos rios e córregos que formam o Pantanal. É possível então considerar que nesse momento inicial de conhecimento do território, por parte dos colonizadores, a água significava um elemento primordial para o transporte, alimentação e até de proteção contra o ataque de sociedades indígenas ainda não contatadas. Inclusive, o período de cheias poderia facilitar todo esse processo, pois a abundância de água significava mais navegabilidade pelo interior do centro do Brasil.

A segunda função que pode ser atribuída ao Pantanal é de caráter mais econômico, visto que algumas minas de ouro foram descobertas no território de Mato Grosso, sobretudo onde hoje é a capital Cuiabá, e também nas proximidades de onde hoje é a cidade de Poconé (inclusive a extração do ouro ainda move parte da economia local). O Pantanal, nesse processo, passou a ser valioso para a manutenção das minas de ouro no que tange ao fornecimento de carne bovina aos trabalhadores e primeiras sociedades, em forma de arraiais que iam se compondo em torno das minas.

A existência de pastagens naturais – com as terras sempre nutridas pelo movimento de cheias e vazantes – possibilitou que o gado bovino se adaptasse muito bem às condições do Pantanal, desenvolvendo uma economia bastante estratégica, em um primeiro momento, para o fornecimento da alimentação dos mineradores e conseqüentemente passando o gado a ser comercializado para outras regiões brasileiras e até exportado. Sobre a exportação da produção bovina do Pantanal, Moretti (2006, p.8) comenta que:

Os produtos exportados tinham como base o gado bovino e seus subprodutos, com destaque para o charque, que teve sua produção incrementada no início do século XX, com a instalação, por empresários estrangeiros (empresas monopolistas sediadas na Argentina e no Uruguai) de charqueadas, distribuídas na planície pantaneira.

O resultado desse modo de ocupação mais intenso do Pantanal – por parte dos colonizadores, e pelo desenvolvimento de um sistema produtivo organizado – foi a intensificação do uso dos rios no sistema de navegação, sobretudo o Rio Cuiabá e o Paraguai, os dois maiores rios pantaneiros, inclusive, foi a navegabilidade desses rios que possibilitou não só o trânsito de pessoas entre o litoral e o interior do Brasil, mas também estruturou o comércio do gado com essas regiões e outras fora do país.

Outro resultado, igualmente oriundo desse processo, foi o afastamento, a dizimação e a alteração da vida de diversas sociedades indígenas habitantes do Pantanal, ao passo que a miscigenação entre algumas sociedades remanescentes com colonizadores e também com escravos negros levados para trabalharem nas minas de ouro é que deu origem ao homem pantaneiro, ou ao mato-grossense original, pois foi a partir desses processos que se estruturou na região um sistema político administrativo, formando arraiais, vilas e cidades, culminando na delimitação da Capitania de Mato Grosso, que mais tarde se tornou província e por conseguinte um estado brasileiro.

Uma terceira função que pode ser conferida ao Pantanal é a função de manutenção da integridade territorial nacional, visto que em um primeiro momento o Pantanal ajudou a conter o avanço de colonizadores espanhóis já presentes onde hoje é a Bolívia e, mais tarde com o território nacional formado, na guerra do Brasil contra o Paraguai. Sobre esse último fato, vale lembrar que o Pantanal é um bioma ou uma conformação bio-paisagística também presente no Paraguai e na Bolívia onde é conhecido como *Chaco*. Dessa maneira, no território onde hoje é Mato Grosso do Sul o que marcava a fronteira com o Paraguai era apenas o rio pantaneiro com o mesmo nome do país limítrofe – Rio Paraguai. O Brasil, ao entrar em guerra contra o Paraguai tem grandes baixas em seus contingentes militares, assim, o que impediu o avanço das tropas Paraguias no norte do Mato Grosso foram as dificuldades de acesso pelo Pantanal, possibilitando a proteção estratégica dessa parte do território brasileiro.

A quarta função atribuída ao Pantanal, é marcada pela mais recente atividade econômica – o Turismo, destacado por Moretti (2006, p.12):

Na década de 70 do século XX, com a confluência de fatores econômicos e “naturais”, ocorre o processo de diminuição da importância da pecuária no Pantanal. [...] A partir deste momento, mas não como um processo de causalidade, tem início o desenvolvimento da atividade turística no Pantanal em sua forma empresarial, ou seja, a partir da década de 1970, de forma incipiente, começam a ser organizados por empresas de turismo os chamados “pacotes turísticos” no Pantanal, formando-se pequenos grupos para o desenvolvimento desta atividade na região (pescaria, contemplação e ponto de passagem para turistas que se dirigiam a outros países da América Latina, utilizando-se da ferrovia Noroeste do Brasil).

Pondera-se que as funções atribuídas ao Pantanal ao longo do tempo, baseiam-se na forma com que a região foi se integrando ao sistema produtivo nacional e global, ou seja, ao mesmo tempo em que à região foi negada a participação em políticas de incentivo à industrialização, ela participou de outras formas de interação com o Capital mundial, resultando então em um processo de desenvolvimento próprio, ou de resposta às questões externas, de acordo com suas condições internas. Identificar diferentes funções que o Pantanal vem assumindo ao longo do tempo não significa que a estruturação de uma função leva ao fim de outra, visto que as funções coexistem no mesmo espaço.

No caso do Pantanal da Transpantaneira ainda coexistem as funções de espaço produtivo baseado no garimpo e na pecuária tradicional juntamente com o turismo. O acesso ao território de Mato Grosso via águas do Pantanal foi substituído pela abertura de estradas, visto que o mesmo desenvolvimento desigual priorizou as rodovias por conta da produção de grãos mais intensa no centro-norte do estado. Inclusive, o principal elemento natural que dá identidade ao Pantanal e a sua gente – a água – passou de facilitador de acesso para agente complicador, pois hoje o movimento das cheias dificulta o acesso à algumas regiões, marcando inclusive a alta e baixa temporada do turismo, pois algumas pousadas ficam praticamente ilhadas nos períodos de cheia, já que os caminhos das águas foram substituídos pelos caminhos de terra e asfalto.

A função de manutenção das fronteiras é menos acentuada que no passado, pois a dinâmica global baseia-se mais em atributos menos espacializados e mais politicamente estruturados por acordos comerciais. Portanto o território nacional não sofre mais tantas ameaças de invasão como no passado, apesar de o Pantanal ainda ser uma região de difícil controle de acesso, dando brecha a operações comerciais não legalizadas, como o narcotráfico, por exemplo.

Em se tratando do Pantanal da Transpantaneira é admissível acrescentar uma quinta função que também coexiste com o turismo, a função ambiental, pois o desenvolvimento desigual combinou elementos de preservação ambiental já que a participação da região como área produtora de grãos não foi economicamente viável devido às características geomorfológicas do Pantanal, associadas ao alto custo para tal produção, havendo outras áreas do estado consideradas melhores para tal fim. Mas, se uma dada localização é considerada melhor, ela o é para um

determinado ponto de vista – o Capital, por exemplo -, mas não necessariamente, do ponto de vista social ou ambiental (QUAINI, 1979).

Dessa feita, resultou uma área relativamente preservada, que também não significa que não está incorporada a um sistema produtivo, pois como já assinalado anteriormente, na atualidade não se admite mais espaços improdutivo. Todos os espaços mundiais estão de alguma forma conectados ao sistema produtivo, e até as áreas preservadas representam uma estratégia também econômica, mesmo que de forma indireta. Porém, Harvey (2018, p. 33) aponta que:

Quando uma parte significativa da população (trabalhadores ou burgueses, não importa) expressa o desejo de estabelecer uma relação diferente com a natureza, em que a degradação ambiental, a extinção de habitats e as mudanças climáticas que resultam das práticas capitalistas realmente existentes podem ser revertidas, o processo geral de acumulação de capital pode ser forçado a seguir caminhos alternativos.

A relação diferenciada com a natureza por um ou mais grupo de pessoas dependerá do grau de preparo e de autonomia para que os recursos sejam melhor utilizados, mas tudo isso, está relacionado com o processo de formação histórica de cada lugar, e, cada lugar está contido dentro de um movimento geral, na maioria das vezes desigual.

Em resumo, o desenvolvimento desigual e combinado é uma teoria que explica que o movimento é sempre de avanço e que existem combinações de elementos contrários, em forma de forças ou mesmo de lutas, que fazem esse movimento ir adiante. Destarte é a combinação de elementos às vezes contrários que impulsiona o desenvolvimento. A região do Pantanal da Transpantaneira, em determinada escala é resultado da combinação de rudimentos da industrialização do Sudeste e conseqüente determinação da agricultura para o Centro Oeste, que não se aplicou ao Pantanal, implicando em uma relativa preservação ambiental, ou seja, as mudanças de funções pouco alteraram a forma do Pantanal. Talvez o elemento mais marcante de incidência sobre a forma do Pantanal, na região de estudo, tenha sido a abertura da rodovia Transpantaneira que também tem seus efeitos sobre a composição do turismo local, resultando em novas estruturas locais e em um processo próprio de desenvolvimento.

Boscariol, Cocco e Amorim (2009), ponderam que a passagem das mudanças quantitativas às mudanças qualitativas no processo de desenvolvimento

constitui lei fundamental do movimento da matéria, e, no caso do Pantanal esse aspecto pode ser entendido a partir do processo produtivo e de geração de riquezas que quantitativamente não era possível através da agricultura e era pouco significativo através da pecuária para o momento em questão, ou seja, só mudou para uma conjuntura diferenciada quando essa quantificação de ganho passou a ser percebida pelo uso da terra de outra maneira, por meio, por exemplo, do turismo.

Mas o desenvolvimento enquanto sinônimo de autonomia local talvez ainda não tenha chegado, pois não se alcançou um aspecto qualitativo que poderia ser desejado, uma vez que as contradições seguem se reproduzindo. Existe, sim, uma região integrada ao processo produtivo global, agora, sobretudo, por vias do Turismo, mas que não mudou significativamente a qualidade de vida das pessoas que habitam o Pantanal, como será reforçado nos capítulos seguintes em que são apresentados dados específicos das condições socioeconômicas da localidade.

Ainda segundo Boscarial, Cocco e Amorim (2009), as mudanças qualitativas constituem processos mais lentos, progressivos e contínuos, enquanto as mudanças quantitativas são mais bruscas e, por isso, são também denominados “saltos”. Harvey (2004b, p. 82 e 83), discute a questão do desenvolvimento desigual de maneira bem clara ao argumentar que a circulação em geral do capital envolve mudanças de localização, definindo um conjunto de movimentos que ao superarem a fricção imposta pela distância, fazem com que as atividades se agreguem no espaço, resultando disso a divisão territorial e espacial do trabalho. Assim, “[...] a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual mesmo na ausência da diferenciação geográfica em termos de dotação de recursos e de possibilidades [...]”, fatores que acrescentariam seu peso à lógica das diferenciações e da especialização espacial e regional.

Por fim, segundo Valentim (2008, p. 245), “restam às comunidades regionais duas alternativas: a) reagirem e participarem, optando por um processo de desenvolvimento que respeite seus valores e recursos específicos, ou 2) aceitarem a lógica do processo global de desenvolvimento contemporâneo”. Questões estas que serão mais aprofundadas a seguir, ao se considerar o Turismo como fator de desenvolvimento/autonomia local.

## 4.2 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA

Antes de tratar da temática específica sobre o turismo como fator de desenvolvimento ou reproduzidor das desigualdades historicamente constituídas nas localidades, é necessário abordar algumas reflexões acerca do desenvolvimento. São diversas as concepções atuais que tratam do desenvolvimento, visto que a versatilidade do assunto atende aos anseios de correntes de pensamento mais economicistas, abordando-o como sinônimo de crescimento econômico; de correntes com viés ecológico-ambiental que abordam temáticas sobre o desenvolvimento sustentável; ou mesmo considerações que tratam do tema sob uma perspectiva sócio organizativa das localidades, apresentando termos como desenvolvimento endógeno e desenvolvimento de base comunitária.

Espinosa (2011, p. 13) citado por Alemán e Heredia (2013, p. 41), aponta quatro correntes ou escolas que tratam do desenvolvimento sobre diferentes enfoques, são elas:

- 1) Escolas que identificam o desenvolvimento como crescimento econômico;
- 2) Aquelas que entendem o processo de desenvolvimento mais além do crescimento;
- 3) As que tentam pôr o crescimento em função de um desenvolvimento alternativo;
- 4) As que analisam o crescimento em função do desenvolvimento socialista.

Tem se estruturado também nos últimos anos, algumas abordagens ditas críticas sobre o desenvolvimento que o compreende de maneira mais holística e integradora, considerando não apenas os fatores econômicos, ambientais ou sócio organizativos, mas, integrando além dessas, outras dimensões igualmente importantes: a política, a cultural e outras que as localidades possam considerar primordiais para suas realidades específicas.

As abordagens mais recentes tentam suplantar o arcabouço clássico do evolucionismo tanto biológico de Dawin, quanto cultural de Lewis Morgan, James Frazer ou mesmo August Comte, que para Rocha (2004, p.30), postulam uma unidade entre culturas como se todos tivessem de dar conta de problemas idênticos e que considerava que, mais cedo ou mais tarde, os “primitivos” chegariam às formas de “civilização”.

Tradicionalmente, organismos especializados preocupam-se muito em mediar e quantificar o desenvolvimento com o intuito de comparar as regiões elegendo espaços mais ou menos desenvolvidos. É certo que a partir de critérios pré-determinados isso seja possível, mas torna-se vago ao se desconsiderar o decurso de cada localidade na história, ou seja o processo em si e mais ainda, o que é importante na consideração dos membros de cada localidade. Não se trata de negar ou estabelecer uma crítica aguda aos índices gerais de comparação global, mas sim de reforçar a ideia de que cada localidade possui respostas diferentes aos estímulos externos, pois seus arranjos organizativos internos são diferenciados, constituídos por uma passagem desigual dos tempos nos espaços também desiguais.

Os índices estruturados para a composição e medição do que seja desenvolvimento são estruturados a partir de critérios objetivos, que normalmente podem ser quantificados, como a renda, o acesso a serviços de saúde, educação e moradia, taxas de natalidade e de mortalidade, a possibilidade de consumo de bens e uma infinidade de outros critérios. Mas é possível também considerar critérios menos objetivos, ou ao menos, tentar incorporar um novo critério nos levantamentos, que seria: o que as pessoas que vivem nos lugares consideram importante para elas mesmas enquanto desenvolvimento. Isso sendo incluído nas análises poderia inclusive auxiliar nas comparações mais quantitativas e, ainda, inclusive influenciar no modo de julgamento e de diferenciação entre as regiões. Dessa forma, ponderar os critérios objetivos e subjetivos e levar em conta o ponto de vista e a opinião das pessoas sobre elas mesmas e suas localidades, poderia auxiliar na leitura um pouco mais criteriosa dos espaços.

A fim de tentar dar respostas a essa problemática, vem se estruturando uma interessante proposta de discutir o desenvolvimento, debatida por geógrafos renomados como o inglês David Harvey e também pelo brasileiro Marcelo Lopes de Souza, que é o desvencilhar das amarras da heteronomia na formulação dos critérios para tratar do desenvolvimento, passando a considerar a autonomia como juízo crítico principal ou mesmo sinônimo do desenvolvimento.

Ao tratar da autonomia, o conceito do desenvolvimento recai sobre uma questão de processo contínuo e não de um estágio a ser atingido e ponto final. Portanto desenvolvimento é uma constância da efetivação e da manutenção dos



processos decisórios autônomos das localidades, segundo sua própria vontade, articulando suas conjunturas internas historicamente constituídas para decidir a melhor forma de dar as respostas aos estímulos externos.

Uma visão clássica estruturalista do desenvolvimento impõe a premissa de que existem modelos a serem alcançados, mas isso é negar a historicidade de cada lugar, não dando valor às características sócio culturais e ambientais próprias de cada povo em cada espaço. O problema da autonomia enquanto conceito de desenvolvimento é a relação entre as regiões que podem impor certos preceitos de desigualdade (o que importa para uma sociedade pode não ser importante para outra), já que é preciso a consciência de que se vive em um mundo regido pelo capital, com normas, estruturas e ideologias bastante marcadas. O capitalismo, como já apontado se mantém e se reestrutura com base nas desigualdades, portanto sua totalidade não é lógica e nem harmônica, pois as injustiças e as desigualdades sociais no capitalismo são evidentes, “é um conjunto disjunto, que faz surgir a noção de diferença” (LENCIONI, 2003, p. 165).

Enquanto houver heteronomia – isto é, enquanto houver assimetria estrutural de poder, enquanto houver iniquidades, pobreza e injustiça, enquanto houver relações de rapina ambiental em larga escala -, fará sentido almejar uma mudança para melhor na sociedade, rumo a mais autonomia. Esta apresenta duas faces interligadas e interdependentes: autonomia individual (capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão) e autonomia coletiva (que compreende tanto a auto instituição lúcida da sociedade, em que o fundamento das “leis” não é metafísico, mas sim a vontade consciente dos homens e mulheres, quanto a existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos de interesse coletivo (SOUZA, 2013, p. 265).

É esse segundo critério apontado por Souza, o da autonomia coletiva que inspira a análise da performance do turismo na região do Pantanal Transpantaneira, visto que o foco aqui proposto não consegue abarcar as subjetividades individuais que incidem sobre a noção de autonomia individual – o que também não é objetivo da análise aqui proposta. É preciso superar a concepção enrijecida pelo capital de desenvolvimento como sinônimo de crescimento ou desenvolvimento econômico. Para isso, o conceito de autonomia de Souza (2013), inspirado em Castoriadis (1987), como sinônimo de desenvolvimento e contrário à heteronomia, parece mais oportuno ao se analisar a realidade da Transpantaneira.



A conquista dessa autonomia, segundo Souza (2013), pode ir desde intervenções e políticas públicas promovidas pelo Estado capitalista até as práticas espaciais insurgentes de movimentos emancipatórios, e, indo mais além, até a espacialidade de rebeliões e revoluções. No caso pantaneiro não parece ser emergente a estruturação de movimentos emancipatórios ou mesmo rebeliões e revoluções visto que o aparato ideológico que se formou ao longo do tempo promove uma certa aceitação das coisas como estão.

A aceitação das coisas como são e estão se dá por dois motivos, ou elas atendem aos anseios (ao menos parciais) das pessoas que habitam certa região, ou as forças impositivas de manutenção das desigualdades são tão intensas que acabam instituindo uma inércia social, que é interessante para a reprodução do próprio capital. Ressalta-se que o aparato de forças é grande, sendo composto por um dado modo de produção institucionalizado, pela ideologia de que mudança significa piorar a situação atual; além de toda uma incidência de atuação do aparato do Estado para a manutenção do processo.

A reprodução das desigualdades se dá diariamente na região da Transpantaneira, pois as estruturas sociais pouco se alteraram ao longo da história e, o surgimento de uma nova atividade econômica induz homens e mulheres a continuarem confiando na possibilidade de um futuro melhor. Tal feito, inclusive está ocorrendo com a atividade turística na região, como será tratado no subcapítulo 4.3, que apresentará algumas contradições sócio espaciais produzidas, reproduzidas e agravadas pelo turismo.

Logo não cabe mais a indagação: desenvolvimento para quem?, pois considerar o desenvolvimento como sinônimo de autonomia coletiva implica em relações menos injustas, resultando em espaços sociais menos desiguais, ou seja, as desigualdades internas precisam ser reduzidas, pela criação de mecanismos de manutenção de equilíbrio. Souza (2013) chama a atenção para a geografização ou espacialização da autonomia, o que implica no reconhecimento das diferenciações regionais, que pode levar ao ofuscamento da realidade, operando então uma pseudo-autonomia:

A autonomia, na qualidade de princípio e, principalmente de critério de julgamento, precisa ser 'geografizada', 'espacializada' e, a 'geografização' da autonomia remete, de imediato, a uma questão de escala: aumentos de autonomia e pequena escala (na esteira, por exemplo, de auto segregação), beneficiando grupos que,

economicamente, existem às custas do trabalho e da opressão de outros, terão a ver, no fundo, com uma autonomia que se apoia em uma flagrante heteronomia em uma escala mais abrangente - constituindo, portanto, uma pseudo-autonomia, do ângulo da justiça social (SOUZA, 2013, p. 272).

Portanto, o processo para atingir o desenvolvimento consistiria em retirar os obstáculos que impedem a autonomia individual e coletiva, chegando-se então, ao verdadeiro desenvolvimento sócio espacial, que se refere a um caminhar de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um horizonte de pensamento e ação, “é uma antítese ético-política do ‘desenvolvimento econômico’ capitalista, na concepção de Souza (2013).

Então não é contradição pensar em um território autônomo, pois simplificada o território implica em poder sobre o espaço, e, a concepção de poder nem sempre pode ser negativa ou pejorativa. Assim como desenvolvimento não pode ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico restrito, o poder não pode ser entendido apenas como sinônimo de poder heterônomo.

A questão do poder implica em certas regras de organização sócio espacial e o poder implica então em quem faz as regras, e como elas são cumpridas. É possível um poder que não encarne uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos? Autonomia é a capacidade de um grupo de autogerir-se e autogovernar-se, o que pressupõe a ausência de assimetrias estruturais de poder e, esses marcos, de hierarquias institucionalizadas, vêm como atribuição de legitimidade do poder a uma fonte qualquer extra social (Souza, 2013, p. 294). Essa concepção do autor pode ser erroneamente compreendida como a defesa da anarquia ou a ausência de autoridade, o que nunca foi experimentado com sucesso por nenhuma sociedade. A experiência da democracia brasileira ainda é muito nova e a passagem do tempo prova que os arranjos político-institucionais tentam moldar possibilidades que garantam a sua manutenção (ao menos nos discursos). A atual organização política brasileira tenta manter o estado democrático, assim, com erros e acertos a história vai se constituindo, mas há questões que precisam e podem ser modificadas, considerando o processo de autonomia das regiões.

É possível um poder verdadeiramente autônomo? Todos podem, de alguma maneira influenciar na forma de organização e implantação das regras ao grupo, pois segundo Souza (2013, p. 297),

Cada um dos participantes, uma vez tendo possuído uma chance de pelo menos aproximadamente igual de modelar o processo ou nele imprimir sua marca, se verá moralmente obrigado a respeitar as regras de cuja construção ele participou livremente<sup>30</sup>, apesar das frustrações de não ver suas posições serem sempre vitoriosas.

Ademais, suas posições, mesmo tendo sido derrotadas hoje, podem ser vitoriosas amanhã! Cada um dos participantes, conclui-se, está com isso submetido a um poder – só que esse poder emana da própria coletividade como um todo e, a submissão do poder autônomo da coletividade não deve asfixiar a liberdade individual.

Pensando nas escalas locais, regionais ou mesmo nacionais contidas dentro de um sistema capitalista que rege o funcionamento das coisas no mundo atual, poderia parecer ingênuo pensar em autonomia como sinônimo de desenvolvimento, visto que o sistema se nutre das contradições regionais obrigando algumas localidades a limitarem sua autonomia. Uma autonomia limitada não basta, essa pseudoautonomia é apenas uma tentativa de encobrir situações não justas entre regiões, ou mesmo entre grupos/classes de uma mesma localidade.

Tendo em vista a forma como o modo capitalista se estrutura, a autonomia como sinônimo de desenvolvimento não cabe no processo, pois o que se sugere é que o desenvolvimento seja entendido de forma total e integral (autonomia) e não um composto disjunto que contempla desenvolvimento e dependência como parte da mesma moeda.

Mas a autonomia não contradiz a economia de mercado, talvez seja apenas uma forma mais aperfeiçoada e mais justa de equilibrar as relações entre as localidades e, mesmo, entre os diversos grupos que formam cada sociedade. Uma mudança instantânea global é quase impossível de acontecer, mas na esfera local e regional, já existem formas organizativas mais eficientes. Esse outro modelo possível é aquele que garante que cada localidade tome suas próprias rédeas de crescimento e decida a melhor forma de alcançar seu desenvolvimento, sem que

---

<sup>30</sup> Com todas as críticas que possam ser feitas à organização política brasileira, o voto, talvez seja um instrumento que tenta manter a participação de todos no processo decisório, por mais que os representantes eleitos não cumpram com seu papel devido, como lhes foi confiado.

para isso seja necessário estabelecer relações de injustiça e de exploração – seja entre as regiões ou entre os grupos que compõem cada localidade.

Assim sendo, “autonomia não é sinônimo de autarquia econômica ou isolamento cultural; com efeito, ela nada tem a ver com autossuficiência ou insulamento” (Souza, 2013, p. 298). Com base nisso, Amin (1976, p.39) sugere que “*planificar el desarrollo implicaría poner en cuestión la división internacional desigual del trabajo, transformar las relaciones de clases etc.*”<sup>31</sup>.

A partir da compreensão sobre como se dá a imposição de forças heterônomas é possível desenvolver meios e estratégias de combatê-las. A autonomia é uma ferramenta de combate e ao mesmo tempo um objetivo a ser conquistado e mantido por cada grupo e por cada sociedade, pois as relações sócio espaciais causam, no modelo atual, desigualdades entre as localidades, além de relações de dependência e muitas vezes injustiças que se refletem em diferenças e iniquidades internas, perceptíveis nas diferenciações de grupos sociais; e, ainda, a articulação de um modo produtivo para atender a uma certa demanda global, que pressiona as localidades a essas diferenciações.

O turismo, como atividade econômica, também se serve a esse papel, mas também pode se servir a um outro papel: o de busca da autonomia das localidades. Resta então uma análise ao sistema capitalista considerando suas contradições. Mas seria possível, dentro de uma economia de mercado relações mais justas entre as localidades e, sociedades com relações espaciais realmente menos heterônomas? Como construir o pensar desse processo para localidades específicas, se o sistema é global? A busca de autonomia seria, portanto, um rompimento ao próprio sistema, uma forma das localidades se inserirem, e participarem de forma menos contrastante da dinâmica totalizadora. Novas formas organizativas, novos arranjos produtivos, e outras formas de interação entre os grupos sociais podem ser vistos como adaptação, resistência ou mesmo rompimento da dependência, dependendo de como tudo é organizado no seio de cada localidade, pois a dinâmica das espacialidades movidas pela força das contradições faz com que “regiões tenham agora de concorrer entre si para firmar

---

<sup>31</sup> Planejar o desenvolvimento implicaria colocar em questão a divisão internacional desigual do trabalho, transformar as relações de classe etc.

posições nos fluxos globais, ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos” (KUMAR, 1997, p. 165)

Romper um ciclo de exploração, de dependência leva tempo, é um processo, mas é possível e, no caso da Transpantaneira, inclusive o turismo pode ser uma ferramenta de quebra do círculo vicioso da dependência – seja da região, seja dos grupos contidos na região.

Por fim, considera-se que existe a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento para as localidades rompendo com as amarras impostas pelo modelo atual, e para tal, as pessoas devem tomar as rédeas da produção da própria existência alterando assim, a *démarche* econômica global. Existem modelos que podem servir de análise, mas que nunca suplantaram as realidades de cada localidade, sendo que a realidade atual do Pantanal da Transpantaneira é que o turismo tem participado de forma crescente na realidade econômica local, gerando algumas novas dinâmicas no espaço social, mas que através dessa mesma atividade as contradições historicamente constituídas poderiam ser minimizadas, por meio de um processo de busca de maior autonomia da localidade, questão essa que será discutida a seguir, tomando como base a apreciação da região de estudo – a Transpantaneira.

#### 4.3 O TURISMO COMO AGRAVANTE DAS RELAÇÕES DESIGUAIS NO PANTANAL

Partindo-se da terra como meio de produção principal para a realidade pantaneira, é possível, por seu processo histórico de constituição, evidenciar duas formas principais de atividades produtivas (ATs): a pecuária tradicional e mais recentemente o Turismo. Esta última atividade necessariamente não substituiu a primeira, pois seguem coexistindo. Inclusive, o Turismo pode operar apropriando-se de recursos e estruturas típicos da pecuária para desenvolver suas atividades, como Turismo Rural ou mesmo o Agroturismo.

Estes segmentos turísticos são pouco presentes na região do Pantanal da Transpantaneira, ao passo que no Pantanal do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente o Turismo Rural, já faz parte da oferta local, associado também ao Ecoturismo. A dinâmica do Pantanal de Mato Grosso é um pouco mais restrita – como se explicará mais a seguir – visto que as atividades principais, mesmo sendo

realizadas no ambiente rural estão mais associadas ao Turismo de Pesca e ao Ecoturismo.

Enquanto a pecuária, tem como seu principal produto o gado, o produto originado do Turismo assume outras características mais complexas, pois é um composto intangível de serviços estruturado por atividades de hospedagem, alimentação, transporte e passeios, com objetivos diversos que vão além do puro lazer. E a complexidade aumenta ao se tratar de um ambiente rural, incidindo em dificuldades de mão de obra, sobretudo na sua especialização. Além disso, os custos operacionais também são mais elevados, devido às distâncias do centro urbano e ao alto custo de manutenção dos empreendimentos – sobretudo pelas dificuldades de acesso, de comunicação e de disponibilidade de serviços de apoio ao turismo como a energia e a coleta de lixo, dentre outros.

Nos dois casos (pecuária e turismo) a terra está concentrada nas mãos de proprietários, que sozinhos não conseguem trabalhá-la para que haja produção excedente, gerando o lucro. Como em outras atividades entra em jogo a compra da força de trabalho de pessoas que se sujeitam a vendê-la, em troca de um salário, para que então possam sobreviver, já que não possuem meios próprios de produção, seja via turismo ou agropastoril.

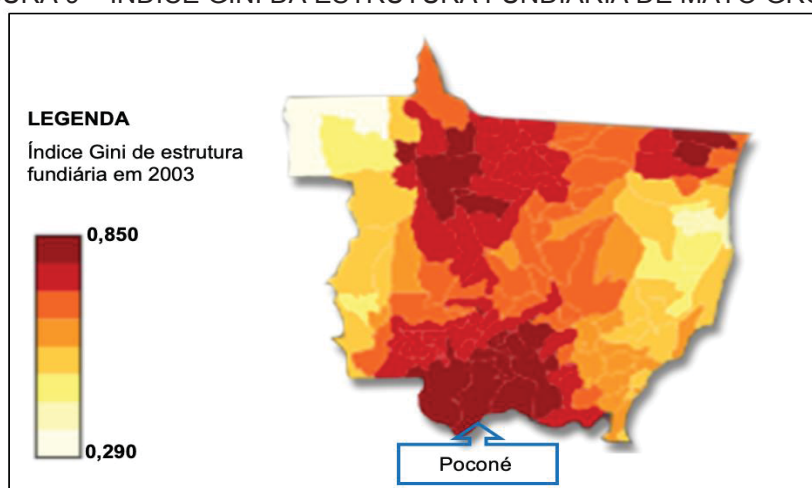
A força de trabalho, torna-se mercadoria a fim de operar na produção de outras mercadorias, logo coexistem dois grupos sociais interdependentes no que se refere ao processo produtivo do Pantanal: o grupo de empresários (donos das terras/pousadas) e o grupo de trabalhadores assalariados que lidam com a pecuária e o turismo. As características específicas desses dois grupos sociais serão apresentadas no Capítulo 6, evidenciando-se também algumas particularidades da relação entre eles – sobretudo mediante a atuação do Turismo na Transpantaneira.

O fato de existir um grupo que é proprietário do meio de produção – a terra – que nesse meio desenvolve atividades pouco tecnificadas, que exigem um baixo grau de especialização (pecuária tradicional e turismo) e que necessita comprar a força de trabalho de um outro grupo, que não possui muitas alternativas para sobreviver, abre brecha para a exploração e aspectos de dominação do primeiro grupo sobre o segundo. Em primeira vista a dominação, ou o exercício do poder dos proprietários sobre os trabalhadores se dá pela força econômica, visto que os

trabalhadores normalmente se sujeitam às regras impostas, mas a realidade aparente pode ocultar algumas outras formas de domínio de um grupo sobre o outro, muito bem arquitetadas pela forma que as atividades produtivas foram se organizando ao longo do tempo na Transpantaneira.

Um outro aspecto a ser destacado na realidade da Transpantaneira, é que existe um alto grau de concentração de terras na região, associado a uma estrutura fundiária formada por médias e grandes propriedades, resultando em poucos proprietários com muitas terras em seu poder, fruto de um processo que não é exclusivo do Pantanal, mas de todo o Brasil e da América Latina em geral. Baseando-se nas Figuras 9 e 10 é possível perceber essa realidade, que também se aplica ao município de Poconé.

FIGURA 9 – ÍNDICE GINI DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO



FONTE: Adaptado de GIRARDI (2008).

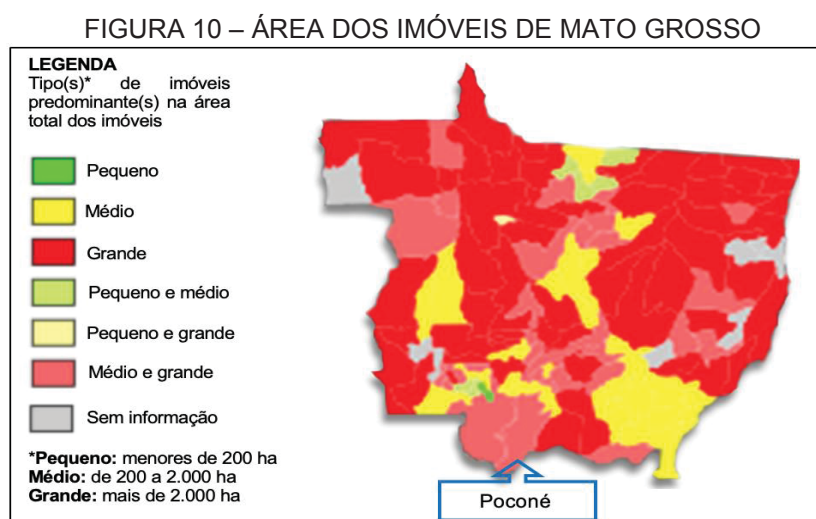
A Figura 9 apresenta o índice Gini de estrutura fundiária municipal de Mato Grosso em 2003, recortado do mapa elaborado pelo pesquisador da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Eduardo Paulon Girardi (2008), responsável pelo atlas da questão agrária brasileira. Segundo o organizador, não existem dados disponíveis mais recentes, mas a situação brasileira pouco se alterou visto as quase inexistentes políticas de reforma agrária brasileira das últimas décadas.

A Figura 9 apresenta que o município de Poconé possui um índice de concentração de terras igual ou superior a 0,850, ou seja, muito alto<sup>32</sup>, inclusive

<sup>32</sup> O método Gini considera que quanto mais próximo de um, há uma maior concentração de terras.



acima da média do estado (0,763) e do Brasil (0,816). Em complemento, a Figura 10 apresenta o tipo de imóveis predominantes na área total, considerando a extensão dos mesmos e, para o município de Poconé que contém a região de estudo – Transpantaneira, os imóveis são do tipo ‘grande’ com áreas médias acima de 2.000 ha.



FONTE: Adaptado de GIRARDI (2008).

Em consequência conclui-se que grandes imóveis estão concentrados em poder de poucos proprietários, condizendo com as informações levantadas em campo, por meio das entrevistas aplicadas aos proprietários das fazendas/pousadas da Transpantaneira, como apresentado no Quadro 3:

QUADRO 6 – ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS QUE CONTÉM AS POUSADAS PESQUISADAS

PROPRIEDADE	ÁREA INFORMADA
1	7.000 há
2	2.300 há
3	4.000 há
4	700 há
5	753 há
6	1.518 ha
7	1.380 ha
8	3.605 ha
9	7.000 ha
TOTAL	28.256 ha

FONTE: O autor (2019)

O Quadro 3 apresenta a área informada pelos proprietários em que as pousadas estão contidas na Transpantaneira. Quase todos os proprietários



entrevistados afirmaram possuir outras áreas, sendo que as propriedades destinadas à atividade turística são de proporção menor do que as demais que se dedicam exclusivamente à pecuária. Alguns empresários também afirmaram possuir áreas sem nenhuma atividade produtiva aparente, sendo reservadas para a preservação. Em geral, essas informações apontam para grandes propriedades de terras na região, sendo que a média é acima de 3.100 hectares por propriedade, ou seja, muito grande, inclusive o Proprietário 1 justificou ser necessária a posse de grandes áreas por conta da produção pecuária: “O pantanal você não pode dividir, se você divide você não consegue criar gado”, (informação verbal)<sup>33</sup>.

A concentração de terras no Pantanal da Transpantaneira é fruto de um processo histórico de ocupação do Pantanal e da evolução da organização produtiva, gerando, por conseguinte algumas desigualdades que marcam aquele espaço. Um outro dado revelado pelas entrevistas de campo foi que a evolução da ocupação da região se deu por meio de concessões de terra, ainda no período do Brasil Imperial, processo derivado do sistema de sesmarias, em que grandes porções de terras eram doadas ou destinadas à administração de um responsável de confiança do poder central, como aponta o Proprietário 1: “A terra já veio dos meus bisavós, então na época quando os meus bisavós se adentraram aqui no Pantanal eles tiveram a posse pelas Sesmarias, então eu sou a quinta geração da família”. (informação verbal)<sup>34</sup>.

Muitas dessas sesmarias foram passando de geração para geração e culminando na sua legalização em períodos mais recentes. Com isso, uma outra questão que foi observada durante a pesquisa de campo é que, provavelmente, esse processo de concessão de terras, além de resultar em uma alta concentração das mesmas, ainda que hoje há um maior número de proprietários que no passado, fez com que a grande maioria dos proprietários possua algum grau de parentesco – sobretudo primos, visto que espontaneamente três proprietários comentaram esse fato durante as entrevistas.

A inserção do Turismo na economia local não teve influência na alteração das estruturas produtivas, pois tanto no Turismo como na pecuária prioriza-se o

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

trabalho físico em detrimento do trabalho intelectual, visto que ambas atividades implicam em pouca especialização do trabalhador, resultando em baixos salários. Em contrapartida, as duas atividades geram divisas significativas para a região, reforçando a contradição entre o lucro dos empresários e o salário dos trabalhadores – questão analisada no Capítulo 6.

Com base nessas constatações é possível considerar que: se há geração de divisas oriundas da pecuária e do Turismo, e estas estão concentradas sob o domínio de poucos empresários donos de grandiosas extensões de terras, associado à venda da força de trabalho pouco especializado que implica em baixos salários, a lógica é a geração de lucro e a concentração desse lucro oriundo da mais valia nas mãos de poucos, ou seja, a renda gerada pelas atividades produtivas é concentrada. Assim, pondera-se que a responsabilidade das disparidades regionais não se deve ao tipo de atividade produtiva, e sim à forma como o processo produtivo se organiza.

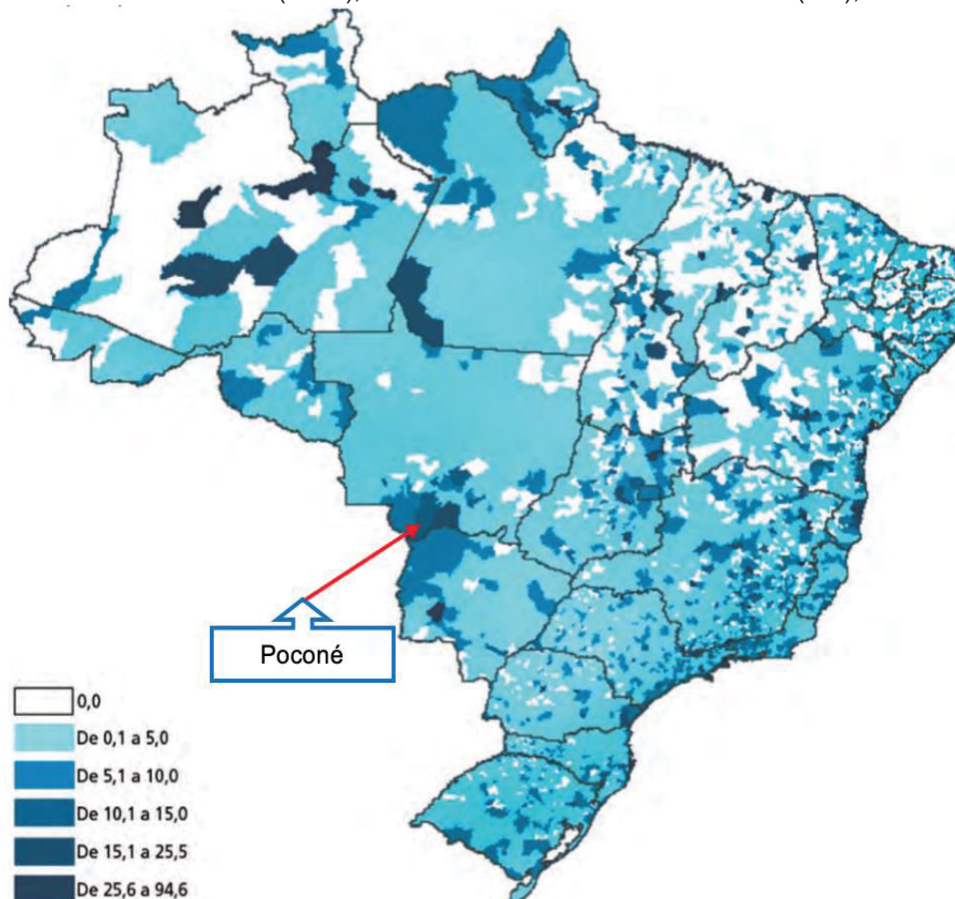
É certo que existem atividades econômicas que tendem a ser menos concentradoras de renda, ou seja, que empregam um número maior de trabalhadores, que distribuem melhor a renda produzida. Historicamente o turismo vem sendo associado a essa possibilidade de melhor distribuição de renda – ao menos nos discursos.

Primeiro iniciado com o desenvolvimento sustentável em que existem atividades menos impactantes ambientalmente, culturalmente e socialmente, e o Turismo a partir da década de 1990 passou a ser a expressão máxima dessa ideia. Porém, é preciso ir além dos dados quantitativos dos efeitos positivos do Turismo analisando alguns aspectos mais consistentes. Um exemplo que pode ser considerado é a relação entre número de empregos, tipos de emprego e geração de renda provocados pelo Turismo.

Os organismos oficiais do Turismo apregoam o constante crescimento da atividade em todos os continentes, exaltando o número de empregos gerados e os efeitos da sua dita cadeia produtiva – o que não se pode negar. Mas a qualidade dos empregos gerados pelo Turismo é expressiva? Exige-se um alto grau de especialização dos trabalhadores, o que demandaria investimentos em políticas de educação e em aprimoramento tecnológico? Os salários pagos pelo setor de Turismo corroboram por maior equidade social ou são na maioria subsalários?

A respeito da questão de empregos e salários do turismo, apresenta-se as Figuras 11 e 12, com destaque ao município de Poconé, onde se localiza a área de estudo, a Transpantaneira.

FIGURA 11 – TAXA DE DEPENDÊNCIA DO TURISMO BASEADA EM NÚMEROS DE EMPREGOS POR MUNICÍPIO (2010), COM DESTAQUE PARA POCONÉ (MT), EM %

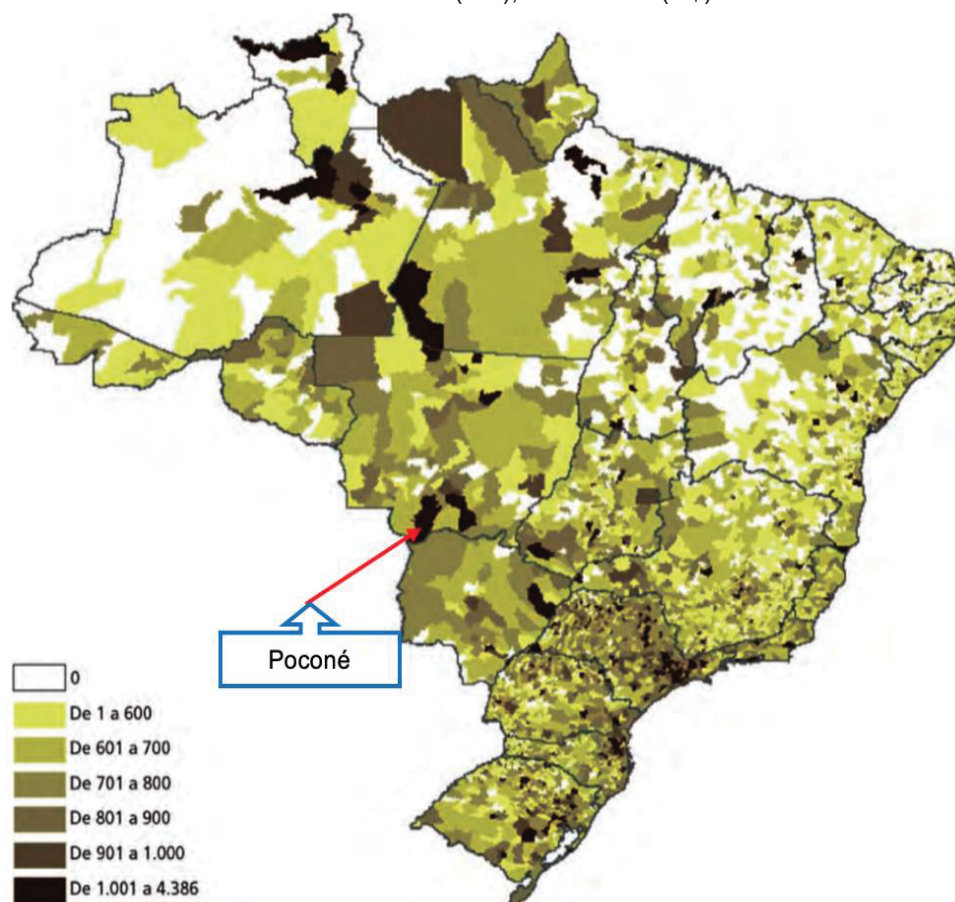


FONTE: Adaptado de SAKOWSKI (2015).

A Figura 11 apresenta que a taxa de dependência do Turismo em número de empregos, para o município de Poconé, logo para a Transpantaneira está entre 15,1 a 25,5, ou seja, esse quantitativo é o percentual de empregos do município gerados pelas Atividades Características do Turismo – ACT's.

Isso significa um número relativamente elevado para os índices brasileiros, que tem a média entre 0,1 e 5,0 %. Além do quantitativo de empregos gerados pelas atividades características do turismo, um outro dado torna-se relevante para a análise é a remuneração média dos trabalhadores, conforme apresentado na Figura 12

FIGURA 12 – REMUNERAÇÃO MÉDIA NAS ACT's POR MUNICÍPIO (2010), COM DESTAQUE PARA POCONÉ (MT), EM REAIS (R\$)



FONTE: Adaptado de SAKOWSKI (2015).

A remuneração média das atividades características do turismo para o município de Poconé é alta, considerando a realidade brasileira. Os dados de 2010<sup>35</sup> apontam que a média salarial estava entre R\$ 1.001,00 (569 dólares) e R\$ 4.386,00 (2.492 dólares). Sobre esses dados ressalta-se que, no ano de 2010, o salário mínimo brasileiro era de R\$ 510,00 (328 dólares) o que implica que, para a realidade da Transpantaneira a média de salários estava próxima a dois salários mínimos da época.

Porém o mesmo dado apresenta dois problemas a serem considerados: a) a defasagem da estatísticas, ou seja os dados são de 2010 e por não estarem tão atualizados precisam ser analisados com maior critério; b) o índice apresentado pela autora torna-se vago, no que tange ao nível mais elevado (de cor mais escura),

<sup>35</sup> Para os valores apresentados, considerou-se o valor médio do dólar americano para os anos de análise, sendo para 2010 - USD 1,00 = BRL 1,76 e para 2018 - USD 1,00 = BRL 3,65.

pois há uma variação grande entre R\$ 1.001,00 (569 dólares) e R\$ 4.386,00 (2.492 dólares), podendo induzir a interpretações um pouco fora da realidade para a região de análise.

Na tentativa de complementar estes dados, foi feito um levantamento entre os 32 trabalhadores entrevistados em 2018, sendo possível concluir que nesse grupo a média salarial é de R\$ 1.200,00 (328 dólares), ou seja, pouco mais de 1 salário mínimo que para 2010 era de R\$ 954,00 (262 dólares). Ora, mesmo considerando que para a Transpantaneira os trabalhadores do turismo recebessem o mínimo da variável mais alta (R\$ 1.001,00 /569 dólares) isso representava para 2010 o percentual de 1,96 salários mínimos (ou seja quase igual a dois), porém na realidade de 2018 para o grupo pesquisado essa proporção baixou para uma média de 1,25 salários mínimos – uma queda de 0,71.

Para agravar ainda mais a situação salarial há que se considerar a alta da inflação para o período, já que em 2010 o Brasil encontrava-se em uma situação econômica mais favorável do que em 2018, devido à crise econômica mundial iniciada em 2007 provocada pela falência do banco estadunidense Lehman Brothers. A situação sócio econômica do Brasil foi agravada ainda mais pelos consecutivos desgastes políticos internos, em especial o *impeachment* presidencial iniciado em 2015 e concretizado em 2016, que foi provocado por uma estagnação econômica brasileira que se arrasta até os dias atuais.

Assim para o período de 2010 a 2018, houve uma defasagem salarial, provocada pela inflação, que associada à perda do poder de compra do brasileiro devido a alta dos preços afetou significativamente a vida dos trabalhadores – inclusive do Pantanal.

#### **4.3.1 As forças produtivas do Turismo operando na Transpantaneira**

Dando continuidade às reflexões sobre a realidade do Pantanal da Transpantaneira pondera-se que a força de trabalho vendida pelos trabalhadores aos empresários locais, converte-se em produto, cuja função é dar origem a outros produtos, pois é a partir do trabalho vendido que se estruturam as atividades de pecuária e turismo. É nessa *démarche* que se instaura e se engendram as

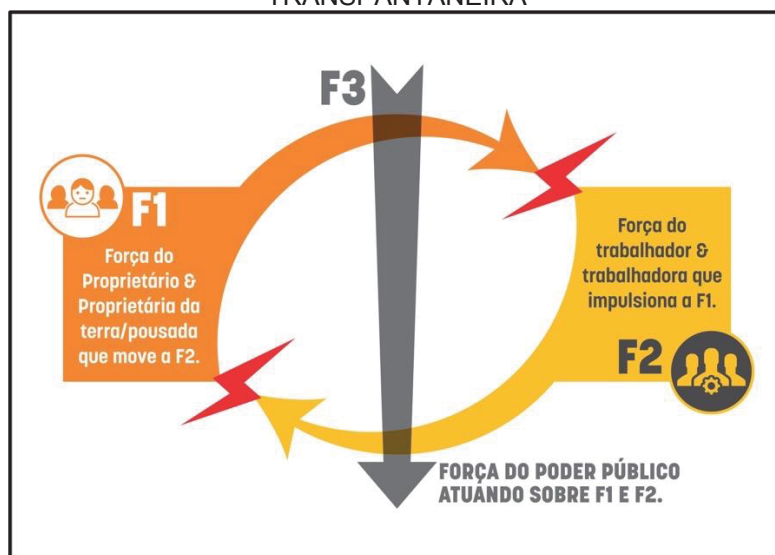


desigualdades, pois abrem-se brechas para a exploração, gerando a mais-valia, tanto na produção pecuária quanto no turismo.

“No sistema capitalista o excedente toma a forma do lucro, é por isso que ele não pode ser redistribuído” (SANTOS, 2011, p. 157). Com isso, o proprietário usa a força do trabalhador e ao mesmo tempo, produz-se o seu lucro o que lhe dá ainda mais força e poder e, gerando, então, maior dependência dos trabalhadores em relação ao proprietário, ou às políticas de assistência pública, visto que o próprio sistema o torna impotente para reverter o processo. Tal reversão é complexa, mas não impossível.

Esse processo contraditório é o que retroalimenta o sistema em um ciclo vicioso, conforme apresenta a Figura 13:

FIGURA 13 – CICLO VICIOSO DE DEPENDÊNCIA ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS NA TRANSPANTANEIRA



FONTE: O autor (2017).

Na Figura 13, a **F1**, representada pelo proprietário do meio de produção, desenvolve as condições estratégicas para manter seu domínio econômico, político, intelectual e cultural sobre a **F2**, dos trabalhadores. Assim, gera um certo tipo de energia que alimenta a **F2**, principalmente por meio do pagamento de salários, muitas vezes injustos (em relação ao lucro obtido pelo empresário) e que causam a dependência. Da mesma forma, a **F1**, também depende da **F2**, pois estes é que através da força de trabalho operam para a produção gerar o lucro necessário para a manutenção e o domínio da **F1** (outro tipo de energia). Trata-se de um ciclo

vicioso, pois o processo é sempre retroalimentado em um movimento circular de dependência, revelando uma realidade contraditória.

Além das forças **F1** e **F2**, destaca-se também uma terceira força representada pela sigla **F3**, que é a do poder público atuando sobre o ordenamento territorial e, através das políticas públicas, implicando diretamente na ação e organização das forças **F1** e **F2**.

Para que ocorra essa consolidação e perpetuação da dominação das classes dominantes, estas utilizam de estratégias que demandam ora uso da força, ora da ideologia (MARX, 1993). Para Marx, o Estado está sempre a serviço da classe dominante, buscando manter o *status quo*.

A ideologia é a tática de tornar certas ideias como verdadeiras e aceitas pela sociedade, sendo elas criadas pela classe dominante de acordo com seus interesses.

O uso da força, muitas vezes, deve ser justificado por ideias coletivamente aceitas; por esse motivo a classe dominante busca produzir e disseminar ideias que legitimem as ações do Estado em prol de seus interesses. Da mesma forma, a ideologia cumpriria o papel de justificar as relações de trabalho e a existência das desigualdades sociais, bem como da exploração do homem sobre o homem. [...] Nesse sentido, a superestrutura seria responsável pela manutenção das relações sociais existentes na infraestrutura e esta possibilita a sua existência, pois toda a riqueza necessária para manter a superestrutura seria, segundo Marx, produzida na infraestrutura por meio das nas relações de produção e de troca (BODART, 2016, *on line*).

Presume-se então que o turismo se encaixe perfeitamente no aparato ideológico de crença em um futuro melhor para a Transpantaneira, pois, no discurso coletivo tanto empresários quanto trabalhadores acreditam que as possibilidades de desenvolvimento via turismo são boas. Em verdade, essa ideia não é totalmente correta e nem totalmente errada, pois, como já foi apresentado anteriormente a questão do desenvolvimento no Pantanal não pode se pautar pela troca de uma atividade produtiva ou mesmo pela estruturação de uma nova, no caso, o Turismo coexistindo com a pecuária. A questão não é em si a atividade, mas como a atividade vem se organizando, pois a realidade do turismo na Transpantaneira não é descolada de um passado que foi historicamente construído sobre alicerces da injustiça social – a exemplo a exploração da força de trabalho indígena e negra, sob a forma de escravidão, os sub empregos e baixos salários pagos ao longo do



tempo, a concentração de terras além de pouco interesse público para a resolução dos problemas da região.

O aparato ideológico do turismo como principal esperança na resolução das desigualdades ou mesmo na geração de mais riqueza ao Pantanal estruturou-se a partir do discurso de desenvolvimento sustentável e equidade social apregoado pelos movimentos e eventos ambientalistas marcantes da década de 1990, com reflexos até os dias atuais pois a palavra sustentabilidade foi repetida por quase todos os entrevistados, tanto empresários como trabalhadores. Além disso, o poder público com uma política nacional de turismo pouco eficiente, devido às grandes diferenças sócio territoriais e turísticas de cada região – foi o grande responsável por incutir o ideário de melhorias possibilitadas pelo Turismo, como se apresenta a seguir.

#### **4.3.2 Turismotopia: a força ideológica do Turismo como possibilitador do desenvolvimento – em qual futuro?**

O modo como o espaço se organiza não é somente o resultado de uma escolha política e econômica. Ele se torna posteriormente um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais, assim como da ideologia dominante e pode representar um importante obstáculo à mudança. (SANTOS, 2011, p. 158).

Deste modo, a fim de provocar uma reflexão sobre o papel ideológico do turismo como promotor (ou não) do desenvolvimento, apresenta-se no Quadro 4 alguns programas, ações e planos que marcaram a evolução da ação do poder público federal no que se refere ao Turismo brasileiro. O quadro apresenta brevemente algumas questões contidas nos documentos oficiais, como slogans, mensagens dos ministros do turismo, ou objetivo explicitado. Não se trata de uma análise dos referidos documentos, nem dos efeitos de tais ações no território brasileiro ou mesmo no Pantanal. O que se apresenta são algumas ideias contidas nos documentos, que representam a ideologia oficial assumida pelos governos no que se refere ao Turismo.

Não foi utilizado nenhum recorte documental das esferas públicas do Estado de Mato Grosso nem da prefeitura municipal de Poconé, visto que as ações

desenvolvidas por estas duas instâncias públicas vêm sendo apenas a tentativa de aplicar, a nível regional e local, as estratégias pensadas em nível federal.

Estrutura-se uma crítica sobre isso, visto que não há nenhum planejamento traçado estrategicamente nem executado, levando em consideração as especificidades do Pantanal de Mato Grosso, nem pelo governo do Estado nem pela prefeitura de Poconé. Reforçando essa abordagem, todos os entrevistados – empresários e trabalhadores - afirmaram não conhecer nenhuma ação específica em prol do desenvolvimento do turismo na região. Foi mencionada apenas a questão de ampliação da rede elétrica ao longo da Transpantaneira e a substituição de parte das pontes de madeira para pontes de concreto, assuntos que serão tratados nos capítulos próximos.

O Quadro 4 apresenta alguns recortes de conteúdo de cada ação/plano selecionado. Foram grifadas algumas ideias para posterior análise.

QUADRO 7 – PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS CONTIDOS NO DISCURSO OFICIAL DO TURISMO BRASILEIRO

(Continua)

<b>PROECOTUR AMAZÔNIA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A natureza <b>inspirando o desenvolvimento</b> do turismo. (Slogan)</li> <li>• Um papel <b>estratégico no desenvolvimento</b> do turismo no Brasil. (Slogan)</li> </ul>
<b>AÇÃO MUNICIPAL PARA A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a <b>responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento</b>, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional (Mensagem da Ministra do Turismo Marta Suplicy na apresentação do caderno de ação, 2007).</li> </ul>
<b>PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O objetivo geral do PNMT é Fomentar o <b>desenvolvimento turístico sustentável</b> nos Municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política (EMBRATUR/ Ministério do Esporte e Turismo, 1999, p 11).</li> </ul>
<b>PLANO NACIONAL DE TURISMO 2003 – 2007:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A <b>vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza</b>, através do turismo. [...] O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, <b>possibilita a inclusão</b> dos mais variados agentes sociais. [...] <b>A geração de novos empregos no Brasil transitará via a promoção de investimentos no setor turístico.</b> (Mensagem do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva no documento oficial de apresentação do PNT 2003-2007, 2003)</li> </ul>

QUADRO 5 – PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS CONTIDOS NO DISCURSO OFICIAL DO TURISMO BRASILEIRO

(Conclusão)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estamos apresentando à sociedade brasileira o Plano Nacional do Turismo, <b>deverá se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações</b>, proporcionando uma <b>melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades</b>; ao contribuir para <b>multiplicar os postos de trabalho</b> no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população. (Mensagem do Ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia no documento oficial de apresentação do PNT 2003-2007, 2003)</li> </ul>
<p>PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007-2010:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma viagem de inclusão (Slogan).</li> <li>• Além de contribuir para tornar o Brasil mais conhecido ao olhar estrangeiro, e ao nosso próprio, o turismo aciona uma gigantesca engrenagem <b>de oportunidades de trabalho e renda</b> em diferentes pontos do nosso território. (Mensagem do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva no documento oficial de apresentação do PNT 2007-2010, 2007).</li> <li>• O setor de turismo, mesmo nos momentos mais difíceis que atravessamos recentemente, deu mostras de <b>vigor e comprometimento com o futuro do Brasil</b>. [...] O turismo, sobretudo, <b>vai cumprir sua função social</b>. Chegou a vez do turismo de inclusão. Uma inclusão na mais ampla acepção da palavra: inclusão de novos clientes para o turismo interno, inclusão de novos destinos, inclusão de novos segmentos de turistas, inclusão de mais turistas estrangeiros, <b>inclusão de mais divisas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro</b>. Inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos. (Mensagem da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, no documento oficial de apresentação do PNT 2007-2010, 2007)</li> </ul>
<p>PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO 2011-2014:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabe à Política Pública de Regionalização do Turismo como <b>ferramenta do desenvolvimento socioeconômico do Brasil</b>, por meio da consolidação de uma rede de cooperação capaz de <b>avançar no rumo de um país rico e sem miséria</b> (Mensagem do então Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira na cartilha sobre as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, 2013)</li> </ul>
<p>PLANO NACIONAL DE TURISMO 2013 – 2016:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo fazendo muito mais pelo Brasil. (Slogan)</li> <li>• O desempenho do Brasil como anfitrião desses encontros (referindo-se a Copa do Mundo Fifa 2014 e as Olimpíadas 2016) será <b>decisivo para transformar o país no terceiro maior Produto Interno Bruto turístico do mundo até 2022</b>, meta do PNT. [...] o <b>turismo responderá com crescimento sustentado e sustentável</b>, redução de desigualdades regionais, inclusão social e <b>geração de emprego e renda</b>. (Mensagem do então Ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira no documento oficial do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, 2013)</li> </ul>
<p>PLANO NACIONAL DE TURISMO 2018-2022:</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mais emprego e renda para o Brasil. (Slogan)</b></li> <li>• Para atender às demandas que se apresentam, o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 servirá como um direcionamento para o país <b>retomar o crescimento</b> e transformar, de uma vez por todas, suas vantagens comparativas em vantagens competitivas. [...] É um norte para que o turismo <b>seja um vetor de desenvolvimento do país</b>, por meio da <b>geração de emprego, de renda e inclusão social</b>. (Mensagem do então Ministro do Turismo Max Beltrão no documento oficial de apresentação do Plano Nacional do Turismo 2018-2022, 2018)</li> </ul>

FONTE: O autor (2019).

A partir de recortes que representam o discurso oficial do governo brasileiro em relação ao Turismo em diferentes momentos sociais, políticos e econômicos (período de 1990 a 2018), foi possível extrair três ideias principais:

- a) Turismo em relação ao desenvolvimento:** inspirador, estratégico, responsável, sustentável, socioeconômico.
- b) Efeitos do turismo:** riqueza, inclusão, empregos, qualificação profissional, postos de trabalho, ocupações, distribuição de renda, qualidade de vida, divisas, investimentos.
- c) Futuro:** vigor e comprometimento com o futuro do Brasil, vai cumprir sua função social; avançar rumo a um país rico e sem miséria; decisivo para transformar o país; responderá com crescimento sustentável e sustentado; retomar o crescimento.

Além das ideias recorrentes nos discursos, as expressões que apareceram com mais frequência são: **a) Emprego e renda:** 16 vezes; **b) Inclusão:** 15 vezes e, **c) Desenvolvimento:** 8 vezes. As três expressões destacadas resumem toda a ideologia que ao longo do tempo vem sendo construída e difundida no Brasil, relacionada a atividade turística.

Diante das desigualdades regionais, em muitas localidades brasileiras, no entanto, o turismo acaba se tornando um “objeto de desejo”. Os meios políticos e empresariais capturam e vendem e vendem o discurso de que o desenvolvimento do turismo é a grande alternativa para o futuro dessas localidades (OURIQUES, 2015, p. 11).

Quando um organismo oficial, como a Embratur ou o Ministério do Turismo assume esse discurso quase que retilíneo, mesmo com as mudanças de governo, significa que existe uma ideia geral formada, concebida e propagada em relação ao turismo e isso reflete não só nos discursos, mas nas ações específicas de cada plano, programa e projeto federal que incide sobre as ações estaduais e municipais, pois, via de regra, estas duas últimas esferas são responsáveis por adaptar e aplicar as propostas do governo federal no âmbito dos estados e municípios. Sobre este aspecto, Santos Filho (2005, p. 38) aponta que:

Ao passar a ideia de equilíbrio, harmonia, funcionalidade, o processo ideológico do capitalismo faz uma leitura linear que permite o turismo ceder aos interesses do capital, alimentando a noção que o mesmo, por sua atualidade, força o interesse máximo da demanda, estando imune aos

efeitos do mercado. Assim, o capitalismo o elege como capaz de salvar a economia da recessão e o visualiza como produto que deve ser preparado para receber o estrangeiro.

O Turismo como promotor de desenvolvimento, gerador de inclusão e renda é creditado primeiro pelos organismos de governo, responsável pelas políticas de incentivo e estruturação, muitas vezes financiadores de ações públicas estaduais e municipais, mas também privadas. Além disso, são os Planos Nacionais que estruturam o processo de marketing interno e externo do turismo brasileiro, que reforça todas as ideias acima apresentadas, como também é a partir da esfera federal que se arquitetam ações de qualificação da mão de obra, com metodologias, materiais e instrutores carregados dessas mesmas visões.

Universaliza-se o jargão: queremos um turismo de qualidade e não de quantidade. O discurso da defesa do turismo, nesses termos, adquire um grande poder de persuasão e seduz os poderes públicos e as comunidades locais, já que a ideologia dos grupos pró-crescimento “vende” as promessas de desenvolvimento, geração de empregos e respeito ao meio ambiente de forma tão poderosa que as opiniões contrárias acabam sendo rotuladas de “inimigas do progresso”, “dos que querem manter o atraso” (OURIQUES, 2015, p. 18).

Não é de se estranhar que o discurso oficial dos programas de governo sejam o de Turismo como promotor de desenvolvimento, gerador de inclusão e trabalho, pois vai ao encontro das principais demandas e necessidades do brasileiro, ou seja, o discurso é apropriado ao que se anseia ouvir: o Turismo pode resolver os principais problemas do Brasil.

A ideologia da vocação turística brasileira, em nosso ponto de vista, deve ser compreendida como uma forma de redefinição do velho determinismo ambiental, sistematizado e divulgado no século XIX pelo geógrafo alemão Frederic Ratzel, com a diferença de que agora não são mais a extração de riquezas e a produção de mercadorias industriais que fazem nossa ordem e progresso: agora, basta vendermos nossa paisagem natural, já que temos um povo naturalmente receptivo (OURIQUES, 2015, p. 132).

Dessa forma, não só os organismos públicos reproduzem essa ideologia, mas também empresários e trabalhadores, que acabam acreditando num futuro melhor possível, com os efeitos positivos do turismo sendo destacados, ao passo que os negativos são muitas vezes ocultados, resultando assim em uma espécie

de Turismotopia<sup>36</sup> generalizada, que também se evidencia em algumas falas dos entrevistados da Transpantaneira:

“O turismo sempre está em crescimento e com coisas novas sendo desenvolvidas, e há espaço para novos empreendedores investirem na atividade turística de modo geral”. (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>37</sup>.

“O turismo representa renda e sustentabilidade de muitos pantaneiros, porque a curiosidade de muitos turistas em querer conhecer o Pantanal agrega muitos valores”. (TRABALHADOR 5, informação verbal)<sup>38</sup>.

“As pousadas estão aumentando, tão abrindo novas pousadas e criando mais serviço”. (TRABALHADOR 12, informação verbal)<sup>39</sup>.

For fim, uma outra questão que chama a atenção na análise dos recortes destacados é o uso de verbos e expressões de futuro. Desde a década de 1990 o discurso é que o turismo pode melhorar o futuro do brasileiro e, como a realidade não vem mudando, continua-se postergando as possibilidades de melhorias. Assim, já se vão quase quatro décadas e a possibilidade de um Brasil melhor com as contribuições do turismo parece ainda distante, ao menos ao que se refere ao Pantanal da Transpantaneira.

#### **4.3.3 O Turismo entre Círculo Vicioso de Desigualdades e o Círculo Virtuoso da Autonomia na região da Transpantaneira**

Cada realidade em seu tempo e espaço revela condições muito específicas a serem conhecidas e explicadas, por isso, tenta-se ir mais a fundo na realidade do Pantanal da Transpantaneira, que difere de outras devido a seu processo histórico, produtivo, social e cultural ser único e só por meio do conhecimento dessa realidade específica é que se pode tentar compreender algumas complexidades contidas em seu interior. Ademais, o Turismo aparece como participante da dinâmica produtiva

---

<sup>36</sup> Trata-se de um neologismo criado para representar uma ideia de que os efeitos positivos do Turismo poderão resolver as desigualdades locais, ou seja a utopia no Turismo.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>38</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 05. **Entrevista 17**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>39</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 12. **Entrevista 24**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

local, com o agravante ideológico de desenvolvimento futuro como apontado no item anterior.

O Turismo é uma atividade econômica estruturada na modernidade que faz parte de uma dinâmica capitalista mundial que se reinventa a cada instante, visto que nesse processo o lucro é o objetivo principal. Porém, a atividade pode desempenhar um duplo papel, dependendo de como o processo se instaura e de como políticas de ajuste da atividade possam se desenvolver de forma mais eficiente em prol de diminuição das desigualdades locais.

Esse duplo papel se refere aos seus efeitos nas localidades, que podem ser marcadamente de mais uma potência geradora de desigualdades, servindo-se às amarras corriqueiras do capital ou, também, servindo-se a um papel totalmente oposto: o de readequação da organização sócio produtiva, mesmo dentro do capital, em prol da autonomia local. Sendo assim, para o caso da Transpantaneira, como em outros lugares em que a atividade se desenvolve os dois cenários possíveis são:

- a) Fortalecimento de um ciclo vicioso, reproduzindo ainda mais as contradições e alimentando o sistema, permitindo a manutenção da realidade de dependência historicamente constituída, visto que a transformação do espaço também pode ser um instrumento com o qual se exerce o poder, para a sobrevivência e manutenção do capitalismo, Figura 14:

FIGURA 14 – CENÁRIO A: O TURISMO ALIMENTA O CICLO VICIOSO, PROVOCANDO SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA E MANUTENÇÃO DAS DESIGUALDADES



FONTE: O autor (2017).



- b) Interrupção do ciclo vicioso causando uma quebra no processo, gerando uma nova realidade de organização da forma de produção, ou seja, causando um verdadeiro desenvolvimento, como sinônimo de autonomia, questão essa já discutida no início do capítulo, Figura 15.

FIGURA 15 – CENÁRIO B: O TURISMO INTERROMPE O CICLO VICIOSO, PROPORCIONANDO AUTONOMIA LOCAL



FONTE: O autor (2017).

As figuras acima representam dois cenários em que o Turismo opera como força produtiva, o cenário **A** é de Autonomia e o cenário **B** de Desigualdades. A questão a ser pensada é o que estrutura cada cenário e, também, se a partir de um cenário de dependência, é possível uma mudança para uma conjuntura de autonomia?

Sobre a relação entre os grupos sociais em determinado espaço e as relações de poder, Souza (2013, p.104) considera que:

Dar a devida atenção ao que se passa com o “mundo da vida”, ou, em outras palavras, com o cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais, nos leva a observar e considerar, em matéria de “campos de força” do poder especializado – isto é, em matéria de territórios –, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais.

O espaço se ordena e desordena não só a partir dos processos produtivos, mas estes estão inseridos em um movimento mais amplo de interesses, políticas, e jogo, por isso, a realidade da Transpantaneira não se faz apenas a partir das relações entre trabalhadores e empresários, há outras circunstâncias também relacionadas a esse processo, como a dimensão política, por exemplo – contextualizada por Silva (1988, p. 73):

Compreendemos não ser mais possível pensar o processo de produção do espaço do homem a partir exclusivamente das relações de produção e trabalho. Se desejamos um desvendamento mais sugestivo e revelador desse espaço necessitamos adquirir uma nova sensibilidade para a dimensão política.

Com a desconstrução da realidade social da Transpantaneira, que tem o Turismo como força operante, é necessário então caracterizar qual dos dois cenários esse espaço está constituído, ou seja, que tipo de relações a atividade turística tem provocado no Pantanal? A partir de alguns elementos de análise social, será possível revelar o verdadeiro cenário atual da Transpantaneira, como será feito no capítulo de resultados dos dados coletados, utilizando-se da combinação de diferentes técnicas, sobretudo a Matriz de Periodização, o Índice de Desenvolvimento Turístico Local e o posicionamento atual da região, segundo o ciclo de vida de destinos turísticos de Buttler. Mas antes de se estabelecer uma análise mais aprofundada sobre a influência do Turismo na transformação sócio espacial do Pantanal da Transpantaneira e seus efeitos no desenvolvimento local é preciso complementar algumas questões relativas ao espaço de estudo, como será apresentado no capítulo a seguir.



*O trabalho com o Turismo no Pantanal é cansativo, mas quando eu estou muito cansada eu começo a observar a natureza, aí de repente você vê um pássaro ... é uma graça, porque quando você realmente gosta da natureza e observa ela assim ... aí vem um pôr do sol, vem uma imagem bonita. De manhã você tá assim, meio cansada, mas quando você vê aquele amanhecer, aquele sol, é uma coisa linda...tem que agradecer.*  
(Trabalhadora de uma pousada da Transpantaneira)

## **5 O TURISMO NA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas características gerais da região da Transpantaneira – objeto de estudo. Pauta-se em uma breve descrição de aspectos históricos, sociais, culturais, ambientais e produtivos - considerando especialmente o Turismo. As informações aqui apresentadas visam complementar a caracterização da região de estudo, visto que vários nuances da dinâmica local foram sendo apresentadas ao longo do trabalho. O foco do capítulo é estruturar uma breve descrição sobre o recorte espacial escolhido, usando a Região como categoria geográfica suporte para apresentar tal caracterização.

### **5.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL**

Há registros da ocupação humana em Mato Grosso de mais de 27 mil anos, através da descoberta de fósseis na região, especialmente no sítio Arqueológico de Santa Elina, localizado a 75 km da capital Cuiabá, que é considerado um dos

cinco mais importantes da América, segundo o canal do YouTube, O Livre (2018), que inclusive denuncia o seu relativo abandono, através de matéria publicada em 21 de janeiro de 2018.

A partir das sociedades originais que foram se organizando no território de Mato Grosso, formaram-se diversas nações indígenas marcadas por suas diferenças socioculturais, inclusive algumas habitando a região do Pantanal como é o caso dos Guató e dos Beripoconé, da nação bororo, conhecidos por habitarem regiões próximas a rios navegáveis, segundo Siqueira (2017). O nome da cidade de Poconé, está relacionado aos habitantes indígenas daquela região do Pantanal, os Beripoconé.

Com a descoberta de ouro nas proximidades do Rio Cuiabá em 1719, aflorou o fluxo de pessoas e mercadorias pelo rio, que corta o Pantanal para chegar até a região onde hoje é a capital do estado – Cuiabá. Mais tarde, por volta de 1777 também houve a descoberta de ouro nas imediações de onde hoje é a cidade de Poconé. A partir da instalação de um aglomerado de pessoas por conta da mineração, desenvolve-se o arraial que, em 1831, foi elevado ao status de município. As marcas deixadas pelo garimpo na região são de ordem econômica, social, política e ambiental.

Na questão econômica, o garimpo foi responsável por dinamizar a economia local, contribuindo para aumentar o contingente de ouro das minas de Cuiabá. Para o trabalho nas minas, além dos assalariados brancos foi utilizado o trabalho escravo, também presente nas fazendas criadoras de gado que foram se estruturando juntamente com a mineração. A criação de gado desenvolveu-se inicialmente para o fornecimento de carne aos trabalhadores da região, e, devido à abundância de pastagens naturais a produção de gado aumentou significativamente chegando a ser comercializada para outros estados e até exportada.

A criação de gado, juntamente com o garimpo, sustentou a economia local por muito tempo. As duas atividades ainda estão presentes atualmente, inclusive o garimpo que, por algum período ficou estagnado pelo esgotamento dos aluviões, mas voltou a se fortalecer nas últimas décadas com o emprego de tecnologia sofisticada. Há críticas à atividade devido aos impactos ambientais causados,

visíveis nas grandes crateras ao redor da cidade, porém a renda gerada parece ainda ofuscar a situação ambiental.

Também fazem parte da população poconeana os pantaneiros, originados da mestiçagem de milenares tribos indígenas que habitavam a região, com colonizadores espanhóis e portugueses que adentraram no Pantanal a partir do século XVI, trazendo consigo também a população africana, que foi escravizada até o século XIX (COSTA, 2003). O povo possui tradições e manifestações culturais bastante características, como as festas de santo, mas também há outras expressões de origem africana. Uma tradição bastante forte na região é a encenação da luta entre mouros e cristãos, ocorrida na península ibérica no século XI e XII, herdada dos antigos colonizadores. Essa encenação é chamada de 'cavalhada' e acontece no mês de junho com uma intensa programação sociocultural que, inclusive, divide a cidade em dois acirrados grupos: os mouros de cor vermelha e os cristãos de cor azul.

## 5.2 DADOS SOCIAIS RECENTES

A população estimada para 2018, segundo o IBGE (2018) era de 32.768 habitantes, em pouco mais de 17 mil quilômetros quadrados, a densidade populacional do município era de 1,84 pessoas por quilômetro quadrado, sendo que  $\frac{1}{4}$  da população é residente da Zona Rural.

O município de Poconé está localizado na porção sul do estado de Mato Grosso, a 104 km da Capital. Está inserido na sub-região VI de Planejamento territorial do governo do Estado, que também congrega além da capital Cuiabá os municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra Rosário Oeste, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Região de Planejamento VI-Sul/MT + 20 (2006), são dois os usos das unidades socioeconômicas ecológicas de Poconé: a) próximo ao núcleo urbano existem áreas recomendadas à readequação para a recuperação ambiental, devido ao garimpo, e, b) mais distante da sede do município a indicação de uso alternativo é para o manejo sustentável. O manejo sustentável caracteriza-se principalmente pela pecuária tradicional, com baixo uso

de tecnologias e grandes extensões de pastagens naturais e também o turismo, sob a forma de ecoturismo.

Ainda segundo o IBGE (2018), existe um equilíbrio entre número de homens e mulheres, sendo que a faixa populacional mais expressiva, por idade, é de 10 a 29 anos e em 2016, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 10.7%. Outros dados do município, também selecionados do IBGE (2018):

- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade: 94,6 %;
- Índice Brasileiro da Educação Básica - IDEB do Ensino Fundamental nos anos iniciais de 4,4 e nos anos finais de 3,6 (o índice vai de 0 até 10);
- A taxa de matrícula mais expressiva é no Ensino Fundamental, seguido do Médio e do ensino pré-escolar, não sendo registradas matrículas em Cursos Superiores, visto que o município não possui universidades. Existem estudantes no Ensino Superior, que o fazem em outros municípios ou na modalidade à distância;
- O PIB per capita é de R\$ 15.841,91, inserido no grupo de municípios com menores índices do estado e IDH de 0,652 ocupando a 118 posição dos 141 municípios de Mato Grosso.
- A mortalidade infantil é de 15,21 óbitos por cada grupo de mil nascidos vivos, ocupando a posição 57 dos 141 municípios do estado.
- Apenas 3,7% da população tem acesso a esgotamento sanitário adequado.
- 15,1% das vias públicas são arborizadas e 7% urbanizadas.

Em linhas gerais, o processo desigual de formação histórica e econômica de Poconé explica os atuais dados, que não figuram entre os mais expressivos de Mato Grosso, sendo necessária uma interpretação mais acurada sobre as causas dos baixos índices sociais para que estratégias possam ser planejadas com o objetivo de diminuição das desigualdades locais – inclusive via Turismo e outras atividades econômicas associadas.

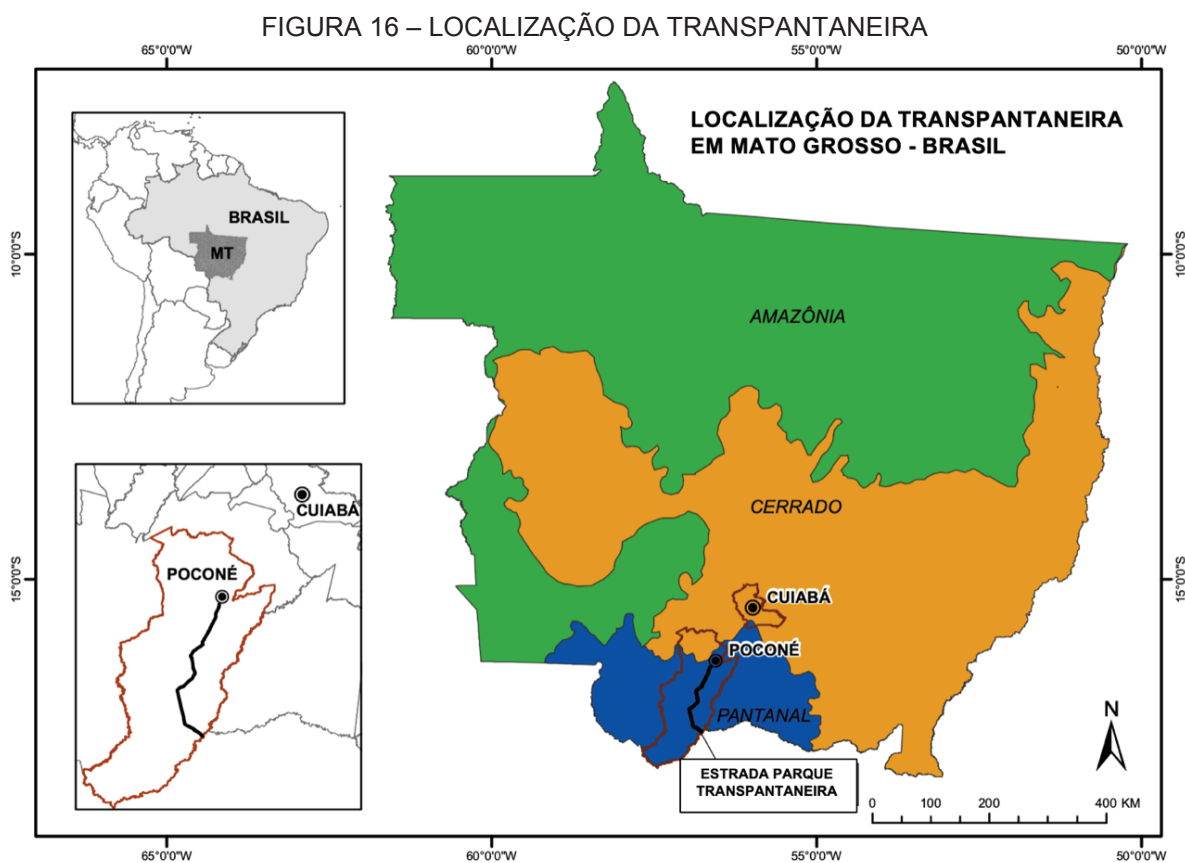
### 5.3 ÁREA DE ESTUDO: O PANTANAL DA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA

Após apresentar algumas características gerais do município de Poconé, apresenta-se de forma mais específica informações gerais sobre a área de estudo,

iniciando pelo Pantanal, com suas conformações biofísicas e com foco na região da rodovia da Transpantaneira.

O Pantanal é a maior superfície contínua alagável do mundo, com 140.000 km<sup>2</sup> e se estende por três países: Paraguai, Bolívia e Brasil. No Brasil se apresenta nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Moreno (2017) assinala que no estado de Mato Grosso, o Pantanal integra os municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Nossa Senhora do Livramento e Poconé. É a partir da sede desse último município que se inicia a Rodovia MT 060, mais conhecida como Transpantaneira (Figura 16), que com seus 144 km corta a região, que é a mais importante para o ecoturismo em Mato Grosso – a região de estudo.



O Pantanal é uma planície que recebe um grande volume de água das outras regiões mais elevadas do estado e, com isso, permanece quase totalmente inundada durante seis meses do ano. De acordo com Franco *et al* (2013), as



inundações determinam a estrutura e a função do ecossistema pantaneiro, formando um mosaico de ambientes aquáticos permanente ou temporariamente inundados, misturados com ambientes de terra firme, eventualmente ou nunca cobertos de água. Complementando as informações gerais do Pantanal, o Quadro 5, apresenta as principais características biofísicas do Pantanal da Transpantaneira.

QUADRO 8 – CARACTERÍSTICAS BIOFÍSICAS DO PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA

<b>TEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Bioma</b>	Pantanal
<b>Bacia hidrográfica</b>	Prata
<b>Sub bacia hidrográfica</b>	Bacia do Alto Paraguai
<b>Classificação do Pantanal, segundo afluentes</b>	Pantanal do Cuiabá / Bento Gomes / Paraguaizinho
<b>Altitude</b>	Abaixo de 200 metros
<b>Geologia</b>	Predominância de rochas sedimentares – Pantanal
<b>Geomorfologia</b>	Planície e Pantanal do Rio Paraguai Mato-grossense
<b>Clima</b>	Tropical quente semiúmido
<b>Solo – principais ocorrências</b>	Planossolos, Plintossolos e Gleissolos
<b>Potencialidade agrícola</b>	Área altamente desaconselhável a utilização agrícola
<b>Recursos minerais</b>	Ouro e cristal de rocha
<b>Impactos ambientais</b>	Baixo: declínio das condições ambientais, provocado por desmatamentos pontuais.
<b>Terras indígenas</b>	Regularizada: Baía dos Guató com população de 83 pessoas.
<b>Unidades de conservação próximas</b>	Estrada Parque Transpantaneira (MT-060), Parque Estadual Encontro das Águas, RPPN Fazenda Estância Dorochê, Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense e RPPN Estância Ecológica SESC Pantanal.

FONTE: Adaptado de MIRANDA (2016).

A combinação dos elementos biofísicos com o processo histórico de ocupação e produção, respondendo aos movimentos globais do capital criou um ambiente propício ao desenvolvimento da atividade turística baseada nos recursos naturais, relativamente preservados. Dessa maneira, torna-se importante uma breve contextualização da dinâmica turística local para o recorte regional eleito – a Transpantaneira.

#### 5.4 O TURISMO NA REGIÃO DA TRANSPANTANEIRA ASPECTOS GERAIS

Considerando que Região são “mais que divisões geográficas ou recortes territoriais, são expressões territoriais de grupos sociais, com história, consciência territorial e expressão política, ou seja, sujeitos e não objetos” (DALABRIDA, 2010, p.166), a região da Rodovia Transpantaneira escolhida como recorte de investigação é dotada de um conjunto de interações ambientais, sociais e produtivas que lhe confere características bastante próprias. Neste estudo a região da Transpantaneira é inicialmente definida a partir de um elemento estrutural – a rodovia, pois é através dela que se desenvolveu uma das atividades produtivas mais marcantes da localidade o Turismo e, é a rodovia é a intervenção estrutural mais significativa no ambiente pantaneiro. Logo o Turismo, é outro elemento caracterizador da região de estudo dentro do bioma Pantanal, pois no município de Poconé há outras áreas de Pantanal em que não há estruturas e atividades turísticas desenvolvidas.

Existem duas regiões turísticas no município de Poconé, a primeira é a da Estrada Parque SESC Porto Cercado, com uma rodovia que liga a cidade de Poconé ao Hotel SESC Pantanal e a segunda é a região da Estrada Parque Transpantaneira, que corta o Pantanal ligando Poconé à localidade do Porto Jofre, com 144 km de extensão.

A região da Estrada Parque foi eleita como recorte de investigação porque é ao longo da rodovia que se estruturaram pousadas que oferecem passeios diversos e, apesar de não haver dados estatísticos que precisem o número de turistas que visitam a região, a Transpantaneira é considerada a principal destinação turística do estado.

Segundo Bassan e Siedenberg (2008 p.140), desde o início do último quartil do século XIX até aproximadamente 1970, três concepções foram estabelecidas entre os geógrafos para designar região:

A) Região apoiada em aspecto da natureza – que é uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como clima, a vegetação e o relevo, combinação que irá representar a paisagem natural específica de cada lugar. B) Região como paisagem cultural – é vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural, ou seja, a região é entendida como um processo de transformação da paisagem natural para a cultural. C) Região como criação intelectual – é criada a partir de propósitos específicos, ou seja,

pode-se identificar uma região climática, região industrial, região nodal, isto de acordo com os propósitos de cada pesquisador.

Tendo como base a classificação sugerida pelo autor acima, neste estudo, a concepção de região que guia o trabalho é a terceira, a partir de elementos da primeira e da segunda. Primeiro o Pantanal, como aspecto natural, difere de outras regiões, entendidas como biomas. Porém especificamente através de um recorte territorial, limitou-se a análise ao Pantanal do Estado de Mato Grosso apenas, visto que a dinâmica histórica foi outra, incidindo de forma diferente no bioma, formando um tipo de movimento sócio produtivo diferenciado, mesmo tendo o turismo e a pecuária também como agentes dinamizadores, as (trans) formações sócio espaciais são distintas. Mesmo no território de Mato Grosso existem outras regiões pantaneiras que inclusive se diferenciam por seus aspectos geomorfológicos e sócio históricos, tais como a região de Cáceres sob influência do Rio Paraguai, a região de Barão de Melgaço, com as influências do Rio Cuiabá e a formação das grandes baías pantaneiras e a região de Poconé sob influência da Transpantaneira.

Ainda de acordo com Bassan e Siedenberg (2008), são diversos os conceitos de região, porém, de uma maneira ou de outra, cada analista acaba incluindo noções de aspectos naturais ou ambientais (relevo, clima, vegetação), econômicos, sociais e culturais, observando, em boa parte de casos, o aspecto histórico que deu origem a especificidades a cada região. Considera-se então região como uma porção do espaço com características naturais específicas que, ao longo de seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria. Comungando com Cago (2009, p. 92), citado por Alemán e Heredia (2013, p. 76), região é:

*La compartimentación espacial que se produce como consecuencia de la organización que el ser humano imprime al espacio y como consecuencia del control que ejerce tanto sobre los individuos que residen en él. Se trata además, de un espacio jerarquizado en función de las actividades, los niveles de interés, el movimiento y de las relaciones intrínsecas al ser humano [...] y es obvio que la región es un fenómeno que se puede observar a diferentes escalas<sup>40</sup>.*

---

<sup>40</sup> A compartimentação espacial que se produz como consequência da organização que o ser humano imprime no espaço e como consequência do controle que exerce tanto sobre os indivíduos que residem nele. Se trata, além disso, de um espaço hierarquizado em função das

Sobre este aspecto, Harvey (2011) comenta que se as diferenças geográficas entre as regiões e estados não existissem, então seriam criadas pelas estratégias diferenciadas de investimento e pela busca do poder de monopólio espacial dado pela singularidade da situação e das qualidades ambientais e culturais. A ideia de que o capitalismo promove a homogeneidade geográfica é totalmente errada. Prospera com base na heterogeneidade e diferença, embora sempre dentro de alguns limites é claro. Definir região implica em reconhecer certa unidade em um espaço determinado, que pode ser o resultado de condições físico-biológicas e também aspectos socioculturais porque “o espaço se divide em regiões que se constituem no substrato da história dos homens” (KANT citado por Tathan, 1959, p 358). Desse modo, a unidade regional não se baseia apenas nas proximidades físicas, pois diferentes lugares podem compor uma mesma região, mesmo estando fisicamente distantes.

No caso da Transpantaneira, considera-se, a mesma como uma sub-região dentro de uma região biofísica mais ampla, que é o Pantanal. Como o próprio nome já sugere, o Pantanal se refere a uma área pantanosa, ou alagável e, os aspectos físico-biológicos são os primeiros elementos utilizados para configurá-la como uma região. Levando em conta apenas o território de Mato Grosso, o Pantanal pode ser qualificado como uma região a partir de múltiplos critérios, tais como:

- A)** Uma conformação física-biológica: integra um dos três biomas presentes no estado, ocupando a porção Sul de Mato Grosso, ou seja, se apresenta como categoria de regionalização segundo os critérios da biogeografia.
  
- B)** Como uma região de Planejamento: diversas vertentes ambientais, sociais, econômicas e políticas definem o Pantanal como área de planejamento, per sua relativa homogeneidade socioambiental. O planejamento do Turismo no estado, por exemplo, também regionaliza o Pantanal como uma área específica devido ao conjunto de atrativos e estruturas que o diferenciam das outras localidades.

---

atividades, dos níveis de interesse, do movimento e das relações intrínsecas ao ser humano [...] e é óbvio que a região é um fenômeno que se pode observar de diferentes escalas. (Tradução nossa).

Além desses aspectos, há algumas tentativas de integrar o Pantanal a outras regiões de planejamento, mesmo via Turismo, como é o caso de iniciativas apoiadas pelo Ministério do Turismo, governos estaduais e *trade* turístico, como alguns projetos e ações como a “Travessia do Pantanal”, “do Pantanal a Iguaçu” e mais recentemente a rota “Pantanal, Amazônia, Andes Pacífico”. Apesar das ações de integração do Pantanal a outros destinos turísticos brasileiros e da América do Sul, a viabilidade ainda está em questão, sobretudo devido às deficiências de infraestrutura e melhor ordenamento político-mercadológico – entendendo que a formação de uma região turística por diferentes atrativos / destinações, poderia ser mais competitiva internacionalmente.

Existem diferentes dinâmicas ambientais e sociais inseridas na mesma região turística do Pantanal, que podem ser estudadas a partir dos processos de ocupação, pelas características físico-biológicas, pela dinâmica econômica e também a partir da atividade turística. Devido a esta diversidade de características, o Pantanal, neste estudo, é sub-regionalizado a partir de um critério específico: a área de influência dos 144 km da rodovia Transpantaneira, pois a partir dela é possível identificar conformações físicas e relacionais que lhe dão identidade, estas são apresentadas, por exemplo, a partir das relações de classes, do processo produtivo, da inserção do Turismo como alternativa de renda e seus efeitos para a população local e também para a paisagem pantaneira. Para esta investigação se considera a área de estudo como uma região geográfica ou “região-paisagem-território” (Gomes, 2009), pois sintetiza a ação transformadora do homem sobre o meio ambiente.

O fluxo turístico local está marcado pelo interesse de visitantes brasileiros e estrangeiros sobre os aspectos naturais e histórico-culturais da região, este fluxo começou na década de 1970, facilitado pela abertura da rodovia Transpantaneira em 1972. As visitas se intensificaram na década de 1990 com a divulgação do bioma pantaneiro a nível nacional e internacional em virtude de discussões ecológicas mundiais ocorridas após a Conferência da Terra ECO 92. Antigas fazendas criadoras de gado inseriram também o Turismo em suas dinâmicas produtivas, oferecendo serviços de hospedagem e alimentação para receber os visitantes que realizam atividades típicas do ecoturismo.

São comercializados pacotes turísticos através de agências e operadoras locais, nacionais e internacionais, conduzidos por guias de turismo com diversas especializações como em aves, em peixes, em mamíferos etc. A concentração de recursos naturais no ambiente pantaneiro possibilita a estruturação da atividade turística, podendo, inclusive, se tornar uma vantagem competitiva como aponta Harvey (2018, p. 162):

Altas concentrações dos chamados recursos naturais, assim como aglomerações de populações com determinadas características culturais, habilidades arranjos culturais, e aptidões passíveis de serem incorporadas às dinâmicas de valorização, realização e distribuição de capital, criam um mundo de vantagens geográficas diferenciais para a acumulação de capital.

As atividades de turismo, na região, se concentram nas pousadas (localizadas nas margens da rodovia), e também ao longo da Transpantaneira, que não é pavimentada e possui 119 pontes e diversos pontos estratégicos para observação da natureza, sobretudo aves, répteis e mamíferos, além de possibilitar também o movimento da lida com o gado pantaneiro, como apresentado nas Figuras 17, 18, 19 e 20.

FIGURA 17 – PANTANEIROS CONDUZINDO O GADO NA RODOVIA



FIGURA 18 – NINHO DE TUIUIÚ, AVE SÍMBOLO DO PANTANAL



FONTE: O autor (2018).



FIGURA 18 – CAPIVARAS TOMANDO SOL NA RODOVIA



FIGURA 19 – ESTRUTURA DE POUSADA NA MARGEM DO RIO PIXAIM NA TRANSPANTANEIRA



FONTE: O autor (2018).

A dinâmica das águas do Pantanal é que dita o ritmo de vida das pessoas, implicando nas atividades produtivas e incidindo também sobre a paisagem – principal atração de visitantes. O período de mais incidência de chuvas é de outubro a março. Por se tratar de uma área de planície, a região recebe um grande volume de água de outras localidades com maior altitude do estado. Lentamente as planícies vão se inundando alargando rios e alimentando pequenos riachos perenes, que na região são chamados de corixos. O maior volume de água provoca a concentração de animais, como mamíferos de pequeno e médio porte como as capivaras, o cervo do pantanal, e ariranhas, além disso a incidência de aves, répteis e peixes é alta.

Isso acarreta uma maior concentração de visitantes principalmente nos quilômetros iniciais da rodovia, visto que a vegetação é menos densa e os guias de turismo usam as suas margens para paradas estratégicas com a finalidade de contemplação da paisagem. Resultado disso é o desenvolvimento de atividades turísticas típicas do ecoturismo e as principais oferecidas pelas pousadas e agências locais são: observação de aves, observação de onças e outros mamíferos, focagem noturna de jacarés, passeios de barcos, pesca esportiva, passeio a cavalo e contemplação da paisagem.

Apesar da água ser o elemento de destaque no Pantanal, o período de cheias é considerado de baixa temporada para o fluxo turístico. De acordo com as informações levantadas por meio das entrevistas, o período de alta temporada no Pantanal da região da Transpantaneira é de março a novembro, devido a dois



fatores combinados: a) Período de vazante, em que o volume de água diminui consideravelmente facilitando o acesso pela Transpantaneira, e, também, dentro das pousadas, com a possibilidade de realização de trilhas e safáris fotográficos; b) Período de verão no hemisfério norte, o que facilita o fluxo de viagens dos estrangeiros – que segundo os proprietários das pousadas representam mais de 70% do volume de visitantes na região. Sobre essa questão no capítulo próximo serão discutidas algumas implicações do turismo internacional sobre a região.

## 5.5 A RELAÇÃO DA ESTRADA PARQUE TRANSPANTANEIRA COM O TURISMO

A rodovia Transpantaneira é fruto de um antigo projeto do governo de Mato Grosso em parceria com o governo federal, na década de 1970. Ressalta-se que nesse período, os atuais estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul integravam um só território, visto que o desmembramento se deu apenas em 1977. Segundo Araújo (2004), em setembro de 1971, foi iniciada a construção da rodovia Transpantaneira, cujo objetivo inicial era ligar as cidades de Cuiabá e Corumbá, via Poconé.

A ligação entre as duas cidades, passando pelo Pantanal propunha facilitar o escoamento da produção de gado, via Transpantaneira até a cidade de Corumbá que já contava com uma estrada de ferro que a ligava com a cidade de Bauru em São Paulo, facilitando assim o escoamento até a região Sudeste e litoral brasileiro.

Mesmo com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN, que previa investimentos altos para o Pantanal, dos 340 km previstos foram concluídos apenas 144 km, que ligam a cidade de Poconé ao distrito de Porto Jofre na margem do Rio Cuiabá – divisa com o estado de Mato Grosso do Sul.

Portanto a Transpantaneira só foi construída na porção mato-grossense e após a divisão do estado, combinada com a crise da pecuária da década de 1980, a ideia foi abandonada. Apesar de não ter atingido seus objetivos iniciais a abertura da Transpantaneira trouxe algumas transformações para o espaço Pantaneiro, como:

- Facilitação de acesso das fazendas criadoras de gado até a cidade de Poconé, e, por conseguinte até a capital Cuiabá;

- O aterramento para construção da rodovia, dificultou o movimento natural das águas. A solução encontrada para minimizar os impactos foi a construção de 119 pontes ao longo da rodovia, para facilitar o escoamento da água;
- A concentração de água próximo ao aterramento ao longo da rodovia, favoreceu o agrupamento de animais, implicando em maior uso turístico da paisagem pantaneira;
- A estruturação de antigas fazendas criadoras de gado adaptadas também para receber os turistas, devido à facilidade de acesso provocada pela rodovia e seu uso turístico;
- A melhoria da comunicação entre o interior do Pantanal de Mato Grosso com outras regiões do estado.

Em linhas gerais os efeitos foram mais positivos que negativos, visto que inclusive, se comenta que a natureza já se adaptou aos impactos causados pela abertura da rodovia e que, na verdade, a concentração de água facilitou a sobrevivência dos animais ao longo da rodovia. Hoje a Transpantaneira não liga Poconé a outra cidade, mas é uma importante via no interior do Pantanal, sobretudo para o fluxo turístico, de moradores locais e de escoamento da produção pecuária.

Ao longo da Transpantaneira foram identificadas 14 pousadas operantes regularmente<sup>41</sup>, sendo que a maioria se estruturou a partir de fazendas de gado, inclusive algumas mantêm as duas atividades combinadas. Sobre o Turismo no Pantanal de Mato Grosso, Bordeste (2008, p. 24) faz uma crítica:

O Turismo no Pantanal mato-grossense, seja quanto às suas potencialidades, como na sua prática efetiva, merece reflexão. O Pantanal reúne elementos tanto da paisagem natural como do cotidiano de centenas de brasileiros, seja em seus modos de vida, na produção cultural, no imaginário de turistas e na especulação capitalista. Adiciona-se a isso uma rica biodiversidade que propicia a beleza cênica das paisagens em suas diversas ordens de grandeza. Tudo isso contribui para que os pantaneais denotem “naturalmente” grande aptidão ao turismo, e seja alvo de cobiça de empresários de hotelarias, ou outros ramos dessa atividade, mas quase sempre deixando os autóctones de fora do processo.

---

<sup>41</sup> Segundo os empresários entrevistados existem outras estruturas de hospedagem que não operam regularmente e sim de acordo com o fluxo de visitantes.

Devido à importância do Turismo como atividade econômica e alternativa produtiva local, a Rodovia Transpantaneira, MT-060 foi instituída, em 1996, como uma unidade de conservação estadual sob o título de Estrada Parque Transpantaneira.

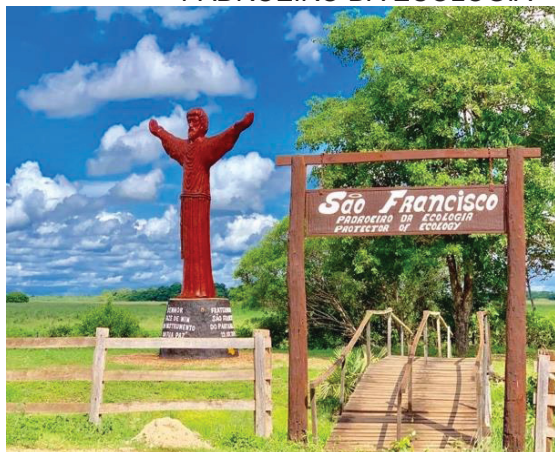
Com o Decreto Lei Estadual nº 1.028, de 26 de julho de 1996, foi criada a Estrada Parque da MT-060, a Transpantaneira, localizada no município de Poconé. Esta estrada encontra-se inserida em uma categoria de área protegida, ainda não legalizada em território nacional pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, porém categorizada como Área Especial de Interesse Turístico (DOUROJEANNI, 2003; SORIANO, 2006).

De acordo com Pires (2011), citado por Ozelame (2017), o estado de Mato Grosso foi pioneiro na inserção de 'Estrada Parque' pelo Sistema de Unidades de Conservação do Estado de Mato Grosso (SEUC), em 1992, com a Lei Estadual nº 6.142, que apresenta o conceito de Estrada Parque como “um parque linear que compreende a totalidade ou parte de rodovias de alto valor panorâmico, cultural ou recreativo”.

Sobre o papel desempenhado pela Estrada Parque Transpantaneira Dourojeanni (2003, p. 16) defende que “na atualidade, essa estrada é a que mais similitude tem com uma verdadeira Estrada Parque”.

No que diz respeito ao valor panorâmico, cultural e/ou recreativo, realmente a Transpantaneira merece o título de Estrada Parque, visto que ao longo de sua extensão é possível contemplar em profundidade as belezas do pantanal, com o avistamento de animais e a interação deles com o ambiente local, especialmente nos pontos de maior alagamento. As Figuras 21, 22, 23 e 24 apresentam algumas imagens/paisagens possíveis de serem visualizadas ao longo da Transpantaneira.

FIGURA 20 – SÃO FRANCISCO  
PADROEIRO DA ECOLOGIA



FONTE: O autor (2018).

FIGURA 21 – TUIUIÚ, AVE SÍMBOLO DO  
PANTANAL



FONTE: Ozelame (2018).

FIGURA 22 – PANTANEIRO NA LIDA DO  
GADO



FONTE: O autor (2018).

FIGURA 23 – PONTE E AS ÁGUAS DO  
PANTANAL



Contudo, é necessário ir um pouco mais além da consideração simplista da importância cênica da rodovia, sendo imperativo o comprometimento do poder público, empresários e população local com a manutenção dos valores expressados pela unidade de conservação. Além disso, especialmente o poder público em cooperação com entidades organizadas precisa maximizar tais valores indo ao encontro do interesse de empresários locais para dinamizar o Turismo. Os empresários das pousadas locais ao serem indagados sobre os efeitos para o Turismo da rodovia ser categorizada como uma Estrada Parque, afirmaram que a categorização não teve nenhum efeito sobre o Turismo local, como apontam as seguintes falas transcritas:

Não mudou nada, não adiantou nada pro turismo. Até pra vir energia demorou aqui, só chegou há dois meses. Só tinha energia até a metade da Transpantaneira, e a desculpa era que precisava de licença ambiental porque é uma estrada parque. (PROPRIETÁRIO 6, informação verbal)<sup>42</sup>.

Ser determinada estrada parque... a estrada é a mesma coisa, não adianta nada, porque a estrada não tem nada, só pois um nome lá na praça. Ela é uma unidade de conservação, ela não tem um patrulhamento, não tem nada de estrada parque. Não tem um plano de manejo, então ela não é nada, ela é uma estrada que recebeu uma denominação, que recebeu um nome que continua tudo no virtual. (PROPRIETÁRIO 7, informação verbal)<sup>43</sup>.

A estrada parque só tem o nome, num mudou nada, porque aqui ocê num sabe se é a prefeitura, se é o governo que manda ou se é o presidente da república que manda. (PROPRIETÁRIO 10, informação verbal)<sup>44</sup>.

Em pesquisa de campo realizada ao longo de 2017 e 2018 foi comprovada a fala dos proprietários, pois não foi observado nenhum aspecto visual diferenciador da rodovia, enquanto Estrada Parque, em comparação a outras rodovias não pavimentadas. O que efetivamente alterou, até o momento, foi um maior controle e monitoramento de impactos ambientais, de construções e uso para atividades econômicas. Porém ressalta-se que as possibilidades de uso de uma Estrada Parque, como a Transpantaneira, podem ir além do maior controle ambiental.

Turisticamente a rodovia poderia ser melhor aproveitada para o desenvolvimento de atividades e estruturas mais condizentes com o ambiente, especialmente para o desenvolvimento de educação e sensibilização ambiental. Na análise da fala dos entrevistados pode ser percebido um certo jogo de interesses em relação ao maior aproveitamento turístico da rodovia como Estrada Parque. Isso porque a rodovia é pública e por tal, caso o poder público invista em estruturas turísticas como torres de observação, pontos de parada para educação e interpretação ambiental e mesmo outras possibilidades que possam melhor utilizar a rodovia para o turismo isso poderia impactar no fluxo de visitantes das pousadas.

Assim, explica-se porque os empresários locais nos discursos e entrevista criticam o poder público sobre o mau uso da rodovia como Estrada Parque para o turismo, mas ao mesmo tempo oculta-se o interesse em mantê-la desestruturada,

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 06. **Entrevista 06.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 10. **Entrevista 10.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.



visto que o visitante, via agências e operadoras continuaria refém das estruturas oferecidas e atividades organizadas pelas pousadas. É uma visão um pouco limitada, pois como os próprios empresários afirmaram em entrevista mais de 99% dos visitantes são oriundos de outros países e de outros estados, o que implica em um deslocamento longo para o destino, sendo necessária a utilização de meios de hospedagem – que podem e oferecem muito mais opções do que a própria estrada poderia oferecer.

Dessa forma, caso houvesse um volume de passeios do tipo ‘bate e volta’, em que o visitante não utiliza de nenhum meio de hospedagem na destinação, isso seria ínfimo em comparação ao volume convencional de turistas nas pousadas das Transpantaneira, como será abordado mais adiante ao se apresentar os dados mais específicos coletados em campo.

A rodovia conta com uma sinalização deficiente, apesar da pavimentação bem conservada. Segundo os proprietários a conservação da pavimentação se dá por meio da Associação de Defesa do Pantanal – ADEPAN, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que reúne associados de diferentes áreas como hotelaria e turismo, fazendeiros e autônomos como guias de turismo. Segundo os entrevistados o governo do Estado repassa um montante de verba para a associação, que decide como será aplicada – normalmente na manutenção da pavimentação. Além disso, foi observado que as pontes originais de madeira estão sendo substituídas por pontes de concreto (Figura 25 e 26), visto que a manutenção e conservação das pontes originais tem um custo bastante elevado.

FIGURA 24 e FIGURA 25 – PONTES ORIGINAIS DE MADEIRA SENDO SUBSTITUÍDAS POR PONTES DE CONCRETO



FONTE: O autor (2018).

Apesar de implicar em uma certa descaracterização da paisagem pantaneira, a substituição das pontes de madeira por concreto é de aceitação geral, visto que todos os entrevistados afirmam ser favoráveis, pois tem facilitado o acesso de forma significativa.

Este capítulo apresentou algumas características mais específicas sobre a área de estudo, em especial discutindo como a região da Transpantaneira foi se formando e transformando a partir da construção da rodovia e da inserção do Turismo como alternativa produtiva. No capítulo seguinte, aprofunda-se a análise dos dados levantados em campo, seja por meio de observações, entrevistas ou fontes secundárias. Tais dados são interpretados à luz das discussões teóricas que estruturaram o trabalho, para que assim seja possível compreender um pouco mais sobre a influência do Turismo na transformação sócio espacial do Pantanal da Transpantaneira e seus efeitos no desenvolvimento local.





*Pantaneiro A:* — Mudou muita gente também pra cidade né? Tem hora que eu fico pensando no sítio onde nois morava.

*Pantaneiro B:* — Lá do lado do sítio lá onde ele morava a gente ia de a pé, montado, de charrete, quase não tinha carro.

*Pantaneiro A:* — A comunidade de Pedra Viva mesmo acabou.

*Pantaneiro B:* — é acabou, antigamente lá era um colégio, que fazia festinha dia de domingo, dia das mães.

*Pantaneiro A:* — Na época que morava Domingo, Nerin, Xá Dita ... aí cê vinha pra cá tinha dona Ibrisa, Firmino, pessoal de Dona Vicentina, aquela meninada, gurizada. Todo final de semana nois jogava bola. Agora o único que tá morano aí é só nós memo, não tem mais ninguém. Bastico comprô tudo. Também os mais véi acabô morreno né? E os filhos acabô tudo ino embora.

*(Diálogo pantaneiro)*

## **6 TURISMO, DESENVOLVIMENTO E OUTRAS DISCUSSÕES SOBRE O PANTANAL DA TRANSPANTANEIRA: AS CONTRADIÇÕES NO ÉDEN**

Este capítulo objetiva apresentar de forma específica dados e análises sobre a realidade turística do Pantanal da Transpantaneira, a partir da reflexão teórico-metodológica apresentada nos capítulos estruturantes desta tese. Ele está composto de quatro partes: a primeira apresenta alguns dados principais acerca dos empreendimentos de hospedagem, ou seja, das pousadas da Transpantaneira, inseridas em um processo histórico de transformação ou adequação da função de antigas fazendas criadoras de gado para um empreendimento que agrega o Turismo como atividade produtiva alternativa.

A segunda parte apresenta uma breve caracterização sobre o(a)s proprietário(a)s das pousadas, ou seja, os empreendedores e empreendedoras do Turismo identificados como F1, que são uma das forças que operam na dinamização do espaço pantaneiro; apresentando informações sobre a visão deste grupo social acerca do Turismo, da mão de obra local, do poder público e do próprio desenvolvimento da região, pelas vias do Turismo.

A terceira parte complementa a segunda, apresentando as características da segunda força operante na dinâmica turística do Pantanal, a F2, a força do(a)s trabalhadore(a)s dos meios de hospedagem, discutindo informações sobre a dinâmica de trabalho, as relações com o empregador e com o ambiente pantaneiro e também pontos de vista sobre as implicações do Turismo em suas vidas. A F3, ou a força do poder público é apresentada a partir da visão da F1 e da F2, que perfazem uma análise sobre a atuação do poder público local e os reflexos da implantação (ou não) de ações em prol do desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira.

A quarta parte apresenta a estruturação de alguns dados específicos acerca do desenvolvimento do Turismo na realidade do Pantanal da Transpantaneira. As informações coletadas em campo são combinadas com dados socioeconômicos da região (contidos no Capítulo 5) para estruturar uma Matriz de Periodização, em que se destacam os principais eventos e períodos da *démarche* do Turismo local, que são combinados com o Índice de Desenvolvimento Turístico Local, estruturado a partir de quatro variáveis: a ambiental, a social, a econômica e a cultural. Por fim, apresenta-se o posicionamento do destino turístico da Transpantaneira a partir do ciclo de vida das destinações turísticas proposto por Buttler (1980).

Ao final do capítulo foi possível estruturar uma Matriz do Posicionamento do Turismo da Transpantaneira, a partir do cruzamento dos dados anteriores, que responderá o questionamento inicial da tese: O Turismo como agente de desenvolvimento local para a Transpantaneira é uma realidade ou uma utopia?

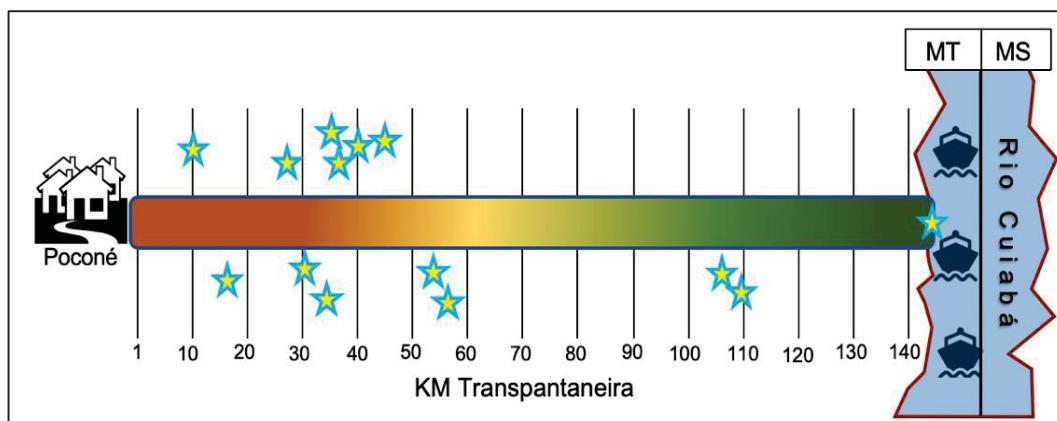
## 6.1 AS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA E A DINÂMICA TURÍSTICA

Das 14 pousadas operando de forma mais estruturada e contínua na região da Transpantaneira, 9 participaram da pesquisa de campo, em que se travou uma observação participante sobre suas estruturas, dinâmica de funcionamento e

levantamento de dados sobre o desenvolvimento turístico local, via entrevista com proprietários e proprietárias ou gestores dos empreendimentos, complementado com informações fornecidas por alguns funcionário(a)s.

Constatou-se que a rodovia Transpantaneira não é pavimentada, porém tem boa manutenção de sua conservação. A sinalização é deficiente, resumindo-se a poucas placas indicativas de algumas pousadas, sendo que apenas duas delas orientam sobre o cuidado com os animais silvestres. Nos quilômetros iniciais a rodovia é mais larga e a vegetação ciliar é menos densa, sendo possível uma melhor visualização do horizonte com as pastagens naturais, da concentração de animais e do acúmulo de água. Tal fato ajuda a explicar uma maior concentração de pousadas nos primeiros 60 quilômetros da rodovia, conforme Figura 27, que apresenta a distribuição das 14 pousadas identificadas.

FIGURA 26 – DISTRIBUIÇÃO DAS POUSADAS NA TRANSPANTANEIRA



Legenda:

	Distribuição das posadas
<b>MT / MS</b>	Limite de divisa política entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
	Zona de barco-hoteis
	Mudanças de cores em virtude da densidade da mata ciliar e visão do horizonte

FONTE: O autor (2017).

As 9 pousadas pesquisadas possuem mais de 13 anos de existência e a média de tempo de operação é de 25,1 anos. Ressalta-se que no final da década de 1980 e início de 1990 muitas começaram suas atividades devido a uma combinação de elementos, como a reestruturação econômica e política que o Brasil estava passando, discussões globais sobre sustentabilidade incentivando o investimento no ecoturismo e outras conjunturas nacionais e internacionais que

serão melhor destacadas na Matriz de Periodização apresentada mais adiante, neste capítulo.

A questão da concentração de terras já foi discutida em capítulo anterior, mas um dado reforça as informações sobre tal fato: o modo de aquisição das terras/propriedades - em que 66,7% são de herança e 33,7% foram compradas por empreendedores que não são da região. É possível que a concentração do meio de produção continue se perpetuando para o futuro, visto que as propriedades são passadas de geração a geração e não há nenhuma iniciativa de reordenamento do acesso à terra, como reforma agrária, por exemplo.

Segundo o(a)s proprietário(a)s, com a atividade turística se inserindo na Transpantaneira houve uma relativa valorização das terras, apesar do preço médio por hectare ainda ser baixo, se comparado a outras áreas de Mato Grosso<sup>45</sup>.

Entretanto, o que dificulta o acesso à terra na região, além da falta de uma política estruturada para tal fim, é que mesmo o valor por hectare não sendo alto, as propriedades só são comercializadas em grandes extensões, logo para um novo investidor ter acesso à terra, deverá desembolsar uma significativa quantia de dinheiro, pois pequenas porções não são comercializadas.

Sobre as atividades produtivas das fazendas, cinco das nove pesquisadas se dedicam exclusivamente ao Turismo e, algumas delas mantêm toda sua extensão para a preservação a fim de intensificar a concentração de fauna e flora. Outro(a)s proprietário(a)s afirmaram que mesmo possuindo criação de gado, o mesmo não é comercializado, sendo usado apenas para o consumo da pousada. Das outras propriedades que possuem atividades econômicas além do Turismo, uma se dedica à criação de gado, outra, além do gado, também cria cavalo pantaneiro para ser comercializado e mais duas alugam suas pastagens para terceiros desenvolverem a pecuária.

Dos quatro proprietários que possuem atividades alternativas ao Turismo, apenas um afirmou que a maior parte de sua renda não advém do Turismo, como se apresenta na transcrição de sua fala: “ultimamente eu tenho vivido mais da

---

<sup>45</sup> Segundo a FAMATO (2010), no município de Poconé em 2010 a média do Valor Total do Imóvel (VTI), que considera as benfeitorias mais a terra nua, era de R\$ 2.100,00 (1.193,00 dólares americanos em 2010) por hectare, ao passo que em outras regiões o mesmo VTI médio poderia ultrapassar os R\$ 5.000,00 (2.840,00 dólares americanos em 2010) por hectare – nas áreas de maior tradição agrícola.

pecuária do que do turismo, entendeu? A pecuária é aquele negócio, você numa crise do jeito que ‘tava’, entendeu? Você ficar aqui esperando o turista, agora não, pelo menos a gente tá com fixo, entendeu?” (PROPRIETÁRIO 7, informação verbal)<sup>46</sup>.

As atividades ofertadas são similares em todos os empreendimentos pesquisados, apenas alterando o foco de algumas pousadas. As principais atividades declaradas foram: passeio de barco, pesca esportiva, passeio a cavalo, passeio de bicicleta, trilhas, torre para observação de animais e paisagem pantaneira, safári fotográfico, focagem de animais com hábitos noturnos, observação de aves, observação de onças. Além disso, a maioria das pousadas possuem estrutura de piscina e salão de jogos, sendo que, segundo os entrevistados foi necessária a inserção dessas estruturas devido a uma demanda do público brasileiro por estruturas de lazer adicionais à natureza.

A princípio os bens ou as dádivas da natureza são gratuitos, porém, o Turismo – como uma das expressões da força do Capital – transforma os bens gratuitos, como a cultura e a natureza, por exemplo em mercadora, que tem valor. Harvey (2018, p. 107) esclarece que:

Eles somente continuarão a ser bens gratuitos se permanecerem comuns, não cercados e não sujeitos à apropriação prévia da renda pelos proprietários antes de liberar acesso aos bens da história, cultura e natureza, que, caso contrário, seriam gratuitos. [...] Embora possa ser justificada pelos custos de manutenção de acesso, essa taxa pode ser muito mais alta, fornecendo assim uma base para a extração de renda monopólica para o proprietário.

A extração de renda monopólica para o(a)s proprietário(a)s das pousadas da Transpantaneira ocorre quando os mesmos se apropriam dos recursos existentes, transformando-os em produtos turísticos para um determinado mercado consumidor definido.

O(a)s proprietário(a)s informaram que mais de 70% do público de seus empreendimentos é de estrangeiros, sendo que em algumas delas esse índice chega a mais de 95%, devido ao seu foco comercial (venda direta por operadoras especializadas nesse público). Apontaram ainda que existem diferenças marcantes

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

entre os dois públicos, no que tange à relação com a natureza, ao comportamento, à exigência de estruturas e ao objetivo das estadas e que, por conta dessa diferenciação, os empreendimentos acabam focando na demanda estrangeira.

A Capacidade Máxima Total de Hospedagem ( $C$ ) é de 688 hóspedes, sendo que a pousada com menor capacidade é de 30 e a de maior capacidade é de 150 hóspedes. O preço médio das diárias, nas pousadas é R\$ 412,5 (113,00 dólares americanos considerando o câmbio médio de 2018)<sup>47</sup>, por pessoa, aplicando as variações da alta e baixa temporada. Todas as pousadas incluem além da hospedagem, pensão completa (café da manhã, almoço e jantar) e, mais um passeio conduzido por condutores locais – normalmente passeio de barco ou trilhas.

Existe uma variação dos preços cobrados nas diárias, influenciado pelos tipos de estruturas, serviços, especialização, foco de público e localização da pousada (quanto mais distante do centro urbano, maiores os valores das diárias). Foi levantado que as pousadas cobram entre R\$ 250,00 (\$ 68,5) até R\$ 1.200,00 (\$ 328,8) por dia, por pessoa. Além disso, algumas delas só operam com o mínimo de 3 diárias.

O preço médio dos passeios oferecidos é de R\$ 100,00 (\$ 27,4) por pessoa, mas há, por exemplo o produto ‘observação de onça’ que chega a valer R\$ 1.200,00 (\$ 328,8) por pessoa, justificado, pelos proprietários, pelos custos de operação – que inclui traslado ao Rio Cuiabá, barcos equipados, guias especializados, refeições fora da estrutura da pousada e outras regalias mais.

A sazonalidade é bem marcada na região, como apresentado no Capítulo 5. Para melhor compreensão da dinâmica turística local e cruzamento dos dados, apresenta-se a Tabela 2 com a Taxa de Ocupação Média ( $T$ ) das pousadas pesquisadas, a Ocupação Média em Diárias ( $O$ ) e o Valor Médio ganho ( $Vm$ ) considerando a Taxa de Ocupação Média ( $T$ ) e o valor médio das diárias ( $v$ ) (R\$ 412,50), segundo informações do(a)s proprietário(a)s:

---

<sup>47</sup> Os dados apresentados em moeda brasileira e convertidos para dólar americano (\$), considerando o câmbio médio do ano da pesquisa – 2018 (\$1,00 = R\$ 3,65), a fim de facilitar a interpretação das informações.

TABELA 2 – ARRECADAÇÃO (POR DIÁRIAS APENAS) DAS POUSADAS CONSIDERANDO A TAXA DE OCUPAÇÃO

Mês	Taxa de Ocupação média (T)	Ocupação Média em diárias (O) $O = C \times T \times 30 \text{ dias}$	Valor médio ganho em R\$ (Vm) $Vm = O \times v$
Janeiro	10 %	2.064	R\$ 851.400,00
Fevereiro	20 %	4.128	R\$ 1.702.800,00
Março	30 %	6.192	R\$ 2.554.200,00
Abril	40 %	8.256	R\$ 3.405.600,00
Maio	50 %	10.320	R\$ 4.257.000,00
Junho	60 %	12.384	R\$ 5.108.400,00
Julho	70 %	14.448	R\$ 5.959.800,00
Agosto	90 %	18.576	R\$ 7.662.600,00
Setembro	90 %	18.576	R\$ 7.662.600,00
Outubro	70 %	14.448	R\$ 5.959.800,00
Novembro	50 %	10.320	R\$ 4.257.000,00
Dezembro	30 %	6.192	R\$ 2.554.200,00
<b>TOTAL</b>	-	125.904	R\$ 51.935.400,00
<b>MÉDIA ANUAL</b>	50,83%	10.492	R\$ 4.327.950,00

FONTE: O autor (2018).

**LEGENDA:**

C = Capacidade Máxima Total de Hospedagem (688 hospedagens).

T = Taxa média de ocupação por mês das pousadas.

O = Ocupação média em diárias, por mês, considerando a taxa mensal de ocupação média.

v = Valor médio das diárias (R\$ 412,50).

Vm = Valor médio de ganho em reais, por mês, considerando a ocupação média em diárias e o valor médio das diárias.

**Logo:** $O = (C \times T) \times 30 \text{ dias}$ . (Para fins de cálculo considera-se todos os meses com 30 dias) $Vm = O \times v$ 

A Tabela 2 apresenta o detalhamento da arrecadação das pousadas, considerando apenas as diárias, de acordo com a taxa de ocupação média informada para cada mês, por parte do(a)s proprietário(a)s. Existem outras fontes de arrecadação que não foram computadas nesta tabela, por falta de informações precisas, como: 1) passeios adicionais não incluídos nas diárias; 2) comercialização de produtos como alimentos extras e bebidas que não estão incluídas nas diárias; 3) venda de souvenirs, visto que a maioria das pousadas possuem uma loja de artesanato que também comercializa produtos como chapéus, roupas de proteção contra o sol e mosquitos, repelentes etc.; 4) *day use*, ou seja, a maioria das pousadas também oferece a possibilidade dos visitantes passarem o dia nas propriedades, sem o pernoite, mas incluindo um almoço, por exemplo; 5) venda de refeições avulsas para passantes, já que muitas pousadas abrem seus restaurantes para visitantes que desejam apenas consumir uma refeição – sobretudo o almoço.



Assim, essas e outras fontes de ingresso também compõem o volume de arrecadação das pousadas, mas não são detalhadas pois muito(a)s empresário(a)s não souberam precisar quanto isso representa para seus empreendimentos.

Historicamente, considera-se a alta temporada na região como sendo de quatro meses – período de seca, porém os empresários afirmaram que, nos últimos anos a alta temporada tem se ampliado um pouco mais, podendo ser considerada como de cinco meses, como se apresenta na Tabela 2, em que os meses de junho a outubro são os que possuem maiores taxas de ocupação geral.

Outro dado importante que a Tabela 2 apresenta é que existe um ingresso de quase 52 milhões de reais anuais na região, em nove pousadas pesquisadas, considerando apenas as hospedagens com o preço médio das diárias e taxa média de ocupação. Acredita-se que os ingressos oriundos do Turismo no Pantanal da Transpantaneira são bem superiores, visto que ficaram fora da pesquisa outras 5 pousadas e também os barco-hotéis que são comuns na região do Porto Jofre, no Rio Cuiabá.

Os barcos hotéis são grandes estruturas, a maioria delas luxuosa – são conhecidos no Pantanal como Chalanas –, atendem a um público bastante específico que é o pescador. Segundo o(a)s entrevistado(a)s, os pacotes de pesca atendem sobretudo turistas da região Sudeste, de alto poder aquisitivo e o preço médio do pacote é de R\$ 15.000,00, por pessoa. Somados a tudo isso, ainda existem os ganhos oriundos dos serviços de guiamento, transporte, agenciamento e operação que podem elevar substancialmente o preço do ‘produto’ final ao consumidor, assim como o volume de arrecadação total do Turismo na Transpantaneira.

O elevado preço do Turismo no Pantanal da Transpantaneira implica em algumas questões importantes a serem consideradas: a) não se trata de um Turismo de massa; b) existe um alto grau de especialização ou de segmentação, por demanda, representada sobretudo por turistas de pesca e ecoturistas; c) é um Turismo excludente visto que somente grupos de maior poder aquisitivo têm acesso à destinação; d) as relações dos turistas com o meio ambiente e com a cultura são ambíguas.

Sobre esse último aspecto, as relações com o meio ambiente e cultura local são ambíguas porque, segundo o(a)s empresário(a)s locais, o foco do turista no

Pantanal é a natureza, seja para a pesca ou mesmo para contemplação, deixando a questão cultural em segundo plano. Sobre o meio ambiente é interessante destacar que o público alvo da região é o de maior poder aquisitivo: de um lado as pousadas priorizam o ecoturista, representado pelo estrangeiro de meia idade que exige poucas adaptações estruturais e quer um maior contato com a natureza e, por tais serviços paga muito bem, por outro lado as pousadas próximas ao Rio Cuiabá e as Chalanas priorizam um outro público também de alto poder de compra, representado por brasileiros e estrangeiros, sobretudo homens, também de meia idade, que buscam a pesca como atividade principal.

Os dois públicos possuem perfis diferenciados, relações distintas com a natureza e, durante muito tempo, tinham seus espaços turísticos muito bem marcados na região. O território do ecoturista era a Transpantaneira e o território do pescador era o Rio Cuiabá. A partir de meados da década de 2000, o biólogo americano Charles Mun, que é proprietário de uma das pousadas da Transpantaneira lançou mundialmente uma nova atividade –, a observação de onças no Pantanal (WAHBA, 2012) – uma das atividades de maior destaque na atualidade turística da região. Isso vem se refletindo na especialização de guias de turismo, de pousadas e operadoras, algumas inclusive vendem os pacotes com a promessa de que caso o turista não veja nenhuma onça, o mesmo terá seu dinheiro devolvido.

Dessa maneira, cada vez mais os recursos naturais são usados pelo e para o Turismo, e, com o passar do tempo vão adquirindo novos usos pois, “dependem da avaliação capitalista dos potenciais valores de uso oferecidos, assim, os recursos naturais não são naturais e sim avaliações econômicas, técnicas, sociais e culturais dos elementos disponíveis na natureza”. (Harvey, 2018, p. 162).

Esses novos usos dos recursos naturais – pelo Turismo –, na Transpantaneira influencia em uma certa especialização das atividades, que antes eram marcadas sobretudo pela observação de aves, o que incluía apenas a região da rodovia. Porém a concentração dos felinos se dá em uma região mais distante da rodovia, sobretudo nas margens do Rio Cuiabá, que tradicionalmente é o território do pescador. Assim, tem aumentado significativamente o fluxo de ecoturistas, querendo observar a onça, na região do Rio Cuiabá. O sucesso do produto observação de onça associado a um descontrole do processo de

observação pode levar ao colapso do produto em curto prazo, como aponta o Entrevistado 7 (informação verbal)<sup>48</sup>:

[...] por isso que tá esse descontrole lá. Você chega pra vê uma onça tem 60 barco lá – 300 pessoas. Vai acabar esse turismo. O próprio turista tá vendo, isso aqui não é onça, é um gatinho que tá comendo. E o cara quer ver coisa solta, selvagem, entendeu? Agora ali, pô, a onça fica de tudo quanto é jeito, e não corre. [...] Eu nunca vi onça ficar olhando pra minha cara.

A existência de dois públicos de comportamento turístico diferentes usando um mesmo espaço – o rio – pode, em um futuro muito próximo, gerar alguns conflitos, pois o ecoturista precisa de silêncio, paciência e calma para tentar observar uma onça. Em contrapartida, o comportamento do pescador é diferente, pois exige uma maior circulação de barcos, sobretudo as canoas a motor, que sempre estão em busca dos melhores lugares para a pesca e, a movimentação não é silenciosa, o que também pode indicar um possível conflito naquele espaço devido aos diferentes usos do Rio Cuiabá, para o Turismo.

Voltando à questão das pousadas, questionados sobre o diferencial dos empreendimentos, dois entrevistados afirmaram ser a localização da pousada próxima a um rio, facilitando a operação dos passeios de barco. Outro afirmou ser sua estrutura adaptada para as questões da sustentabilidade ambiental. Para outro é a especialização no produto observação de onça. Há também a menção da individualização dos serviços, ou seja, a operação dos passeios é individualizada - ou exclusiva para cada hóspede; um outro mencionou que o diferencial é não existir televisão, pois o foco é o maior contato do visitante com a natureza. Outros dois proprietários afirmaram ser o ambiente, pois tenta-se manter a tipicidade de uma fazenda pantaneira, inclusive com a qualidade da refeição oferecida. E, por fim, um empresário afirmou que não existe diferencial, pois, “pousada é tudo igual, o que muda é só o dono.” (PROPRIETÁRIO 10, informação verbal)<sup>49</sup>.

Finalizando a caracterização dos empreendimentos e da dinâmica turística local, levantou-se que seis pousadas são de administração familiar e três de administração empresarial. As de administração familiar incluem parentes nas

---

<sup>48</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>49</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 10. **Entrevista 10**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

operações e a título de cálculo estes não foram incluídos na contagem de empregados, cujos dados serão apresentados mais adiante. Isso porque os familiares envolvidos possuem relação familiar e não formal com os empreendimentos, entendendo-se que a remuneração advém de lucros compartilhados e não de um salário fixo, o que reflete em condições de vida e trabalho diferentes das dos outros funcionários pesquisados.

O número total de empregados nas nove pousadas pesquisadas, das quatorze existentes é de 144, variando de 7 a 34 funcionários, dependendo do empreendimento. Os detalhes acerca dos trabalhadores e trabalhadoras como as relações de trabalho, a remuneração e o envolvimento com o Turismo local serão apresentados mais adiante em item específico que apresentará análises mais particulares sobre os mesmos.

## 6.2 A FORÇA DOS EMPRESÁRIOS E EMPRESÁRIAS DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA PARA O TURISMO LOCAL

Participaram da pesquisa 12 representantes de 9 pousadas pesquisadas ao longo da Transpantaneira, pois em um dos empreendimentos participou da entrevista o esposo com a esposa, opinando em conjunto e em outro empreendimento participou o casal proprietário e uma filha que atua como administradora do empreendimento. Em outras três pousadas quem participou das entrevistas foram os gerentes, representando os proprietários. Desse modo, a título de apresentação dos dados, os representantes das pousadas são tratados como Proprietários para uniformizar a análise dos referidos dados.

Sobre o perfil dos entrevistados, participaram cinco mulheres e sete homens, sendo que, desse total 10, são casado(a)s, um divorciado e um solteiro. Nove possuem Curso Superior completo e três têm como escolaridade máxima o Ensino Médio completo – nenhum deles possui formação em Turismo. A idade dos entrevistados varia de 31 a 68 anos, sete deles são da primeira geração a trabalhar com o Turismo e cinco são da segunda geração de empreendedores do Turismo. Sobre esse último dado, é perceptível que os empreendedores das décadas de 1970/80 e 90, que iniciaram as atividades, estão repassando as responsabilidades para filhos e netos, visto que é bastante comum o envolvimento de três gerações com o Turismo na região.

Por conta disso, tem havido na região uma certa evolução na forma de gerenciar os empreendimentos combinando a experiência e aprendizado dos percussores da atividade, com a melhor preparo acadêmico e mercadológico da segunda e terceira geração que começa a contribuir com a administração dos empreendimentos.

A respeito da administração dos empreendimentos e da dinâmica turística da Transpantaneira, o(a)s Proprietário(a)s foram unânimes em apontar algumas dificuldades e desafios que enfrentam. O primeiro deles refere-se aos altos custos operacionais para o Turismo na Transpantaneira, devido a deficiências no fornecimento de produtos e a dificuldade com mão de obra qualificada para o Turismo. Ressalta-se que muitos dos empreendedores aprenderam a operar com a atividade turística de forma intuitiva, através de erros e acertos, mas que a incursão dos filhos e netos nos negócios tem ajudado significativamente a entender melhor seus empreendimentos.

Sobre o fornecimento de produtos, tanto para a adequação e ampliação das propriedades, quanto para a operação diária da atividade de Turismo, como alimentos e bebidas, os proprietários comentam que a Transpantaneira facilitou significativamente a movimentação no Pantanal, diminuindo o tempo e a distância das propriedades em relação a Poconé. Porém, por se tratar de uma cidade ainda pouco desenvolvida, muitos produtos são mais caros ou precisam ser comprados da Capital. Logo, segundo os proprietários, o custo operacional do Turismo na Transpantaneira é alto, o que reflete também nos custos elevados dos serviços oferecidos.

Associado a isso, há a questão da mão de obra pouco qualificada que foi apontada como o principal desafio para a atividade turística na região. Dessa forma, apresentam-se algumas percepções desses proprietários e proprietárias entrevistado(a)s, acerca dos trabalhadores e trabalhadoras do Turismo na Transpantaneira.

Na tentativa de suavizar a falta de mão de obra qualificada, os proprietários preferem a contratação de funcionários pelo método de indicação, sobretudo de outros funcionários mais experientes. Assim, seis das nove pousadas pesquisadas contratam seus colaboradores por meio exclusivo de indicação, ao passo que apenas um proprietário apontou que usa de uma seleção (composta por análise de

currículo e entrevista) para a contratação dos colaboradores. Dois proprietários declararam que preferem o método misto, ou seja, primeiro recebem uma indicação e, em seguida, fazem a seleção com base em seus próprios critérios de contratação.

Interrogados sobre o que é mais problemático em relação aos profissionais do Turismo na Transpantaneira, o(a)s proprietário(a)s afirmaram ser a baixa qualificação profissional para o Turismo, o que implica em dificuldades de cumprimento de rotinas operacionais sistematizadas; a pouca experiência com o Turismo; e, ainda, a dificuldade com outros idiomas, sendo que, tudo isso associado às questões trabalhistas e salariais implica em alta rotatividade da mão de obra.

Sobre a questão da rotatividade dos profissionais de Turismo nas pousadas da Transpantaneira, Martins *et al* (2010), em um estudo realizado na região em 2009 apontam que:

Quanto ao tempo de trabalho 42 % dos colaboradores permanecem menos de 1 ano em cada empreendimento e 25% tem permanência média de 2 a 4 anos e outros 25% acima de 4 anos. [...] Os empresários são cientes das principais causas do *turnover*: sobrecarga de trabalho, instabilidade e insegurança, custos trabalhistas, e principalmente a baixa qualidade nos serviços, porém não assumem que uma empresa que investe na equipe de colaboradores, agrega valor a seu produto de forma indireta, aumentando o poder de competitividade do destino no mercado.

Sobre as dificuldades em relação à qualificação profissional do(a)s trabalhadore(a)s do Turismo na Transpantaneira, o Proprietário 9 comenta que “a mão de obra é bem frágil, bem fraca, porque em Poconé não tem mão de obra qualificada. É falta de profissionalismo mesmo, e isso é em toda a região aqui” (informação verbal)<sup>50</sup> e, o Proprietário 7, completa: “mão de obra na região é difícilima, eu tô com uma menina que eu importei de Cuiabá ontem”. (informação verbal)<sup>51</sup>.

De forma geral os proprietários comentam que a falta de qualificação se deve ao pouco investimento para tal fim por parte do poder público, porém a maioria afirmou que, somado ao baixo investimento público em qualificação, existe uma

<sup>50</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 09. **Entrevista 09**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

questão cultural, o que expressa a ideia de que os trabalhadores e trabalhadoras da região não gostam de trabalhar ou não querem aprender a trabalhar, conforme o que se espera deles, pelo e para o Turismo, como apontam os relatos apresentados a seguir:

- É da cultura pantaneira, há pessoas mais tímidas, mais recatada, ela tem mais dificuldade. (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>52</sup>.
- A cultura local é muito pobre. (PROPRIETÁRIO 2, informação verbal)<sup>53</sup>
- O pessoal de Poconé é mais ogro, né? Eles são meio ogro e veem uma certa dificuldade de voltar a querer aprender. Não têm paciência. Muitas vezes não entende né, começa a falar e começa a se perder no raciocínio. Tem dificuldade e teimosia, não entende aquilo ou esquece do foco, perde o foco. (PROPRIETÁRIO3, informação verbal)<sup>54</sup>
- Porque é muito mais fácil você receber uma bolsa família, do que você trabalhar, bolsa escola, bolsa não sei o quê. Aí ninguém trabalha. Outra coisa, você pega um jovem, um jovem não pode trabalhar, aí ele fica na dependência do pai, do avô ou d avó que é aposentado. (PROPRIETÁRIO 7, informação verbal)<sup>55</sup>

A baixa qualificação dos profissionais de Turismo das pousadas, apontada pelos empresários, se justifica sim por poucas ações públicas para tal fim na região, porém as ações públicas normalmente são estruturadas por demanda, ou seja, os empresários locais – por ainda não se entenderem como um grupo unido, muito menos como classe, que pode provocar tais demandas – acabam caindo no velho discurso de que é da cultura do povo não querer trabalhar, inclusive gerando relatos bastante preconceituosos, tanto de empresários que são pantaneiros como também daqueles que possuem uma formação histórico-cultural de outras regiões do Brasil, mas que estão operando com o Turismo local.

Além disso, o turismo é uma atividade relativamente recente na região, pois está presente há pouco mais de 40 anos, ao passo que a pecuária tradicional no Pantanal tem quase 300 anos. Como se sabe, a maioria das pousadas foi se estruturando para receber o turista e, talvez, o empresário, pela força do capital,

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>53</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 02. **Entrevista 02.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 03. **Entrevista 03.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>55</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.



tenha se adaptado melhor ou mais rápido às exigências mercadológicas demandadas pela atividade, afinal era necessário aproveitar o momento do Turismo como alternativa produtiva, pois o lucro da pecuária já não era tão expressivo assim, visto que outras regiões de Mato Grosso estavam produzindo com mais eficiência e menos custos.

Assim, o(a) proprietário(a), que também é um empresário(a), adaptou suas estruturas, inserindo-se no mercado e, mesmo com pouca ou nenhuma experiência conseguiu estruturar seus empreendimentos para o Turismo.

Já o profissional das fazendas ou o mesmo morador da cidade, que foi contratado para trabalhar com o Turismo, demorou um pouco mais para se inserir na atividade, não por uma questão cultural como afirmam os proprietários, mas sim por conta de fatores alheios à própria vontade: como e onde aprender a trabalhar com o Turismo?, porque, devido à falta de alternativas, o Turismo representa uma das poucas oportunidades de ganho de vida, logo as escolhas do trabalhador são significativamente limitadas.

As condições das pessoas que comporiam a massa de trabalhadores das pousadas permitiam e permitem que pudessem e possam exercer uma profissão de forma competente, como o mercado turístico estava e está exigindo? A começar pelos próprios índices de educação, que nas décadas de 1980 e 1990 (quando o Turismo se estruturou no Pantanal) não era dos mais satisfatórios. Outras conjunturas econômicas, sociais, políticas também se associam para explicar as dificuldades dos moradores locais de se prepararem para a atividade turística.

O discurso da cultura da preguiça não se sustenta, pois, vários trabalhadores entrevistados relataram que aprenderam sozinhos a se comunicar em outra língua, e que aprendem diariamente outras atividades, exercendo suas tarefas. O(a)s proprietário(a)s afirmam que investem pouco na qualificação, pois quando um colaborador está bem qualificado logo ele deixa o emprego em busca de um local melhor.

Mas, é assim que funciona a dinâmica humana, a busca por melhores condições de vida – que passa pelo trabalho – é inerente ao próprio ser humano que quanto mais instruído, melhor está preparado para perceber os desajustes, as injustiças e as desigualdades existentes no contexto em que está inserido, portanto, permanecer inerte não é uma possibilidade.

A lógica do empresário local ainda é de manter um funcionário com pouca qualificação, para não correr o risco de perdê-lo para outro empreendimento, assim, eximindo-se da responsabilidade, transferindo-a para o poder público, e o mais trágico, para a falta de vontade da população local, um deliberado argumento baseado na naturalização dos fatos sociais, que Souza, Villela e Soares (2014, p. 423) explicam que:

A naturalização de fatos sociais pode ser descrita como comportando três movimentos: num primeiro, um grupo pretende obter privilégios em relação a outro; num segundo, é acionada uma estratégia de desqualificação do sujeito, a partir da escolha arbitrária de alguma característica corporal como marca da sua insuficiência; num terceiro, esta característica é apontada como causa da insuficiência, de tal modo que o sujeito se torna inexoravelmente situado numa posição de inferioridade.

O mesmo discurso baseado na naturalização dos fatos sociais a respeito da qualificação dos trabalhadores do Turismo da Transpantaneira também se estende à impressão dos proprietários acerca dos aspectos positivos dos funcionários, como apontado nos relatos transcritos:

- Por eles serem pantaneiros, eles gostam do que fazem, então eles estão num ambiente pantaneiro, já veio desse ambiente já mais de fazenda, mas hoje eles estão nesse meio ambiente também junto com os turistas que eles podem conversar, entreter, trocar experiências” (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>56</sup>
- A cultura nossa daqui a pessoa não gosta muito de ler, mas ela sabe fazer. (PROPRIETÁRIO 2, informação verbal)<sup>57</sup>

Além dos aspectos apresentados pelos dois proprietários acima, os outros entrevistados destacaram como ponto positivo da mão de obra, o fato de serem comprometidos com o trabalho, inclusive um proprietário enfatizou a disponibilidade de seus funcionários no atendimento aos visitantes em qualquer horário como sendo o aspecto mais positivo. Existe uma contradição nos argumentos dos empresários, que expressam que o problema da pouca qualificação também se associa à questão cultural, mas que essa mesma questão cultural é também o que há de mais positivo na mão de obra.

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 02. **Entrevista 02**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

Logo a questão da qualificação está relacionada verdadeiramente com a falta de oportunidade para os profissionais se qualificarem e não com a disponibilidade e vontade dos mesmos em executar suas funções – aliás, a questão da definição de funções implica também nas rotinas de trabalho, visto que a maioria dos trabalhadores da Transpantaneira não possui função definida, sendo necessário assumir atividades diversas dentro do ambiente de trabalho, como será destacado mais adiante ao se apresentar o perfil dos trabalhadores do Turismo da Transpantaneira.

Questionados sobre a participação dos funcionários em cursos de qualificação relacionados ao Turismo, os funcionários de cinco pousadas nunca participaram de nenhum treinamento ou curso de qualificação e capacitação profissional. Em quatro pousadas, já foi possibilitada, aos trabalhadores, alguma capacitação em Turismo, com destaque para cursos de inglês, primeiros socorros, atendimento ao turista, conhecimento sobre pássaros do Pantanal e manipulação de alimentos e bebidas.

A possibilidade de os colaboradores participarem de programas de qualificação profissional, demandados pelos empresários, com o apoio do poder público, poderia melhorar a qualidade dos serviços prestados, derrubando de vez o mito da cultura da preguiça, porém, há que se ponderar: funcionário melhor qualificado exige melhores condições de trabalho e salários mais justos. Seriam de interesse do empresariado local essas duas consequências imediatas a uma melhoria da qualificação profissional local?

### 6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA: AÇÕES E IMPRESSÕES

Tendo o objetivo de investigar os principais efeitos das políticas públicas de Turismo para a região da Transpantaneira, a estratégia utilizada foi a busca por documentos e relatórios oficiais dos órgãos públicos responsáveis, como a prefeitura de Poconé e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso - SEDEC, responsável pela pasta de Turismo.

Após serem identificados os principais programas e planos públicos relacionados ao Turismo na Transpantaneira, procedeu-se a uma entrevista semiestruturada com os responsáveis pelas ações na região, sendo um técnico da

secretaria municipal (APÊNDICE E), e um técnico da secretaria estadual (APÊNDICE F), este último, responsável pela aplicação do Programa de Regionalização do Turismo em Mato Grosso, a partir do qual, outras ações são (ou deveriam ser) planejadas em nível regional e local.

Durante as entrevistas com os proprietários locais, foi solicitado que eles estabelecessem uma avaliação sobre a atuação do poder público na Transpantaneira, pontuando as principais ações percebidas para a melhoria do Turismo local. Dessa forma, primeiro, será apresentado o que foi levantado junto aos órgãos públicos municipal e estadual e, por fim, a percepção do(a)s empresário(a)s/proprietário(a)s locais sobre os planos, programas, projetos e ações em prol do desenvolvimento turístico no Pantanal da Transpantaneira.

### **6.3.1 A F3 operando (ou não) no ordenamento do espaço turístico da Transpantaneira**

O representante da Secretaria de Turismo Municipal de Poconé (informação verbal)<sup>58</sup> explicou que existe uma boa interlocução com a Secretaria de Estado para o desenvolvimento de ações em prol do Turismo, mas que tem percebido uma estagnação destas, nos últimos anos, devido ao momento político e econômico que o Brasil tem passado.

Ainda de acordo com o representante da secretaria do município, a pasta de Turismo tem cumprido apenas com o básico demandado, visto que existe dificuldade orçamentária da secretaria, que além do Turismo, também é responsável pela Cultura.

Por fim, o entrevistado apontou as principais ações – todas em forma de lei ou portaria, em prol do Turismo na região da Transpantaneira, promulgadas nos últimos anos e apresentadas no Quadro 7:

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida por PODER PÚBLICO MUNICIPAL, 01. **Entrevista 45**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

QUADRO 7 – RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES MUNICIPAIS, DE POCONÉ, EM PROL DO  
TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Continua)

ANO	LEI OU PORTARIA	RESUMO DO CONTEÚDO
2003	Lei n. 1.316 de 01 de setembro de 2003. Cria e obriga a expedição do voucher único pelas agências de turismo no âmbito do município de Poconé/MT	Cria o voucher padronizado para uso obrigatório das agências de turismo de Poconé. O voucher seria oferecido gratuitamente pela então Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. Todos os proprietários de atrativos são obrigados a exigir a expedição do voucher. Semanalmente era necessário a prestação de contas da emissão dos vouchers na Coordenadoria Tributária da Prefeitura Municipal.
2009	Lei n. 1.538 de 03 de agosto de 2009. Altera a Lei n. 1.316 de 01 de setembro de 2003, que cria e obriga a expedição do voucher único pelas agências de turismo no âmbito do município de Poconé/MT	Amplia a obrigatoriedade do uso do voucher único para além das agências de turismo, os hotéis, as pousadas os locais de camping, visitação e similares, postos fiscais de orientação ambiental. A não utilização do voucher caracterizará crime de sonegação fiscal. Cria-se no âmbito do município a taxa de turismo e orientação ambiental, no valor de 1 (uma) Unidade Padrão Fiscal do Município, por pessoa, por permanência na área visitada. Destinando 30% para a manutenção dos postos fiscais, 40% para o fundo municipal de turismo e 30% para a secretaria municipal de saúde.
2009	Lei n. 1.553 de 07 de dezembro de 2009. Cria a Taxa de Conservação Ecológica, instituída pelo Código Tributário de Poconé.	Institui o código Tributário de Poconé e dentre várias medidas, cria a Taxa de Conservação Ecológica do município.
2010	Lei n. 1.588 de 01 de outubro de 2010. Altera a lei n. 1.538 de 03 de agosto de 2009 que trata do voucher único turístico para adequação à lei n. 1.553 de 07 de dezembro de 2009 – código municipal tributário e dá outras providências.	Amplia a responsabilidade de todos os organismos mencionados na lei anterior para exigir a apresentação do voucher, com o pagamento da Taxa de Conservação Ecológica, no valor de 1 (uma) Unidade Padrão Fiscal do Município, por pessoa, durante a permanência do visitante dentro da área de jurisdição do município. No caso de Day use, a taxa é reduzida pela metade. Destinando 70% para o fundo municipal de turismo e 30% para a secretaria municipal de saúde.
2013	Portaria n. 261 de 2013. Nomeia os membros do conselho Municipal de Turismo de Poconé e dá outras providências.	Os membros nomeados são: Secretária Municipal de Turismo, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Chefe de Gabinete, Diretor de Turismo, Assessora Técnica de Meio Ambiente, Diretora de Meio Ambiente, 02 vereadores, 02 representantes da hotelaria, bares e restaurantes, 02 representantes de movimentos comunitários, 02 representantes do setor turístico, 02 artesãos, 02 representantes de operação turística (agência e condutor)

QUADRO 7 – RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES MUNICIPAIS, DE POCONÉ, EM PROL DO  
TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Conclusão)

2017	Lei n. 1.869 de 07 de novembro de 2017. Institui a taxa de turismo sustentável cobrada em razão da utilização da infraestrutura física implantada e do acesso ao patrimônio natural e histórico do município de Poconé, estado de Mato Grosso e dá outras providências.	Institui-se a taxa de Turismo Sustentável para implantação de infraestrutura física nas áreas turísticas. São isentos da taxa os munícipes, proprietários e possuidores de imóveis situados nas áreas turísticas; crianças e idosos (sob forma da lei); portadores de necessidades especiais; funcionários e proprietários de estabelecimento turísticos do município; agentes administrativos no exercício da profissão. O valor da taxa é de 8% da Unidade de Padrão Fiscal do município. A responsabilidade de recolhimento e prestação de contas é dos estabelecimentos turísticos e a fiscalização é dos agentes administrativos do município. Institui-se também as penalidades pelo descumprimento da lei, como multas e juros. A destinação da arrecadação é de 50% para a administração Municipal e 50% para o Fundo Municipal de Turismo.
------	---	---

FONTE: Adaptado de PREFEITURA DE POCONÉ (2018).

A partir da interpretação das ações, em forma de leis do município de Poconé, percebe-se que há uma tentativa de organização e controle do processo de visitação dos atrativos da Transpantaneira. Em 2003, foi criado o voucher único, sendo as agências de turismo responsabilizadas pela emissão e prestação de contas com a prefeitura. Em 2009, foi ampliada a responsabilidade de emissão e controle do voucher para outros meios de hospedagens e locais de visitação turística, além disso, foi instituída a Taxa de Turismo e Orientação Ambiental, que visava operacionalizar a cobrança de R\$ 83,51 - valor de uma Unidade Padrão Fiscal do município de Poconé (em 2009), e, 30% da arrecadação seria destinada à manutenção de postos fiscais, 30% à Secretaria Municipal de Saúde e 40% ao Fundo Municipal de Turismo; no mesmo ano a taxa é renomeada para Taxa de Conservação Ecológica, vinculando-a ao Código Tributário de Poconé. Em 2010 foi alterada a destinação da arrecadação do tributo, passando a ser destinado à Secretaria Municipal de Saúde - 30%, e para o Fundo Municipal de Turismo - 70%.

Segundo relato do(a)s proprietário(a)s e do técnico municipal da pasta de Turismo, de 2003 a 2010 as ações propostas não passaram de tentativa visto que sua operacionalização nunca foi efetivada. Primeiro, pela falta de adesão dos empresários locais e, segundo, pela inexistente estrutura de fiscalização – a cargo

do município –, com poucos recursos destinados à então Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Salienta-se que o modelo do voucher único sempre foi discutido para a realidade de Mato Grosso, desde o final da década de 1990, motivado pelo sucesso do estado vizinho – Mato Grosso do Sul –, especialmente na região de Bonito, onde a implantação do voucher único obteve relativo sucesso, justamente pela forma que foi planejado e implantado, tendo a participação mais efetiva do empresariado e do poder público local, visando um maior controle dos atrativos visitados e, ao mesmo tempo objetivando aumentar a arrecadação municipal para o Turismo.

Para Mato Grosso, além da região da Transpantaneira outras destinações turísticas, como Chapada dos Guimarães, também tentam implantar o modelo trazido de Mato Grosso do Sul. A ideia foi apresentada por uma empresa privada, aos empresários e ao poder público local com a promessa de resolver vários problemas do controle de visitação e arrecadação, de operação turística e de atuação profissional (especialmente tentando induzir a regularização de guias de turismo clandestinos).

Em Mato Grosso, a ação não obteve os resultados esperados, visto que os proprietários das 9 pousadas pesquisadas afirmaram que a operacionalização, de fato, nunca aconteceu, resumindo-se somente a algumas tentativas, sem sucesso.

Entendendo que a maior dificuldade da Região da Transpantaneira era a baixa adesão dos empresários locais, foi estruturado, em 2013, o Conselho Municipal de Turismo, seguindo as orientações do Governo do Estado e do próprio Ministério do Turismo, que apregoavam a necessidade de uma maior organização da governança local para o Turismo, sendo necessária a participação conjunta do poder público, empresários e profissionais nas decisões locais para o Turismo e, assim, foi constituído o conselho com representantes públicos, privados e comunidade.

Desde 2010, foram iniciadas algumas propostas de melhor organização do Turismo local, especialmente por conta da preparação do destino para um possível aumento de visitantes esperado para a Copa do Mundo FIFA de Futebol em 2014 e Olimpíadas em 2016.

No período de 2013 a 2016, o poder público e os empresários locais focaram na divulgação do Pantanal no exterior, vinculando a imagem da região aos



dois eventos, visto que a capital – Cuiabá, foi escolhida como uma das 14 cidades sede de alguns jogos da Copa do Mundo de Futebol. Sobre esse assunto, o Proprietário 12 (informação verbal)<sup>59</sup>, afirmou que 2015 foi um ano muito bom, no que diz respeito ao fluxo de visitantes estrangeiros, e atribui isso à divulgação do Pantanal, por ocasião da Copa FIFA de 2014.

Confirmando os investimentos em divulgação por ocasião do evento, o Proprietário 1 (informação verbal)<sup>60</sup> declarou que “na Copa a gente viu que teve um investimento bem maior por parte do governo no marketing e teve uma boa repercussão no ano pós Copa e Olimpíadas; 2015 e 2017 bombou”. O empresário atribuiu a visitação maior nos anos seguintes aos eventos por conta da mídia do próprio evento e não pelos visitantes do evento em si os quais, segundo ele, não consomem o tipo de turismo oferecido no Pantanal.

Já o Proprietário 7 (informação verbal)<sup>61</sup> tem uma opinião contrária pois declara que “na época da Copa o governo do estado precisava de nós e nós fomos enganado por eles, porque eles só queriam dinheiro e fazer obra de estádio. Táí essas ponte aí, são da Copa do Pantanal, terminou? Já passou outra Copa e não terminou, cumpade, entendeu?”

O(a) proprietário(a) se refere à substituição das pontes de madeira por pontes de concreto, o que, segundo ele/ela, era uma ação prometida pelo Governo do Estado de Mato Grosso para se concretizar antes da Copa de 2014, e até o ano de 2018 apenas 32 das 119 pontes de madeira foram substituídas pelas de concreto. Sobre o assunto, vários entrevistados lançaram dúvida, através de conversa informal durante as entrevistas, que a substituição das pontes de madeira, por concreto, foi efetivada apenas até determinado trecho da rodovia, justamente onde se localiza uma pousada que pertence à família do então Secretário Adjunto de Turismo do Estado. Não é o objeto principal de análise as questões estruturais da Transpantaneira, mas o Governo de Mato Grosso justifica que as verbas originais, em parceria com o Governo Federal, não foram liberadas em totalidade, sendo possível a substituição de apenas 32 pontes, e que havia a previsão de

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 12. **Entrevista 12**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>61</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

continuidade das obras para os próximos anos, fato esse, que foi comprovado durante a pesquisa de campo, pois outras pontes de concreto estavam sendo construídas em 2018.

Sobre os efeitos da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas para a realidade da Transpantaneira o Proprietário 1 (informação verbal)<sup>62</sup> avalia que:

A gente está mais visto, com a Copa do mundo e o slogan Copa do Pantanal a Embratur e a Secretaria de Turismo (do estado) está tentando integrar o Centro Oeste para turismo, como o programa Brasil Central do SEBRAE, que acho que é parecido com esse da roteirização, acho que o Pantanal está sendo mais visto, pois no próprio projeto do Brasil Central, o Mato Grosso foi o mais visto, Chapada acho que nem filmou lá, filmou Bonito no MS, o Pantanal de MT, é uma forma de buscar mais cliente, de mostrar mais o que nós temos de melhor, pro Brasil e pro pessoal de fora.

Ainda sobre as ações do município de Poconé para o desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira, em 2017 uma nova lei municipal foi elaborada implantando a Taxa de Turismo Sustentável, que nada mais foi que a tentativa de implementar as antigas taxas que não tiveram sucesso. A ideia do voucher único parece estar suspensa, pois o representante da secretaria de Turismo afirmou que a lei existe, mas não é cumprida e não há, no momento, capacidade técnico-administrativa para a fiscalização. O(a)s proprietário(a)s também confirmaram que não trabalham com o voucher único e que não existe o controle do município sobre o número e tipo de visitantes, ficando a cargo de cada estabelecimento efetivar seus próprios meios de organização da visita – que se dá exclusivamente pela capacidade de carga de cada pousada em hospedar os turistas.

Com relação à cobrança da Taxa de Turismo Sustentável foi fixado o valor de R\$ 8,58 (\$2,35), correspondente a 8% do valor da Unidade Padrão Fiscal do Município. De acordo com as entrevistas, constatou-se que há algumas divergências a respeito da cobrança da taxa, por parte dos empresários, como apresentado na transcrição da fala de alguns/algumas dele(a)s:

Hoje o conselho está atuante, está bem forte no município, estamos conseguindo recolher a taxa de turismo, que é uma lei aprovada desde 2003 e, em 2017 ela foi instalada pelo prefeito, está sendo instalada no momento e está sendo acolhida, está sendo bem aceita e é um dinheiro

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

que vai ser investido tudo para o turismo, — não, desculpe —, 50% vai pro fundo do turismo e 50% vai pra estrutura do município tipo saúde, educação, projetos escolares e tudo mais. Está engatinhando ainda, mas precisamos melhorar isso mais, pra que a gente faça isso com transparência. (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>63</sup>.

Agora implantaram a taxa de turismo, e tão vendo como é que vai fazer isso aí, porque a gente já tá recolhendo e não sabe como vai fazer pra pagar, porque está tendo duplicidade de tributação né? A gente tá pagando o imposto duas vezes. Aí a gente tá querendo resolver isso aí com eles, inclusive a arrecadação do mês passado a gente arrecadou, eu meio que segurei pra conversar com o secretário. Essa taxa é municipal, mas que até hoje que teve alguma melhoria, algum investimento municipal, não teve — em questão de divulgação, por exemplo, não teve. (PROPRIETÁRIO 5, informação verbal)<sup>64</sup>.

Eles, o pessoal da prefeitura, querem que a gente cobra do turista, eu acho supererrado, eu não sou funcionária da prefeitura. Ou tem que pedir pra agência cobrar ou colocar em algum lugar cobrano. Aí o cara vai pagar no cartão e você vai cobrar e pagar a taxa. Quem garante que você tá recebendo do turista e tá repassando? (PROPRIETÁRIO 8, informação verbal)<sup>65</sup>.

Eles inventaram essa taxa de turismo sustentável e ninguém quer pagar, porque você não tem nada, se você furar um pneu no meio da estrada, não tem socorro, não tem nada. Isso aí é mais um dinheiro pro bolso dos vereadores e do prefeito. Eu num tô pagano não e nem to cobrano do cliente não. Se eles quiserem eles abrem um negócio lá pra eles cobrarem. Não sou funcionário da prefeitura pra cobrar. (PROPRIETÁRIO 10, informação verbal)<sup>66</sup>.

Como pode ser percebido, pelos relatos do(a)s empresário(a)s, alguns se posicionam a favor, em especial aqueles que são membros do Conselho Municipal de Turismo, visto que foi uma demanda do próprio conselho. Já outros empresários são contra a cobrança da taxa alegando que a responsabilidade da cobrança não deveria ser das pousadas e que o município deveria desenvolver mecanismos próprios de cobrança, sobretudo através do posto fiscal localizado no início da Rodovia (Figura 2). Além disso, as declarações deixam transparecer que não há uma unanimidade sobre a cobrança ou a forma da cobrança da mesma e, que, efetivamente, não sentiram nenhum efeito da cobrança da taxa.

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 05. **Entrevista 05**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>65</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 08. **Entrevista 08**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>66</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 10. **Entrevista 10**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

FIGURA 27 – PÓRTICO DE ENTRADA E POSTO FISCAL DA TRANSPANTANEIRA



FONTE: O autor (2018).

Existem dois discursos muito bem marcados – aqueles que são a favor e aqueles que são contra, e inclusive aqueles que são contra usam nas declarações a mesma expressão: “eu não sou funcionário da prefeitura”. Hipoteticamente isso se explica por: a) desunião dos empresários que não participam de forma igual do processo decisório; b) falta de transparência no processo de investimento dos valores arrecadados; c) falta de clareza nos mecanismos de cobrança, ou seja melhor orientação aos empresários sobre como deve ser feito o recolhimento e o pagamento das taxas para a prefeitura.

Analisando a fala do(a)s proprietário(a)s acredita-se que há uma combinação dos três fatores acima citados, visto que o destino Transpantaneira ainda é um espaço marcado pela competição entre o(a)s proprietário(a)s, que ainda não se entendem como classe, como aponta o Proprietário 1 (informação verbal)<sup>67</sup>: “Nós tínhamos uma associação das pousadas, mas ela foi extinta, mas a gente tem um grupo de *WhatsApp* que a gente se fala”.

O resultando dessa falta de coesão é a inexistência de bom número de estratégias conjuntas, para que o destino como um todo seja mais competitivo, tanto em nível nacional quanto em nível internacional, como aponta o Proprietário 4 (informação verbal)<sup>68</sup>:

<sup>67</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>68</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 04. **Entrevista 04**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

Eu acho que é uma concorrência desleal, mas a gente tem bom relacionamento com todos eles [pousadas], e já aconteceu muitas vezes de turistas chegarem aqui e dizerem: ué vocês estão funcionando? Porque eu passei na pousada tal e disseram que vocês estavam fechados. Eu acho que tinha que ter uma parceria diferente, uma mão lava a outra, não precisava um querendo ficar puxando o tapete do outro.

Sobre as ações públicas do governo estadual para a Transpantaneira, o representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico – SEDEC (informação verbal)<sup>69</sup> afirmou que as estratégias da pasta de Turismo estão resumidas na aplicação e adequação do Programa de Regionalização do Turismo em Mato Grosso e que, para a Transpantaneira, o governo tem apoiado as iniciativas da prefeitura e as ações isoladas desenvolvidas pelo SEBRAE-MT. Além disso, há dificuldades operacionais para o acompanhamento do desenvolvimento do Turismo na região da Transpantaneira, sendo que os dados disponibilizados pela secretaria estão mais concentrados sobre a região metropolitana de Cuiabá, especialmente sobre o embarque e desembarque de viajantes no aeroporto da Capital (que fica no município vizinho – Várzea Grande) e sobre a ocupação hoteleira de algumas regiões e eventos que são realizados em Cuiabá.

O Programa de Regionalização do Turismo é uma política focada no desenvolvimento regional, instituído pela Política Nacional de Turismo - PNT, estabelecida pela lei 11.771/2008. Segundo o Ministério do Turismo – MTur (2017, s/p):

Embasando-se em recomendações da Organização Mundial de Turismo, o Ministério do Turismo adotou em 2004 essa política focada no desenvolvimento regional, dando maior protagonismo às Unidades da Federação. O Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros. **Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País.**

O Programa possui oito eixos de atuação, que são: 1) Gestão Descentralizada do Turismo; 2) Planejamento e posicionamento de mercado; 3) Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; 4)

---

<sup>69</sup> Entrevista concedida por TÉCNICO DE TURISMO/SEDEC MT, 01. **Entrevista 46.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

Empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; 5) Infraestrutura turística; 6) Informação ao turista; 7) Promoção e apoio à comercialização; e, 8) Monitoramento. Ainda segundo o MTur (2017), o Programa encontra-se em uma fase de mapeamento e categorização dos municípios para a formação de gestores públicos para em seguida, proceder com o fomento à regionalização apoiando os projetos dos estados e municípios para desenvolverem o Turismo e também formando uma rede de interlocutores de todas as regiões para troca de experiências e, por fim, estruturar um monitoramento sobre como cada região poderá estabelecer suas estratégias próprias de desenvolvimento.

Segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico – SEDEC MT, Mato Grosso já passou pelo processo de mapeamento das regiões turísticas e de categorização dos municípios, compondo assim o Mapa do Turismo Brasileiro<sup>70</sup>. Indagado sobre algum efeito concreto do Programa de Regionalização para alguma região turística de Mato Grosso, o Técnico da SEDEC MT, (informação verbal)<sup>71</sup> respondeu:

O Programa de Regionalização do Turismo tem foco territorial, e ocorre por meio de um processo compartilhado e descentralizado, tendo como ferramenta norteadora o Mapa do Turismo Brasileiro, atualizado a cada 02 (dois) anos. Para que os municípios e regiões turísticas integrem a iniciativa, necessitam cumprir critérios obrigatórios exigidos pelo Ministério do Turismo, em consonância com as Unidades da Federação, o que impulsiona mudanças benéficas na gestão do turismo. Para o processo de atualização que ocorre neste primeiro semestre de 2019, os municípios e regiões devem atender os critérios determinados pela Portaria MTur nº 192/2018.

Sobre o papel da Secretaria Estadual de Turismo, adjunta à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na aplicação do Programa de Regionalização, o Técnico da SEDEC MT (informação verbal)<sup>72</sup>, esclareceu que a secretaria estadual “é a responsável pela interlocução do Programa de Regionalização em Mato Grosso. Ou seja, todo processo de definição e acompanhamento do Mapa do

---

<sup>70</sup> Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>

<sup>71</sup> Entrevista concedida por TÉCNICO DE TURISMO/SEDEC MT, 01. **Entrevista 46.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>72</sup> Entrevista concedida por TÉCNICO DE TURISMO/SEDEC MT, 01. **Entrevista 46.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.



Turismo no âmbito estadual é realizado pela Pasta, atendendo critérios definidos pelo Ministério do Turismo”.

De acordo com o Mapa do Turismo do Brasil, o município de Poconé subiu da posição C para B<sup>73</sup>, segundo a última categorização de 2017 e, juntamente com o município de Cáceres, estão inseridos na região turística ‘Pantanal Mato-Grossense’.

A categorização dos municípios é instituída pela Portaria MTur nº144/2014. Trata-se de uma metodologia definida e executada pelo Ministério do Turismo, a partir de dados secundários, considerando 04 (quatro) variáveis: **1)** A Quantidade de Estabelecimento de Hospedagem, que tem como fonte de coleta a Pesquisa de Serviços de Hospedagem – PSH, do IBGE; **2)** A Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem, que tem como fonte de coleta a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho – Mte; **3)** A Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos, baseada no Estudo de Demanda Doméstica levantada pelo MTur em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; **4)** A Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais baseado no Estudo de Demanda Internacional do MTur/FIPE.

Ainda foi indagado sobre as dificuldades do poder público estadual em coletar dados para comporem os índices de categorização dos municípios, porém, segundo o técnico responsável pelo Programa de Regionalização, as fontes que o programa se baseia não são de origem primária, e sim secundária como apresentado no trecho da fala transcrita acima. Assim, os estados e municípios não possuem nenhuma participação na coleta de dados, sendo restes relegados aos órgãos federais oficiais para tal fim, como o IBGE e a FIPE.

Por fim, sobre a aplicação do Programa de Regionalização na realidade da Transpantaneira, as informações concedidas pelo poder público estadual parecem corroborar aquelas observadas in loco e também as declaradas nas entrevistas do(a)s proprietário(a)s, ou seja, não há efeito aparente na ordenação do território, a não ser a simples composição do mapa turístico brasileiro e categorização do município de Poconé.

---

<sup>73</sup> As categorias vão de A até E, sendo que os municípios do tipo A são aqueles que apresentam o maior fluxo turístico, o maior número de empregos no setor e maior número de estabelecimentos de hospedagem. Os municípios do tipo E são aqueles com menor competitividade turística, baseado nos mesmos critérios.



Onze do(a)s doze Proprietário(a)s entrevistados afirmaram desconhecem o Programa de Regionalização do Governo Federal. Apenas um afirmou conhecer parcialmente o que é o programa, mas avaliou que:

O programa de regionalização do turismo não trouxe nenhuma melhoria específica para a Transpantaneira. O Brasil central do SABRAE tem alguns efeitos, quando se faz a FIT em Cuiabá gera Famtur, trazem operadoras de turismo para conhecer. Agora os programas de regionalização e roteirização eu não vejo resultado. (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>74</sup>.

A maioria do(a)s proprietário(a)s afirmou não conhecer nenhuma ação pública, ou projeto de Turismo que de alguma forma contemplava a região da Transpantaneira, porém durante as entrevistas foram mencionados alguns projetos e ações que merecem ser consideradas, mesmo não sendo associadas diretamente ao poder público (pelos empresários), mas este de alguma forma participa apoiando as ações.

A primeira delas é o Programa Brasil Central, desenvolvido pelo SEBRAE do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o apoio do trade turístico de cada estado. Segundo o SEBRAE MT (2018), o programa tem a proposta de potencializar o Turismo na região Centro-Oeste, propondo ações coletivas para divulgar os principais destinos turísticos da região, gerando negócios e oportunidades para o segmento de Turismo. Para a Transpantaneira o principal resultado foi a criação de oportunidades de alguns empresários participarem de feiras nacionais e internacionais para divulgar seus empreendimentos e também um intercâmbio de conhecimento com os gestores de Turismo da cidade de Barcelona / Espanha, tido como um dos casos de maior sucesso para o Turismo mundial – na visão do SEBRAE. Nem todos os empresários participam do Programa pois há alguns critérios para tal – e por isso é criticado por parte do grupo.

Uma outra ação mencionada pelo(a)s proprietário(a)s foi a realização da Feira Internacional de Turismo do Pantanal – FIT. Trata-se da evolução da antiga Festa Internacional do Pantanal, promovida originalmente pelo Governo de Mato Grosso e SEBRAE MT para que os municípios do estado pudessem divulgar seu potencial turístico e comercializar produtos como: roteiros turísticos, artesanato,

---

<sup>74</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

gastronomia, etc. Além disso, outros países, especialmente da América do Sul sempre participaram como convidados para exporem suas destinações turísticas e recursos culturais. A primeira edição da Festa aconteceu em 1997 e durou até 2008, quando foi suspensa. Em 2016 o evento voltou a acontecer, a partir de uma negociação do *trade* de Mato Grosso com o governo do estado e o SEBRAE MT.

A mesma foi repaginada e trocou de objetivo festivo para o de negócios passando se chamar Feira Internacional de Turismo do Pantanal. Em 2018, era para ter acontecido no mês de maio em Cuiabá, mas com a justificativa de falta de recursos do Governo de Mato Grosso e do SEBRAE MT, o evento foi cancelado e depois reeditado para acontecer em setembro junto com a ABAV Expo 2018<sup>75</sup>, em São Paulo. Para 2019 está sendo planejada a sua retomada para acontecer em Cuiabá, por conta das comemorações dos 300 anos da capital.

O resultado efetivo dessa ação para o Turismo na Transpantaneira é a possibilidade de realização de negócios, através da presença dos empresários em estandes da feira e também por conta de Famtur na Transpantaneira, com agências e operadoras nacionais e internacionais para conhecerem o produto Pantanal. A participação na feira tem critérios específicos e normalmente os estandes são vendidos aos empresários para que divulguem seus empreendimentos. Alguns proprietários são a favor da realização da feira, apontando ser estratégica a divulgação de seus negócios, outros são de opinião oposta, justificando que a feira não gera negócios e que talvez o resultado seria melhor se o governo do estado e o SEBRAE incentivassem a participação dos empreendimentos em feiras internacionais, realizadas fora do país. Alguns argumentos dos proprietários, favor e contra a FIT Pantanal, são apresentados a seguir:

Até a feira, você viu a FIT? A Feira Internacional do Pantanal, cortaram a feira né? Mas era uma feira importante, tinha rodada de negócios, a gente fechava bons negócios. Agora não vai ter, porque não tem recursos? Porque o SEBRAE não quer apoiar? A secretaria de turismo que tinha que desenvolver uma feira dessas. (PROPRIETÁRIO 4, informação verbal)<sup>76</sup>

Em termos de resultado eu não vejo bosta nenhuma, tem uma coisa que eu acho criminosa é essa Feira Internacional do Turismo em Cuiabá. No

---

<sup>75</sup> Trata-se de uma feira anual realizado pela Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, que reúne empresários, poder público e outras entidades ligadas ao Turismo brasileiro e internacional.

<sup>76</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 04. **Entrevista 04**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

começo ela era uma festa de apresentação que era muito cara, mas eu até acho que ela tinha uma função que era fazer com que o povo daqui que é muito encroado, vê que existe mundo lá fora. Então trazia aquele povaréu de tradição pra fazer dança da Ucrânia, então tá. Depois virou uma feira de venda do Pantanal em Cuiabá. Quem tá em Cuiabá não precisa ir na feira. Você sai 100 km de Cuiabá pro Pantanal você vem aqui. Agora você vai fazer uma feira internacional em Cuiabá. Isso é ridículo, se você nem num conhece Mato Grosso, num conhece o Pantanal você vem aqui pra feira internacional? Pra fazer o quê? Você não conhece o produto. Não tem sentido, mas tem um grande gasto, são milhões por ano, só tá enriquecendo alguém, porque por ano, alguém fica rico. (EMPRESÁRIO 12, informação verbal)<sup>77</sup>

Complementando as informações a respeito das impressões do(a)s proprietário(a)s – F2 – sobre os efeitos das políticas públicas para o Turismo local, torna-se importante destacar a avaliação que os mesmos fazem sobre a atuação do poder público (municipal, estadual e federal) a favor do desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira.

A partir das entrevistas, constatou-se que a avaliação que o(a)s proprietário(a)s fazem do poder público é ruim. O Proprietário 1 (informação verbal)<sup>78</sup>, destacou a falta de interesse público para com o Turismo, apontando que

Hoje em dia, o governo, quando a gente vai para as feiras de Turismo, o turismo ele é esquecido né - a nível de Brasil - todas as esferas de governo deixam o turismo por último, pois primeiro vem a indústria né, o comércio, e o turismo vem depois.

Especificamente, sobre a atuação da prefeitura municipal, o Proprietário 2 (informação verbal)<sup>79</sup>, reclama: “precisava ter um apoio melhor da prefeitura daqui. A área do Turismo é mesma coisa de num ter nada”. Complementando a análise sobre a prefeitura de Poconé, o Proprietário 3 (informação verbal),<sup>80</sup> pondera e faz uma sugestão apontando que: “Essa taxa é municipal, mas que até hoje que teve alguma melhoria, algum investimento municipal, não teve - em questão de divulgação, por exemplo, não teve”.

<sup>77</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 12. **Entrevista 12**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>78</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 01**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>79</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 02. **Entrevista 02**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>80</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 03. **Entrevista 03**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

Uma outra avaliação e sugestão é apresentada pelo Proprietário 12 (informação verbal)<sup>81</sup>:

Eu acho muito blá-blá-blá, eu não acompanho muito não, mas a gente poderia ver resultados né? Então deveria ter uma estratégia verdadeira de divulgação do Pantanal lá fora, que produção de conteúdos, produção de filmes. Trazer um bom cinegrafista como a BBC, produz materiais temáticos de mamíferos, de cobras, de aves de água. O Pantanal e a enchente, material científico que tenha substância, pra criar o interesse nas pessoas.

Todos os proprietários que fizeram alguma sugestão de como poderia ser a melhor performance do poder público (de todos os níveis), para o desenvolvimento do Turismo local apontaram a necessidade de maiores investimentos em divulgação e apoio à comercialização do Pantanal. Santos Filho, (2005, p. 38) estrutura uma crítica a esse pensamento afirmando que:

Hoje, o sinal para o turismo é preparar o Brasil para ser vendido, esquecendo-se das importâncias econômica, social e cultural, de uma política de turismo voltada para o povo brasileiro, cuja dinâmica que esse campo movimenta altera de fato o quadro dramático da estratificação social.

Não foram citadas sugestões e reclamações sobre as questões estruturais, tais como segurança, sinalização e muito menos não foi mencionada a questão da qualificação, que segundo o(a)s próprios empresário(a)s, quando questionados sobre as principais dificuldades em operar o Turismo na Transpantaneira, a questão da qualificação profissional foi apontada como um dos maiores empecilhos para os negócios, como discutido no início do capítulo.

Destarte, é possível perceber que o argumento da baixa qualificação profissional não está afetando significativamente a qualidade dos serviços oferecidos, visto que cada empresário acaba encontrando formas próprias de qualificar, minimamente, seus colaboradores, ou mesmo a situação como se apresenta seja estratégica ao empresariado local, pois com baixa qualificação os salários pagos também são baixos, incidindo assim em maior lucratividade dos negócios.

---

<sup>81</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 12. **Entrevista 12**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

Ao poder público está sendo atribuído apenas o papel de agente responsável pela divulgação da destinação. Além disso, muito(a)s empresário(a)s demandaram que o poder público incentiva pouco a participação dos empresários nas feiras internacionais para divulgarem seus produtos. Isso porque, criou-se uma certa tradição na região de que o poder público deve subsidiar os custos dos empresários com deslocamento e hospedagens para participarem das missões técnicas, muito em voga no início dos anos 2000, além de feiras e congressos do setor. Com as restrições orçamentárias impostas pela conjuntura econômica e, até mesmo, o reordenamento dos gastos públicos, essas estratégias se tornaram cada vez menos usuais.

Tudo isso corrobora para apontar que o empresariado do Turismo da Transpantaneira tem um conhecimento restrito sobre as verdadeiras responsabilidades do poder público, visto que as demandas apontadas por eles são limitadas. Quando não se conhece a responsabilidade do Poder Público em prol do desenvolvimento do Turismo limita-se, inclusive, as demandas e as formas de organização para que se gerem pleitos conjuntos, já que o que a pesquisa apontou foi que a maioria das questões levantadas são condicionadas às necessidades individuais e não conjuntas, sendo necessário assim o empresariado local articular melhor a sua participação no processo das decisões públicas para o Turismo local.

As atribuições do poder público devem ir muito além de apoio à comercialização e divulgação, assegurando a provisão de infraestruturas adequadas que, no caso da Transpantaneira são deficientes: a sinalização, a informação e orientação aos visitantes, a segurança, o controle, fiscalização, o fornecimento de energia, o sistema de coleta e tratamento do lixo, a comunicação, que é muito restrita (em especial de telefonia e Internet), além de outros problemas estruturais que afetam diretamente o fluxo turístico.

Além disso, Harvey (2018, p. 121) aponta que:

A regulação estatal se torna importante no que diz respeito à jornada de trabalho e às leis trabalhistas; ao mesmo tempo, o Estado determina a educação compulsória para garantir uma força de trabalho letrada e prontamente adaptável às necessidades cambiantes dos processos de trabalho em evolução do capital.

Outro papel importante do poder público é a garantia da lei, da ordem e a solução justa de disputas que possam ocorrer na Transpantaneira. Foi relatado o aumento dos índices de assaltos na região, até nas pousadas da Transpantaneira. Além disso, há a questão do uso equilibrado dos recursos, com controle de visitação e orientação, além de fiscalização dos empreendimentos, para uma melhor postura empresarial respeitando o ambiente, a cultura e garantindo o crescimento econômico, com menos concentração de renda. Sobre a questão do papel do Estado como organizador do processo de crescimento econômico mais justo, Santos, (2011, p. 158) adverte:

Mas não esqueçamos que a questão da apropriação do excedente permanece primordial. Se o Estado não é capaz de o fazer, ele permanecerá, como atualmente na maior parte dos países, tributário das grandes empresas quanto à organização do espaço, incapaz de impor uma alternativa à estrutura da economia e de devolver à sociedade o resultado de seu trabalho coletivo.

Para isso há que se reconhecer o papel dos pequenos empreendedores, e incentivar o desenvolvimento de pequenos negócios com maior envolvimento das famílias pantaneiras. Além disso, é possível também a partir do poder público reordenar o território da Transpantaneira para um modelo de Turismo mais justo, com menos concentração dos meios de produção, e ainda, maior participação e autonomia da população no desenvolvimento do Turismo.

Estes são alguns exemplos de como deve atuar o poder público em prol do verdadeiro e autônomo desenvolvimento local, na Transpantaneira, mas é claro, cada grupo social tende a priorizar seus próprios interesses, e no caso da Transpantaneira, nem o empresariado e nem o trabalhador está organizado para gerar demandas públicas efetivas para o Turismo local.

#### 6.4 A FORÇA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA (F1), PARA O TURISMO LOCAL

A segunda força atuante na formação e transformação do espaço da Transpantaneira, via Turismo, é a dos trabalhadores e trabalhadoras que estão diretamente atuando nas pousadas da região.

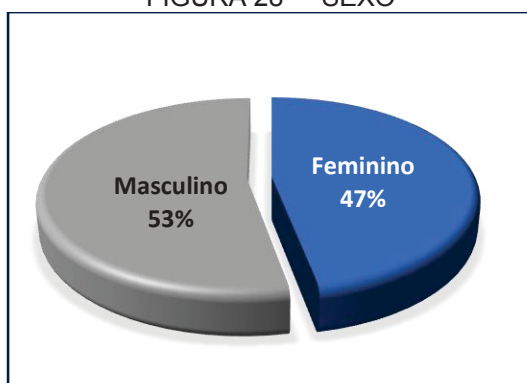
Existem outros grupos de trabalhadores, como os guias de turismo, os motoristas e os operadores de turismo, que não foram incluídos na pesquisa pois possuem relações de trabalho e vínculo com as empresas e com o Pantanal de forma diferenciada de quem está atuando diretamente nas pousadas.

Foram realizadas 32 entrevistas com trabalhadores, em 08<sup>82</sup> pousadas participantes da investigação, visto que em uma delas o(a) proprietário(a) impôs dificuldades em ter acesso aos trabalhadores, justificando que todos eram recém contratados e não poderiam opinar a respeito da dinâmica turística local. Os 32 trabalhadores e trabalhadoras entrevistados representam 22,22% do total (144) informado pelas 9 pousadas investigadas.

O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistado (a)s é apresentado nas Figuras 29 a 39, que serviram de base para tecer algumas considerações sobre a visão deles a respeito do Turismo local, a relação entre eles e o(a)s proprietário(a)s e, sobretudo, a respeito do Turismo como promotor da autonomia econômica, política, cultural e ambiental - para quem vive na Transpantaneira.

Em linhas gerais, há um equilíbrio entre o número de trabalhadores do sexo masculino e feminino entrevistado(a)s (Figura 29), que traduz a realidade da Transpantaneira, comprovado pela observação nas pousadas e pelas informações declaradas pelo(a)s proprietário(a)s.

FIGURA 28 – SEXO



FONTE: O autor (2018).

Notadamente, existe uma tendência no Turismo de maior número de mulheres empregadas, porém na Transpantaneira, emprega-se em proporção muito próxima de homens e mulheres, porém, foi observado que os cargos de maior nível de comando são ocupados por homens, visto que a maioria das mulheres

---

<sup>82</sup> Participaram da pesquisa 9 pousadas, mas só tivemos acesso aos trabalhadores de 8 delas.



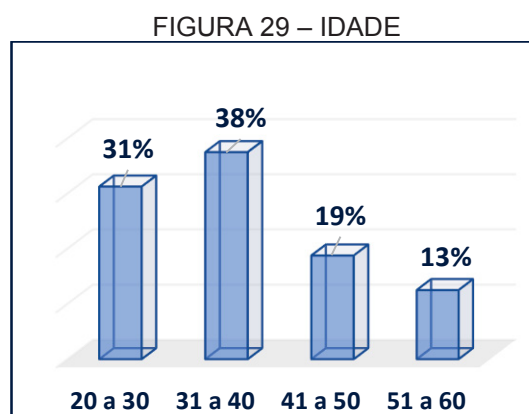
exercem funções relacionadas à cozinha e à arrumação dos quartos (camareiras) – o que pode refletir também no maior ganho salarial por parte dos homens.

Sobre essa questão, o MTur (2018)<sup>83</sup> aponta que as mulheres ainda estão em desvantagem, pois são maioria entre as pessoas com Ensino Superior completo e ganham, em média, 75% do que os homens recebem. No Turismo isso não é diferente, inclusive tem aumentado mundialmente o número de pesquisas sobre Gênero e Turismo, tendo como uma das questões levantadas a participação da mulher no mercado de trabalho do Turismo.

Em se tratando do setor de hospedagens, como é o caso das pousadas da Transpantaneira, Balduino *et al* apontam que as mulheres são minoria nas gerências, e, ainda, quando são responsáveis por algum setor, tende a ser setores relacionados ao trabalho reprodutivo (como governança).

A Figura 30 apresenta o percentual dos entrevistados, por faixa etária, e, segundo a amostra, a maioria do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas estão na faixa de 31 a 40 anos de idade.

Não foi entrevistado nenhum trabalhador com menos de 20 anos ou com mais de 60, porém segundo relato dos proprietários e observação travada nas pousadas, existem trabalhadores nessa faixa etária, em menor número, visto que os proprietários afirmaram que preferem contratar pessoas com um certo grau de maturidade e experiência profissional e associam isso à idade.



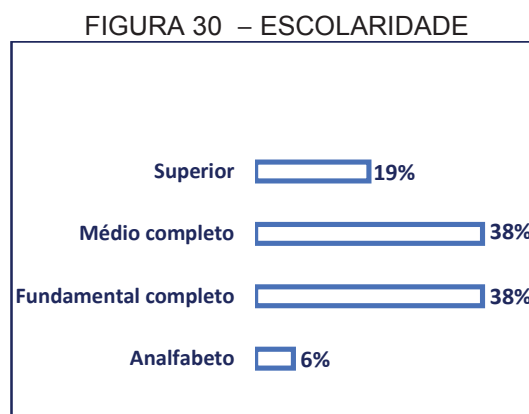
FONTE: O autor (2018).

Os dados levantados reforçam os números gerais do município, pois, segundo o IBGE (2018), a população economicamente ativa de Poconé é mais

<sup>83</sup> Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10940-turismo-feito-por-elas.html>. Acesso em 24 fev. 2019.

significativa na faixa de 20 a 49 anos, mesmo não sendo a parcela mais volumosa da população, que é de 10 a 19 anos.

Outro dado levantado que acompanha os índices do município é a escolarização dos entrevistados como aponta a Figura 31.



FONTE: O autor (2018).

Existem analfabetos que trabalham com o Turismo nas pousadas e estes exercem funções braçais. O índice de analfabetismo entre os trabalhadores é menor (6%) do que o do município, que chega a 18,9% segundo o IBGE (2010), que considera pessoas com mais de 15 anos de idade.

Em contrapartida o indicador de trabalhadores com Curso Superior é de 19% - todos os entrevistados cursaram o Ensino Superior fora de Poconé, visto que não há nenhuma instituição de Nível Superior com sede fixa no município. Tem aumentado nos últimos anos a possibilidade de cursar a Faculdade na cidade, através do ensino a distância, que normalmente é da rede particular.

Alguns trabalhadores afirmaram também que uma outra possibilidade é cursar o Ensino Superior em Cuiabá (100 km), mesmo morando em Poconé, visto que existem empresas de transporte que fretam ônibus regularmente para estudantes até a capital, porém, essa segunda possibilidade é mais difícil para os trabalhadores, por conta da dinâmica de trabalho, a distância das pousadas em relação à sede do município e os custos de deslocamento, pois não há nenhum incentivo por parte da prefeitura municipal – segundo os entrevistados.

Atrelado a isso, foi informado também que os proprietários das pousadas incentivam pouco os funcionários a cursar um Curso Superior, preferindo incentivar a participação dos mesmos em cursos de curta duração e em horários e dias que

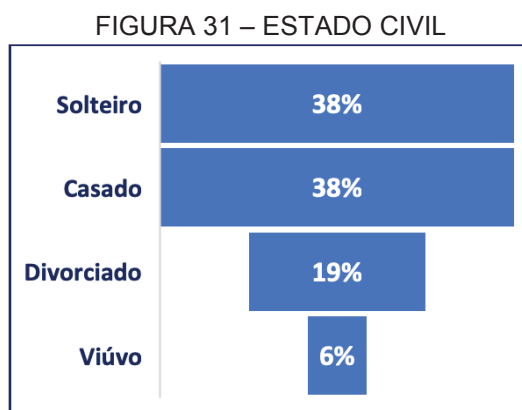
não sejam os de trabalho dos funcionários, para que não prejudique a programação de trabalho que, na Transpantaneira normalmente é de 24 dias trabalhados por 6 dias de folga, como será apontado e discutido com a Figura 35.

A educação é uma peça fundamental para a garantia da autonomia dos grupos sociais, como a dos trabalhadores. Logo, para haver desenvolvimento (autonomia) é necessário começar pela educação de qualidade e da educação do desejo de uma outra forma de viver, de organizar e de desenvolver.

Segundo Becker (2008), citando Abensour, (1990), a educação do desejo é a grande função organizadora do desenvolvimento participante: educar o desejo, estimulá-lo e despertá-lo a desejar mais, sobretudo, a desejar de outra forma.

Ainda segundo o autor, despertar a faculdade de desejar, de sonhar, é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano. Para o autor, isso começa pela garantia da democracia participante.

A Figura 32 representa que existe um equilíbrio entre o percentual de trabalhadores que são solteiros e casados. Viúvos e divorciados também aparecem na pesquisa – em menor percentual.



FONTE: O autor (2018).

Mais de 56% do(a)s trabalhadore(a)s entrevistado(a)s afirmaram possuírem 2 filhos ou mais, como aponta a Figura 33. Além disso, 94% deles possuem residência fixa na zona urbana - seja de Poconé, ou de Cuiabá / Várzea Grande ou de outra cidade próxima ao Pantanal -, sendo que apenas 6% residem na zona rural de Poconé, que indicaria uma proximidade maior com o local de emprego (as pousadas), como aponta a Figura 34.

FIGURA 32 – FILHOS

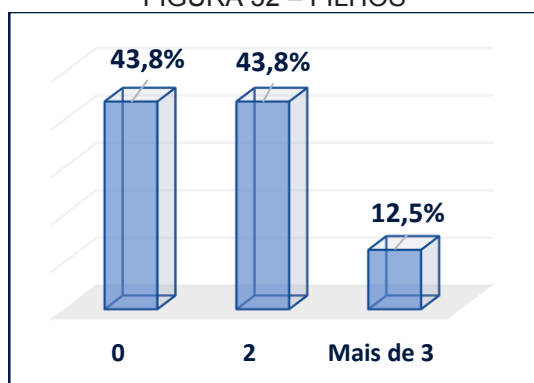
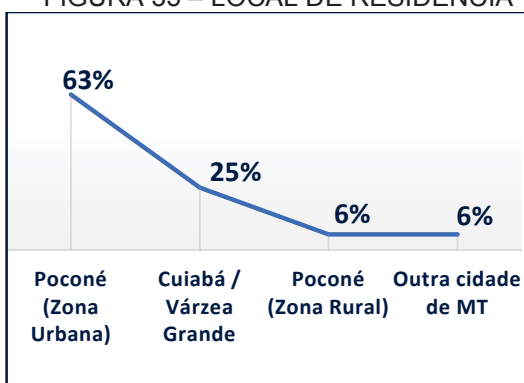


FIGURA 33 – LOCAL DE RESIDÊNCIA

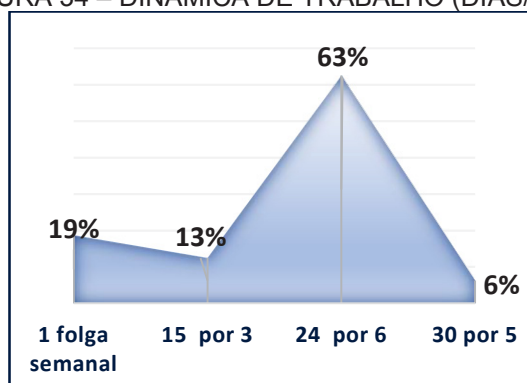


FONTE: O autor (2018).

Retomando a questão das dificuldades encontradas pelos trabalhadores e trabalhadoras em exercerem suas atividades nas pousadas da Transpantaneira, existe uma contradição com o que foi apresentado pelos proprietários, pois para a classe empregadora é a dificuldade com a qualificação da mão de obra, o principal empecilho – o que transparece uma preocupação exclusivamente mercadológica, o que não poderia se esperar que fosse diferente para um empresário.

Já para os trabalhadores é o isolamento da família, a principal dificuldade em trabalhar no Pantanal. O isolamento é uma combinação de fatores espaciais e temporais. Tal fato pode ser entendido a partir da combinação das informações das Figuras 32, 33 e 34, sendo complementadas pela Figura 35, que apresenta a dinâmica de trabalho nas pousadas.

FIGURA 34 – DINÂMICA DE TRABALHO (DIAS/MÊS)



Fonte: O autor (2018).

A maioria das pousadas possuem uma dinâmica operacional que o(a)s funcionário(a)s trabalham 24 dias por mês e folgam outros 6. Como são residentes da zona urbana, em sua maioria, o(a)s proprietário(a)s são responsáveis pelo transporte do(a)s funcionário(a)s para seus locais de residência. Em apenas uma

pousada – a mais próxima de Poconé –, foi identificado que os funcionários possuem uma dinâmica de trabalho típica da zona urbana, ou seja, trabalham oito horas por dia e não residem temporariamente nas pousadas.

Nos outros empreendimentos, todos os funcionários moram por um determinado tempo nas pousadas, seja por 15, 24 ou 30 dias. Isso implica que o empregador é responsável pelo fornecimento de hospedagem e alimentação aos funcionários durante o tempo de trabalho contratado. Segundo o(a)s empresário(a)s isso provoca também em um relativo aumento de custo operacional, visto que os salários pagos são livres de cobrança de adicionais por transporte, alimentação e hospedagem.

Sobre essa questão, o Trabalhador 6 (informação verbal)<sup>84</sup> pondera que “Pra morar no Pantanal tem que gostar né, porque não é fácil ficar longe da família. Ficar 15, 20 dias sem ver o filho, sem vê a mulher – a pessoa tem que gostar né do lugar, se não vai embora”.

Complementando, o Trabalhador 7 (informação verbal)<sup>85</sup> desabafa: “Eu trabalho por elas [filhas], eu aguento ficar no Pantanal por elas, a minha pequenininha não vem comigo, ela nem fica comigo lá em casa, quando eu vou pra lá ela só fica com minha outra menina de 11 anos”. No relato o(a) trabalhador(a) expressa que pelo fato de permanecer longe da família, por um longo período, a filha mais nova (a minha pequenininha) estranha a sua presença, tendo mais segurança em ficar com a irmã mais velha.

Continuando, o Trabalhador 10 (informação verbal)<sup>86</sup>, aconselha: “Se uma pessoa quiser começar a trabalhar no Pantanal a dica que eu dou é: se tiver família, é pra pensar melhor, porque é muito ruim. Tem muita gente que se separa, porque fica longe.” Isso porque, “A família cobra um pouco da presença por está tanto tempo longe”. (TRABALHADOR 26, informação verbal)<sup>87</sup>.

É necessário considerar cada vez mais a funcionalidade econômica das espacialidades, atentando, então, para a região da Transpantaneira como um

---

<sup>84</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 06. **Entrevista 18.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>85</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 07. **Entrevista 19.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>86</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 10. **Entrevista 22.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>87</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 26. **Entrevista 38.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

espaço produtivo, por meio do Turismo (além de outras atividades econômicas). As pousadas são o *locus* principal desse processo produtivo, o que, por conseguinte, se tornam também “espaços disciplinares” (Foucault, 1987), como apontaram os relatos dos trabalhadores.

Logo, o espaço produtivo é também disciplinador, tanto para o visitante, quanto para o trabalhador. Ao visitante (turista) é definido os espaços turísticos que podem permanecer ou percorrer, além de horários que devem ser cumpridos e outras formas de comportamento que precisam desempenhar durante a permanência no Pantanal. Os guias de turismo e os monitores locais também assumem uma função disciplinadora impondo o tipo de padrão desejado e esperado dos visitantes e, caso algum, saia desse padrão, pode gerar conflitos de diferentes proporções, com outros visitantes (choques de cultura) ou mesmo com trabalhadores e proprietários dos empreendimentos turísticos.

Ao Trabalhador a disciplina é maior, pois adequar-se aos padrões impostos formalmente ou diariamente sendo absorvido – vindo de hierarquias superiores – significa estar apto para trabalhar. Aquele que não se adequa à disciplina imposta pelo Turismo, pelo visitante, pelo proprietário, pelo ambiente e por outros trabalhadores, é considerado não apto para trabalhar com a atividade. A sobrevivência dos trabalhadores depende então da forma que se adequam às regras impostas pelo e para o trabalho, incluindo, na maioria das vezes: o uso de uniformes o cumprimento de horários, a permanência (ou não) em determinados espaços, visto que existe o espaço do turista, o espaço do proprietário e o espaço do trabalhador – tudo contido no mesmo ambiente, o das pousadas, além de regras sobre o que pode ou não pode falar, agir ou expressar. A dinâmica de trabalho também é disciplinar e, inclusive, o próprio isolamento da família e dos amigos também é disciplinador e, muitas vezes isso, o Turismo, acaba ocultando.

Tais práticas espaciais coercitivas, às vezes também punitivas – e sempre “liberticidas” -, foram e têm sido, concretamente, de diversos tipos: de dispersão, de (auto [s] segregação, de confinamento, de interdição de acesso, de monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, de organização da exploração do trabalho (e, no limite, de trabalhos forçados), de indução de comportamentos e de adoração de fontes de poder transcendentais (SOUZA, 2013, p. 248).

A distância da família e dos amigos implica em algumas consequências preocupantes para a realidade do(a) trabalhador(a) da Transpantaneira, que vai além da saudade ou falta de casa. Segundo o(a)s entrevistado(a)s, é do conhecimento deles, colegas que sofrem com doenças como a depressão e alcoolismo, devido ao isolamento provocado pelo trabalho.

Sobre o alcoolismo, tanto o(a)s proprietário(a)s quanto o(a)s trabalhadore(a)s afirmaram ser um problema recorrente nas pousadas da Transpantaneira, visto que além do isolamento físico e do distanciamento dos familiares, há a privação de participação social, como foi citado: festas de aniversário, missa, cultos e atividades culturais são ocasiões das quais o trabalhador dificilmente participa, devido à rotina de trabalho e à distância das pousadas.

O(a)s trabalhadore(a)s aparentemente têm liberdade de usar seu tempo livre como bem entenderem, e o fazem sobretudo com a Internet nos aparelhos celulares, ou a televisão, mas, indiretamente, são privados de participarem da dinâmica cultural e social da cidade, devido aos custos do deslocamento – por conta própria –, ao tempo limitado para se deslocar e às distâncias entre as pousadas e as cidades, tudo isso agravado pela existência de um certo pacto moral, com o proprietário, de estar sempre disponível – já que o espaço de descanso é o mesmo espaço de trabalho. Dessa maneira, “o turismo também pode ser visto como um agente colonizador e de reforço de dependência, que em muitos casos substitui as armas como instrumento de dominação”. (OURIQUES, 2015, p. 97).

Logo, a bebida alcoólica é o substituto para o vazio sentido pelo(a) trabalhador(a), e além do problema do alcoolismo em si, que segundo o(a)s proprietário(a)s não chega a afetar de forma direta a operacionalização das atividades, desencadeia-se um problema econômico, pois as bebidas consumidas são compradas nas pousadas – que por atenderem uma demanda de visitantes de classe média e alta possuem preços elevados –, logo o trabalhador é obrigado a comprar o produto da pousada que é mais caro e, nesse ciclo, acaba se endividando e deixando boa parte do salário na própria pousada. Sobre a questão do alcoolismo entre os trabalhadores, alguns relataram:

Cada um tem uma preocupação diferente que pode ser alta, meia ou baixa, por exemplo eu, eu posso ganhar 100 reais, eu consigo guardar 20



real e tem gente que não consegue e tem gente que até antes de receber outro valor já tinha gastado (TRABALHADOR 5, informação verbal)<sup>88</sup>.

Deu 6 e pouco da tarde não tem nada pra fazer, o quê que faz? Vai lá e toma uma. Eles bebem muito. Aqui e em todas as pousadas. E aí aqui a cerveja é cara e eles tem que comprar aqui, já ganha pouco e inda paga caro.(TRABALHADOR 9, informação verbal)<sup>89</sup>.

Tomá uma pinguinha bem cedo é bom, né? (TRABALHADOR 18, informação verbal)<sup>90</sup>.

A situação dos trabalhadores e trabalhadoras das pousadas da Transpantaneira apresenta muita semelhança com a situação dos trabalhadores ingleses do início do século XIX, analisada por Engels, que aponta que:

Os trabalhadores da época eram empurrados para uma condição de desespero, de alienação tamanha, que o álcool e outros entorpecentes eram a única espécie de consolo. Objetos de uma rotatividade incrível (oscilando quase que diariamente da condição empregado/desempregado), morando em péssimas condições, com jornadas de trabalho diárias que iam até às 16 horas (por vezes mais) o trabalhador “[...] tem a urgente necessidade de distrair-se; precisa de qualquer coisa que faça seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte (ENGELS, 2008, p. 142).

O espaço e o tempo do trabalhador são diferentes do espaço e do tempo do empregador, pois este último possui melhores condições de driblar as dificuldades impostas pelo isolamento das pousadas, seja com o transporte rápido e disponível, pois a maioria do(a)s proprietário(a)s não mora nos empreendimentos, passando apenas alguns dias na pousada, revezando o gerenciamento com outros membros da família.

A respeito do pacto ou contrato moral que os trabalhadores e trabalhadoras têm com o(a)s proprietário(a)s - de estar disponíveis sempre que necessário -, a maioria do(a)s trabalhadore(a)s afirmou que, apesar de terem um horário de trabalho definido, na prática não acontece, pois é necessária a adequação a cada grupo de turistas que chega na pousada e trabalham conforme a demanda dos próprios visitantes, como perceptível no relato:

<sup>88</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 05. **Entrevista 17**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>89</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 09. **Entrevista 21**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>90</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 18. **Entrevista 30**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

O horário de trabalho vai depender do turista, por exemplo: tem turista que sai antes do café (a partir das 6 da manhã), se ele vai sair antes do café eu tenho que vir pra atender eles, se ele não fechou a conta no dia anterior, então eu tenho que atender ele e continuo, porque não vou atender ele e voltar a dormir (TRABALHADOR 6, informação verbal)<sup>91</sup>.

A esse respeito, o(a)s entrevistado(a)s acreditam ser justo pois, no período de baixa temporada, quando o fluxo de visitante cai significativamente, as atividades também se reduzem muito, logo, entraria uma espécie de compensação do trabalho. Por fim, um outro trabalhador afirmou que o relacionamento no local de trabalho, entre os próprios colegas, vai se dificultando e intensificando com o passar dos dias, pois estão todos convivendo nos mesmos espaços, por um longo período de tempo, e, dificilmente existe privacidade, já que os alojamentos são quase sempre compartilhados e a dinâmica de trabalho exige que estejam sempre disponíveis para realizá-lo:

Todo setor de trabalho, por mais calmo que seja, por mais que todo mundo se dê bem, são todo mundo diferente, opiniões diferentes. Na hora do trabalho, em que o cansaço vem – agora não, o dia tá maravilhoso - mas tem aqueles dias quentes, e hóspede chegando ou saindo após o almoço é aquela correria, e se você tiver alguma pendência com alguém, vai ter que conviver com aquela pessoa normalmente. Você tem que tê aquele equilíbrio de conviver, porque você não vai ter o final do dia que vai poder dizer: as 5 horas eu vou pra casa e vou esquecer tudo aquilo ali. Não, você vai continuar ali – no seu momento de descanso você vai pro seu quarto, só que não te impede de alguém bater na sua porta, te chame, por exemplo um garçom, eles vão pro horário de descanso e chega um cliente e pede uma caipirinha, se tá tranquilo aqui a gente pode fazer, sem problema, se tá muito agitado, a gente vai ter que chamar. Então a pessoa tem que tá aberta a isso (TRABALHADOR 25, informação verbal)<sup>92</sup>.

Além das dificuldades apresentadas, outras foram relatadas pelos trabalhadores, como o custo de acesso a serviços de educação, saúde e mesmo para compra de produtos básicos, visto que na cidade de Poconé, a oferta de produtos é mais limitada e os preços são mais altos que os da Capital. Os empresários resolvem esta questão adquirindo os produtos normalmente em Cuiabá, fazendo as compras para as pousadas uma ou duas vezes por semana, já

---

<sup>91</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 06. **Entrevista 18**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>92</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 25. **Entrevista 37**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

para o trabalhador isso é mais difícil, devido ao tempo exíguo e ao deslocamento até a capital, logo, segundo eles mesmos, “custa caro ser pobre no Pantanal” (TRABALHADOR 31, informação verbal)<sup>93</sup>.

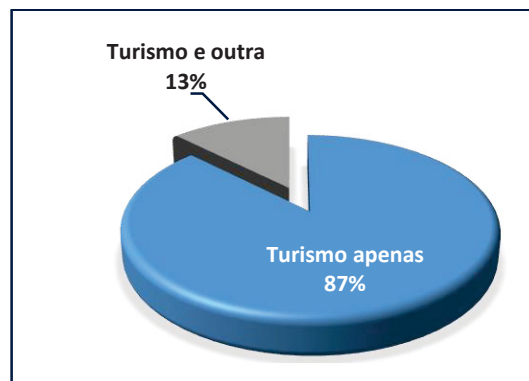
Sobre essa realidade, comunga-se com Santos (2011, p. 129), que aponta que “há uma tendência recente das classes mais altas de comprar alhures produtos de alta qualidade ou não disponíveis no local. As pessoas incapazes de viajar por razões financeiras – têm de recorrer ao sistema de distribuição do circuito inferior”.

Sobre a questão da renda, o(a)s trabalhadore(a)s recebem entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 954,00 a R\$ 2.862,00)<sup>94</sup>, conforme apresentado na Figura 36, sendo que a média geral de todos os trabalhadores entrevistados foi de R\$ 1.200,00 (\$ 328,76), e quase 90% deles têm o Turismo como fonte de renda única (Figura 37).

FIGURA 35 – RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS



FIGURA 36 – FONTE DE RENDA



FONTE: O autor (2018).

Tomando como base o custo médio dos trabalhadores nas pousadas pesquisadas, pode-se perceber que o pagamento com os salários dos funcionários representa cerca de 4% da arrecadação das pousadas (contabilizando-se apenas as hospedagens como foi apresentado na Tabela 2, sub capítulo 6.1), visto que as 9 pousadas arrecadam em 1 ano R\$ 51.935.400,00 (\$14.228.876,7) e para o mesmo período, as despesas com pagamentos de salários é de R\$ 2.073.600,00 (\$568.109,6) pois, são 144 funcionários que recebem uma média de R\$ 1.200,00 por mês, multiplicando-se os 13 meses (12 regulares mais o décimo terceiro

<sup>93</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR, 31. **Entrevista 43**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>94</sup> \$ 261,35 a \$ 784,10 – no câmbio médio de 2018.

salário), chega-se ao montante de pouco mais de 2 milhões de reais anuais, um possível indício de geração de mais-valor e, nas considerações de Ouriques (2015, p. 51):

O turismo, que a princípio vive da apropriação do estético, isto é, do conhecimento sensível, fundamenta-se como qualquer atividade econômica capitalista, na exploração da força de trabalho por parte do capital. Contudo, talvez mais do que qualquer outro setor, parece estar totalmente desvinculado dessa relação social.

Sobre a questão da produção de valor e do mais valor operado pelo Turismo, que na maioria das vezes se estrutura a partir dos “bens” ou das “dádivas” naturais, Harvey (2018, p. 107) pondera que:

Muito do que acontece no capitalismo é motivado por atividades nos mercados de determinação de preços que não tem a ver diretamente com a produção de valor, salvo quando se criam valores de uso que facilitam a produção de mais-valor. Isso coloca muitas atividades e trocas fora da esfera da produção e circulação de valor, ainda que sejam relevantes como fontes de valores de uso. Isso não elimina o fato de que muitos dos insumos básicos de valor de uso no processo de produção da indústria do turismo sejam bens gratuitos (por exemplo, praias ensolaradas ou patrimônio cultural) que podem adquirir um preço monetário, embora não tenham propriamente valor.

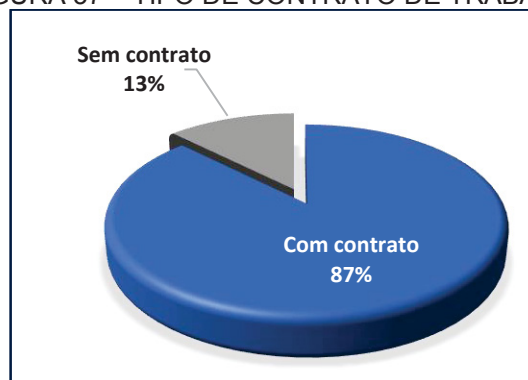
Este cálculo não leva em conta as outras fontes de arrecadação das pousadas nem os outros custos operacionais das mesmas, como encargos trabalhistas, e custos de manutenção dos empreendimentos, os quais, como já apontado pelos proprietários, é alto devido às características da região. Não foi objetivo precisar quanto as pousadas ganham, quanto gastam e quanto lucram, pois para isso é necessário um estudo contábil mais específico, porém com os dados levantados é possível afirmar que o custo com salários nas pousadas é baixo, se comparado ao volume de divisas oriundas das diárias.

Além disso, foi apresentada uma média de salário, visto que existem funcionários que ganham menos que R\$ 1.200,00 e outros que ganham mais que esse valor, ademais levou-se em conta o volume máximo de funcionários das pousadas – sejam eles por contrato formal ou não. Assim, não são os 12 meses do ano que os 144 funcionários estão empregados nas pousadas, pois se levantou que muitos contratos são temporários, durando de 3 a 6 meses – o que diminuiria ainda mais os custos totais com o pagamento dos salários.

A esse respeito apresenta-se a Figura 38, com o percentual de trabalhadores com e sem contratos de trabalhos. Considerou-se os trabalhadores

com contratos aqueles com carteira de trabalho e outras maneiras de formalização de prestação de serviços. Os trabalhadores contabilizados como não possuindo contratos afirmaram que existe apenas um acordo formal, que pode ser desfeito, - a qualquer momento -, por ambas as partes, que assumem os riscos de tal descumprimento.

FIGURA 37 – TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO

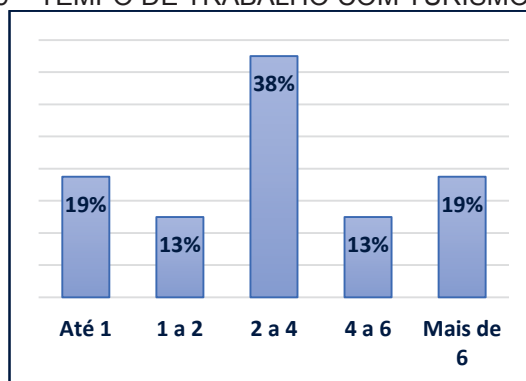


FONTE: O autor (2018).

Dos 32 entrevistados, apenas 2 se declararam beneficiários de programa social, no caso o Bolsa Família, porém ao se exemplificarem outros programas sociais o número foi elevado para 18 beneficiados (56,25%). Outros tipos de programas sociais que, além do Bolsa Família, foram citados: Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular e Tarifa Social de Energia Elétrica.

Por fim, completando a caracterização dos trabalhadores das pousadas, indagou-se sobre o tempo de trabalho com o Turismo, e o resultado é esboçado na Figura 38.

FIGURA 39 – TEMPO DE TRABALHO COM TURISMO (EM ANOS)



FONTE: O autor (2018).

Como a grande maioria dos entrevistados trabalha com o Turismo há mais de dois anos, foi questionado se o idioma representava alguma dificuldade para o exercício das funções, sendo que, em geral, os trabalhadores e trabalhadoras afirmaram que a língua é um fator limitante, mas não impeditivo para que exerçam as funções, pois, mesmo que a grande maioria dos hóspedes das pousadas seja de estrangeiros, sempre estão acompanhados por um guia bilíngue ou algum funcionário da própria pousada que se comunica, ao menos em inglês. Além disso, alguns entrevistados declararam fazer uso de aplicativos de tradução simultânea.

Dos 32 entrevistados, 21 declararam não falar um segundo idioma. O inglês básico (apenas para comunicação oral) é falado por 10 trabalhadore(a)s, e apenas 2 declararam dominar o idioma. Além disso, o espanhol fluente é falado por 2 funcionários, e o francês fluente é de domínio de 4 funcionários.

Os que declararam dominar o idioma afirmaram que já haviam aprendido antes do exercício da função na pousada e, que, essa característica, ajudou no processo de contratação. Os que declararam apenas se comunicar, especialmente com o inglês básico, afirmaram que estão em processo contínuo de aprendizado não formalizado, ou seja, nunca frequentaram uma escola ou curso de idiomas, aprendendo na prática diária com guias de turismo e sobretudo com hóspedes e outros funcionários de maior experiência, - mais uma prova que, caso houvesse maior incentivo à qualificação profissional em Turismo para a região, os resultados poderiam ser positivos. Além disso,

Para um homem fazer história, deve conseguir satisfazer suas necessidades básicas; em segundo, o ato satisfeito ou não gerará novas necessidades sociais e categoriza-o como mais racional e menos natural; em terceiro, a vida é resultado das relações sociais entre os homens que estão em relação direta com as relações sociais de produção (SANTOS FILHO, 2005, p. 26).

Ao apresentar algumas características dos trabalhadores e trabalhadoras das pousadas da Transpantaneira, é perceptível que a dinâmica turística na região parece seguir os mesmos preceitos anunciados por Ouriques (2015, p. 139):

Como setor específico de exploração da força de trabalho, o turismo vem se constituindo, em escala planetária e no Brasil, em particular, como um dos laboratórios da ofensiva global capitalista. Condições de trabalho precárias, jornadas de trabalho extensas, baixas remunerações, contratos temporários, maior incidência de relações de trabalho à margem da

legislação, quase ausência de sindicatos e uso preponderante de mulheres e crianças é esse o pano de fundo das relações sociais de exploração no turismo no centro e, principalmente, na periferia do capitalismo contemporâneo.

Apresentadas as principais características das duas principais forças operantes no Turismo da Transpantaneira – a do Trabalhador (F1) e a do Proprietário (F2), torna-se importante discutir algumas visões desses dois grupos acerca da vida, do trabalho e do Turismo na Transpantaneira. Dessa maneira, o próximo subcapítulo dedica-se a apresentar as impressões dos trabalhadores e dos proprietários sobre os efeitos do Turismo para o desenvolvimento local e para a vida das pessoas da região.

#### 6.5 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO PANTANAL: A VISÃO DO(A)S PROPRIETÁRIO(A)S E TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA

Ao longo do estudo foram travadas discussões que consideram o Turismo como agente formador e transformador do espaço social e possibilitador de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente autônomo para a região da Transpantaneira e, que, a partir do Turismo, desenvolvem-se relações de trabalho e de classes, em que o tempo, o espaço, o próprio Turismo e o desenvolvimento são percebidos de maneiras diferentes por cada grupo social.

Dessa forma, para finalizar as percepções das forças (F1 e F2), operantes na dinâmica turística da Transpantaneira, pondera-se como os proprietários & proprietárias e trabalhadores & trabalhadoras, compreendem o Turismo como atividade dinamizadora do espaço e das relações no Pantanal.

A concepção de desenvolvimento tem aspectos comuns e divergentes entre as forças operantes no Turismo da Transpantaneira. Para o(a)s empresário(a)s locais, o desenvolvimento está relacionado ao crescimento econômico e à possibilidade de estruturação dos negócios, gerando emprego e renda para as pessoas.

Uma região desenvolvida na visão do empresariado local (das pousadas), é uma região que tenha estrutura para receber bem o visitante, onde os empresários possam trabalhar com mais segurança econômica e fiscal, podendo



investir nos negócios sem medo dos desarranjos políticos e econômicos que o futuro possa apresentar. Alguns empresários comentaram também a necessidade de atrelar o uso equilibrado dos recursos naturais para e pelo Turismo, com o desenvolvimento, mencionando que uma região desenvolvida é uma região que saiba preservar e usar de forma consciente a natureza.

Na visão dos trabalhadores e trabalhadoras das pousadas, a questão da sustentabilidade também foi mencionada, pois, para eles seria uma forma de garantir um futuro melhor para os filhos e netos.

Contudo, a sustentabilidade ambiental não foi a primeira preocupação apresentada pelos entrevistados e, sim um misto entre estabilidade econômica e social. Foi declarado que uma região desenvolvida é aquela que todas as pessoas possam ter uma casa pra morar, os filhos na escola, um bom atendimento de saúde e que possam ser felizes.

As declarações não chegam a ser contraditórias, porém o discurso do empresariado está mais associado aos critérios econômicos e para o desenvolvimento de seus próprios negócios. O grupo de trabalhadores direciona o discurso para outros aspectos da vida que vão além das questões econômicas e, em diversos momentos foi mencionada a totalidade da abrangência do desenvolvimento, visto que a palavra ‘todos’ apareceu em 6 do(a)s 32 trabalhadore(a)s entrevistado(a)s e, nenhuma vez, entre os 12 proprietário(a)s entrevistado(a)s.

Tanto os proprietários quanto os trabalhadores não apresentaram em seus depoimentos a ideia de autonomia enquanto sinônimo de desenvolvimento local, pois, associaram a responsabilidade de promoção do desenvolvimento ao poder público (F3). No estágio em que se encontra a organização social, política e econômica da Transpantaneira, as pessoas – que ainda não se entendem ou não se organizam como classes com características, demandas e forças específicas – não vislumbram uma outra organização produtiva (e de relações), que sejam mais autônomas, mais justas e com mais equilíbrio para a resolução dos problemas locais.

A despeito do Turismo como fator de desenvolvimento para a região da Transpantaneira, a maioria dos empresários e dos trabalhadores reconhecem seus

efeitos, sobretudo ressaltando os benéficos, outros avaliam mais as questões ambientais e sociais como nos relatos apresentados a seguir.

O Proprietário 7 (informação verbal)<sup>95</sup>, declarou: “Eu acho que o Turismo não teve benefício nenhum pro Pantanal. Pantanal é o Pantanal, entendeu? Isso Deus já deu pra nós. Turismo num mudou nada”.

O Proprietário 5 (informação verbal)<sup>96</sup> apontou a questão da movimentação de visitantes na região, comentando que “Se não fosse o Turismo aqui seria mais tranquilo, pra ter ideia, quando meu sogro morava aqui ele não deixava ninguém entrar aqui. Aqui era dia e noite no cadeado”.

Em contrapartida, outro entrevistado reconhece alguns efeitos do Turismo no processo de formação e transformação da região, seja de ordem econômica ou ambiental:

Se não fosse o Turismo a região da Transpantaneira, hoje, talvez, estaria pior, porque antes nós tínhamos as fazendas e nós sobrevivíamos do gado, tínhamos menos despesas em cidade, mas você podia fazer mais coisas, você podia criar um gado, você podia fazer uma limpeza de pasto, você podia fazer um tanque, você podia fazer um acesso pra algum lugar. O Turismo traz mais empregos e oportunidade de negócios, mas para isso é preciso também ter cuidado com a natureza (PROPRIETÁRIO 1, informação verbal)<sup>97</sup>.

Ainda sobre a questão econômica e distribuição de renda, o Proprietário 6 (informação verbal)<sup>98</sup> deixa a entender que a organização produtiva poderia ser um pouco mais justa, pois opina: “Eu acho que evoluiu bastante, é o que mantém e sustenta muitas famílias. Talvez ele não esteja bem distribuído assim, mas ele dá muita renda pra muito funcionário”.

As opiniões e demandas dos empresários são variadas, e, às vezes, vislumbram apenas o próprio negócio, transferindo responsabilidades que deveriam ser compartilhadas (com o poder público, por exemplo). Mas é certo que, na

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 07. **Entrevista 07**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>96</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 05. **Entrevista 05**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>97</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 01. **Entrevista 1**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>98</sup> Entrevista concedida por PROPRIETÁRIO, 06. **Entrevista 06**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

opinião do(a)s proprietário(a)s, o Turismo é uma importante atividade dinamizadora da economia e do espaço da Transpantaneira.

As opiniões do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas da Transpantaneira também são diversificadas quando o assunto é Turismo como fator de desenvolvimento. Em linhas gerais, as opiniões dos entrevistados foram categorizadas em 4 temas principais, sendo os 3 primeiros sobre os efeitos positivos e, o quarto sobre os efeitos negativos do Turismo na Transpantaneira, conforme organizados no Quadro 7:

QUADRO 9 – EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA, NA OPINIÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS

(Continua)

<b>TEMA 1: Emprego, renda e oportunidades de trabalho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Turismo abriu um leque de opções na área de trabalho, pois uma das principais fontes de renda do município era a mineração. Como a mineração deu um pouco a caída, agora o Turismo deu uma alavancada, acaba que surge várias oportunidades para o mato-grossense. (TRABALHADOR 1, informação verbal)<sup>99</sup>.</li> <li>• Minha vida seria um pouco pior, por causa da questão da muita falta de emprego, eu não teria um emprego fixo né, estaria fazendo bico aqui um bico ali. (TRABALHADOR 4, informação verbal)<sup>100</sup>.</li> <li>• O Turismo trouxe pro Pantanal muitas coisas boas, entendeu? Trouxe primeiramente oportunidade de trabalho pras pessoas, tem muitos guias pantaneiros que estão um pouco mais ligado em relação a isso, tirano proveito e estão trabalhano na área, tem motorista, tudo tá gerano uma fonte de renda, entendeu? (TRBALHADOR 26, informação verbal)<sup>101</sup>.</li> </ul>
<b>TEMA 2: Sustentabilidade ambiental</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A renda e a sustentabilidade de muitos pantaneiros, porque a curiosidade de muitos turistas em quererem conhecer o Pantanal agrega muitos valores. Além disso, deve ser um compromisso do pantaneiro fazer a questão da preservação, para que o turista venha e valorize. A valorização vem no que ele vem ver, no que ele vem buscar.</li> <li>• É o conhecimento que eles vêm buscar. Porque, do Pantanal a única coisa que as pessoas conseguem levar é o conhecimento, pois não conseguem levar toda a beleza, que é só daqui. (TRABALHADOR 2, informação verbal)<sup>102</sup>.</li> </ul>

<sup>99</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 01. **Entrevista 13.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>100</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 04. **Entrevista 16.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>101</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 26. **Entrevista 38.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>102</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 02. **Entrevista 14.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

QUADRO 8 – EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA, NA OPINIÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS

(Continuação)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antigamente, antes do ecoturismo usava muito estilingue<sup>103</sup>, matava os bichos. Agora, tipo você nem compra mais né. Antigamente, os pais já compravam, vai na cidade: ah! vai comprar as coisas pra fazer um estilingue! (TRABALHADOR 10, informação verbal)<sup>104</sup>.</li> <li>• Ah! Se não tivesse Turismo aqui...aqui ia virá tudo fazenda era tudo gado, soja – já começaram a mexer –, e com a cheia essa parte da pecuária não tava dando muito certo não, e em Poconé era só garimpo era só buraco lá. Aqui não, agora o pessoal quer preservar. Ates tinha o pessoal matava onça por aí, agora não, o pessoal quer que tenha onça, o pessoal paga caro pra ver a onça. Tem passeios que o pessoal cobra de 600 a 1.200 reais pra ver a onça. (TRABALHADOR 11, informação verbal)<sup>105</sup>.</li> <li>• Eu não imagino isso daqui sem o Turismo, porque seria triste. Seria apenas fazendas, gado, aquela coisa: desmata aqui, desmata ali, para abrir pastos. O Turismo trouxe desenvolvimento, para as pessoas se conscientizar mais a preservar, a conservar a natureza, a conservar as coisas nativas, menos desmatamento. (TRABALHADOR 27, informação verbal)<sup>106</sup>.</li> </ul>
<b>TEMA 3: Qualidade de vida</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se não fosse o Turismo eu acho que eu estaria com aquela vida monótona minha lá no mato, todos os dias olhando pro meu esposo, e acabando ficando estressada, ansiosa, porque você olha pro lado só vê abacaxi. E tudo isso vai cansando você, e você tem que sair e ver coisas diferentes, conhecer pessoas diferentes. Depois que eu comecei a trabalhar com o Turismo, mudou alguns aspectos da minha vida, com o meu relacionamento, especialmente com minha família. Eu acho que a família é a base das nossas vidas né? Hoje eu posso conversar, eu sei dialogar, com meus filhos, com meu esposo, porque o estresse e a ansiedade estava me destruindo. Depois que eu vim pra cá, conhecendo outras pessoas, colocando o corpo pra agir, melhorou tudo: até pra respirar eu respiro melhor. O Pantanal representa pra mim restauração. (TRABALHADOR 3, informação verbal)<sup>107</sup>.</li> <li>• Trabalhar no Turismo me ajuda a tirar o estresse, por que você tem uma convivência além de outras pessoas também com a natureza, porque você respira um ar que é muito diferente do da cidade, e, tudo isso, ajuda muitas coisas na sua vida. (TRABALHADOR 5, informação verbal)<sup>108</sup>.</li> </ul>

<sup>103</sup> Estilingue ou bodoque é um artefato feito de uma forquilha de madeira e um par de elásticos preso em uma lingueta de couro para arremessar pequenos objetos, sobretudo pedras. É muito utilizado na zona rural brasileira, sobretudo por crianças, para a caça de pequenos animais, especialmente aves.

<sup>104</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 10. **Entrevista 22.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>105</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 11. **Entrevista 23.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>106</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 27. **Entrevista 39.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>107</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 03. **Entrevista 15.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>108</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 05. **Entrevista 17.** [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

QUADRO 8 – EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA, NA OPINIÃO DO(A)S TRABALHADORE(A)S DAS POUSADAS

(Conclusão)

<b>TEMA 4: Impactos negativos do Turismo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A vida das pessoas não mudou muito não. Podia melhorar. Uma coisa que podia melhorar assim é ter um colégio né. Médico quase não tem – especialmente para parto tem que ir pra Cuiabá. A cidade tá ficando mais violenta. (TRABALHADOR 10, informação verbal)<sup>109</sup>.</li> <li>• O Turismo já trouxe muita coisa ruim também, por causa que muitas vezes eles deslocam de lá muitas vezes doente, vem aqui, pro Pantanal espalham essa doença e as pessoa que trabalham aqui, muitas vezes podem estar sendo contaminadas. (TRABALHADOR 26, informação verbal)<sup>110</sup>.</li> </ul>

FONTE: O autor (2018).

Percebe-se que a visão do(a)s trabalhadore(a)s das pousadas da Transpantaneira sobre os efeitos do Turismo na formação e transformação do espaço é menos restrita do que a visão do(a)s empresário(a)s, pois diversos aspectos da vida foram abordados, já que os aspectos positivos relacionados à criação de postos de trabalho e à sustentabilidade ambiental são questões que afetam a coletividade: para os próprios trabalhadores, para os empresários locais e até para os visitantes. Além disso, foram declarados aspectos positivos para suas particularidades, porque os entrevistados abordaram os efeitos do Turismo para o seu crescimento pessoal, visto que, além dos relatos sobre estresse, melhorias de comunicação e relacionamento, foi mencionada também a questão do aprendizado e do conhecimento adquirido. Alguns trabalhadores entrevistados afirmaram que vêm aprendendo muito com o exercício da profissão, sobretudo, com o conhecimento e respeito às culturas diferentes; como também sobre a execução de serviços e a noção de línguas estrangeiras.

Além dos efeitos positivos, destaca-se que os trabalhadores, ao contrário dos empresários também enfatizaram alguns efeitos negativos que o Turismo tem trazido para a região e, por isso, podem atrapalhar o desenvolvimento local.

Destaca-se também que dois entrevistados mencionaram que o Turismo trouxe a visão de que um dia poderiam mudar de lado, ou seja, poderiam passar de trabalhadores, para empreendedores da atividade, mas, ao que parece, ainda existem alguns fatores que limitam as possibilidades de os trabalhadores

<sup>109</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 10. **Entrevista 22**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>110</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 26. **Entrevista 38**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

desenvolverem pequenos negócios próprios no setor. Existe vontade, como aponta o Trabalhador 8 (Informação verbal)<sup>111</sup>, ao declarar: “Se eu tivesse dinheiro agora, poderia comprar um pedacinho de terra lá na Transpantaneira e começaria meu negócio com Turismo, mas, eu não ia fazer pousada não, porque pousada você gasta eu ia fazer só um restaurante com uma piscina, fazer um torre e pronto”. Seguindo a mesma direção, o Trabalhador 12 revelou, esperançoso:

Se fosse pra mim comprar um sítio, se eu pudesse comprar um sítio pra mim viver só no mato com meus filhos, eu faria isso. Se eu pudesse eu investiria no Turismo porque eu acho que dá dinheiro. Pantanal é tudo, é paz, tranquilidade. Você trabalhar aqui você tem que gostar, porque se não gostar você não fica. Você tem que gostar de mato, porque ao mesmo tempo que tá quente, tá chovendo, tem mosquito. Ao mesmo tempo que você tá tranquilo, como cê tá veno, tem aquele vuco-vuco de gente (TRABALHADOR 12, informação verbal)<sup>112</sup>.

Na análise espacial é preciso ir além da análise de como as estruturas produtivas se distribuem, como é o caso das pousadas da Transpantaneira –, sendo que é necessário considerar também como as pessoas estão organizadas na região e quais as oportunidades dos indivíduos diante da estrutura posta. Sendo assim, Santos, (2011, p. 169) chama a atenção para a posição dos indivíduos no espaço, que varia conforme as oportunidades que cada indivíduo possui a estrutura espacial:

A estrutura do espaço não depende apenas da localização das empresas, como sustenta a análise regional clássica, mas requer, também, a consideração da estrutura do Estado e da produção, assim, como do modo pelo qual os recursos disponíveis são atribuídos às diferentes classes sociais. A importância de um indivíduo enquanto produtor e consumidor também depende de sua posição no espaço que varia em função das oportunidades na estrutura espacial.

Todas as opiniões, tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores locais, estão carregadas de suas experiências, sejam positivas ou mesmo negativas do Turismo como atividade que dinamiza a vida das pessoas na Transpantaneira. Dessa maneira, pode-se apontar que a Transpantaneira ainda não é um território turístico consolidado, mas está em processo, pois a atividade turística tem contribuído para a formação de “relações sociais diretamente especializada”

<sup>111</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 08. **Entrevista 20**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

<sup>112</sup> Entrevista concedida por TRABALHADOR 12. **Entrevista 24**. [nov. 2018]. Entrevistador: Daniel F. Q. Martins. Pantanal de Poconé, 2018.

(SOUZA, 2013, p. 35), formando um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”(SOUZA, 1995 p. 78).

Sendo assim, o desenrolar da história do Turismo não tem seu início apenas na década de 1990 e nem tem seu fim em 2018, como se objetivou analisar nesta investigação. É resultado de um processo histórico que vem marcando a vida das pessoas no Pantanal, sendo que algumas marcas se referem a fatores externos, sejam da conjuntura econômica, política e cultural global, mas também, existem marcas oriundas das respostas a esses acontecimentos externos, conforme a própria sociedade da Transpantaneira vem se organizando ao longo do tempo, tudo isso sendo possível representar através de uma Matriz de Periodização do Turismo na Transpantaneira.

#### 6.6 A MATRIZ DE POSICIONAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA TRANSPANTANEIRA

Com o objetivo de estruturar a Matriz de Posicionamento do Desenvolvimento Turístico da Transpantaneira, foram utilizadas três ferramentas principais: 1) a Matriz de Periodização, associada à estruturação do Índice de Desenvolvimento Turístico Local – IDTL e Ciclo de Vida das destinações turísticas, adaptado do Ciclo de Vida do Produto Turístico de Butler (1980).

A Matriz de Periodização é uma técnica, como foi explicado no capítulo da Metodologia, que consiste em selecionar alguns fatos ou acontecimentos importantes que marcaram a Vida Geográfica de determinado espaço, fatos estes chamados de Eventos, que podem ser locais ou não, e, que, de alguma forma, possuem relação com o tema selecionado para investigação.

No caso da Transpantaneira, neste estudo, foi considerado o Turismo como atividade dinamizadora daquele espaço, tendo efeitos significativos no ordenamento territorial, nas experiências e vivências de empresários e trabalhadores locais.

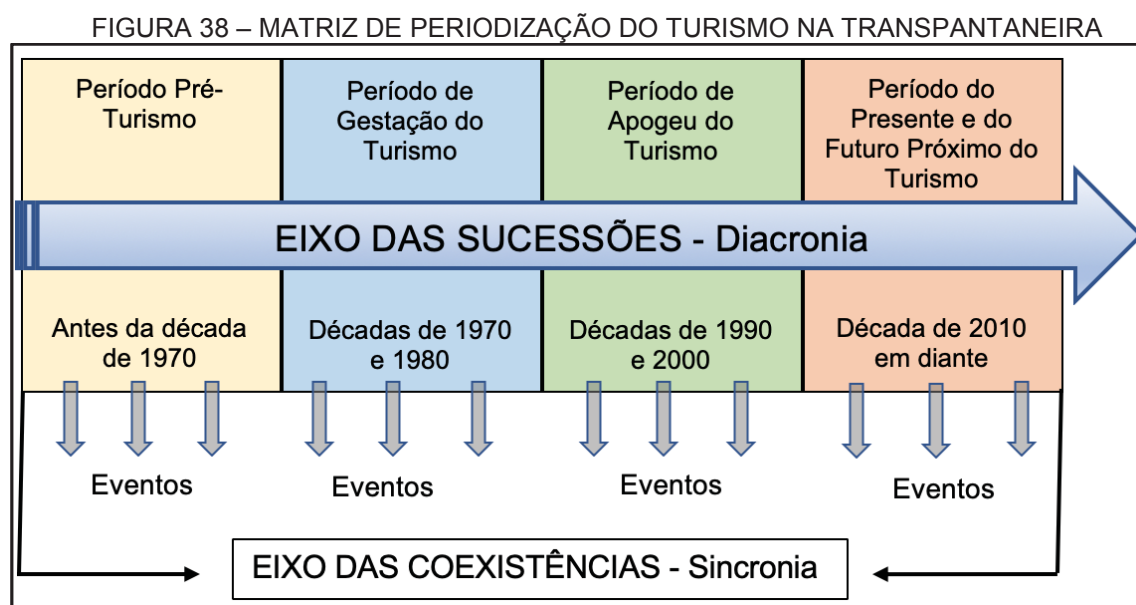
Estes eventos locais, regionais e globais marcam e estruturam conjunturas de maior amplitude, chamadas de períodos, que, ao serem ordenados, a partir do tempo cronológico - que é sucessivo - dão origem a um eixo diacrônico, que é o das sucessões de fatos.



Entretanto, o tempo também é sincrônico, pois os mesmos eventos e fatos podem ter efeitos diferenciados para cada grupo social, a exemplo, os fatos que marcaram a história do Turismo na Transpantaneira são interpretados de forma diferente pelos trabalhadores e pelos empresários, pois são sentidos de maneira desigual. Assim, forma-se também o eixo das coexistências, com a sincronia do “tempo de vivência/experiência” de cada grupo no tempo cronológico, dando feições diferenciadas para cada região, como aponta Harvey (2011 p. 160):

As configurações regionais na divisão do trabalho e dos sistemas de produção são, em resumo, feitas pela conjunção de forças econômicas e políticas, não ditadas pelas chamadas vantagens naturais. Suas criações, inevitavelmente, envolvem uma coevolução regional de formas tecnológicas e organizacionais, relações sociais, relações com a natureza, sistemas de produção, modos de vida e concepções mentais do mundo.

Além de técnica, a Matriz de Periodização também passa a ser um resultado de parte da pesquisa, pois, tendo como base as entrevistas travadas com representantes das duas principais forças (F1 e F2), que operam na formação e transformação do espaço pantaneiro – via Turismo –, e, considerando também os reflexos das políticas públicas (F3), foi possível estruturar a Matriz de Periodização, apresentada na Figura 40. Esta matriz destaca alguns eventos, períodos e conjunturas, que de forma direta ou indireta possuem ligação com o processo turístico local.



FONTE: O autor (2018).

Para complementar a Matriz de Periodização do Turismo na Transpantaneira, é importante destacar alguns eventos ou fatos importantes que marcaram cada um dos períodos apresentados. Estes eventos, foram destacados com base nos relatos dos proprietários e trabalhadores que participaram da pesquisa complementados por fontes secundárias como pesquisas realizadas sobre a região e também, documentos de ações públicas para o Turismo na Transpantaneira, estruturados no Quadro 8:

QUADRO 10 – EVENTOS QUE MARCARAM OS PRINCIPAIS PERÍODOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Continua)

<b>Período Pré-turismo – até a década de 1970</b>	
Antes do séc. XVIII	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Povoamento da região do Pantanal pela estruturação de grupos caçadores-coletores dando origem a diversas etnias indígenas. Dos povos originais desenvolve-se uma relação diferenciada com o ambiente natural, sobretudo a água, além de outros aspectos sociais e culturais que influenciaram o modo de vida do pantaneiro atual.</li> </ul>
Séc. XVIII	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contato dos colonizadores brancos com sociedades indígenas.</li> <li>• Genocídio de sociedades indígenas.</li> <li>• Descoberta do ouro na região de Poconé.</li> <li>• Estruturação da produção de gado.</li> <li>• Criação do município de Poconé.</li> <li>• Miscigenação entre negros, índios e brancos, dando origem a uma sociedade típica pantaneira.</li> </ul>
Séc. XIX	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento da produção pecuária.</li> <li>• Uso intensivo dos rios para navegação com finalidade de transporte e escoamento da produção.</li> <li>• Guerra do Paraguai.</li> <li>• Mudanças sociais e políticas na conjuntura nacional – Brasil independente e troca de regimes políticos, influenciando o ordenamento social e econômico do Pantanal (determinado a participar da dinâmica produtiva como região fornecedora de produtos da pecuária).</li> </ul>
Séc. XX - primeira metade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reestruturação da economia brasileira, definindo o papel de cada região: Mato Grosso como fornecedor de matérias primas e alimentos para outras regiões, como a de São Paulo que priorizou uma pseudo industrialização.</li> <li>• Marcha para o Oeste a fim de ocupar os espaços vazios do Brasil, incidindo com maiores embates na questão indígena (projeto Xingú).</li> <li>• Criação do código de Terras de Mato Grosso, em 1949, a fim de regularizar a posse de terras – inclusive de áreas do Pantanal.</li> </ul>

QUADRO 9 – EVENTOS QUE MARCARAM OS PRINCIPAIS PERÍODOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Continuação)

Década de 1960	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início das discussões ambientais a nível mundial e estruturação do movimento hippie, incidindo na descoberta de algumas localidades turísticas de Mato Grosso, passando a ser valorizadas por grupos de outros estados e países, como a Chapada dos Guimarães e o Pantanal.</li> <li>• Abertura de estradas ligando Mato Grosso a outras regiões do país, em especial a BR-364 a partir de 1961, diminuindo a navegação nos rios Cuiabá e Paraguai. Estruturação de projetos de colonização no centro-norte de Mato Grosso, resultando em fundação de cidades e investimentos em programas de assentamento de famílias da região Sul do Brasil para o estado. Foram priorizados os investimentos federais e estadual para o centro-norte do estado, ao passo que a região pantaneira não foi considerada estratégica para os projetos de desenvolvimento, ficando em uma situação de estagnação de investimentos, resultando em relativa preservação dos recursos ambientais.</li> <li>• Em 1964 tem início o período de seca mais prolongado que atingiu o Pantanal, perdurando até 1973. Início das discussões de ligação do Pantanal com outras regiões do país – sobretudo via terrestres. Começa a ser pensada a rodovia Transpantaneira.</li> </ul>
<b>Período de Geração do Turismo – décadas de 1970 e 1980</b>	
Década de 1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento econômico da década 1970.</li> <li>• Início do fluxo turístico no Pantanal marcadamente de turistas de pesca, na região do Porto Jofre, no Rio Cuiabá.</li> </ul>
1972 - 1976	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da construção da Transpantaneira (1972) e paralisação das obras até o Rio Cuiabá (1976).</li> <li>• Impactos ambientais oriundos do aterramento para a construção da rodovia, em contrapartida, foi considerado que os efeitos positivos da construção da rodovia por conta do acesso ao interior do Pantanal suplantariam os impactos ambientais. Devido à dinâmica do movimento das águas resultou em uma rodovia de 144 km de extensão com 129 pontes.</li> </ul>
1973	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fim dos 10 anos de seca mais prolongados no Pantanal.</li> </ul>
Fim da década de 1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da visitação espontânea no Pantanal – sobretudo mochileiros estrangeiros, com o perfil ecoturístico.</li> <li>• Início da construção das primeiras estruturas de hospedagem nas margens da Transpantaneira.</li> </ul>
Década de 1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estagnação econômica da década 1980.</li> </ul>
1982	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande cheia que atingiu o pantanal, incidindo na operação turística na alta temporada – que foi encurtada devido ao grande período de cheia.</li> </ul>

QUADRO 9 – EVENTOS QUE MARCARAM OS PRINCIPAIS PERÍODOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Continuação)

<b>Período de Estruturação do Turismo – décadas de 1990 e 2000</b>	
Início da década de 1990.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento da agropecuária mato-grossense, em especial no centro norte do estado com a abertura de novas áreas produtivas, incremento tecnológico, exportação e incentivos para o setor. Em detrimento a pecuária tradicional do pantanal se torna onerosa e de menor concorrência com a desenvolvida em outras áreas do estado.</li> </ul>
1992	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, resultando em um aumento da mídia nacional e internacional para o bioma pantaneiro, atraindo a atenção de um volume maior de visitantes estrangeiros.</li> </ul>
1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Determinação da Transpantaneira como uma unidade de conservação estadual com o título de Estrada Parque.</li> </ul>
1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inauguração da Usina de Manso, alterando o movimento de cheias e vazantes do Rio Cuiabá, visto que o Rio Manso é um dos principais afluentes do Cuiabá. Para uma maior aceitação popular o discurso do poder público foi o de maior controle das enchentes que historicamente sempre atingiam a capital e as cidades localizadas nas margens do rio.</li> </ul>
2000 a 2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do fluxo de visitantes, sobretudo estrangeiros europeus e americanos para a prática de ecoturismo. Fortifica-se as práticas de observação de aves incidindo na especialização de guias de turismo para tal prática.</li> <li>• Intensificação da fiscalização sobre a pesca predatório e também sobre os guias de turismo não regulamentados.</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fim das operações da VARIG, uma das principais cias aéreas brasileiras, afetando a movimentação aérea no país e também para o Pantanal.</li> <li>• Crise dos aeroportos brasileiros.</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surto de gripe tipo A incidindo nos fluxos de viagens internacionais – inclusive diminuindo o fluxo turístico na Transpantaneira.</li> </ul>
<b>Período do Presente e do Futuro Próximo do Turismo: Crescimento – Década de 2010 em diante</b>	
2012/2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização do trade turístico local em prol da Copa do Mundo FIFA de Futebol (2014), para Cuiabá ser uma das cidades sede e para que um centro de treinamento fosse instituído no Pantanal.</li> <li>• Início da construção das pontes de concreto na Transpantaneira.</li> </ul>
2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação parcial do aeroporto Internacional Marechal Rondon (principal do estado) com vistas ao fluxo de visitantes para a Copa de 2014, incidindo também em melhorias para os visitantes do Pantanal.</li> <li>• Realização da Copa do mundo de futebol. Cuiabá como cidade sede, mas, o Pantanal não recebeu um centro de treinamento. O fluxo turístico na região não foi o esperado pelo trade.</li> </ul>
2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do fluxo de visitantes, sobretudo estrangeiro resultado da mídia do Pantanal durante a Copa de 2014.</li> </ul>

QUADRO 9 – EVENTOS QUE MARCARAM OS PRINCIPAIS PERÍODOS DO TURISMO NA TRANSPANTANEIRA

(Conclusão)

2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro. O Pantanal não recebeu um aumento expressivo de visitantes por conta do evento, frustrando o trade local pela segunda vez.</li> </ul>
2017/1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do fluxo de visitantes devido à mídia do Brasil no exterior, por conta das Olimpíadas de 2016.</li> </ul>
2017/2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição do fluxo turístico e cancelamento de pacotes para o Pantanal causado pelas notícias de surto de H1N1, Zica e Chicungunha no Brasil e pela violência do Rio de Janeiro.</li> </ul>
2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do fluxo de visitantes, em relação aos anos anteriores. Retomada da construção das pontes de concreto.</li> </ul>

FONTE: O autor (2018).

Apresentando os principais Períodos que marcam a evolução do Turismo na Transpantaneira constituídos dos Eventos que aconteceram em cada período, é possível, compreender algumas das atuais características da organização da atividade na Transpantaneira e, desta maneira, estruturar uma reflexão sobre os efeitos da atividade na região. Para isso, foi ordenado um Índice de Desenvolvimento Turístico Local, o IDTL.

Os quatro indicadores eleitos para mensurar o desenvolvimento do Turismo na Transpantaneira foram: o Ecológico, o Econômico, o Social e o Cultural. Para cada indicador foram gerados cinco aspectos do Turismo local, baseando-se nas entrevistas com empresário(a)s e funcionário(a)s das pousadas da Transpantaneira, complementado pela observação diagnóstica e análise de documentos sobre ações públicas em prol do Turismo na região. Cada aspecto gerado é quantificado com a pontuação 1 (um), que pode ser positivo (+), para os aspectos que trazem algum tipo de impacto benéfico para a região e, negativo (-), para os aspectos que impactam negativamente a região.

Cada indicador possui um peso, que foi atribuído segundo as características da Transpantaneira. Assim, o indicador Ecológico foi considerado o mais importante para o Turismo local, e, por isso, recebeu o peso 3. Os indicadores Econômico e Social foram considerados de importância intermediária para o Turismo na Transpantaneira e, por consequência, receberam peso 2,5. O indicador cultural foi considerado o de menor relevância para o tipo de Turismo que a região desenvolve, em análise do perfil da demanda, de atrativos e da forma de

organização das atividades locais, que se baseiam exclusivamente nos aspectos ambientais do Pantanal, recebendo, então, o peso 2, conforme Tabela 1, apresentada do Capítulo 2.

A partir da realidade turística da Transpantaneira, os aspectos de cada indicador são apresentados no Quadro 9, contendo a sua respectiva pontuação e classificação positiva ou negativa:

QUADRO 11 – ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL DA TRANSPANTANEIRA, POR INDICADOR

(Continua)

<b>INDICADOR ECOLÓGICO – Peso 3</b>	
<b>Aspecto do Turismo local</b>	<b>Pontuação e classificação</b>
1 – Preservação quase que integral do ecossistema pantaneiro.	+ 1
2 – Criação de Unidades de Conservação.	+ 1
3 – Uso sustentável dos recursos naturais para e pelo Turismo.	+ 1
4 – Abertura da Rodovia Transpantaneira.	+ 1
5 – Falta de plano de manejo para a Estrada Parque.	- 1
<b>Subtotal</b>	<b>+ 3</b>
<b>INDICADOR ECONÔMICO – Peso 2,5</b>	
<b>Aspecto do Turismo local</b>	<b>Pontuação e classificação</b>
1 – Criação de oportunidade de novos negócios relacionados ao Turismo.	+ 1
2 – Alternativa econômica para região, via Turismo, causando menor dependência econômica do garimpo e da pecuária.	+ 1
3 – Remuneração baixa dos empregados no setor de Turismo.	- 1
4 – Valorização das terras – o preço da terra aumentou com o desenvolvimento do Turismo na região.	+ 1
5 – Custos elevados de produtos de consumo básico, especialmente alimentos, o poder de compra dos empresários e turistas é diferente do poder de compra da população em geral. O preço dos produtos segue o padrão de compra mais elevado.	- 1
<b>Subtotal</b>	<b>+ 1</b>
<b>INDICADOR SOCIAL – Peso 2,5</b>	
<b>Aspecto do Turismo local</b>	<b>Pontuação e classificação</b>
1 – Postos de trabalho criados.	+ 1
2 – Formação de um tipo Turismo elitizado e excludente, de alto custo.	- 1
3 – Baixa qualificação da mão de obra.	- 1
4 – Concentração da renda gerada pelo Turismo, concentração dos meios produtivos.	- 1
5 – Desarticulação dos grupos sociais, com alta dependência e pouca autonomia do destino.	- 1
<b>Subtotal</b>	<b>- 3</b>

QUADRO 10 – ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL DA TRANSPANTANEIRA, POR INDICADOR

(Conclusão)

<b>INDICADOR CULTURAL – Peso 2,0</b>	
<b>Aspecto do Turismo local</b>	<b>Pontuação e classificação</b>
1 – Oportunidade de intercâmbio cultural com a presença de visitantes de outros países.	+ 1
2 – Pouco aproveitamento e integração dos aspectos culturais na dinâmica turística local.	- 1
3 – Segregação cultural, com pouco contato do turista com o morador local.	- 1
4 – Mudança de hábitos, costumes, tradições e comportamento moldados para o perfil do turista.	- 1
5 – Valorização de alguns aspectos da cultura local, selecionados para o Turismo.	+ 1
<b>Subtotal</b>	- 1

FONTE: O autor (2018)

A partir dos aspectos do Turismo local, classificados por indicador, apresentados no Quadro 9, estrutura-se o cálculo do Índice de Desenvolvimento Turístico da Transpantaneira, segundo o peso atribuído a cada indicador, como se apresenta na Tabela 3:

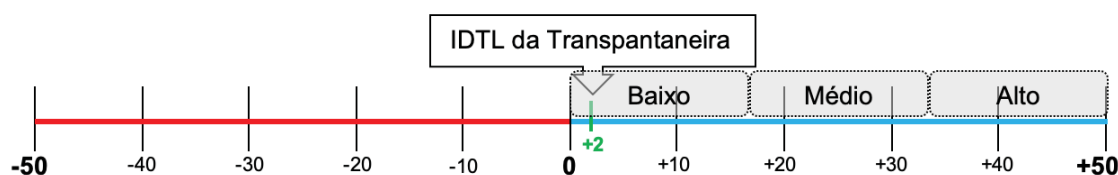
TABELA 3 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL - IDTL

<b>INDICADORES</b>	<b>PESO</b>	<b>PONTOS</b>	<b>PONTOS TOTAIS POR INDICADOR</b>
<b>Ecológico</b>	3	+ 3	+ 9
<b>Econômico</b>	2,5	+ 1	+ 2,5
<b>Social</b>	2,5	- 3	- 7,5
<b>Cultural</b>	2	-1	- 2
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	-----	<b>+ 2</b>

Fonte: O autor (2018).

Com base nos critérios ponderados, por indicador e seus respectivos pesos, chegou-se à conclusão que o IDTL da Transpantaneira é de + 2, considerado baixo, como demonstrado na Figura 41.

FIGURA 39 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL (IDTL) DA TRANSPANTANEIRA



FONTE: O autor (2018).



Trata-se do esboço de um método que pode ser aplicado a outras localidades turísticas, inclusive, adicionando novos indicadores e adaptando seus respectivos pesos, de acordo com cada destinação turística.

Neste estudo, foram considerados apenas os aspectos apresentados pelos entrevistados (proprietário(a)s e trabalhador(a)s) das nove pousadas pesquisadas, somando com a observação da dinâmica turística local, ponderada pelas discussões que estruturaram a tese.

Considerando as reflexões sobre autonomia como sinônimo de desenvolvimento local, uma segunda fase pode ser implantada no método de cálculo do Índice de Desenvolvimento Turístico Local: a validação dos dados por parte dos atores locais, através de discussões coletivas, ou de outras técnicas conforme a organização social de cada destinação.

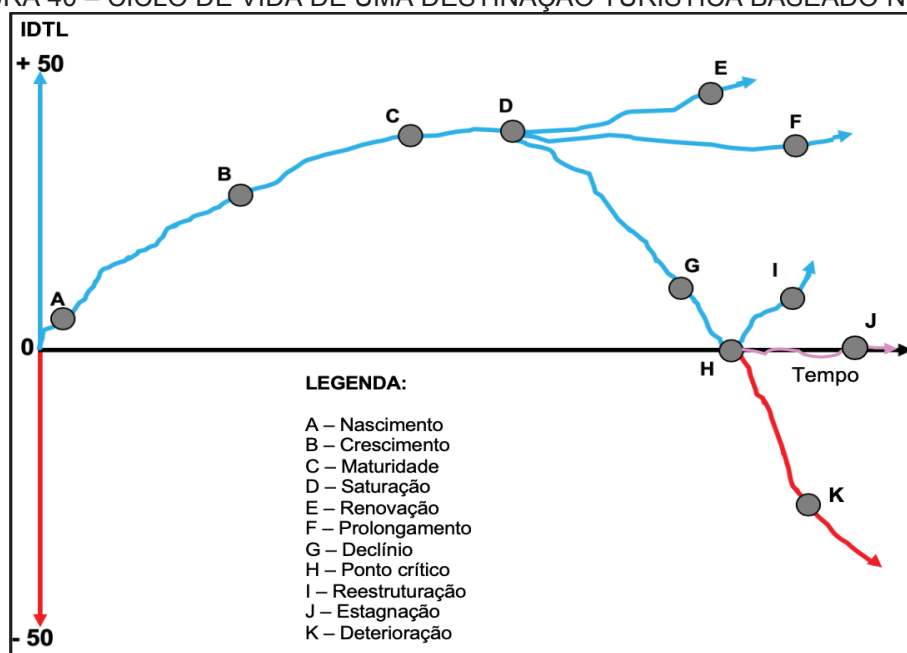
No caso da Transpantaneira, neste estudo, a validação dos dados não foi necessária visto que as informações que estruturaram o cálculo do IDTL foram retiradas das entrevistas feitas com os empresários e trabalhadores das pousadas e, o IDTL é apenas uma das técnicas utilizadas para a compreensão da dinâmica turística da Transpantaneira.

Uma outra técnica utilizada foi a de posicionamento da região da Transpantaneira no esboço do Ciclo de Vida do Produto ou das Destinações turísticas, proposto por Buttler (1980), que leva em consideração o número de visitantes que uma determinada localidade recebe.

Dessa maneira, segundo o autor, as destinações turísticas podem participar de ao menos sete estágios: o Nascimento, o Crescimento, a Maturidade, a Saturação, a Renovação, e, a partir desta podendo haver a Renovação, o Prolongamento ou o Declínio.

Ponderando-se que o número de visitantes não pode ser considerado a única variável para posicionar uma destinação turística, de acordo com seu processo evolutivo, sugere-se uma adequação na proposta de Buttler, substituindo a variável “número de visitantes” pela variável “Índice de Desenvolvimento Turístico Local – IDTL”. Dessa maneira, o ciclo de vida de uma destinação turística pode ser esboçado, conforme a Figura 42.

FIGURA 40 – CICLO DE VIDA DE UMA DESTINAÇÃO TURÍSTICA BASEADO NO IDTL



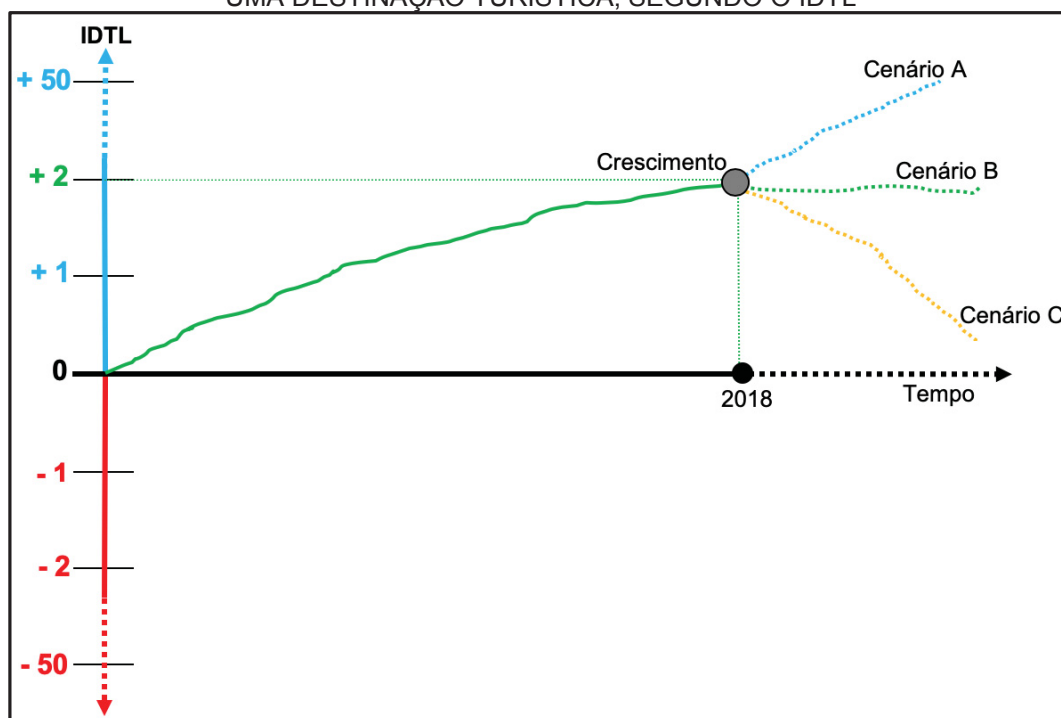
FONTE: Adaptado de BUTLER (1980).

A substituição da variável “número de visitantes” pelo “IDTL” permite adicionar mais três outras possibilidades sobre a evolução de uma destinação turística: o ponto “H”, que significa o nível crítico de uma destinação pode chegar, havendo a possibilidade de reverter o Declínio (G), caracterizando assim uma Reestruturação (I) do destino turístico, em que o IDTL volta a crescer; uma segunda possibilidade é a Estagnação (J), em que os efeitos positivos e negativos do Turismo em uma localidade acabam se anulando aproximando o IDTL de 0 (zero); a terceira possibilidade que uma destinação turística pode experimentar, é a de Deterioração (K), em que os efeitos negativos do Turismo suplantam os positivos, ou seja, o contrário de desenvolvimento local.

No tocante à Transpantaneira, o IDTL é + 2, ou seja, muito baixo, pois aproxima-se de 0 (zero). Apesar de muito baixo, o IDTL ainda se mantém positivo, significando que para a realidade estudada os efeitos benéficos do Turismo ainda suplantam os maléficos.

Além disso, é possível posicionar o Turismo local como crescente, em 2018, e, a partir desse posicionamento três cenários futuros podem ser considerados, como aponta a Figura 43:

FIGURA 41 – POSICIONAMENTO DA TRANSPANTANEIRA SEGUNDO O CICLO DE VIDA DE UMA DESTINAÇÃO TURÍSTICA, SEGUNDO O IDTL



FONTE: O autor (2018).

Tendo como base os dados sociais e econômicos locais, associados à pesquisa de campo - através das entrevistas com os atores das duas principais forças operantes no Turismo da Transpantaneira (F1 e F2) – e, também, em acordo com o que foi considerado no Capítulo 4, sobre o Turismo alimentando ou interrompendo o círculo vicioso de manutenção e reprodução das desigualdades historicamente constituídas na Transpantaneira, considera-se que: caso não haja nenhuma mudança nas relações de produção local, na atuação do poder público e na organização em classe dos grupos sociais a perspectiva é que se mantenha o Cenário B para o futuro da Transpantaneira. O cenário B reflete a Estagnação, em que os efeitos do Turismo na localidade, apesar de se manterem positivos, serão sempre próximos a 0 (zero).

Uma outra possibilidade vislumbrada para o Turismo da Transpantaneira é a do cenário C, ou de Declínio do IDTL, chegando, inclusive, à possibilidade de atingir a Deterioração, pois caso as contradições e desigualdades sejam reforçadas e não se desenvolvam mecanismos de maior autonomia local e participação dos diferentes grupos sociais no processo produtivo, via Turismo, a tendência é que os efeitos negativos de ordem social, cultural e ecológica suplantem os possíveis

efeitos econômicos que a atividade possa gerar. Assim, o Turismo, não se tornaria uma atividade interessante para a região, pois como aponta Harvey (2001, p.76):

Capitalism struggles to create a physical landscape appropriate to its needs and purposes (both in production and consumption) at one point in time, only to find that what it has created becomes antagonistic to its needs at a future point in time. Part of the dynamic of capitalist accumulation is the necessity to build whole landscapes only to tear them down and build anew in the future<sup>113</sup>.

Além das paisagens físicas criadas e destruídas, o Capital também cria e destrói relações espaciais, conforme as suas necessidades. É nesse movimento de construção/destruição constante do Capital que ajuda a estruturar a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que foi usada para compreender os movimentos globais, nacional e local dando origem a novas formas do espaço produtivo pantaneiro se organizar – por meio do Turismo. Assim,

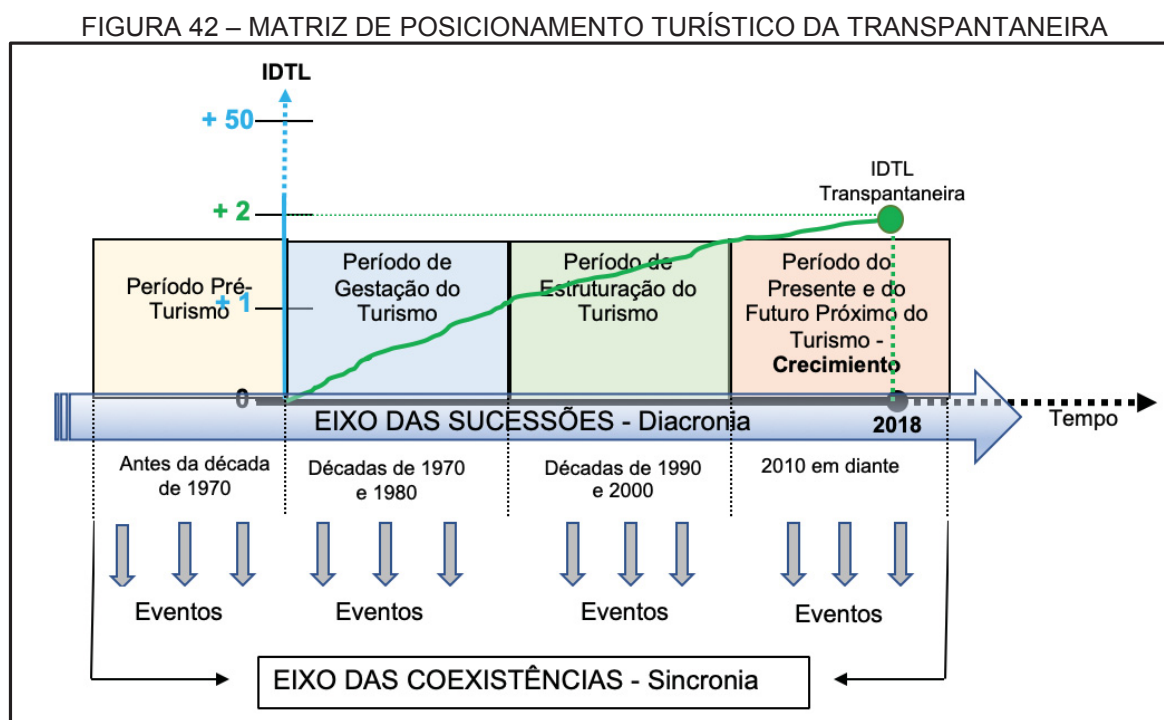
Devemos partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move, constantemente, em meio a contradições superadas, porém postas e respostas, continuamente, pelo próprio capital, através da negação de suas próprias determinações (BECKER, 2008 p. 38).

Nesse contexto de movimentos do capital de construção/destruição, é plausível também apontar uma outra possibilidade, além dos cenários B e C, visto que o Turismo pode operar como interruptor do ciclo vicioso, passando a alimentar um ciclo virtuoso, em que uma nova realidade é gerada – o cenário A. Isso só será possível com uma reorganização do modelo produtivo atual, em torno do Turismo, em que estratégias de autonomia verdadeiramente sejam operadas em prol da geração de uma sociedade menos contraditória e que as divisas oriundas do Turismo figurem um verdadeiro desenvolvimento local melhorando significativamente todos os índices sociais e econômicos da região, que foram apresentando nos capítulos anteriores.

---

<sup>113</sup> O capitalismo se esforça para criar uma paisagem física adequada às suas necessidades e finalidades (tanto na produção consumo), em um primeiro momento, até descobrir, no futuro, que o que criou torna-se antagonico às suas necessidades. É parte da dinâmica da acumulação capitalista é a necessidade de construir paisagens inteiras apenas para derrubá-las e reconstruí-las no futuro. (Tradução nossa).

O IDTL da Transpantaneira associado ao posicionamento da região no Ciclo de Vida de uma destinação turística e na Matriz de Periodização do Desenvolvimento Turístico gera uma radiografia da realidade turística local, constituindo uma Matriz de Posicionamento do Turismo da Transpantaneira, como é apresentado na Figura 44:



FONTE: O autor (2018).

Como apontado na Figura 41, em 2018, a região da Transpantaneira possui um IDTL baixo (+2), mas, ainda assim, os efeitos positivos gerados pelo Turismo suplantam os negativos, sobretudo os relativos à variável ecológica. Foi possível periodizar a evolução do Turismo na Transpantaneira em quatro períodos principais sendo que a fase atual indica um Crescimento da atividade. Esse crescimento não se refere apenas ao número de visitantes ou de empreendimentos que estão operando na região – como citado pelos entrevistados.

Foram considerados os efeitos que a atividade tem no ordenamento territorial, na organização produtiva, nas questões de uso equilibrado dos recursos naturais, na valorização e envolvimento da cultura local com a atividade turística, na melhor distribuição das divisas geradas e, acima de tudo na forma de participação dos diferentes grupos sociais, constituídos em classe, sobre as decisões referentes ao desenvolvimento local, ou autonomia. Tudo isso perpassa

pelo papel do Estado na organização territorial, pois como aponta Harvey (2011), a diversidade de respostas do Estado é um indicativo de como interpretações e quadros teóricos distintos podem apoiar não só um desenvolvimento geográfico desigual das respostas, mas potencialmente um desenvolvimento geográfico desigual dos impactos.



*Mesmo considerando-se a desproporção entre as forças em jogo e a complexidade de suas formas de intervenção, [...] não significaria que os oprimidos deste mundo nunca perceberão que são oprimidos? Nosso dever é ajudá-los a ver, para além dos sistemas ideológicos, o mecanismo infernal responsável por sua alienação e miséria.*  
(Milton Santos, 2011 p. 33)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pantanal de Mato Grosso é considerado um paraíso ecológico que possui um conjunto de atratividades turísticas baseadas, principalmente, em seus recursos naturais, mas, além destes, existem outras características menos evidenciadas pelo Turismo, como as sociais e as culturais, por exemplo.

O que possibilita o atual estágio de crescimento do Turismo, na região, sobretudo nos segmentos de Pesca e Ecoturismo, é o movimento global de desenvolvimento desigual. Este, na dinâmica de Mato Grosso, atuou na inserção de investimentos para a estruturação do agronegócio, especialmente nas regiões centro-norte do estado, sendo negado ao Pantanal de participar de tal conjuntura. O resultado disso foi a constituição de uma região com recursos ambientais relativamente preservados, visto que a agricultura ali pouco se desenvolveu.

No caso do Pantanal Transpantaneira, a dinâmica econômica que se desenrolou ao longo do tempo foi baseada no garimpo e na pecuária tradicional – que aproveita as pastagens naturais da planície pantaneira – durante o período de



vazante, visto que é o movimento das águas que ditou e dita o ritmo de vida no Pantanal.

Primeiramente a água foi o recurso facilitador de acesso para as localidades mais interioranas de Mato Grosso, via os rios pantaneiros, como o Rio Cuiabá e o Rio Paraguai. Ainda hoje, mesmo com a abertura de estradas que dão acesso ao Pantanal a água também continua agindo na vida das pessoas. Para alguns, como os moradores locais, ela segue como fonte de complemento de alimento, sobretudo pela piscosidade do bioma. Para outros, os turistas, a água significa abundância para a pesca esportiva e também recurso para reunir uma diversidade de animais – foco principal para a prática do Ecoturismo na região.

Assim, é possível considerar que cada espaço, cada região, participa de alguma maneira na dinâmica mercadológica mundial, não ao mesmo tempo nem da mesma forma, pois não é possível conceber espaços improdutivos na atual dinâmica do Capital. No caso do Pantanal da Transpantaneira, o movimento desigual do desenrolar histórico mundial que combina interesses específicos, em espaços específicos, e em momentos também estratégicos, permite compreender a representatividade da região para cada momento histórico.

No primeiro momento – o da ocupação territorial e da descoberta do ouro, o Pantanal foi de importância significativa para a economia e para integridade territorial do Brasil. Em segundo momento, à região foi negada a participação na maioria dos investimentos no agronegócio pois outras localidades apresentavam-se mais competitivas. Em consequência, tem-se um período de poucas ações público-administrativo, mas, ainda assim – de acordo com as possibilidades locais – a Vida Geográfica na região continuava em movimento, talvez em um ritmo menos acelerado, mas moldando uma sociedade com características próprias, composta por contradições, solidariedades, avanços, estagnações e retrocessos. No período mais recente, o Pantanal se reinsere no contexto mercadológico de forma mais efetiva por meio do Turismo.

Na análise espacial, o Turismo vem adquirindo importância significativa para algumas regiões, como a da Transpantaneira, porque a atividade acelera o dinamismo local, agindo de forma expressiva na organização e no ordenamento territorial. Por isso, a ciência geográfica considera cada vez mais a atividade como

força operante e, a Geografia, com o suporte de outras ciências, contribuiu intensamente para a compreensão da formação e da transformação dos lugares.

O Turismo começou a se estruturar como uma atividade econômica alternativa para a realidade pantaneira a partir da década de 1970. Foi nesse período que foi construída a rodovia MT 060, mais conhecida como Transpantaneira, que corta o Pantanal de Mato Grosso no município de Poconé. Apesar do traçado original da rodovia não ter sido concluído, ela possui 144 km de extensão e representa uma das maiores interferências humanas no bioma pantaneiro. São diversos os efeitos oriundos da abertura da Transpantaneira para o Pantanal.

O primeiro efeito ou impacto que pode ser apontado é o de ordem ambiental, visto que, para a abertura da rodovia, foi necessário executar um aterramento para sustentar a estrada. Em primeira instância, esse aterramento cortando a porção sul do Pantanal de Mato Grosso significaria um impeditivo para o escoamento natural da água oriunda das áreas mais elevadas para as de maior declividade. O traçado da rodovia foi planejado quase que integralmente em linha reta, o que, significou desconsiderar quase que integralmente as características físicas do Pantanal, resultando em alguns percalços durante a abertura da mesma. Nesse período, já havia técnicas suficientes para arquitetar a construção de uma rodovia considerando todas as características que envolveriam o ambiente pantaneiro. Prova disso, é a construção da ponte Rio-Niterói (1969 a 1974), que possui mais de 13 km de extensão sobre a Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

O traçado em linha reta da rodovia, desconsiderando a principal característica física do Pantanal – que é a circulação natural da água – deu origem a um embate entre o homem e a natureza. Desse embate, conclui-se que ambos saíram vitoriosos, mas exigindo concessões/adaptações das duas partes. Primeiramente, porque, seguiu-se com o intento de construir a rodovia – que teve o trecho de Poconé até Porto Jofre, no Rio Cuiabá, finalizado nos anos de 1976/77, com revestimento primário (cascalho) – característica que segue até os dias atuais. Mas, o homem teve que se adequar às peculiaridades do Pantanal, que não permitiram que o movimento das águas fosse totalmente impedido pela rodovia, o

que poderia acarretar um impacto ambiental irreversível – essa era a principal crítica sobre a construção da rodovia em seu período inicial.

Em segundo lugar, a natureza também saiu vitoriosa, pois naturalmente foi indicando o caminho em que os cursos d'água deveriam ter passagem. Segundo informações de proprietário(a)s que foram entrevistados para a realização da pesquisa e, que, presenciaram o processo de abertura da Transpantaneira, não foram utilizadas técnicas para desenhar o melhor traçado da rodovia e muito menos para prever onde seria estratégica a construção das pontes – para facilitar o escoamento da água. Assim, o procedimento utilizado foi o de seguir com o aterramento para a estruturação da rodovia, no período da seca e aguardar as cheias, para verificar onde a água faria seu curso, procedendo, então, com a construção das pontes.

O resultado foi uma rodovia bastante peculiar, já que ao longo de seu trajeto foi necessária a construção de 119 pontes – quase uma ponte por cada km de rodovia. Todas elas foram construídas com madeira, não pela falta de técnicas para o uso do concreto, mas, talvez por uma adequação orçamentária do projeto inicial, que previa que a rodovia se estendesse até a cidade de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul – planejamento que nunca foi concluído.

Continuando a reflexão sobre os ganhos ambientais suplantando os impactos negativos, pondera-se que com o passar do tempo, as águas do Pantanal foram encontrando novos cursos, concentrando-se mais nos trechos próximos às pontes sobre rios e corixos, mas também, o aterramento acabou por resultar em uma maior concentração de áreas alagadas ao longo das margens da rodovia.

O principal impacto social oriundo da construção da Transpantaneira – que foi percebido durante a realização deste estudo – foi o relativo à facilitação de acesso dos pantaneiros à cidade e vice-versa, já que o meio de transporte principal foi convertido de canoas, cavalos e carros de boi para o automóvel, com o passar dos anos.

Em consequência, além dos efeitos ambientais e sociais, foi notado também um impacto de ordem econômica, pois a movimentação do gado no Pantanal – das regiões mais baixas para as regiões mais altas, no período de cheia – foi facilitado pela Transpantaneira que, significa maior fluidez para o manejo do

gado. Outro efeito econômico que pode ser apontado relaciona-se à atividade turística.

O Turismo no Pantanal de Mato Grosso começou antes mesmo da abertura da rodovia, com seu fluxo inicial marcado pela presença de pescadores e também por mochileiros desbravando a região que, naquele período, contava com pouca ou quase nenhuma estrutura para o Turismo.

A abertura da rodovia facilitou o fluxo de visitantes que influenciou a adequação de algumas fazendas de gado para uma função adicional – a turística. Algumas pousadas foram estruturadas a partir das fazendas pantaneiras, outras projetadas com estruturas específicas para tal fim. Além da facilitação de acesso ao interior do Pantanal, a construção da rodovia – que necessitou de aterramento – incentivou a contenção relativa do fluxo de água ao longo de suas margens, favorecendo o agrupamento de animais, como aves, mamíferos, répteis além da proliferação de espécies da fauna e da flora aquática.

Desse modo, esse conjunto de aspectos favoreceu a estruturação da atividade turística que também foi dinamizada por vários eventos ou acontecimentos locais e globais, em especial os de reordenamento político e econômico do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, e também, as discussões sobre o meio ambiente, propositoras do Turismo como alternativa econômica para localidades como o Pantanal, a Amazônia e outras áreas de importância ambiental. Alguns dos principais eventos que incidiram no ordenamento do Turismo local foram apresentados na Matriz de Periodização do Turismo da Transpantaneira.

A Matriz de Periodização foi uma técnica utilizada e também um resultado da investigação e, a partir dela, foram identificados quatro períodos principais da evolução do Turismo na Transpantaneira: o primeiro anterior à década de 1970 caracterizado como Pré Turismo é composto pelo conjunto de eventos ou de acontecimentos que possibilitaram a estruturação da atividade. O segundo período – o das décadas de 1970 e 1980, foi caracterizado como o de Geração do Turismo, pois foi nessas décadas que teve início o fluxo de visitantes e a estruturação das pousadas ao longo da Transpantaneira, inserindo o Turismo como uma alternativa produtiva para a região.

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma maior estruturação do Turismo na região, o que, graças às influências de questões internas e externas

à Transpantaneira, resultou em um aumento do fluxo de visitantes que, de certo modo, influenciaram na modelação de estruturas, de atividades oferecidas e da operação das atividades turísticas na região.

O quarto período – o atual, é marcado pelo crescimento da atividade, tanto em número de visitantes quanto em efeitos positivos suplantando os negativos – mesmo que com um índice ainda baixo de desenvolvimento turístico local.

Estudando e investigando o Pantanal da Transpantaneira é possível perceber e até compreender algumas das contradições sócio espaciais do lugar. Para a maioria dos turistas que passam um curto período na região, o Pantanal representa o paraíso, pois percebem uma natureza preservada, com poucas interferências humanas na paisagem; uma abundância de recursos naturais – sobretudo a água, a vegetação e os animais de diferentes classes, como a dos mamíferos, com destaque para as capivaras e onças, as aves, de cuja classe faz parte o Tuiuiú, símbolo do Pantanal e os répteis como os jacarés e as sucuris.

Segundo os empresários e funcionários das pousadas da Transpantaneira, o turista que visita o Pantanal se divide em dois grupos principais: o ecoturista e o pescador. Cada grupo possui suas especialidades próprias para realização das atividades. O território do pescador é o Rio Cuiabá e o território do ecoturista são os espaços das pousadas ao longo da Transpantaneira. Trata-se de dois perfis de turistas que possuem motivações diferenciadas, que incidem na organização geral do território turístico da Transpantaneira. Com base nisso, abre-se uma possibilidade de continuidade de investigação a fim de traçar o perfil detalhado dos visitantes da região. Isso pode contribuir, inclusive, para um melhor entendimento de como a atividade turística vem se organizando na região e, inclusive, abrindo possibilidade de prever alguns conflitos de motivação turística, no território pantaneiro.

É iminente um empasse entre os turistas de pesca e os ecoturistas devido à utilização do mesmo espaço – o Rio Cuiabá –, para formas diferenciadas de prática turística. O grupo de pescadores movimenta-se em grandes chalanas e barulhentos barcos a motor até encontrar o local ideal para a pesca; já o ecoturista tem cada vez mais utilizado o Rio Cuiabá para observar as onças cuja presença é crescente nas margens do Cuiabá. O comportamento do ecoturista é diferenciado do comportamento do pescador, pois requer silêncio e paciência para a espera do

felino. Logo, a equação é simples: se existem dois grupos com comportamentos turísticos diferentes utilizando o mesmo espaço, o resultado disso – caso não haja nenhum tipo de ordenamento das atividades –, será o conflito, saindo vitorioso o grupo com maior força, representada pelo maior poder de compra, o que influenciará na organização da atividade turística local.

Partindo destas considerações, aponta-se uma segunda possibilidade de continuidade de investigação – baseando-se nas características do Pantanal da Transpantaneira – e, a Geografia pode oferecer ferramentas metodológicas e teóricas para auxiliar no desenvolvimento de um estudo sobre os conflitos territoriais oriundos do uso turístico de determinados recursos – como o Rio Cuiabá, por exemplo.

Em consequência, uma outra possibilidade de investigação que a temática do Turismo na Transpantaneira pode oferecer, com suporte da Geografia, é a relativa à questão da Rodovia Transpantaneira, ou mais precisamente sobre a sua consideração como uma unidade de conservação estadual com o título de Estrada Parque.

A Transpantaneira foi intitulada como uma Estrada Parque considerando o conjunto de valores que agrega para a questão paisagística e, conseqüentemente turística. Isso ocorreu sob a forma de uma lei estadual no ano de 1996. Com base nos estudos realizados na região, essa titulação pouco interferiu no processo de organização e de ordenamento territorial, ao passo que se abrem diversas possibilidades de melhor uso turístico da Estrada Parque, impactando positivamente no processo de desenvolvimento local, sobretudo, com maior participação da população pantaneira na estruturação de pequenos negócios relacionados à atividade turística, aproveitando-se do fluxo de visitantes já existente e crescente no Pantanal.

No momento atual, a região da Transpantaneira ainda garante a sua sustentabilidade ambiental quase que integralmente, mas Santos Filho (2005, p. 45) adverte que:

O capitalismo tenta a todo instante, passar a ideia de equilíbrio, harmonia e funcionalidade do sistema, ou seja, “a imagem invertida de sua perversidade”. Para manter esse cinismo, produz dentro da receita do neopositivismo o conceito de base idealista chamado sustentabilidade.

Existem alguns impactos causados pelo desenvolvimento das atividades turísticas como a alteração de hábitos e comportamentos de alguns animais, como jacarés, tuiuiús e gaviões que estão sendo alimentados por guias ou condutores locais, para uma maior espetacularização da natureza e, também, há indícios de que o Turismo tem alterado o hábito e os horários de movimentação de algumas espécies, que tentam driblar as atividades turísticas de focagem noturna e de passeios de observação, que contam com a presença mais massiva de visitantes ávidos por visualizar uma maior quantidade de espécies em menos tempo.

Para minimizar essa interferência, seria essencial a elaboração de um plano de manejo de uso turístico mais eficiente da Estrada Parque, democraticamente construído junto com os guias de turismo, outros profissionais do Turismo local, os proprietários dos empreendimentos e o poder público, o que poderia, ainda, contribuir de forma mais contundente na melhor ordenação da região turística da Transpantaneira.

Mas, para que isso aconteça é necessário que mais estudos possam ser efetivados na região, sejam eles de uso mais adequado dos recursos, ou de uma melhor organização dos atores locais para o Turismo – uma forma de começar a se estruturar uma autêntica governança local que seja forte, representativa e democrática – que se traduz em autonomia local para a tomada de decisões, conforme suas próprias possibilidades.

Destarte, o Turismo, é uma atividade importante para a economia e o meio ambiente local, mas que pode ter efeitos ainda mais significativos, pois, ainda se tratando das contradições verificadas na Transpantaneira (que possuem relação com a atividade turística), foi percebido<sup>114</sup> que o município de Poconé possui um baixo Índice de Desenvolvimento do Turismo. O que deu suporte a essa consideração foi a combinação de diferentes dados sobre as questões econômicas, sociais, ecológicas e culturais da região.

Na tentativa de mensurar os efeitos que a atividade gerou e gera para a Transpantaneira foi proposta uma metodologia simplificada de cálculo do Índice de

---

<sup>114</sup> Por meio de entrevistas com o(a)s empresários, o(a)s trabalhadore(a)s, das pousadas da Transpantaneira e representantes do poder público do município de Poconé e do governo de Mato Grosso e, complementada por: a) observação participante, durante a pesquisa; b) análise sobre os efeitos das políticas públicas de Turismo para a região; c) levantamento dos dados sociais e econômicos do município de Poconé.



Desenvolvimento Local que, considera quatro variáveis principais: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. Tomando como base o modelo de Turismo que a Transpantaneira vem estruturando, cujos recursos mais significativos são os ambientais, a variável ecológica foi considerada de maior peso e a cultural de menor peso.

Trata-se de um esboço preliminar de uma técnica de mensuração dos efeitos do Turismo sobre o desenvolvimento local, para além do quantitativo de número de visitantes ou de divisas geradas pela atividade. Esta técnica é passível de adaptações, segundo critérios estipulados pelo pesquisador, em consonância com as características de cada região. É importante considerar a trajetória histórica de cada espaço analisado, visto cada lugar ter suas características internas próprias e, por isso, responder de forma distinta aos eventos e estímulos externos, pois a Vida Geográfica de cada lugar é única.

Por essa razão, neste estudo, tomou-se o posicionamento de que não existe um modelo de desenvolvimento a ser seguido, e, que o próprio desenvolvimento não se compõe de estágios a serem alcançados pelas distintas regiões. Cada lugar possui suas formas próprias de se organizar, resultando em fatos e acontecimentos – ora locais, ora globais que ajudam a explicar a *démarche* de cada região – como o que foi apontado na Matriz de Periodização da Transpantaneira.

Logo, a concepção de desenvolvimento aqui defendida é multidirecional (econômica, cultural, ambiental e social), portanto leva em conta a organização interna das localidades e a busca pela autonomia das pessoas que vão formando e transformando cada espaço – inclusive através de uma atividade econômica – como o Turismo, que incide na realidade da Transpantaneira.

Ao ser estruturado o cálculo do Índice de Desenvolvimento do Turismo Local foi concluído que este, para a região da Transpantaneira, neste momento, é baixo, ou seja, numa escala que vai de – 50 até + 50 pontos, a região apresentou um IDTL de +2. Os fatores econômicos, culturais e sociais que foram considerados pesaram negativamente para a pontuação, ao passo que o ecológico foi o que apresentou melhores pontuações.

É necessário que os efeitos positivos gerados pelo Turismo sejam garantidos nas quatro variáveis consideradas, pois, como o que foi comprovado,

não basta apenas um deles, no caso o ambiental, estar melhor posicionado se os outros não acompanham essa performance. Conciliando o cálculo do IDTL da Transpantaneira com o seu posicionamento no Ciclo de Vida das Destinações Turísticas (adaptado de Buttler, 1980), considera-se que a atividade ainda gera impactos positivos, porém baixos, e, esta, encontra-se em um período de Crescimento.

Dessa maneira, a situação do Turismo na Transpantaneira pode não se sustentar por muito tempo, caso não haja uma mudança na realidade local, devido ao fato de que, como foi apresentado na Figura 42, existe um Ponto Crítico (H) que algumas destinações turísticas podem alcançar. Este ponto crítico é atingido quando os efeitos negativos anulam os positivos não gerando nenhum desenvolvimento local, pois como aponta Ouriques (2015, p. 103) “contrariando os mitos ideologicamente estabelecidos, queremos afirmar aqui que, na periferia do capitalismo, o turismo não se constitui em motor de desenvolvimento”.

Como a Transpantaneira tem um IDTL de apenas + 2, conclui-se que está muito próximo desse ponto crítico sugerido. Uma destinação turística como a Transpantaneira não precisa e não pode esperar alcançar o ponto crítico de desenvolvimento do turismo local, visto que é necessária estruturação de um conjunto de estratégias para que o IDTL seja crescente.

Dessa feita, a partir da realidade estudada, considerando todas as características que foram levantadas e percebidas sobre a Transpantaneira é possível sugerir algumas estratégias para a garantia do crescimento do seu IDTL, ou seja, para que o Turismo haja verdadeiramente como uma energia que interrompa o atual ciclo de reprodução das desigualdades que historicamente foram se constituindo na região. O cenário de maior Índice de Desenvolvimento Local para a Transpantaneira é possível, desde que sejam considerados alguns direcionamentos que podem ser tomados.

Primeiramente, considera-se importante o reordenamento do processo produtivo. O Turismo é uma atividade econômica importante para a região e isso deve ser reforçado, porém sem que se cause uma dependência exclusiva da atividade, como a que existe em relação aos aturais segmentos do turismo, que se apresentam na localidade, sobretudo o de pesca e o ecoturismo. Logo, novas possibilidades associadas diretamente, ou não, ao Turismo podem ser estruturadas

para o reforço econômico local. A forma atual que o Turismo se organiza é interessante apenas para parte dos envolvidos – sobretudo o empresariado local que lucra com a atividade, pois caso não lucrasse os empreendimentos não se manteriam por tão longo tempo como a pesquisa apontou.

Além de gerar poucos postos de trabalho, os salários pagos são baixos, justificados pelos empresários locais pela pouca qualificação dos profissionais da região. Além disso, a dinâmica de trabalho não traz vantagens ao trabalhador que é motivado quase que exclusivamente pela sobrevivência. Relações sociais estão sendo impactadas negativamente, gerando uma massa trabalhadora altamente dependente das poucas oportunidades que o Turismo está gerando na região e mais, de acordo com as regras ditadas por quem manda: quem emprega (o que tem o poder econômico).

Parte desse problema se deve à ineficiência da atuação do poder público que se apresenta distante da realidade das pessoas que vivem no Pantanal. Políticas eficientes de apoio ao desenvolvimento turístico são necessárias para a Transpantaneira.

O que se percebeu na região foram apenas as falhas tentativas do poder público do município em querer estruturar uma cobrança de taxa de visitação que se arrasta há anos e nunca é de fato operacionalizada pois, não encontra meios de ter a adesão dos empresários – que também se sentem abandonados pelas políticas de desenvolvimento do Turismo. Sobre o governo do Estado, as ações também se resumem em uma relativa conservação da pavimentação (cascalho) da rodovia, que tem sérios problemas de fornecimento de orientação e informação aos visitantes, visto que não há placas orientativas nem sobre as questões normais de trânsito, quanto mais de sinalização turística.

Outra ação mínima em benefício do Turismo, por parte do governo de Mato Grosso, que foi observada, é a substituição de algumas pontes de madeira por pontes de concreto, pois a manutenção das pontes de madeira é uma das maiores dificuldades para o acesso não só para as pousadas como também para todas as localidades da Transpantaneira. Foram necessários quase 10 anos para que efetivamente 32 das 119 pontes fossem substituídas. Não foi identificada nenhuma ação adicional, do poder público estadual para o desenvolvimento do Turismo na região. Este, justifica que está implantando o Programa de Regionalização do

Turismo – desenhado pelo governo Federal e, que efetivamente ainda não impactou em nada no ordenamento da atividade na região. É necessário que o governo municipal e o governo estadual criem ações conjuntas, com planos, metas e programas que considerem as principais deficiências locais, mas também as forças que a região possui para que, por meio do Turismo a comunidade local tenha ganhos sociais, culturais, ambientais e econômicos efetivos. Tudo isso incide na qualidade do produto ofertado, que ainda é pouco competitivo no cenário nacional e internacional.

O que foi detectado é um espaço turístico cuja renda é altamente concentrada, sobretudo porque o meio produtivo em que se desenvolve a atividade é concentrado, ou seja, muita terra na propriedade de poucos. Existe vontade empreendedora, por parte da população local, como foi apontado por algumas entrevistas com os profissionais que atuam nas pousadas, porém, estes, ainda não encontraram uma forma para empreenderem no Turismo. Novos negócios podem ser estruturados e incentivados, como os de artesanato, de gastronomia e mesmo de visitação turística diferenciada.

Trabalhadores associados com meios de produção em comum, tomando decisões conscientes, portanto não alienadas, de forma plenamente transparente, sem necessidades sociais ditadas pelas relações de dominação capital-trabalho nem intervenções de nenhum poder externo (como o Estado ou o mercado) (HARVEY, 2018, p. 63).

A Estrada Parque poderia ser cenário para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos turísticos ao longo de sua extensão, ou seja, a partir de um estudo mais detalhado das possibilidades turísticas que a Transpantaneira pode apresentar, a comunidade pode ser melhor envolvida para além do ecoturismo e da pesca.

Associado ao ecoturismo e ao turismo de pesca existem diversas outras possibilidades, como por exemplo o turismo rural, visto que a ruralidade pantaneira não é aproveitada de nenhuma maneira para o Turismo na região. É possível, inclusive, o planejamento de atividades diversas ligadas à natureza que gerem uma demanda para a população local empreender. Isso não significa uma concorrência adicional para as pousadas já existentes, mas o empresariado também precisa mudar sua forma de pensar, pois estruturas e atividades adicionais podem significar

maior atratividade do destino, incidindo num maior fluxo de visitação e também de maiores estadias nos empreendimentos locais.

É evidente a existência de dois grupos de atores envolvidos no Turismo muito bem definidos, identificados como F1 e F2, os trabalhadores e os proprietários das pousadas, respectivamente. Cada grupo possui um modo de pensar típico do grupo a que pertence: o proprietário defende seu próprio negócio e reclama do poder público e, o trabalhador critica os baixos salários, a jornada de trabalho e também censura a atuação do poder público. Mas, nesse processo, o proprietário ainda é o vitorioso, visto que é ele quem lucra, quem tem as possibilidades de se locomover melhor para onde e quando quiser, é ele que tem a propriedade da terra e pode escolher entre investir exclusivamente na pecuária ou diversificar seus ganhos com o Turismo e, muitas vezes é ele quem é ouvido pelo poder público, quando o próprio poder público não é também o empresário.

Para o trabalhador a situação apresenta-se mais difícil, porque ser pobre no Pantanal custa alto, pois os produtos comercializados em Poconé são mais caros que os da capital, os serviços de educação e saúde são deficientes, e o tempo, o espaço e as condições de operar no espaço e no tempo são diferentes para o trabalhador e para o empresário.

A forma de trabalho aprisiona o trabalhador por 24 dos 30 dias de cada mês e, muitas vezes não há a garantia de emprego nos 12 meses do ano, devido ao fluxo de visitantes, pois o empresariado local fica na dependência do volume estrangeiro que visita a região no período de seca. É um círculo vicioso de dependências que vai se reproduzindo ano a ano e, por isso, o IDTL da Transpantaneira ainda é tão baixo, mesmo que a atividade tenha se iniciado há mais de 40 anos na região.

Dessa feita, considera-se que o processo histórico deu origem a uma cultura do trabalho vista e operacionalizada de modo diferente por parte do(a)s proprietário(a)s e por parte do(a)s trabalhadore(a)s. A partir do modo de organização e das relações do trabalho dinamizadas pela atividade turística, existem alguns conflitos entre os dois grupos investigados. O Turismo tem dinamizado cada vez mais as relações de trabalho no Pantanal, e o que marca essa dinamização é a presença do turista, sobretudo o estrangeiro, que possui hábitos e comportamentos diferentes da população pantaneira. A língua, as exigências, os

costumes, a forma de estar no ambiente é que vem moldando os empresários a se organizarem em torno da atividade turística e, conseqüentemente, isso demanda uma adaptação, ou uma modelação do trabalhador a essas características.

Essa adaptação modeladora apresenta-se lenta, sobretudo por conta da falta de algumas estratégias para o melhor preparo das pessoas em atuarem no Turismo, ainda mais se moldando às exigências e aos padrões estrangeiros. A língua talvez tenha sido a barreira inicial para a organização do Turismo local, mas, aos poucos, isso, vai sendo superado com a presença de outros profissionais melhor preparados, como os guias de turismo. Inclusive são poucos o(a)s proprietário(a)s que dominam um idioma estrangeiro nas pousadas da Transpantaneira.

Existe um modo de ser do pantaneiro que foi historicamente sendo construído, sendo que, nos últimos anos, o Turismo tem sido uma atividade que também tem dinamizado esse modo de ser. Nesse processo todo há impasses, ajustes e desajustes. Alguns respondem melhor às imposições perpetradas pelo Turismo e outros precisam de mais tempo para isso, mas não se pode desconsiderar a força que a atividade turística tem nesse processo de alteração de ritmo de vida, de organização de trabalho e de implicações sociais e culturais – são outros impactos do Turismo que não foram profundamente abordados neste estudo, abrindo novas possibilidades de investigação.

As duas forças principais consideradas na estruturação da investigação foi a do(a)s trabalhadore(a)s – F1 e a do(a)s empresário(a)s – F2, mas outras também operam na formação e transformação do espaço turístico da Transpantaneira, como a do poder público – F3, também analisada, além da força do turista (passível de investigações futuras). A partir da análise das duas principais forças operantes (F1 e F2), conclui-se que são dois grupos sociais distintos, que não podem ainda ser designados como classes, visto que não há consciência do que significa constituir-se como tal e, muito menos existe uma organização em torno dessa constituição de classe. Constituir-se como classe significa ter consciência do seu papel no processo produtivo, levando em consideração suas forças de atuação e também suas debilidades organizativas de forma a desenvolver estratégias de luta para que as debilidades sejam minimizadas.

Como o grupo menos forte no processo é o dos trabalhadores, que possui menos vantagens organizativas – devido à questão econômica e social – que o grupo dos empresários, foram concentrados mais esforços, nesta investigação, em compreender como os trabalhadores e trabalhadoras percebem essas transformações operadas pelo Turismo em suas vidas, mas, para isso, não se desconsiderou como os empresários também avaliam esse processo. É certo que o Turismo tem dinamizado significativamente as relações entre os dois grupos investigados.

O Tempo e Espaço dos dois grupos são diferentes, mesmo eles estando contidos no mesmo espaço – a Transpantaneira, e também no mesmo tempo cronológico. Antes, com a pecuária o tempo e o espaço dos trabalhadores e dos proprietários eram mais próximos e menos diferenciados, ou seja, a vivência do tempo cronológico no espaço das fazendas de gado era mais uniforme, tendo um ritmo mais aproximado.

O Turismo trouxe outras dinâmicas, outras estruturas e outras formas de organização em torno do trabalho. O empresário se adaptou melhor a esse processo de mudanças perpetradas pelo Turismo, pois é dessa adaptação que depende o seu lucro, porque o Capital incentiva essa especialização e essa espacialização dos donos de pousadas. Estes foram tentando moldar estruturas, serviços, espaços e seu próprio tempo segundo as exigências e o ritmo do turismo – afinal, ou se adequa ou é atropelado pelo Capital, que é voraz.

Um dos fatos que comprovam essa voracidade do Capital foram as pressões sofridas pelo tradicional modelo de produção pecuária do Pantanal, este foi se apresentando cada vez menos competitivo frente ao de outras regiões mais tecnificadas e com maiores investimentos, que começaram a produzir mais e melhor, deixando a pecuária tradicional menos rentável. Atrelado a isso, os movimentos ambientalistas também foram e são uma forma de pressão para as adaptações produtivas que a região sofreu e sofre, pois, o Pantanal foi cada vez mais sendo associado a uma área de preservação, com uma natureza pura e que deve ser tocada apenas pelo Turismo.

Foi dado ao Turismo um caráter conservacionista e sustentável (sobretudo para o meio ambiente), até que estudos mais estruturados começaram também a avaliar e investigar os efeitos negativos que a atividade pode exercer em uma



localidade. Assim, para o Pantanal da Transpantaneira ainda é difícil incutir o ideário de que a pecuária tradicional pode conviver bem com ações preservacionistas, inclusive com o Turismo. Em parte, isso ocorre, porque as pastagens naturais não carecem de áreas desmatadas, mas os impactos causados pela criação de gado em larga escala, vão além do processo de desflorestamento das áreas para a abertura de pastagens.

Contudo, hoje, as duas atividades produtivas coexistem, cada uma delas possuindo aspectos positivos, mas também efeitos maléficos não só para o meio ambiente, mas para toda a organização social local – sobretudo devido à alta taxa de concentração de terras e das riquezas geradas.

Por fim, pondera-se que a relação Espaço-tempo, é chave para o entendimento das conformações sociais globais. Cada espaço geográfico é dotado de identidade e singularidades, mas que também refletem aspectos mais amplos de como as sociedades se organizam e se relacionam. As dinâmicas são diversas e nem sempre revelando aspectos solidários, mas sim, produzindo e reproduzindo desigualdades, independente das atividades econômicas dentro do sistema capitalista.

Dessa feita, a tese defendida neste estudo é de que o Turismo traz um baixo desenvolvimento para a região da Transpantaneira, entendendo desenvolvimento como sinônimo de autonomia local. Além disso, não é a atividade econômica em si, a responsável pela dependência ou pela autonomia local, e sim a forma de organização dos modelos produtivos que se compõem sobretudo por uma estrutura de organização dos grupos envolvidos (classes), pela distribuição dos meios de produção, pela aplicação de políticas públicas de desenvolvimento para todos e não para alguns e pela forma de participação de todos os envolvidos nos processos decisórios. Logo, no caso da Transpantaneira, por meio do Turismo, todo o modelo de organização regional pode e deve ser repensado. “Não obstante, o problema da igualdade é inseparável de uma organização espacial adequada, baseada numa estrutura de produção adequada”. (Santos, 2011, p. 178).

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral de analisar a influência do Turismo nas transformações sócio espacial do Pantanal da Transpantaneira e seus efeitos no desenvolvimento local foi alcançado, visto que foi possível responder aos objetivos específicos de:

a) Pontuar as principais variáveis locais e globais que tiveram implicações na organização sócio espacial da região da Transpantaneira, perfazendo uma caracterização evolutiva da atividade no Pantanal culminando sobretudo na estruturação da Matriz de Periodização do Turismo da Transpantaneira;

b) Reconhecer os efeitos das políticas públicas turísticas aplicadas na Região do Pantanal, que foram evidenciadas a partir da opinião dos proprietários e proprietárias locais sobre as mesmas e no recorte da atuação do poder público municipal de Poconé e do Governo de Mato Grosso nas ações em prol do Turismo local;

c) Estabelecer uma correlação entre os principais índices socioeconômicos locais e a evolução do Turismo da Transpantaneira, em que foram destacadas as características da região, sobretudo sobre o meio ambiente, a economia e a organização em torno do trabalho com o Turismo, ressaltando que a atividade, da forma que se organiza, contribui pouco para a melhoria de tais índices;

d) Caracterizar a atuação das forças produtivas locais representadas pelo(a)s trabalhadore(a)s e empresário(a)s das pousadas localizadas ao longo da Transpantaneira, visto que se apresentou o perfil dos empresários e dos trabalhadores envolvidos com o Turismo, bem como suas percepções acerca das influências que o Turismo tem em suas vidas e na organização social e produtiva na região;

e) Definir se o Turismo é fator de desenvolvimento ou reproduzidor das contradições historicamente constituídas na região, e, para isso travou-se uma argumentação teórico metodológica acerca do desenvolvimento desigual e combinado, que ajudou a explicar a inserção do Turismo na lógica produtiva local e também sobre o desenvolvimento enquanto sinônimo de autonomia local, culminando especialmente na estruturação do Índice de Desenvolvimento Local – IDTL e, no respectivo posicionamento da Transpantaneira no Ciclo de vida das destinações turísticas.

Com isso, assim como foi feito na Introdução desta tese, afasto-me das formalidades da escrita científica, colocando-me em primeira pessoa, para finalmente considerar que o Pantanal da Transpantaneira é um espaço altamente dinâmico e, que me revelou parte de suas contradições, base desta investigação. Nesse meu caminhar de quatro anos, pude amadurecer meus conhecimentos

teóricos e metodológicos, compreendendo que a Geografia é uma valiosa ciência que me ajudou, com as categorias de análise que escolhi, a entender um pouco mais como o Turismo ainda é uma utopia para o Pantanal de Mato Grosso, visto que há muitas dificuldades que o povo pantaneiro – composto de empresários, trabalhadores e outros grupos de pessoas que formam aquela sociedade única –, enfrenta e enfrentará, mas que um futuro melhor ainda é possível.

## REFERÊNCIAS

ALEMÁN, A. M. A.; HEREDIA, R. E. B. **Desarrollo territorial a escala local**. La Habana, Cuba. UH Editorial, 2013.

AMIN, S. **Imperialismo y desarrollo desigual. Libros de confrontación – Economía 6**. Traducido al castellano por alberto Nicolas de original francês L'imperialisme et le développement inégal, publicado por Les Editions de Minuit, París. Grancia. Editorial Fontanella, S. A., Escorial 50. Barcelona (12) – 1976.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Caracol e sua Concha**: Ensaio sobre uma nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, J. **Ciclo de vida do produto turístico**. Know.net, enciclopédia temática, 2016. Disponível em: < <http://know.net/terraselocais/turismo/ciclo-de-vida-do-produto-turistico/>>. Acesso em 18 dez. 2018.

ARAÚJO, V. S. de. Transpantaneira, turismo e modificações. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

BALDUINO, J. C.; COSTA, D. de S.; PINTO, R. F.; MENEZES, P. D. L. de. **Revista Iberoamericana de Turismo**. A Mulher no Trabalho: A Situação de Funcionárias da Hotelaria de João Pessoa-PB, Penedo; vol. 1, n.2, p.36-48, 2011.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. *In* Becker e Wittmann. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BCKER, D. F. A economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo. *In* Becker e Wittmann. **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BLAUG, M. **La metodología de la economía**. Madrid: Alianza Universidad, 1985.

BODART, C. das N. Infraestrutura e superestrutura em Marx. **Blog Cagé com Sociologia**. com. 01 fev. 2016. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/infraestrutura-e-superestrutura-em-marx/>. Acesso em: 18 jan. 2019.

BORDEST, S. M. L. **Tessituras da Educação Ambiental nas Paisagens Pantaneiras**. Cuiabá: EdUFMT, 2008. 146p.

BORGES, J. L. **Siete noches**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica – Argentina, 2011.

BOSCARIOL, R. A.; COCCO, R. G.; AMORIM, W. V. A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado e a Geografia. **Revista Geografia e Pesquisa**. Ourinhos/SP. v.3, n 1, p 7 – 22 – 2009.

BOUDON, P. **De l'architecture à l'épistémologie, la question de l'échelle**. Paris: PUF, 1991.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais. A longa duração. *In: Escritos sobre a História*. F. Braudel. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUCHSENSCHUTZ, O. Archéologie, typologie, technologie. **Techniques et cultures**. 9 jan.-jun, p. 17-26, 1987.

Butler, R. W. The concept of tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer** 24, 1980, p.5-12.

CASTORIADIS, C. Réflexions sur le “debveloppement” et la “rationalité”. *In Domains de l'home – Les carrefous du labyrinth II*. Paris: Seul (Edição brasileira: contida em As encruzilhadas do Labirinto II – os domínios do homem; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CATER, E. Ecotourism in the third world: problems of sustainable tourism development. **Tourism Management**, v.14, p.85-89, 1993.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. *In: Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of sustainable Tourism**, v. 5, n. 3, 1997.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

COLLETTI, L. **La Cuestión de Stalin**. Barcelona: Anagrama, 1978.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, M. F. Entre Xarai, Guaikuru e Payaguá: Ritos de vida no Pantanal. *In: M. Del Priorem, F. S. Gomes. Os senhores dos Rios*. Rio de Janeiro - Brasil: Elsevier, 2003.

COTRIM, I. Identidades Entre Violência e Capital. **Revista Herramienta debate e crítica marxista**. VII Coloquio Internacional “Teoría Crítica y Marxismo Occidental” Marxismo y violencia. 2014. Disponível em < <http://www.herramienta.com.ar/coloquios-y-seminarios/identidades-entre-violencia-e-capital> >. Acesso em 21 nov. 2018.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **REDES**, Santa Cruz do Sul (RS), v. 15, n. 3, set/dez./2010, p. 165 – 186.

DESCARTES, R. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DOUREJEANNI, M. J. Estradas Parques: uma oportunidade pouco explorada para o turismo no Brasil. **Natureza e Conservação**, v. 1, n. 16-20, 2003.

FAMATO. Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso. **Tabela Referencial de preços de terras no estado de Mato Grosso (2010)**. Disponível em: <[http://www.sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/Planilha\\_Referencial\\_de\\_Preco\\_de\\_Terras\\_do\\_INCRA-MT\\_2010.pdf](http://www.sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/Planilha_Referencial_de_Preco_de_Terras_do_INCRA-MT_2010.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2018.

FIORI, D. D., MONTEIRO, S. M. M. A industrialização do Brasil na década de 1930: uma análise com a teoria dos jogos. **Análise – Revista acadêmica da FACE**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 101-114, jan./jun. 2011.

FONT, N; HARRIS, C. Rethinking standards from green to sustainable. **Annals of Tourism Research**, v. 31, n. 4, p. 986-1007, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANCO, J. L. de A., et al. **Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal Mato-grossense: conflitos e oportunidades**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond, 2013.

GAMBOA, A. S. Historia del presente: estado de la cuestión y conceptualización. **Historia Actual Online (HAOL)**, nº 3 (invierno 2004), 2004, p. 101-116. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/829443.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2018.

GARCÍA, M. O. El carácter social del turismo: un análisis sistémico sobre su complejidad. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 16, 2007, p. 464-492.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: <[www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br)>. Acesso em 11 dez. 2018.

GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, n.1, p.21-47, 1982.

GOMES, P. C. da C. O Conceito da região e sua discussão. *In* I. E. de Castro; P. C. da C. Gomes; R. L. Corrêa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 12.ed. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil, 2009.

GOMES, P. C. da C.; COSTA, R. H. O Espaço da Modernidade. *In*: Espaço em Questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 5, AGB, 1988.

GONÇAVES, N. G. **Constituição Histórica da Educação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

GOODWIN, H. Ten years of Responsible Tourism: an assessment. *In*: GOODWIN, H.; FONT, X. (orgs.) **Progress in Responsible Tourism**, v. 2. Woodeaton, Oxford: Ed. Goodfellow Publishers Limited, 2012.

GOVERNO DE MATO GROSSO. **Plano Estadual De Desenvolvimento MT+20 (2006-2026)**. 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/15494501-Plano-de-desenvolvimento-do-estado-de-mato-grosso-mt-20.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI** / David Harvey; tradução Artur Renzo. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. "The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxim Theory", in **Spaces of Capital: Towards a Critical Geography**. New York: Routledge, 2001.

HERNECKER, M. **Los conceptos Elementales del Materialismo Histórico**. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.

HUNT. E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese das informações do município de Poconé. Rio de Janeiro: **IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pocone/panorama>>. Acesso em out. de 2018.

JOHNSTON, R. J.; TYRREL, T. J. A dynamic model of sustainable tourism. **Journal of Travel Research**, v. 44, n. 2, p. 124-134, 2005.

JORGES, B. Large Technical Systems: Concepts and Issues. *In*: MAYNZ R. & HUGHES, T. P. (eds.). **The Development of Large Technical Systems**. Frankfurt, Campus, 1988.



KOSIK, K. **Dialéctica de lo concreto**. Grijalbo, México: 1967.

KRIPPENDORF, J. **The holiday makers: understanding the impact of leisure and travel**, Oxford: Butterworth-Heinemann, 1987.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LEME, H.J. de C. Centro oeste: dilemas do desenvolvimento, **VIII Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Centro-Oeste**, Anápolis-GO, 1999. (apostila).

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LINDEBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo** – um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995.

MACHADO, J. Reflexões sobre o tempo social. **Revista Kairós**, v. 15, p. 11-22, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/17284/12822>. Acesso em 17 mar. 2019.

MALERBA, J. (Org.) **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MARTINS, D. F. Q.; MELO, N. S.; MONLEVADE, A. P. B.; PASQUALI, R. A rotatividade da mão de obra entre as pousadas da Transpantaneira e seus efeitos para o destino turístico. *In*: 3º Simpósio de Geotecnologias do Pantanal, 2010, Cáceres MT. **Anais 3º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**, Cáceres, MT, 16-20 de outubro 2010. Campinas / São José dos Campos: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2010. p. 951-961.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (borrador) 1857-1858. México: Siglo XXI, 1971.

\_\_\_\_\_. **Cuadernos de París: Notas de Lectura de 1844**. México: Ediciones Era, 1974.

\_\_\_\_\_. **Miseria de la filosofía: respuesta a la filosofía de la miseria del señor Proudhon**. Signos, Buenos Aires, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MENDONZA, J. G., JIMÉNEZ, J. M. CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico:** estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRANDA, L. **Atlas geográfico de Mato Grosso.** 2ª Ed. Cuiabá: Entrelinhas, 2016. 64 p.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso:** território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

MORETTI, E. **Paraíso visível e real oculto.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

MTur – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo.** Publicado em maio de 2015 e atualizado em março de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html> >. Acesso em 20 set. 2018.

MUSACCHIO, A.; LAZZARINI, S. G. **Reinventando o capitalismo de Estado.** O leviatã nos negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions.** Londres, Methuen, 1965.

NYSTEN, J. D.; KOLARS, J. **Human Geography:** Spatial Design in World Society. New York, Mc Graw-Hill, 1974.

O LIVRE. **A morte do Santa Elina, principal sítio arqueológico de Mato Grosso.** YouTube, 21 jan. 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=U7SzG-jKXnE>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Chegadas de turistas internacionais atinge recorde de 1,3 bilhão em 2017. **ONU News.** Publicado em 28 de ag. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/08/1635612>>. Acesso em 20 dez. 2018.

OSORIO, J. **Fundamentos del análisis social.** La realidad social y su conocimiento. 2 ed. México: FCE, 2016.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

OZELAME, A. M. C. C. **Análise da qualidade visual da paisagem da Estrada Parque Transpantaneira, no Pantanal de Mato Grosso, na perspectiva do Ecoturismo**. 196 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Univali, 2017.

PIETTRE, B. **Filosofia e ciência do tempo**. Bauru: EDUSC, 1997.

PIRES, P. S. Marco Teórico-Methodológico de los Estudios del Paisaje: Perspectiva de Aplicación em la Planificación del Turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 522-542, 2011.

POPPER, K. **Conjeturas y refutaciones. El desarrollo del conocimiento científico**. 4. Reimp. Barcelona: Paidós, 1994.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. 19. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS FILHO, J. **Ontologia do Turismo: estudos de suas causas primeiras**. Caxias do Sul: EducS, 2005.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo** – Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5a Ed. (1994) São Paulo: Edusp, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial, Críticas e Alternativas**. São Paulo: Hucitec, 2011.

\_\_\_\_\_. O Espaço Geográfico como categoria filosófica. In: Espaço em Questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 5, AGB, 1988.

SAKOWSKI, P. A. M. **Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil: Do nível nacional ao regional e local**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA- Rio De Janeiro, 2015.

SAUTER, G. Quelques réflexions sur la Géographie em 1975. **Revue Internationale de Sciences Sociales**, vol. 27 n. 2 p. 245-264, 1975.

SEBRAE. **Brasil Central potencializa turismo na região Centro-Oeste**. Notícia de 18 jun, 2018. Disponível em <<http://www.mt.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MT/brasil-central-potencializa-turismo-na-regiao-centro->

oeste,8300db40c6404610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 23 nov. 2018.

SEMA MT. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO. **Notícia:** Pantanal recebe da UNESCO certificado de Reserva da Biosfera. Publicado em 24 de nov. 2017. Cuiabá, MT. Disponível em: < <http://www.mt.gov.br/-/8530735-pantanal-recebe-da-unesco-certificado-de-reserva-da-biosfera?inheritRedirect=true>>. Acesso em 10 mai. 2018.

SHARPLEY, R. **Tourism and sustainable development:** exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 8, n. 1, 2000.

SIGAUD, F. **Porquoi les géographes s´interessent-ils à peu près à tout sauf aux techniques?** *L´espace géographique* 4, p. 291-293, 1981.

SILVA, M. C. T. O Papel do Político na Construção do Espaço dos Homens. *In: Espaço em Questão. Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 5, AGB, 1988.

SILVA, M. W. da. A Geografia e o estudo do passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. *Terra Brasilis*, v. 1, 2012. Disponível em: < <http://terrabilis.revues.org/246> >. Acesso em 12 out. 2018.

SILVEIRA, M. A. T. da. **Geografia aplicada ao turismo.** Fundamentos teórico-práticos. 1a. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. 327 p.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Estratégias de Desenvolvimento Local.** *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 7, p. 129-139, 2005.

SILVEIRA, M. L., SANTOS, M. **O Brasil:** Território e sociedade no Início do Século XXI. São Paulo, Record: 2001.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso:** da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2017.

SORIANO, A. J. S. **Estrada-Parque: proposta para uma definição.** 202f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

SORRE, M. **Les fondements de la géographie humaine.** Tomo II: Les fondements techniques, Première partie. Paris: Armand Colin, 1947.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *In: Geografia: Conceitos e Temas.* Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. S., VILLELA, W. V., SOARES, P. da S. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e

discriminação na perspectiva juvenil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24 [ 2 ]: 421-440, 2014 .

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos**. São Paulo: Aleph, 2000.

TATHAM, G. **A geografia do século XIX**. Boletim Geográfico: Rio de Janeiro. 1959.

TELES, M. A. **Turismo ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2011.

TELLES, D. H. Q. **Possibilidades de reorganização territorial apoiada na imagem náutica a partir de Angra dos Reis – RJ**. 344f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

TELLES, D. H. Q.; GANDARA, J. M. G. Análisis del turismo sostenible: caso Isla de la Miel en la costa de Paraná (Brasil). *In*: NIÑO, L.M.; PRADA, M.C. (Org.). **Compilación experiencias sobre la administración sostenible de los archipiélagos Islas del Rosario y San Bernardo**. 1ed. Bogotá: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (Incoder) Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano (UJT) 2014 p. 45-64.

TRAGTEMBERG, M. A história e o problema de sua divisão. *Questões Pedagógicas*. **Revista de História (USP)**, nº 74, 2º Trimestre de 1968, p. 457-461. Disponível em <[www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/127398/124569](http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/127398/124569)>. Acesso em 12 out. 2018.

TRIBE, J. Sustainable tourism: a marketing perspective. **Tourism Management**, 20 (3), 375-377, 1999.

VALENTIM, Rosa de Fátima. O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. In Becker e Wittmann. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

WAHBA, L. Observação de onças-pintadas no Pantanal espanta os animais e põe turistas em risco. **Revista Época**, 24 nov. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2012/11/observacao-de-oncas-pintadas-no-pantanal-espanta-os-animais-e-poe-turistas-em-risco.html>>. Acesso em 20 fev. 2019.

WEBER, M. **Ensayos sobre metodología sociológica**. 7. reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 1993.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE PRODUÇÃO NAS POUSADAS DA TRANSPANTANEIRA**

1. Caracterizar a construção geral do local para o turismo, se é fazenda adaptada para o turismo ou pousada construída especificamente para o turismo. Complementar essa questão com as entrevistas.
2. Descrever a estrutura física da pousada para o turismo. Número de Unidades Habitacionais (UHs), tipo de estruturas de lazer, acessibilidade, e adequação geral de acordo com as características do Pantanal.
3. Identificar quais os serviços oferecidos pelas pousadas, preço médio e breve descritivo de cada atividade.
4. Detalhar os horários de funcionamento das atividades e estruturas, destacando como é a dinâmica geral de funcionamento da pousada.
5. Quantidade de trabalhadores envolvidos nas atividades e caracterização geral dos mesmos (sexo, idade, e outras características que se destacarem).
6. Descrever a rotina dos trabalhadores, seja diária, semanal, mensal e anual. Complementar com conversas informais com os trabalhadores. Fazer uma conexão com a sazonalidade da pousada - destacar: hora e tempo de trabalho, funções e atividades exercidas, acúmulo de funções x especialização. Descrever em geral como é a forma de trabalho das pessoas. Destacar o tipo de atividade exercida pelos trabalhadores, se mais exigência de força física ou intelectual.
7. Como é a relação entre os trabalhadores – se há algum tipo de dominação ou de companheirismo de acordo com a função de cada um.
8. Como é a relação com o proprietário, dominação aparente, respeitosa, ou outra característica que se destacar.
9. Se o gestor / proprietário tem algum tipo de acompanhamento com os funcionários para exercer as funções.
10. Observar a expressão dos trabalhadores ao executarem suas funções, se é aparente alguma forma de descontentamento ou satisfação ao executar suas funções.
11. Como o trabalho é executado, se é aparente algum nível de especialização e preparo ou faltam elementos de qualificação para exercer as funções. Dedicção ou não dos trabalhadores para com a atividade executada.
12. Como é a relação dos trabalhadores para com o turista – descrever se a presença do turista altera a relação com o gestor.

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA TRABALHADORAS E TRABALHADORES DAS POUSADAS

Pousada: \_\_\_\_\_ Entrevistado n°: \_\_\_\_\_

Perfil do trabalhador / trabalhadora:	
a) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino	b) Idade:
c) Estado civil:	d) Origem:
e) Residência:	f) Renda média:
g) Escolaridade / Formação:	
h) Idioma:	

1. Conte um pouco da sua história. Como começou a trabalhar com o turismo?
  - Há quanto tempo?
  - Trabalhou em outras pousadas?
  - O que você fazia antes de trabalhar na pousada?
2. Onde é sua residência fixa? Na pousada, em Poconé? Na área rural próxima?
3. Como você chega até a pousada? Que tipo de transporte utiliza?
4. Qual é o seu tempo de trabalho médio – semanal / mensal / anual. Se existe folga semanal, como é feita? Se há escala de trabalho?
5. O trabalho é por contrato formal? Carteira assinada? Contrato não formal / verbal?
6. No período de baixa temporada (quando a pousada recebe menos visitante), como é o seu trabalho? Continua empregado? Tem férias? Mais descanso? Exerce outras funções na pousada?
7. Quais as tarefas / atividades / funções que você exerce na pousada? Conte como é o seu dia de trabalho.
8. Além do trabalho na pousada, você tem alguma outra fonte de renda? O que o trabalho na pousada representa a sua renda total? – se a maior parte ou não.
9. Você tem algum tipo de auxílio do governo, como bolsa, pensão, aposentadoria que pode ajudar na complementação da renda?
10. Você já participou de algum curso ou treinamento para trabalhar com o turismo?
11. Como você avalia a vida dos trabalhadores nas pousadas do Pantanal? O salário é bom, justo ou não? As condições de trabalho são boas, poderiam ser melhores?



12. O que o Pantanal representa para você hoje?
13. Se um amigo ou parente resolvesse tentar trabalhar em uma pousada no Pantanal, hoje, qual conselho você daria?
14. Qual a sua opinião sobre a importância do turismo para o Pantanal?
15. Na sua opinião, o turismo trouxe desenvolvimento para as pessoas que moram no pantanal ou não mudou muita coisa?

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA PROPRIETÁRIAS E PROPRIETÁRIOS DAS POUSADAS

Pousada: \_\_\_\_\_ Entrevistado n°: \_\_\_\_\_

Perfil do proprietário / proprietária:	
a) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino	b) Idade:
c) Estado civil:	d) Origem:
e) Residência:	f) Renda média:
g) Escolaridade / formação:	
h) Outra informação:	

1. Conte um pouco da sua história e da história da pousada.
2. Há quanto tempo trabalha com o turismo?
3. A terra foi comprada ou uma herança de família? A estrutura foi criada ou adaptada para o turismo?
4. Além do turismo, a propriedade tem alguma outra atividade produtiva? Qual?
5. Qual a estrutura da propriedade para o turismo? Quantas UHs? Quais os serviços que são oferecidos?
6. Qual o principal diferencial da sua pousada em relação as demais que existem no Pantanal?
7. Existem outros familiares que estão envolvidos com a administração da pousada?
8. Quantas pessoas estão empregadas hoje na pousada?
9. Como é feita a contratação dos empregados? Por indicação, existe algum tipo de seleção / recrutamento?
10. Em geral, como você avalia o trabalho dos empregados da propriedade? Quais os principais pontos positivos e negativos?
11. Algum de seus empregados já participou de algum tipo de treinamento ou curso relacionado a atividade turística? Caso já tenha participado, você acha que teve algum efeito positivo?
12. Como você avalia a vida dos seus empregados? Você considera que o que você pode oferecer hoje é justo, no que se refere a salário, condições de trabalho e qualidade de vida, levando em consideração a resposta que tem desses trabalhadores?

**13.** Tem conhecimento de algum programa de governo que tenha alguma relação com o turismo e que de alguma forma tenha influenciado o turismo na Transpantaneira?

**14.** Como você avalia o poder público, tanto municipal, estadual e federal, sobre as políticas para o desenvolvimento do turismo hoje? Já teve algum período em que as condições para o turismo foram melhores / piores?

**15.** Na sua opinião, o turismo trouxe desenvolvimento para as pessoas que moram no pantanal ou não mudou muita coisa?

**16.** A abertura da rodovia Transpantaneira trouxe algumas mudanças tanto para a paisagem do pantanal quanto para a vida das pessoas que moram aqui. Para você, o que representa a rodovia, para a vida das pessoas e para o turismo?

**17.** Quais os reais efeitos para o turismo da Transpantaneira ser definida como uma unidade de conservação, enquanto estrada parque?

## APÊNDICE D – FICHA DE CONDENSAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS TRABALHADORES

### Ficha N.

1 – BLOCO DE DADOS GERAIS		
Gênero:	Escolaridade:	Residência:
Idade:	Renda média:	Idiomas:
	Estado civil:	

2 – BLOCO SOBRE TRABALHO	
a) Fonte de renda	
b) Contrato	
c) Beneficiários da renda	
d) Tempo de trabalho com turismo (anos)	
e) Cargo e função	
f) Dinâmica de trabalho	
g) Dinâmica de trabalho na baixa temporada	
h) Tempo livre e lazer	

3 – BLOCO DE OPINIAO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO TURISMO	
a) Para a região do Pantanal	
b) Sua própria vida e das pessoas	

4 – BLOCO SOBRE TRABALHO COM O TURISMO NO PANTANAL	
a) Pontos positivos	
b) Pontos negativos	
c) Relação com colegas	
d) Relação com o empregador	
e) Treinamentos	
f) Vida dos trabalhadores	
g) Visão de futuro	

## **APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE POCONÉ**

1 – Quais são os principais planos, programas, projetos ou ações da prefeitura de Poconé para o Desenvolvimento do turismo na Transpantaneira?

2 – Existe alguma dificuldade em relação ao processo de gestão pública para o turismo em Poconé? Comente.

3 – A respeito da Taxa de Turismo e o Voucher municipal, como estão sendo operacionalizados hoje, existe algum resultado efetivo? Como está a participação dos empreendimentos locais?

4 – Existe alguma ação do Governo do Estado em prol do Turismo no Pantanal? Como está se dando a operacionalização das estratégias do Estado na região da Transpantaneira?

5 – Quais os efeitos reais do programa de regionalização do turismo do Ministério do Turismo para a região da Transpantaneira?

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA PARA  
TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO, RESPONSÁVEL  
PELO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO EM MATO  
GROSSO**

1 - Efetivamente como o programa de regionalização está sendo implantado em Mato Grosso, existe algum efeito concreto do programa para alguma destinação turística?

2 - Qual o papel da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na aplicação do programa?

3 - O programa prevê a categorização dos municípios - A até E, conforme o desempenho do município na economia do turismo. Como esses dados são levantados em Mato Grosso?

4 - Especificamente para o município de Poconé, quais os dados e critérios utilizados para que o mesmo seja categorizado como um município C?

5 - Existe dificuldades por parte do poder público para levantar as informações sobre o desempenho do município na economia do turismo? Quais as principais?